

Memória esculpida em bronze: a monumentalização de João Pessoa na Paraíba



Tatiane Vieira de Aguiar Barreto
Recife, 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA - CULTURA E MEMÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

TATIANE VIEIRA DE AGUIAR BARRETO

**MEMÓRIA ESCULPIDA EM BRONZE: a monumentalização de João
Pessoa na Paraíba**

Recife

2022

TATIANE VIEIRA DE AGUIAR BARRETO

**MEMÓRIA ESCULPIDA EM BRONZE: a monumentalização de João
Pessoa na Paraíba**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.
Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto.

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B273m Barreto, Tatiane Vieira de Aguiar.
Memória esculpida em bronze : a monumentalização de João Pessoa na
Paraíba / Tatiane Vieira de Aguiar Barreto. – 2022.
313 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Paraíba – História. 2. Monumentos. 3. Memória. 4. Pessoa, João,
1878-1930. I. Pinto, Renato (Orientador). II. Título.

981.33 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-009)



Tatiane Vieira de Aguiar Barreto

**Memória esculpida em bronze: a monumentalização de João Pessoa na
Paraíba**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **03/02/2022**

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Renato Pinto

Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino

Membro Titular Interno (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

Membro Titular Externo (Universidade Federal de Campina Grande)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. José Jorge Andrade Damasceno

Membro Titular Externo (Universidade do Estado da Bahia)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Membro Titular Externo (Universidade Federal de Campina Grande)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*A Deus, pelo sopro de vida, pelas graças alcançadas e pelo ânimo
para vencer os obstáculos de cada dia.
A Maria Júlia, minha doce menina, que me permitiu conhecer o maior
amor do mundo.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento nobre, é admitir que não somos autossuficientes e tampouco perfeitos, e portanto precisamos do outro. É ter consciência de nossa condição humana e limitações, é sentir com o coração e compreender que ninguém é feliz sozinho. Ser grato é reconhecer os mais simples gestos de auxílio, um favor desinteressado que faz toda diferença nos momentos de dificuldade.

Cheguei ao tão esperado momento final dessa trajetória de estudos, permeada por dedicação e renúncia. Com o coração cheio de alegria, a consciência tranquila de dever cumprido e a certeza de que esta tese é o resultado do meu melhor, expressei meus agradecimentos a todos que me acompanharam e contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Eu te agradeço meu Deus pelo dom da vida, por cada dia de vida da minha filha, por guiar-me nesse caminho, me dar forças nos momentos de angústia e me fortalecer na fé. Não foi fácil finalizar a escrita dessa tese, em meio à pandemia do coronavírus e as provações que eu e minha família suportamos. A ti entreguei todo sofrimento e confiei na tua misericórdia. Obrigada meu Deus por ter conseguido realizar esse sonho, sem ti nada disso teria sido possível.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, acompanharam minha jornada, torceram, incentivaram e emanaram boas energias para a concretização do meu doutoramento. Com todo o meu coração, agradeço a minha família... Aos meus pais, irmãs, sobrinhos e familiares, pela educação e o incentivo proporcionado durante toda a minha vida acadêmica. A Iury Aguiar, meu companheiro de vida, pelo amor e incentivo. Pelo ombro amigo, por me ajudar e acreditar que eu daria conta de tudo. Essa conquista também é sua!

Sou imensamente grata a minha sogra, Diva Aguiar, por ter cuidado com amor e carinho da minha filha de poucos meses de idade. Sem sua ajuda eu não teria conseguido finalizar a escrita dessa tese. Aos amigos(as), primas por respeitarem minha ausência e entender o quanto o doutorado é importante para mim. A todos que não conseguiria listar os nomes aqui, agradeço em nome de Grasiela, Ediluce, Zinha e Givanildo. O longo período de isolamento social, as muitas horas de pesquisa, de escrita, tudo teria sido ainda mais difícil sem o apoio de cada um de vocês.

Ao meu orientador, professor Dr. Renato Pinto, pelo acolhimento e orientação nessa caminhada acadêmica. Pelas conversas, incentivo e principalmente por compartilhar seu conhecimento historiográfico, guiando-me nessa jornada. Agradeço sua compreensão nos momentos mais difíceis dessa escrita quando precisei dar uma pausa. Por estar sempre presente virtualmente, dando suporte necessário, confiando e acreditando em mim. Foi um privilégio lhe ter como orientador durante esses anos, saiba que o admiro muito.

Aos membros da banca examinadora: Dr. Antônio Clarindo, Dr^a Ana Rita Uhle, Dr. Cristiano Luis Christillino, Dr. George Felix, Dr. José Jorge Andrade e Dr. Rodrigo Ceballos, por aceitarem o convite e disponibilidade. Aos que participaram da qualificação, agradeço a valiosa contribuição pela leitura atenta, críticas e sugestões indispensáveis para o engrandecimento historiográfico deste trabalho e sua concretização.

Minha gratidão se estende a todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco. Aos professores com quem paguei disciplinas, pelo aprendizado e contribuição para minha formação acadêmica. Aos funcionários da secretaria, em especial Sandra, sempre solícita e pronta para ajudar nos assuntos burocráticos.

A CAPES pelo auxílio financeiro indispensável para aquisição de livros e viagens para pesquisar nos variados arquivos.

Aos colegas de trabalho da Escola Abílio e da Prefeitura Municipal de Umbuzeiro. Pelo companheirismo e amizade. Agradeço o apoio das amigas e chefas queridas, Lúcia Duarte e Lucy Barbosa, por acolherem minha licença e o total afastamento do trabalho para poder me dedicar ao doutorado.

Agradeço aos confrades do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Goiana - IHAGGO e do Instituto Histórico e Geográfico de Umbuzeiro - IHGU, por compreenderem minha ausência e impossibilidade de colaboração nos institutos, durante o período final do doutorado.

Sou grata pelo convívio e aprendizado com os colegas do doutorado, pelas experiências e ansiedades compartilhadas, especialmente Ariany, Greyce, Simony e Maxsuel.

Aos funcionários das instituições onde pesquisei, pela disponibilidade e prontidão mesmo em tempos de pandemia: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba - IHGP, Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, Fundação Casa de José Américo, Biblioteca Átila Almeida na Universidade Estadual da Paraíba e Fundação Joaquim Nabuco.

A todos, deixo aqui registrada a minha gratidão!

RESUMO

Esta tese versa sobre o processo de monumentalização da figura do personagem do presidente João Pessoa, na Paraíba, durante a década de 1930. Para compreender como se deu essa monumentalização serão examinadas quatro obras: o monumento tumular no Cemitério São João Batista (Rio de Janeiro) e os monumentos erguidos nas cidades paraibanas de Umbuzeiro, Campina Grande e João Pessoa. O objetivo deste trabalho é escrever uma história desses monumentos construídos em memória a João Pessoa, a partir da análise de suas produções, das disputas de memórias entre os sujeitos políticos envolvidos nas suas construções, das estratégias de afirmação memorialística do homenageado no contexto histórico da Paraíba e da relação com o espaço onde as obras foram erguidas. Quanto ao aporte teórico e metodológico, serão utilizados como fonte documental especialmente os jornais e revistas que circulavam na Paraíba e no Rio de Janeiro no período estudado. Além da análise de um conjunto de documentos referentes à construção dessas obras: correspondências particulares e oficiais, contratos, leis, fotografias e os debates na Assembleia Legislativa da Paraíba e na imprensa. Toda problematização será guiada pelas sendas da História Cultural, pautada no conceito de monumento intencional, no diálogo com os estudos sobre memória e com as pesquisas que versam sobre o estudo dos monumentos, enquanto objetos de memória que materializam personagens em bronze dispostos nos espaços públicos citadinos.

Palavras-chave: João Pessoa. Memória. Monumento. Paraíba.

ABSTRACT

This thesis deals with the process of monumentalization of the figure of the character of President João Pessoa, in Paraíba, during the 1930s. To understand how this monumentalization occurred, four works will be examined: the tomb monument in the São João Batista Cemetery (Rio de Janeiro) and the monuments erected in the cities of Umbuzeiro, Campina Grande and João Pessoa. The objective of this work is to write a history of these monuments built in memory of João Pessoa, from the analysis of their productions, the memory disputes between the political subjects involved in their constructions, the memorialistic affirmation strategies of the honoree in the historical context of Paraíba and the relationship with the space where the works were built. As for the theoretical and methodological support, it will be used as a documental source, especially the newspapers and magazines that circulated in Paraíba and Rio de Janeiro during the period studied. In addition to the analysis of a set of documents relating to the construction of these works: private and official correspondence, contracts, laws, photographs and debates in the Legislative Assembly of Paraíba and in the press. All problematization will be guided by the paths of Cultural History, based on the concept of intentional monument, on the dialogue with studies on memory and with researches that deal with the study of monuments, as memory objects that materialize characters in bronze arranged in public spaces in cities.

Keywords: João Pessoa. Memory. Monument. Paraíba.

RESUMÉ

Cette thèse traite du processus de monumentalisation de la figure du personnage du président João Pessoa, à Paraíba, au cours des années 1930. Pour comprendre comment s'est déroulée cette monumentalisation, quatre œuvres seront examinées : le monument funéraire du cimetière de São João Batista (Rio de Janeiro) et les monuments érigés dans les villes d'Umbuzeiro, Campina Grande et João Pessoa à Paraíba. L'objectif de ce travail est d'écrire une histoire de ces monuments construits à la mémoire de João Pessoa, à partir de l'analyse de leurs productions, des conflits mémoriels entre les sujets politiques impliqués dans leurs constructions, des stratégies d'affirmation mémorielle du lauréat dans le contexte historique de la Paraíba et de la relation avec l'espace où les œuvres ont été érigées. Quant au support théorique et méthodologique, il sera utilisé comme source documentaire, notamment les journaux et magazines qui ont circulé à Paraíba et à Rio de Janeiro pendant la période étudiée. Outre l'analyse d'un ensemble de documents relatifs à la construction de ces ouvrages : correspondance privée et officielle, contrats, lois, photographies et débats à l'Assemblée législative de Paraíba et dans la presse. Toute problématisation sera guidée par les chemins de l'Histoire culturelle, basés sur le concept de monument intentionnel, sur le dialogue avec les études sur la mémoire et avec les recherches qui traitent de l'étude des monuments, en tant qu'objets de mémoire matérialisant des personnages en bronze disposés dans des espaces publics dans les villes.

Mots-clés : João Pessoa. Mémoire. Monument. Paraíba.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Solenidade na Praça João Pessoa	18
Imagem 2 – Monumentos a João Pessoa nas cidades paraibanas	29
Imagem 3 – Aspectos do funeral no Rio de Janeiro	45
Imagem 4 – Antônio da Silva Pessoa Filho	47
Imagem 5 – Mapa do Cemitério São João Batista com localização do mausoléu	52
Imagem 6 – Maquete do monumento funerário em gesso	68
Imagem 7 – Humberto Cozzo em seu ateliê	70
Imagem 8 – Detalhe do timoneiro (vista lateral e frontal)	72
Imagem 9 – Detalhe do mausoléu (vista lateral e frontal)	74
Imagem 10 – Inauguração do monumento funerário	78
Imagem 11 – Visita ao mausoléu	82
Imagem 12 – Visita do presidente e sua comitiva (Getúlio Vargas e sua esposa ao centro da fotografia)	85
Imagem 13 – Família João Pessoa em frente à alegoria do “négo”	86
Imagem 14 – Visita ao mausoléu. Discurso do dr. Antônio Carlos (detalhe em círculo) / Alunas ao pé do monumento entoando o Hino João Pessoa (sinalizado com seta)	87
Imagem 15 – Altar da Pátria	95
Imagem 16 – A grande comemoração em torno do Altar da Pátria	102
Imagem 17 – O último retrato de João Pessoa	107
Imagem 18 – Retrato na Estação Experimental Presidente João Pessoa	109
Imagem 19 – Reunião com a Sra. Darcy Vargas para ereção de uma estátua a João Pessoa	115
Imagem 20 – Máscara mortuária de João Pessoa	122
Imagem 21 – Desenho do monumento a João Pessoa	123
Imagem 22 – Busto de João Pessoa em argila	125
Imagem 23 – Maquete do monumento a João Pessoa	127
Imagem 24 – Escultura de Starace: o Magistrado	135
Imagem 25 – Escultura de Starace: Na atitude do “négo”	136
Imagem 26 – Praça João Pessoa	140
Imagem 27 – Maquete do monumento de Clodoaldo Gouveia	142

Imagem 28 – Busto de João Pessoa	152
Imagem 29 – Nave central da igreja matriz de Umbuzeiro	157
Imagem 30 – Registro da homenagem na Estação	161
Imagem 31 – Registro do monumento recém-inaugurado	167
Imagem 32 – Inscrição na base do busto	168
Imagem 33 – Busto de João Pessoa em Umbuzeiro	169
Imagem 34 – Detalhe da assinatura do escultor e fundição	170
Imagem 35 – Detalhe da posição do busto (frente e costas)	171
Imagem 36 – Vista aérea da localização do busto, direcionado para a casa onde João Pessoa nasceu	172
Imagem 37 – Detalhe da face de João Pessoa	173
Imagem 38 - Busto de João Pessoa com grinalda de flores	176
Imagem 39 – Maquete do monumento a ser encimado em Campina Grande	190
Imagem 40 – Exposição da estátua de João Pessoa	191
Imagem 41 – Aspectos da estátua de João Pessoa em Campina Grande e fotografia oficial divulgada nos jornais	192
Imagem 42 – Aspecto da posição atual do monumento a João Pessoa em Campina Grande ...	193
Imagem 43 – Projeto de locação do monumento em Campina Grande – planta do conjunto ...	197
Imagem 44 – Perspectiva atual de onde o monumento estava localizado	197
Imagem 45 – Projeto de locação do monumento em Campina Grande – perspectiva aérea	198
Imagem 46 – Capa da edição especial de <i>Brasil Novo</i>	202
Imagem 47 – Inauguração do monumento em Campina Grande	208
Imagem 48 – Monumento recém-instalado	211
Imagem 49 – Praça João Pessoa em Campina Grande	213
Imagem 50 – Aspecto da Praça e estátua de João Pessoa em Campina Grande	214
Imagem 51 – Praça do Catavento	220
Imagem 52 – Reinauguração do monumento em Campina Grande - Registro da chegada de Epitácio Pessoa Cavalcanti	230
Imagem 53 – Reinauguração do monumento em Campina Grande – Perspectiva da praça	231
Imagem 54 – Discursos ao pé do monumento	233
Imagem 55 – Banquete no Campinense Clube	234
Imagem 56 – Monumento de João Pessoa na Praça Cel. Antônio Pessoa	235

Imagem 57 – Praça Cel. Antônio Pessoa e monumento a João Pessoa	236
Imagem 58 – Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa)	241
Imagem 59 – Maquete do Altar da Pátria	250
Imagem 60 – Ministro da Viação visita a maquete do monumento a João Pessoa	251
Imagem 61 – Perfil da estátua a João Pessoa	254
Imagem 62 – Esculturas Ação e Civismo	257
Imagem 63 – Escultura do négo	259
Imagem 64 – Escultura de João Pessoa – Altar da Pátria	260
Imagem 65 – Perfil da estátua a João Pessoa	261
Imagem 66 – Desmonte do coreto e preparo da fundação do Altar da Pátria	266
Imagem 67 – Planta da Praça João Pessoa	267
Imagem 68 – Benção da pedra fundamental	270
Imagem 69 – Discurso do Cônego Mathias Freire e aspecto geral da Praça João Pessoa	272
Imagem 70 – Colocação da pedra fundamental do monumento	275
Imagem 71 – Recepção a Getúlio Vargas no Palácio da Redenção	278
Imagem 72 – Aspecto geral da Praça João Pessoa Inauguração do Altar da Pátria	280
Imagem 73 – Inauguração do monumento a João Pessoa - José Américo discursando	282
Imagem 74 – Detalhe do momento do discurso de José Américo	283
Imagem 75 – Aspecto da inauguração do monumento	290
Imagem 76 – Monumento a João Pessoa – PB e monumento a José de Alencar – CE	293

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programação do aniversário de morte de João Pessoa na capital.....	99
Quadro 2 – Agenda dos eventos para o aniversário de morte de João Pessoa em Umbuzeiro...	150
Quadro 3 – Lista dos donativos para a construção do monumento em Campina Grande.....	183

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	OS PRIMEIROS BOSQUEJOS MONUMENTAIS	40
2.1	EIS QUE SURGE ANTÔNIO PESSOA FILHO, O GUARDIÃO DA MEMÓRIA DOS PESSOA	46
2.2	IDEALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO MONUMENTO INAUGURAL	50
2.2.1	Heitor Usai	53
2.2.2	Hugo Bertazzon	55
2.2.3	Giulio Cellini	58
2.2.4	Samuel Martins Ribeiro	59
2.2.5	Humberto Cozzo	60
2.2.6	Campos Silva & Cia	61
2.2.7	Condes Bernstorff	62
2.3	A ESCOLHA DO PROJETO IDEAL PARA O MONUMENTO TUMULAR	64
2.4	A INSTALAÇÃO DO MAUSOLÉU E AS ROMARIAS.....	76
3	OS MONUMENTOS NO IMAGINÁRIO URBANO	90
3.1	A GRANDE COMEMORAÇÃO: CRIANDO EXPECTATIVAS, DIVULGANDO OS MONUMENTOS.....	91
3.1.1	A retratística do tributado e a propagação de objetos de memória	106
3.1.2	As campanhas em prol da monumentalização	111
3.1.3	O 26 de julho de 1931	118
3.2	PROPOSTAS PARA O MONUMENTO DA CAPITAL: O DUELO ENTRE ARTISTAS E A PREDILEÇÃO POR COZZO	121
3.2.1	A disputa contínua: outras propostas para o monumento	133
3.2.2	A divulgação do orçamento do monumento: a contenda artística se encerra	143
4	UMBUZEIRO: O RETORNO DO FILHO ILUSTRE EM PEDRA E BRONZE 146	
4.1	OS PREPARATIVOS PARA A GRANDE COMEMORAÇÃO E AS EXPECTATIVAS DO RETORNO DO FILHO ILUSTRE BRÔNZEO.....	148
4.2	O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DE MORTE DE JOÃO PESSOA EM SUA TERRA NATAL	154

4.3	O ECO DE UMBUZEIRO AO SEU CONTERRÂNEO.....	164
4.3.1	As (res)significações da memória a João Pessoa em sua terra natal.....	174
5	CAMPINA GRANDE: “A PRIMEIRA ESTÁTUA, NA REPÚBLICA, AO GIGANTE QUE A SALVOU COM O SEU SANGUE”	181
5.1	CAMPANHAS PARA EREÇÃO DO MONUMENTO.....	182
5.1.1	A escolha do local e a adequação arquitetônica para instalar a obra	195
5.2	A INAUGURAÇÃO: “PERPETUANDO EREAMENTE, NA PRAÇA PÚBLICA, O PORTE E AS FEIÇÕES DA PERSONALIDADE MAIS NOTÁVEL DE NOSSA HISTÓRIA”	200
5.2.1	Sociabilidades em torno do monumento	213
5.3	JOÃO PESSOA MUDA DE PRAÇA: DISPUTAS NA IMPRENSA CONTRA A TRANSPOSIÇÃO DA ESTÁTUA	215
5.3.1	A reinauguração: “do apice da serra, João Pessoa indicará, animando o bronze, às gerações futuras que o Brasil redempto jamais se ha de subordinar á prepotencia de qualquer feitor”	227
6	A CAPITAL PARAIBANA E SEU ALTAR DA PÁTRIA	238
6.1	A PRAÇA COMO PALCO MONUMENTAL: DE JARDIM PÚBLICO A “LUGAR DE MEMÓRIA”	238
6.2	LEGISLANDO E MONUMENTALIZANDO JOÃO PESSOA	243
6.3	CONCEPÇÕES, NEGOCIAÇÕES E FISCALIZAÇÃO DA OBRA	249
6.3.1	A chegada do monumento e a cerimônia de colocação da pedra fundamental	265
6.4	A VISITA DE GETÚLIO VARGAS E A INAUGURAÇÃO DO ALTAR DA PÁTRIA	276
6.4.1	Um monumento para recordar e ser salvaguardado	291
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
	REFERÊNCIAS	302
	FONTES	311

1 INTRODUÇÃO

Um monumento, em si, tem uma materialidade e uma historicidade de produção, sendo passível, portanto, de datação e de classificação. Mas o que interessa a nós, quando pensamos o monumento como um traço de uma cidade, é a sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores.

As imagens urbanas trazidas pela arquitetura — [...]— têm, pois, o potencial de remeter também, tal como a literatura, a um outro tempo. É o caso de um monumento que se edifica no passado, mas que é pensado e sentido a partir do presente.

Sandra Jatahy Pesavento

A data de 26 de julho tem um significado importante na Paraíba. Em dias como este, qualquer transeunte que passe nos arredores da Praça João Pessoa, na capital paraibana, perceberá uma atmosfera diferente. Um movimento diverso dos dias comuns, em geral agitados naquele centro urbano. No monumento localizado no centro da praça, alguns curiosos sem nada entender, param e começam a prestar atenção à cena. É mais uma homenagem ao pé daquele homem em bronze.

São muitos os personagens em pedra e bronze espalhados pelos logradouros públicos das cidades brasileiras. Figuras outrora importantes, em forma de estátuas e bustos, compõem e adornam praças pelo Brasil afora. Em sua grande maioria, são rostos desconhecidos pela geração atual e, com o passar dos anos, vão caindo no esquecimento, alheios a esse mundo tão fluido e rápido. Mas, afinal, quem é o tal homem cujo monumento ainda serve de palco para tais homenagens na principal praça da cidade? Trata-se do homem que também empresta seu nome para a capital da Paraíba, João Pessoa.

A cena descrita acima vem se repetindo desde sua morte, em 26 de julho de 1930. Em 2019, os tributos em sua homenagem iniciaram-se pela manhã, com uma missa na Catedral Basílica Nossa Senhora das Neves. Em seguida, a programação contou com uma solenidade cívica regada a panegíricos, na Praça Presidente João Pessoa, situada no coração da cidade, em meio às sedes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Familiares, políticos e

autoridades formavam o seletor grupo. Discursos de exaltação, passagens de sua trajetória política, foram lembrados naquele momento¹.

Também teve a presença da Banda de Música da Polícia Militar da Paraíba, tocando o Hino a João Pessoa, cuja letra foi cantada por alguns dos presentes. Após todo o ritual, o tributo foi finalizado com a visita ao mausoléu onde jazem os restos mortais do celebrado, posicionado em frente ao seu monumento, nos jardins do Palácio da Redenção (Sede do Governo da Paraíba)².

Imagem 1 – Solenidade na Praça João Pessoa



Fonte: Acervo da autora (26 de julho de 2019)

Nos primeiros anos, após o assassinato do ex-presidente, uma multidão se reunia nessa praça para lhe prestar tributos. Hoje, esse número reduziu significativamente e é constituído pelos poucos familiares que ainda se preocupam em lembrar o membro ilustre da família Pessoa. Já se passaram nove décadas de seu falecimento e a cada ano fica mais difícil manter a existência desse ritual que é organizado pela família, em parceria com o Governo do Estado.

¹ Anualmente, na data de 26 de julho, o Governo da Paraíba realiza um ato cívico em reverência à morte de João Pessoa. Em 2019, foram lembrados os 89 anos de seu assassinato. Nesse dia, as autoridades presentes discursaram enfatizando a história do ex-presidente e sua atuação política em benefício da Paraíba. Foram eles: João Gonçalves (Secretário de Estado da Articulação Política), Damião Ramos (Secretário de Estado da Cultura) e o vereador Milanez Neto, sobrinho-bisneto de João Pessoa. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-lembra-89-anos-de-morte-de-joao-pessoa-com-missa-e-ato-civico>. Acesso: 01 ago. 2019.

² Embora tal assunto seja abordado posteriormente neste trabalho, esclarecemos, a priori, que o corpo de João Pessoa foi enterrado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Anos mais tarde, em 1997, seus restos mortais e os de sua esposa voltaram à Paraíba, onde foram depositados no mausoléu construído pelo governo estadual.

Prenúncio de que o homem em bronze ao centro da praça, está desbotando, está caindo no esquecimento?

Ao longo do tempo as atenções em relação ao 26 de julho parecem se dissipar. Desde a Lei nº 702, de 9 de setembro de 1930, a data assinalava o feriado estadual em respeito à memória de João Pessoa³. Contudo, em 2015 a data deixou de ser feriado e já não integra mais o calendário cívico da Paraíba, eliminando-se, portanto, o marco oficial que impelia os paraibanos a lembrar a morte de seu conterrâneo⁴. Apesar disso, o 26 de julho ainda se mantém no calendário dos feriados municipais de Umbuzeiro, sua cidade natal⁵.

Ao se fazer um tributo no aniversário de morte de João Pessoa, busca-se acionar a lembrança de algo marcante na história paraibana. Embora com menor intensidade, comemorações desse tipo ainda “ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas”. Ainda assim, elas não são “um simples meio de produzir consenso, ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos” (FERREIRA, 1997, p. 157).

No intuito de entender cenas como essas, direcionamos a atenção para os monumentos erguidos em memória a João Pessoa, também encarados como objetos de memória carregados de significados, presentes em algumas cidades paraibanas e noutras pelo Brasil. Para elucidar a monumentalização do ex-Presidente na Paraíba, é preciso entender um pouco sobre esse personagem, sua atuação política e a circunstância de sua morte, além dos interesses dos sujeitos envolvidos na perenização de sua imagem e na manutenção de sua memória.

Uma breve biografia do personagem

³ O deputado Generino Maciel foi o autor do Projeto de Lei que instituiu o feriado de 26 de julho na Paraíba. Este foi enviado à Comissão de Justiça, aprovado por unanimidade dos votos na sessão do dia 3 de setembro, e sancionado pelo presidente Álvaro de Carvalho, como Lei nº 702, de 9 de setembro de 1930. Em 1967, esse feriado foi revalidado pela Lei nº 3.489, de 30 de agosto, preceituando em seu artigo 2º, que é considerado feriado estadual o 26 de julho, “em homenagem à memória do ex-Presidente João Pessoa”.

⁴ Com a edição da Lei nº 10.601, de 16 de dezembro de 2015, sancionada pelo Governador Ricardo Coutinho, a data que instituiu um lugar de memória na Paraíba, um feriado mítico (AIRES, 2013), deixou de integrar o calendário cívico do Estado.

⁵ Desde a morte de João Pessoa, a data de 26 de julho foi integrada às celebrações cívicas dos umbuzeirenses, sendo oficializada pela Lei Municipal nº 25, de 12 de dezembro de 1984. Anos mais tarde, houve a reedição dessa norma pela Lei Municipal nº 285, de 03 de janeiro de 2013, instituindo mais uma vez os feriados municipais, entre os quais a data alusiva à morte de João Pessoa.

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque é o nome do filho de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Nasceu em 24 de janeiro de 1878, na Fazenda Prosperidade que pertenceu ao seu avô materno, o coronel José da Silva Pessoa, na então Vila de Umbuzeiro - PB. A casa conhecida como o berço da família Pessoa, foi construída nos idos de 1868 (LEWIN, 1993) e foi morada de sua mãe e dos tios Epitácio Pessoa e Antônio Pessoa⁶. Ali viveu sua infância e aprendeu as primeiras letras com o professor Salustiano Cavalcanti. Devido às exigências do profissionalismo público, seu pai viajou com a família por várias cidades da Paraíba, por isso o menino João também estudou na Escola Municipal de Guarabira (MELLO, 1978).

Nos idos de 1889, aos doze anos de idade, viajou para o Rio de Janeiro com o tio Epitácio Pessoa. Naquele período pôde vivenciar de perto as transformações políticas e sociais que afetavam o país e resultaram na Proclamação da República. Em 1894, voltou para Paraíba e continuou os estudos no Liceu Paraibano. É nesse período que o jovem inicia sua trajetória de carreiras militares, alistando-se no 27º Batalhão de Infantaria.

No ano seguinte, entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e anos depois ingressou no 4º Batalhão de Artilharia, em Belém, do qual foi desligado em 1898 por incapacidade física (MELLO, 1978). Ante as agruras passadas no Batalhão e ao insucesso na carreira militar, decidiu deixar as armas e buscar emprego em Recife.

Na capital pernambucana sua vida começou a tomar outro rumo. Por intermédio do tio Epitácio Pessoa, foi nomeado amanuense na secretaria da Faculdade de Direito do Recife, onde graduou-se Bacharel em Direito, em dezembro de 1903 (ALBUQUERQUE, 1979). Decidiu seguir sua vida em Recife, onde continuou advogando e dando aulas.

Em 1905 casou-se com Maria Luiza de Souza Leão Gonçalves, uma moça de família tradicional do Recife, com quem teve quatro filhos⁷. Embora pudesse obter vantagens da influência política do sogro, recusou as várias propostas que lhe foram feitas e preferiu afirmar-

⁶ Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (único paraibano que chegou às presidências dos três Poderes da República) e Antônio da Silva Pessoa, que foi governador da Paraíba em 1915. Na ocasião em que se deu o primeiro aniversário de morte de João Pessoa, em 26 de julho de 1931, a residência se transformou em palco para a celebração de uma solenidade em sua memória. Desde então, ficou consagrada como o berço dos filhos ilustres de Umbuzeiro. No centenário de seu nascimento, as atenções voltaram-se novamente para a casa onde o homenageado nasceu, foi ressignificada e transformada em “Museu casa de João Pessoa”. Legalmente instituída por intermédio da Lei Estadual nº 4.071, de 29 de junho de 1979, sancionada por Tarcísio Burity. Anos mais tarde, a casa foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) como sendo a “Casa onde nasceu João Pessoa”, por meio do Decreto nº 23.311, de 23 de agosto de 2002 (SILVA, 2015).

⁷ Maria Luiza era filha de Sigismundo Antônio Gonçalves, magistrado e político pernambucano, o qual foi Governador do Estado de Pernambuco por duas vezes (entre 1899 e 1900 e de 1904 a 1908).

se por meio de seu trabalho. Segundo consta na biografia escrita por seu filho, sua vida era simples e por muitos anos “viveu pobremente”, nunca deixando de enviar ajuda para sua mãe (ALBUQUERQUE, 1979, p. 93). Sua condição financeira só mudou por volta de 1909, quando foi tentar a vida no Rio de Janeiro e aceitou as indicações do tio Eptácio Pessoa. Lá, ocupou o cargo de auditor-geral da Marinha, Ministro da Junta de Justiça Militar e Ministro do Superior Tribunal Militar.

João Pessoa nasceu e cresceu no seio de uma família de políticos⁸. Apesar de ter atuado em várias esferas da área jurídica, certamente a política foi o que soou mais forte no seu íntimo. Exerceu o cargo de Ministro até 1928, quando foi indicado por seu tio Eptácio Pessoa, “o mentor da política estadual” (MELLO, 1978, p. 12), para ser o candidato do Partido Republicano da Paraíba⁹. Para Lewin (1993, p. 327), Eptácio “deve ter concluído que, com João Pessoa no governo do estado, poderia reter um controle mais seguro sobre o escalão de liderança da oligarquia”. Naquele contexto político, era considerado um candidato neutro e foi eleito Presidente¹⁰ da Paraíba, sem que houvesse a indicação de um concorrente da oposição.

A partir de sua posse, em 22 de outubro de 1928, teve início a saga de sua trajetória política que durou apenas dois anos. Um percurso breve e marcante ao mesmo tempo. Os rumos e as decisões que tomou durante seu governo foram suficientes o bastante para provocar uma reviravolta na sua vida e assinalar expressivamente a história paraibana. Tal contexto situacional está relacionado a uma série de eventos que transcorreram durante sua gestão, nos idos de 1928 a 1930. É exemplo sua recusa em apoiar a candidatura situacionista de Júlio Prestes à Presidência do Brasil, enfrentando politicamente o então Presidente da República,

⁸ Pelo lado materno, seu bisavô, Henrique Pereira de Lucena, foi um dos chefes da Revolução Praieira de 1848, em Pernambuco. Sua mãe era irmã de dois políticos de destaque: em âmbito nacional, Eptácio Pessoa (Presidente da República), e em âmbito estadual, Antônio Pessoa (Presidente do Estado da Paraíba). Do lado paterno, João Batista do Rego Cavalcanti de Albuquerque, seu bisavô, teve participação na Revolução Pernambucana de 1817. Embora não demonstrasse interesse, a política estava no seu sangue e escolheu como esposa uma moça de família política.

⁹ Quando indicou o nome de João Pessoa para o governo da Paraíba, Eptácio Pessoa justificou a escolha da seguinte forma: “Falo como paraibano, não como parente [...]. Não vejo candidato que para um bom governo possua melhores títulos do que ele. Afastado há muito tempo das lutas políticas na Paraíba; sem laços partidários nem incompatibilidades capazes de lhe tolher ou transviar os movimentos; amante de sua terra [...]; conhecido, relacionado, altamente conceituado nos meios políticos e sociais desta Capital, amigo pessoal do atual Presidente e Chefe Político do Estado, inteligente, probo, enérgico, quem é que reúne mais e melhores requisitos?” (MELLO, 1978, p. 13).

¹⁰ O termo “Presidente de Estado” foi usado durante a República Velha (1889-1930) e corresponde atualmente ao cargo eletivo de Governador.

Washington Luís. O episódio ficou conhecido como o “négo”, que ganhou posteriormente uma data no calendário cívico da Paraíba e passou a integrar a bandeira desse estado¹¹.

Devido às mudanças implantadas em seu governo e suas medidas enérgicas, ficou conhecido como “um reformador com muitos objetivos para o seu estado natal” (LEWIN, 1993, p. 327). Impulsionou reformas na estrutura político-administrativa do estado. No campo tributário, para contornar as dificuldades financeiras da Paraíba, instituiu impostos que taxavam o comércio entre os municípios do interior paraibano e o porto de Recife. A medida desagradou os coronéis do interior paraibano, acirrou as discórdias políticas e econômicas entre os coronéis do município de Princesa e o presidente João Pessoa, fazendo surgir, em fevereiro de 1930, a chamada Revolta de Princesa.

O movimento foi liderado pelo chefe político local, o coronel José Pereira de Lima, fazendeiro, comerciante e deputado estadual, membro do Partido Republicano da Paraíba. Enquanto os ânimos em Princesa esquentavam, João Pessoa concorreu às eleições presidenciais em março de 1930, como candidato à vice-presidência da República, na chapa de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal. Porém, o pleito lhe foi desfavorável, sendo vitoriosa a chapa governista, encabeçada por Júlio Prestes. A partir de então, sua vida e atuação política se misturaram com os episódios que transformaram os rumos da política nacional.

O clima da política interna na Paraíba com a Revolta de Princesa ganhou tons de intolerância e insatisfação. Os acontecimentos e as tramas políticas culminaram com o assassinato de João Pessoa, na Confeitaria Glória, em Recife, no dia 26 de julho de 1930. O autor do crime foi um aliado do coronel José Pereira, o advogado João Duarte Dantas. O qual teve sua residência invadida pela polícia do estado que apreendeu correspondências e documentos particulares. A suposta divulgação de suas cartas íntimas pelo jornal oficial do

¹¹ Para um maior conhecimento sobre a conjuntura dos acontecimentos políticos que desembocaram no chamado “dia do Nego”, em 29 de julho de 1929, data em que o Presidente da Paraíba enviou um telegrama ao Catete, informando a Washington Luís que não apoiaria a sua indicação para a sucessão presidencial, sugerimos: GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994; ALMEIDA, José Américo de. **O ano do Nego**: memórias. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo – Pbgás, 2005.

governo paraibano, *A União*, teria motivado o crime¹². Levou João Dantas a “lavar sua honra”, desferindo contra João Pessoa três tiros de revólver que lhe ceifaram a vida naquela tarde¹³.

Com esse desfecho trágico o movimento em Princesa perdeu o sentido e foi sufocado em seguida. Entretanto, esse assassinato ganhou tom de tragédia política, causou comoção social na Paraíba e serviu de impulso para o surgimento de uma nova conjuntura política nacional¹⁴: iniciada com a Revolução de 1930, seguida da deposição do presidente Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, e a chegada de Getúlio Vargas ao poder¹⁵.

Sua morte ganhou dimensões simbólicas, transformando-o em mártir, e serviu de estopim para a Revolução de 1930. Em torno de seu personagem foi construída uma imagem de herói paraibano. Foi transformado em mito desse movimento na Paraíba (AIRES, 2013) e em sua homenagem, foram adotados diversos símbolos memorialísticos, como a nova bandeira da Paraíba, hinos, feriados e monumentos instituídos para consagrar sua memória, tema abordado nesta pesquisa.

Traçando um caminho: o objeto de estudo

A produção narrativa acerca de João Pessoa é vasta, especialmente na Paraíba. Inserido no contexto da Revolução ou isoladamente, ele foi objeto de pesquisas a partir de diversos ângulos e fontes. Quando se imagina que foi demasiado estudado por pesquisadores e curiosos, nas diversas áreas do conhecimento, nos damos conta que um elemento extremamente relevante

¹² Cabe salientar que o jornal *A União* não publicou as tais cartas amorosas. Aguiar (2000, p. 119) afirma que, “tais correspondências tratam de assuntos políticos e, também, de graves irregularidades que implicavam o pai e um irmão de João Dantas, junto à Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – I.F.O.C.S.”. Contudo, ganhou fôlego a versão da publicação das cartas amorosas, possivelmente vistas na redação do jornal.

¹³ Neste trabalho não adentramos nas entrelinhas dos acontecimentos na Paraíba, que ecoaram pelo Brasil e se relacionaram com o assassinato de João Pessoa. Tampouco nos interessa apontar o motivo desse homicídio. O intuito nesse momento é situar o leitor nesse contexto de forma mais ampla, para que se possa conhecer um pouco sobre esse personagem que foi amplamente monumentalizado na Paraíba.

¹⁴ Sobre as notícias do assassinato de João Pessoa, veja-se as publicações do jornal *Folha da Manhã*. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dossietexto2.htm> Acesso: 26 fev. 2014. Conferir também: A UNIÃO, 27, 28, 29 e 30 jul. 1930.

¹⁵ Seguiremos usando o termo Revolução de 1930, sem adentrar na sua discussão historiográfica, visto que não é nosso objetivo nesta pesquisa. A Revolução de 30 é um tema bastante estudado pela historiografia brasileira e de bibliografia vasta. Das muitas abordagens, por ora, sugerimos consultar: ALMEIDA, José Américo de. **O ano do Negro**: memórias. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo – Pbgás, 2005; MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 1930. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1984; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.) **Elite intelectual e debate político nos anos 30**: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

ainda precisa ser perscrutado. Os monumentos criados em sua homenagem carecem de uma abordagem historiográfica. Quanto a isso, num âmbito mais amplo, Ricardo Oriá aponta que

O estudo dos monumentos, ícones e equipamentos urbanos é recente no âmbito da historiografia brasileira. Acompanha a tradição da Nova História francesa, mais precisamente no campo das mentalidades e do imaginário nas cidades, sobretudo nos seus espaços públicos de maior circulação (ORÍÁ, 2000, p. 220).

Embora alguns trabalhos acadêmicos tenham abordado o viés memorialístico da imagem de João Pessoa, não houve aprofundamento dessas questões com uma pesquisa específica acerca dos monumentos erguidos em sua memória. E é exatamente pelas frestas do já escrito sobre esse personagem que encontramos uma lacuna a ser preenchida. Ou seja, a necessidade de se estudar o processo de sua monumentalização.

Ao caminharmos pelas praças das cidades brasileiras, frequentemente percebemos a existência de indivíduos materializados em forma de monumentos, geralmente bustos ou estátuas. Esses elementos da cultura material demonstram o quanto essas figuras do passado coexistem em nosso meio e insistem em se manter perenes em nosso dia a dia. São diversos os motivos que fazem com que determinado vulto do passado continue a ser lembrado no presente. Alguns podem ser facilmente identificados por nós. São nomes de destaque para a história local/citadina, ou mesmo nacional. Em contrapartida, outros não o são.

De acordo com José Murilo de Carvalho (1990), em meados do final do século XIX, o Brasil passou por um processo de construção mental e intelectual em que se buscava, por meio de variados símbolos (imagens, monumentos, hinos e bandeiras), incutir o projeto republicano e sua ideologia no país. Para tanto, tentava-se alcançar o imaginário popular por meio desses símbolos, utilizando-se de estratégias inspiradas no modelo francês para divulgar os ideais republicanos que até então eram restritos às elites.

Foi nessa fase que boa parte das cidades brasileiras ergueu objetos dessa natureza, como forma de homenagear personagens considerados relevantes. Na Paraíba não foi diferente, como forma de não esquecer o assassinato de João Pessoa e a Revolução de 1930, os grupos oligárquicos se empenharam em continuar a disputa ideológica, atuando de forma sucinta no inconsciente político por meio da memória tida como “oficial” e materializando-a nos espaços públicos através dos monumentos. Além da criação de vários símbolos (hinos e bandeira do

estado), denominação de praças, ruas, avenidas e mesmo a mudança do nome da capital, de “Parahyba do Norte” para “João Pessoa”.

A monumentalização de João Pessoa na Paraíba estava destinada a atender os interesses políticos do momento. Esse recurso foi denominado por Alcir Lenharo (1986) de “sacralização da política” e se vale de várias formas de comunicação enquanto instrumento de divulgação de um determinado projeto político, algo amplamente utilizado por Getúlio Vargas após 1930. Essa estratégia política sutil e ao mesmo tempo violenta, revela-se também como um poder simbólico, nos termos de Bourdieu (1989, p. 5), considerado como “uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”.

Nesse sentido, analisar como os grupos políticos fazem uso de imagens escultóricas nos espaços citadinos permite ao historiador perceber como eles impõem valores ao público, por persuasão e convencimento. Isso porque, segundo Balandier (1982, p. 7), o poder “só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. [...] Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação”.

Em sua origem etimológica, do latim *monumentum* (derivado de *monere*), significa “fazer recordar, lembrar”. Tomado em seu sentido mais amplo, Jacques Le Goff (2003, p. 526) afirma que o monumento “é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Para aquele autor, uma de suas características é o “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”. Criar e cuidar dos monumentos sugere o interesse de eternizar uma configuração do passado que não é dada em si, mas através de um objeto que foi socialmente fabricado e que busca ressignificações no presente. Por isso ele diz muito de uma sociedade.

Conforme acepção do historiador da arte vienense Alois Riegl, o sentido mais amplo e original do termo monumento pode ser entendido como “uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de manter façanhas ou destinos individuais (ou conjunto destes) sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras” (RIEGL, 2005, p. 23, tradução nossa). Por isso, as obras que presentificam João Pessoa, que têm o propósito de conservar sua memória, a serem estudadas nesta pesquisa, serão encaradas como “monumentos intencionais”.

No tocante à ligação entre monumento e memória, recorreremos às reflexões de Catroga (2015, p. 25), apoiadas nos ensinamentos de Lévinas, Ginzburg e Paul Ricoeur, para quem, “não há representação memorial (nem historiografia) sem *traços*”. Do latim, *tractus*, “referia-

se a uma sequência de impressões deixadas pela passagem de um animal; o que lhe permitiria funcionar como *testemunho* e *indício*". Nessa perspectiva, a memória agiria a partir desses traços, e portanto, os monumentos seriam os traços do passado. Segundo esse autor, a própria origem da palavra memória parece "solicitar o *traço* e o rito".

A expressão latina *monumento* deriva da raiz indo-europeia *men*; e esta também se aplica a uma das funções nucleares do espírito (*mens*), a *memória*. Mas a ligação entre o *monumento* e a *memória* não pode ser vista em termos exclusivamente eruditos; ela também convida ao relacionamento das dimensões espaço-temporais que ambos os conceitos implicam (Le Goff, 1984, 1991). E se todo monumento é *traço* do passado, consciente ou involuntariamente deixado, a sua leitura só será *re-suscitadora* de memórias se não se limitar à perspectiva gnosiológica e "fria" (típica da leitura patrimonial, museológica e historiográfica) e se for afagada na partilha com outros. Na verdade, nas suas enunciações mais afectivas, o *diálogo* entre o presente e o passado quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objeto e constitui, mais do que uma prática frívola e egoíde, um acto cordial e comunitário, um *re-cordare* com, isto é, um *co-memorar*. Nesta dimensão, a memória só pode ser narrada na linguagem pública e instituinte do rito, pois comemorar, na acepção que melhor cumpre o acto vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o *eu* na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas. (CATROGA, 2015, p. 25-26, grifo do autor).

Nessa ótica, conforme os usos do passado, os bustos, estátuas e conjuntos escultóricos representativos da imagem de João Pessoa, repassam para as futuras gerações uma memória oficial sobre o personagem que o Estado escolheu lembrar, dentro de um dado contexto político e social. Eles "tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo" (CHOAY, 2006, p. 26). Nesses termos, Françoise Choay analisa a particularidade da forma como o monumento atua sobre a memória, enfatizando que:

Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. [...] Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos (CHOAY, 2006, p. 26).

Enquanto peça em prol de uma determinada memória, também favorece a efervescência dos laços de identidade entre aqueles que se identificam com tais objetos. É assim que

sutilmente, por meio do monumento, a memória se transmuta em instrumento de poder. Michael Pollak (1989) considera que toda a operação que a memória estabelece se integra em tentativas conscientes ou não, de definir e reforçar sentimentos de pertencimento, como também assegurar fronteiras sociais. Essa “referência ao passado” também tem o propósito de servir de elo para manter a coesão de grupos e instituições sociais, e, portanto:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1989, p. 5).

Quanto a esse aspecto, Carvalho (1990) assegura que a necessidade que a sociedade tem, em determinados momentos, de criar e sacralizar heróis e as suas utilizações políticas, se constituem como “fulcros de identificação coletiva” e “instrumentos de legitimação de regimes políticos”, no caso específico, legitimar na Paraíba os ideais da Revolução de 1930 e do novo governo presidencial. Dessa forma, a fabricação de heróis “tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que correspondam a um modelo coletivamente valorizado” (CARVALHO, 1990, p. 55).

Em sua abordagem acerca da figura do herói, Girardet (1987) elucida que ele é constantemente associado a símbolos e espaços que se coadunam para dar-lhe legitimidade e concretizar o processo de consagração. O herói é ancorado nas imagens e símbolos que lhes dão legitimidade e perpetuidade. O ideal é que a imagem de tal personagem ganhe dimensões e se prolongue no maior espaço cronológico possível. Feito isso, o herói estende-se ao devir e se conserva atuante na memória.

Partimos da hipótese de que a construção desses objetos de memória não resultou de homenagens desinteressadas. É necessário compreender os sucintos mecanismos de poder político que se escondem por trás desses monumentos, mas também perceber as suas possíveis resistências. Estudar suas linguagens, apropriações, compreender suas nuances, permite-nos historicizar o monumento em sua relação com a memória e a identidade cidadina/paraibana. Portanto, é indispensável entender o processo histórico referente ao processo de monumentalização de João Pessoa na Paraíba, para que se possa fazer novas leituras e percepções acerca dessas obras.

Igualmente, é necessário atentar para o processo de sua idealização, os sujeitos envolvidos, a edição de leis para construção dos monumentos e os projetos concorrentes. Também é de interesse historiográfico a seleção do material para confecção da peça, a criação da maquete e a escolha do local onde será instalado. E principalmente, avaliar que são definidos como objetos de memória, capazes de constituir uma intensa relação com o espaço urbano onde foi introduzido, pois “o monumento define o espaço que ocupa na cidade e é definido por ele” (UHLE, 2013, p. 6).

Ao serem inseridos nos espaços públicos, os monumentos compõem uma cartografia simbólica. Eles se transformam em espaços de celebração da memória, são resultado de uma construção histórica e ganham interesse de acordo com seu valor enquanto referencial simbólico, revelador dos processos sociais, das paixões, dos conflitos, das representações e memórias que ali se solidificaram. Assim, partimos da premissa de que a construção dessas obras condiz com a necessidade de criar “lugares de memória” (NORA, 1993) que buscam uma específica legitimidade política.

Nossas escolhas

A cidade é, e sempre foi dotada de objetos, símbolos e imagens que lhe conotam sentidos. Ela é constantemente demarcada simbolicamente e nessas metamorfoses, seus monumentos são ressignificados a cada geração, pois o espaço urbano não é estático. Em nossa dissertação de mestrado¹⁶, ao problematizarmos a toponímia urbana de Umbuzeiro e a construção de uma cidade monumentalizada em favor da família Pessoa, percebemos o quanto essa genealogia estava presente e materializada nos espaços públicos (praças, avenidas, ruas e prédios públicos) dessa cidade que é seu berço.

Ao estudarmos os monumentos (bustos) das praças umbuzeirenses, entre eles o de João Pessoa, percebemos que esse personagem extrapolava significativamente os limites de sua terra natal. Ele havia sido monumentalizado em toda a Paraíba, em forma de monumento, tornando-se elemento presente na toponímia urbana de algumas cidades paraibanas.

¹⁶ SILVA, Tatiane Vieira da. **A fabricação de uma cidade monumentalizada**: memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB). 2015. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.

Até o final da década de 1940, o Estado da Paraíba possuía quarenta (40) municípios e todos eles fizeram algum tipo de tributo a João Pessoa, colocando seu nome na toponímia urbana (em praças, avenidas, ruas ou prédios públicos). De modo especial, outros dez (10) municípios ergueram monumentos (estátua, busto ou conjunto escultórico) nas praças de suas cidades. São eles: Araruna, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Santa Rita, São João do Rio do Peixe, Sapé e Umbuzeiro.

Imagem 2 - Monumentos a João Pessoa nas cidades paraibanas



Fonte: Composição gráfica criada pela autora (Mapa da Paraíba em 1951-IBGE)

Entre as décadas de 1930 e 1940, 25% das cidades paraibanas existentes, erigiram um monumento em memória de João Pessoa¹⁷. Um percentual significativo que suscitou a problemática historiográfica a ser encarada nesta tese, sendo esse período o recorte temporal que baliza esta pesquisa. Tal período foi delimitado pelos anos que perpassam o assassinato do ex-presidente e o auge da construção desses objetos de memória na Paraíba.

¹⁷ Somente na década de 1950 foram criados 47 municípios na Paraíba, mais que o dobro dos existentes. Atualmente o Estado possui 223 municípios. Confira-se a Relação dos municípios com respectivas leis e datas de criação, disponível em: www.al.pb.leg.br/espaco-do-cidadao/emancipacao-dos-municipios. Acesso em: 01 dez. 2019.

Toda história é resultado de uma seleção, de uma composição de recortes, de fontes, de aportes teóricos e metodológicos e de interpretações acerca de determinado tema. Assim, para emprendermos um estudo sobre a monumentalização de João Pessoa na Paraíba, selecionamos três monumentos específicos. O busto erguido na sua cidade natal, Umbuzeiro, a estátua plantada em Campina Grande, importante centro tecnológico e segunda cidade mais populosa da Paraíba, e o conjunto escultórico edificado na capital paraibana, a cidade de João Pessoa.

Embora existam singularidades específicas à formação histórica de cada uma dessas urbes, a serem consideradas na pesquisa, propomos especialmente um estudo acerca de um elemento comum a todas elas, os monumentos erguidos em memória a João Pessoa. Para assim entendermos o contexto paraibano como um todo, verificar como esses objetos favoreceram a construção de uma identidade política e social a partir da representatividade simbólica e memorialística desse personagem no cenário político paraibano.

Para tanto, optamos por estudar o processo de monumentalização de João Pessoa desde o início da preocupação em criar objetos para homenageá-lo, com as discussões na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Analisamos a apresentação de projetos e a sanção de leis que aprovaram a confecção dos monumentos, iniciando-se com a construção do monumento tumular.

Entender tais obras e seus usos do passado, ou seja, “a forma como a experiência temporal é representada, apropriada e difundida por indivíduos ou grupos com o intuito de produzir um tipo de sentido e orientação no presente” (ARRAIS, 2010, p. 1), é uma questão cêntrica nesta pesquisa. Pois, busca-se o entendimento mais profundo de um dado extrato da realidade que muitas vezes é naturalizada ao invés de problematizada. É assim com os monumentos em memória de João Pessoa que, com o passar do tempo se integraram aos espaços onde foram inseridos e, de certa forma, naturalizados.

Para realizar este estudo e fazer a “operação historiográfica” proposta, utilizaremos como guia as considerações apresentadas por Michel de Certeau (2000), para quem o ofício do historiador se desenvolve dentro de uma espécie de enquadramento, em meio a um sistema de referências. Além de ser um procedimento epistemológico, é também estratégico e político, pois a narrativa histórica não é mais tida como verdade absoluta, mas sim como uma interpretação, uma versão pensada, regrada do que aconteceu e, portanto, atrelada a um corpo social e uma instituição do saber.

Entre as possibilidades teóricas vigentes, escolhemos dialogar com aquelas que nos permitem analisar o processo de construção dos monumentos a João Pessoa e suas interfaces políticas e memorialísticas. Para tanto, optamos por trilhar nosso caminho junto a Nova História Cultural, tomando como ponto de partida o aporte teórico que tem o monumento como objeto de estudo e reflexão. Dialogamos principalmente com os autores que o entendem enquanto objeto de memória subjetivado simbolicamente e resultado de propósitos políticos específicos.

Nossa primeira interlocução teórica e basilar é com Alois Riegl (2014), cuja reflexão na teoria e história da arte demonstra a atualidade do seu pensamento acerca do estudo dos monumentos¹⁸. Guiado pela noção de evolução, ele se debruça sobre como, em determinado período histórico, atribui-se ao monumento um certo tipo de valor¹⁹. Em meio a esses valores atribuídos ao monumento historicamente, Riegl estabelece a diferença entre produções “intencionais” e “não intencionais”.

Nos “monumentos intencionais”, categoria examinada neste estudo, a obra já nasce com um valor de memória e exerce uma função prospectiva, fazendo lembrar algo ou alguém. Já no caso dos não intencionais, não é criado com propósito de fazer lembrar, somos nós que posteriormente, lhe atribuímos ou não, o valor de memória. De acordo com Riegl (2005, p. 67), a particularidade dos monumentos intencionais reside em seu valor de rememoração:

El valor rememorativo intencionado tiene desde el principio, esto es, desde que se erige el monumento, el firme propósito de, en cierto modo, no permitir que ese momento se convierta nunca en pasado, de que se mantenga siempre presente y vivo en la conciencia de la posteridad. Esta tercera categoría de valores rememorativos constituye, pues, un claro tránsito hacia los valores de la contemporaneidad.

Partindo do pressuposto de que o monumento, enquanto objeto intencional, tem uma carga valorativa de rememoração, não é difícil perceber que “as lembranças se apoiam nas pedras da cidade [e] [...] a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva” (BOSI, 2003, p. 71). Desse modo, a construção desse tipo de peça tem o desígnio de tornar um

¹⁸ Com base na evolução estética atrelada a uma linearidade histórica, Riegl desenvolve o conceito de *Kunstwollen*, definido como um querer da arte, percebido como algo inerente, um impulso estético, o germe da arte, que contempla em si a intencionalidade estética do momento de sua concepção. Nessa perspectiva, elabora as categorias de valores para entender os modos como os monumentos atendem as exigências do querer moderno da arte.

¹⁹ Riegl elenca os principais valores inerentes aos monumentos, sendo que um tipo de valor não esgota o outro, podendo existir simultaneamente. Do mesmo modo, afirma que não há um valor de arte absoluto, somente um relativo, que se aproxima das exigências do querer da arte vigente à época de sua criação.

personagem ou um fato perene e inesquecível. Como afirma Riegl (2014, p. 38), “na classe dos monumentos volúveis, encontram-se somente aquelas obras que, pelo desejo de seus criadores, deveriam lembrar um determinado momento (ou vários) do passado”.

Dessa forma, os monumentos intencionais ou celebrativos²⁰ aqui problematizados, são dotados do valor volúvel de memória ou de comemoração, cuja pretensão é a “imortalidade, o presente eterno, a essência incessante”. Assim, desde a criação do monumento, objetiva-se “nunca deixar, de certa forma, que um momento faça parte do passado, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras, sempre presente e vivo” (RIEGL, 2014, p. 63).

Para efeito de um estudo historiográfico, faz-se necessário estabelecer a diferença entre o conceito de monumento e o de monumento histórico. Para tanto, utilizaremos a abordagem feita pela urbanista e historiadora francesa Françoise Choay (2011), para quem o monumento, em sua definição mais ampla, é entendido como um artefato intencional. Em contrapartida, o monumento histórico não é intencional e refere-se a uma construção intelectual posterior à sua edificação. Conforme Riegl (2014), no monumento histórico, está imbuído o valor histórico, como testemunho de uma época, de uma fase da história humana remota.

Outro conceito relevante como ferramenta analítica para realizarmos a operação historiográfica pretendida nesta tese, é o de memória. Entendida como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” e que se integra “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento” (POLLAK, 1989, p. 9), a memória é a pedra angular onde se ancoram os monumentos. Como suporte monumental, ela pode ser encarada ainda como um “[...] instrumento de poder, poder pelo domínio da lembrança, da tradição, da sua própria manipulação, de retorno ao passado para servir o presente e o futuro” (TEDESCO, 2004, p. 90).

Diante do forte apelo memorativo que contêm, os monumentos contribuem para um possível “enquadramento da memória” nos termos de Michael Pollack (1989, p. 11), onde “as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento [...] são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas

²⁰ Os monumentos intencionais são também chamados de monumentos celebrativos ou monumentos volúveis. Importa acrescentar que, devido às diversas traduções da obra de Riegl, **Der moderne Denkmalkultus** ou, **O culto moderno aos monumentos**, publicada inicialmente em 1903, alguns conceitos mudam de nomenclatura a depender da edição. Em nossa pesquisa, utilizaremos a versão em espanhol de 2005 e a versão traduzida para o português, de 2014.

institucionais de uma sociedade”. Com isso, busca-se a coesão social e a construção de uma identidade que tem seu cerne na memória de João Pessoa.

Ao analisar as categorias de usos e abusos da memória, Paul Ricoeur (2007, p. 98) avaliou que, tanto no plano da lembrança (rememoração) quanto no do esquecimento, a memória “narrada” pode, de maneira sutil, enquadrar e manipular lembranças. Portanto, conclui que, “uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum”.

Assim como a elaboração de um monumento não é algo aleatório, a escolha do local onde será assentado também tem um propósito e carece de uma reflexão. Na dinâmica da vida cidadina, as praças assumem um papel relevante por serem espaços públicos acessíveis aos indivíduos indistintamente, favorecendo o desenvolvimento de sociabilidades e vivências. Para José Manuel Lamas, a praça caracteriza-se por ser um componente morfológico de grande permanência nas cidades. Ela tem uma especificidade própria que a torna distinta dos demais espaços citadinos e pode ser vista como “o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS, 2004, p. 102).

Ao ser inserido na praça, o monumento e seu entorno transformam-se em “lugar de memória”, a partir do momento em que “a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21). Tomando por base todos esses elementos, fica-nos clara a opção pela praça como sede desses objetos. É uma escolha igualmente pensada pelos idealizadores da obra e que faz parte da narrativa que a compõe. Contudo, ao longo do tempo esses objetos de memória se misturam às novas construções urbanas, imagens e funções do panorama local onde estão inseridos, podendo assumir significado diferente do inicialmente pretendido.

Nosso percurso

Ao ampliar o leque da pesquisa historiográfica, a História Cultural despertou nos historiadores o interesse pelo estudo de objetos diversificados daqueles comumente passíveis de análise historiográfica. Entre aproximações e distanciamentos com outras ciências, ela

ampliou o horizonte de investigação e, dentro desse contexto, encontram-se as pesquisas que concebem o monumento como objeto de estudo e reflexão.

Enquanto objeto produzido pela mão humana, elemento da cultura material, o monumento é dotado de uma carga de sentidos, significados, e possui um desígnio. Isso porque, desde o instante em que é idealizado, já possui uma finalidade intrínseca a sua existência, a de cumprir o papel de fazer lembrar algo ou alguém. Tomando-os como “monumentos intencionais” (RIEGL, 2005), examinaremos os bustos, estátuas e conjuntos escultóricos representativos de João Pessoa, levando-se em consideração o contexto histórico de sua produção, as possíveis disputas de memória, defendidas pelos sujeitos políticos envolvidos em sua construção, a estratégia de afirmação memorialística de João Pessoa no contexto histórico e político da Paraíba, a relação com o espaço em que foi inserido e com os cidadãos que convivem e consomem os mesmos.

Na medida em que a História não está presa lá no passado e é entendida como a ciência dos homens em seu tempo (BLOCH, 2001), dialogaremos com o contexto atual desses monumentos. Faz-se necessário averiguar a forma com essas obras do passado chegaram até a contemporaneidade e como são entendidas e recepcionadas pelos cidadãos.

Para além da perspectiva da homogeneidade dessa memória e das tentativas de sua permanência temporal, é necessário adentrar na seara das disputas, dos conflitos de memórias, dos esquecimentos e silêncios. Como também perceber as investidas na elaboração de uma história local/estadual, com a fabricação desse personagem, concebido como “herói”, tão caro ao imaginário político de determinadas épocas (CARVALHO, 1990).

É possível perceber essas nuances por meio da investigação da trajetória da criação da peça, por meio da documentação concernente à sua concepção (memoriais descritivos, relatórios, cartas, fotografias, jornais e revistas, por exemplo). Em geral, esse processo segue um padrão, inicia-se com a aprovação de um projeto político, depois o lançamento de um edital de concurso para escolher o escultor e a melhor proposta monumental (UHLE, 2013).

Reputamos que o monumento em si mesmo, não revela suas condições de produção ou o universo cultural que propiciaram sua fabricação. Logo, precisa ser indagado pelo historiador que, munido de um aporte teórico e procedimentos metodológicos, se torna capaz de inferir sobre as estratégias de celebração da memória que nele estão impregnadas, mas que são imperceptíveis sem a devida problematização.

Para analisar a estratégia de afirmação memorialística da imagem de João Pessoa e as possíveis disputas de uma memória, defendidas pelos sujeitos políticos envolvidos na construção dos monumentos; torna-se necessário analisar os debates em torno dos projetos aprovados ou recusados, correspondências entre o idealizador da obra e o escultor, as maquetes e memoriais apresentados. Além disso, é preciso identificar a verba levantada para a construção da obra e pagamento do escultor.

É de nosso interesse o estudo da inauguração desses monumentos. Rastrear as formas de recepção do objeto, observar as opiniões e os debates à época em que foram inaugurados. Analisar os registros dos discursos proferidos na ocasião e os rituais desse tipo de solenidade. Igualmente, problematizar tais comemorações, pois sua função é “exorcizar o esquecimento” (OLIVEIRA, 1989, p. 173). Assim, é possível caracterizar os interesses dos grupos sociais/políticos responsáveis pela confecção da peça e sua relação com o público presente.

O arrolamento do acervo hemerográfico produzido na época, principal fonte para esta tese, permitiu acompanhar a publicização das discussões, campanhas e inaugurações dos monumentos. Atentamos para as publicações do periódico oficial do governo paraibano, o jornal *A União*, bem como para aqueles que estavam em circulação na Paraíba e na Capital Federal, o Rio de Janeiro. Optamos por manter as citações dos jornais com a grafia da época e assim tornar nossa escrita mais fidedigna à fonte periódica. Ante sua riqueza e as várias possibilidades ensejadas, deve-se ter em mente que “historicizar a fonte requer ter conta [...] das condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”. Ademais, é preciso “estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” (LUCA, 2011, p. 132).

Dessa forma, o trabalho com os periódicos requer a investigação sobre aspectos técnicos e as matizes ideológicas do momento, pois o que se tornou notícia foi motivado por questões/interesses que lhe deram publicidade. Daí é necessário identificar quem escreveu a notícia e buscar seu lugar social, avaliar o conteúdo da informação perante o contexto social e o lugar ocupado pela publicação no âmbito de sua área de circulação. Portanto, é preciso “[...] atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação [...]”, uma vez que “[...] os discursos adquirem significados de muitas formas [...]” (LUCA, 2011, p. 140). A linguagem, o tema e a ilustração utilizadas podem variar de acordo com o público a ser atingido.

Nesse ponto, para entendermos as facetas discursivas presentes nas matérias jornalísticas e nos debates que perpassaram a construção dos monumentos, objetos desta pesquisa, recorreremos aos estudos de Michel Foucault (2010). O autor nos chama atenção para proceder a análise das fontes a que se teve acesso, pois considera o discurso como um jogo, resultado de relações de poder, onde os indivíduos ou grupos são portadores de discursos articulados, mais ou menos interessados. Consideramos que compreender a natureza desses discursos, é um caminho metodológico fecundo e adequado neste trabalho.

Além desse gênero de fonte, a análise de fotografias também colabora na investigação desse objeto de estudo. Ela é um novo meio de comunicação como forma de auxílio à história, sendo necessário ler nas suas entrelinhas (BURKE, 2017). Sabe-se que a foto difere de outras formas de imagem por ser criada objetivamente por um aparelho eletrônico. Isso não implica dizer que ela é neutra e representa uma verdade. Ela é dotada de carga ideológica, mediada pelo olhar proposital de quem a criou e, portanto, precisa ser indagada em si mesma e em contraponto com outros documentos, tal como nos orienta Boris Kossoy (2001).

Além da imagem fotográfica, atentaremos para a imagem em seu âmbito iconográfico, que “abarca desde desenhos, pinturas e esculturas, até fotografias, cinema, propaganda, outdoors” (SILVA, 2009, p. 198). Nessa perspectiva, buscaremos entender as condições de produção e os significados ocultos por trás dos monumentos aqui estudados. Na esteira de Peter Burke (2017, p. 107), devemos indagar a forma como os governantes são frequentemente representados em estilo triunfante. Ele nos orienta a “olhar para estátuas reais ou ‘retratos de estado’, não como imagens ilusionistas de indivíduos, como pareciam na época, mas como teatro, como representações públicas de um eu idealizado”.

Esta tese está estruturada em sete capítulos, iniciando-se com esse texto introdutório, indispensável para situar e conduzir o leitor nesse percurso, desvelando a bruma que encobre os monumentos a João Pessoa. No segundo capítulo, intitulado “Os primeiros bosquejos monumentais”, nos debruçamos sobre o início do processo de criação dos monumentos intencionais a João Pessoa. Nos reportaremos às discussões que ocorreram logo após a morte de João Pessoa, à votação e aprovação de projetos na Assembleia Legislativa da Paraíba. Apresentaremos Antônio Pessoa Filho, o guardião da memória dos Pessoa, protagonista da monumentalização de João Pessoa e responsável pela edificação das obras aqui estudadas. Abordaremos a criação da primeira obra, o monumento tumular destinado a abrigar os restos mortais do ex-presidente, instalado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Analisaremos os memoriais descritivos apresentados pelos sete artistas concorrentes, a seleção da proposta vencedora e sua inauguração.

O terceiro capítulo, designado “Os monumentos no imaginário urbano”, discorre sobre como a criação desses monumentos adentrou a opinião pública, por meio da publicação de notícias no veículo midiático do governo paraibano, o jornal *A União*, e em outros periódicos, a exemplo do jornal *A Imprensa*. Durante a celebração do primeiro aniversário de morte de João Pessoa, no evento denominado de “A grande comemoração”, houve um investimento pedagógico para a promoção dessas obras, principalmente pelos jornais, criando-se expectativas em torno desses objetos de memória. Nesse tópico, analisamos as campanhas em prol da criação de monumentos, os discursos jornalísticos e as comemorações feitas no primeiro ano de sua morte, avaliando a forma como os monumentos adentraram o imaginário urbano. Toda essa conjuntura suscitou conflitos de interesses entre os idealizadores da obra e alguns escultores que queriam executar o monumento a ser erguido na capital paraibana. Então nesse tópico analisaremos algumas propostas de monumento divulgadas nos jornais, como também o impasse entre os artistas interessados em esculpir o monumento da capital paraibana.

Será durante as comemorações do primeiro ano de falecimento do ex-presidente que serão inaugurados dois dos monumentos aqui estudados. Um deles será tratado no quarto capítulo, sob o título de “Umbuzeiro: o retorno do filho ilustre em pedra e bronze”. Ao nos remetermos à cidade onde João Pessoa nasceu, traçaremos o percurso de seu retorno, materializado em bronze e mármore. Percorreremos os dois dias de tributo em sua memória, analisando as particularidades dessas homenagens e seu ápice com a inauguração do monumento em praça pública. Discorreremos ainda sobre seus significados para Umbuzeiro, como as pessoas lidam com o busto, como forma de tentar entender um pouco dessa relação dos cidadãos com os monumentos.

Paralelamente ao evento que acontecia em toda a Paraíba, em 26 de julho de 1931, foi inaugurado o monumento de Campina Grande, tema do quinto capítulo, intitulado “Campina Grande: a primeira estátua, na República, ao gigante que a salvou com o seu sangue”. Nesse ponto da nossa escrita trataremos da estátua que simbolicamente representava o desejo daqueles que haviam contribuído para pagar pela sua confecção. Seguindo o mesmo percurso para os demais monumentos, analisaremos as particularidades da obra inaugurada na antiga Praça do Algodão e, anos mais tarde, transferida para Praça Cel. Antônio Pessoa, o que ocasionou um grande impasse. Portanto, a análise das discussões em torno dessa mudança de logradouro é

emblemática para refletirmos sobre o fato de que a escolha do local onde o monumento será erguido também não é algo aleatório.

No sexto capítulo, “A capital paraibana e seu altar da pátria”, estudaremos o monumento denominado “Altar da Pátria”, inaugurado na capital, a cidade de João Pessoa. Esse conjunto escultórico possui grande dimensões monumentais, em comparação aos demais aqui estudados. É o mais imponente e foi o último a ser inaugurado. Assim, perquiriremos sua negociação, narrativa e memorial descritivo, chegando até sua inauguração, em 1933. Ele também encerra o ciclo de obras produzidas pelo escultor Humberto Cozzo, principal escultor da memória de João Pessoa na Paraíba e, não por coincidência, dos monumentos aqui estudados.



CAPÍTULO II

Os primeiros bosquejos monumentais

2 OS PRIMEIROS BOSQUEJOS MONUMENTAIS

A preocupação em monumentalizar a memória de João Pessoa surgiu logo após sua morte. Antes mesmo que seu corpo fosse sepultado, seus simpatizantes e partidários políticos aproveitaram o calor das emoções e iniciaram no jornal *A União* (03 ago. 1930, p. 2) uma subscrição para a confecção de uma estátua a ser erigida na capital paraibana. Na Assembleia Legislativa da Paraíba, foi iniciado um processo de aprovação de projetos que lhe rendiam algum tipo de tributo e buscava a legitimidade dos ideais políticos por ele defendidos e recursos financeiros para viabilizar a construção desses monumentos.

Paralelamente às notícias sobre o funeral e à proximidade do trigésimo dia de falecimento, *A União* divulgava as discussões na Assembleia Legislativa, que votou e aprovou projetos relativos ao ex-presidente paraibano. Foi votado o projeto que instituiu o feriado estadual do dia 26 de julho²¹, o projeto de pensão para cada um dos quatro filhos de João Pessoa, no valor de 250 mil réis²², o projeto da mudança do nome da capital, de Paraíba para João Pessoa²³, o projeto instituindo a nova bandeira da Paraíba²⁴, o projeto para a criação de um monumento na capital²⁵ e para instituir o hino oficial da Paraíba²⁶.

²¹ O Projeto nº 01 de autoria do Deputado Argemiro de Figueiredo, apresentado na Sessão Legislativa do dia 12 de agosto (A UNIÃO, 22 ago. 1930, p.2). Posteriormente sancionado pelo presidente Álvaro de Carvalho, como Lei nº 702, de 9 de setembro de 1930.

²² Projeto apresentado por Lima Mindello na Sessão Legislativa do dia 29 de agosto (A UNIÃO, 30 ago. 1930, p.2).

²³ O Projeto de lei nº 04 foi apresentado em 01 de setembro e se transformou na Lei nº 700. De autoria do Deputado Argemiro de Figueiredo, que teria acatado a sugestão do poeta Américo Falcão e os pedidos dos moradores da capital, no que *A União* considerou “a mais perfeita confraternização entre o povo e o Poder legislativo”, caracterizando o ato como sendo uma iniciativa genuinamente popular, afirmando que a ideia “nasceu do espírito popular e se alastrou com a violência das fagulhas” (A UNIÃO, 02 set. 1930, p.1).

²⁴ O Projeto nº 06 foi apresentado por Generino Maciel na Sessão Legislativa do dia 08 de setembro e promulgado posteriormente como Lei nº 704. Todavia, antes da apresentação do projeto na Câmara, no dia 03 de setembro, juntamente com as notícias sobre a mudança do nome da Capital, *A União* traz uma nota onde as senhoras paraibanas estariam cogitando um movimento em apoio a criação da nova bandeira do estado (A UNIÃO, 03 set. 1930, p.1). Tal movimento teve mais tarde a participação da mulher paraibana na Assembleia Legislativa (A UNIÃO, 26 set. 1930, p.8).

²⁵ Na Sessão Ordinária de 22 de setembro, houve a primeira votação do Projeto nº 10. O mesmo foi sancionado como Lei nº 708, de 30 de setembro de 1930 que “Manda erigir nesta capital uma estatua ao mallogrado presidente João Pesssôa” (A UNIÃO, 02 out. 1930, p.2). Esse tema será discutido mais adiante.

²⁶ O projeto nº 11 teve sua primeira votação na Sessão Ordinária de 22 de setembro (A UNIÃO, 23 set. 1930, p.3). Foi sancionado como Lei nº 711, de 01 de outubro de 1930, que “Adopta para o Estado um Hymno official” (A UNIÃO, 02 out. 1930, p.2).

Dessarte, houve um movimento bastante significativo e, de certa forma, rápido de institucionalização da memória de João Pessoa por parte da Assembleia Legislativa, antes de seu fechamento, em 22 de outubro de 1930²⁷. Foram criados e oficializados vários símbolos, hinos, feriados e monumentos. Todos instituídos para homenagear e consagrar a imagem daquele que já era denominado nos jornais como o “herói paraibano”²⁸ e, conseqüentemente, desenhando-o nos espaços públicos.

Nesse aspecto cabe pensarmos um pouco sobre os motivos dessa rápida oficialização memorialística. De acordo com Gurjão (1994), a composição das Coligações Partidárias da Paraíba em 1930 revelava um cenário político dual. Havia a Coligação Dominante, representada pelo Partido Republicano da Parahyba (formado pelos Liberais- Epitacistas - Pessoaistas) e na oposição, o Partido Republicano Conservador da Paraíba (composto pelos Perrepistas - Heraclistas e dissidentes do Epitacismo).

Após o assassinato de João Pessoa, os ânimos políticos entre os dois grupos se acirraram. Com a concepção de que o crime era de cunho exclusivamente político, iniciou-se uma perseguição aos perrepistas. Na Assembleia Legislativa, os perrepistas já não participavam das sessões e, praticamente sem oposição, os aliancistas cuidaram em institucionalizar a memória do ex-presidente, apresentando e votando as leis necessárias para oficializar sua memória e iniciar os projetos ideológicos para a Revolução de 1930.

Em tese, foram votados Projetos de Lei que visavam monumentalizar João Pessoa e indenizar financeiramente a família pela perda do ente querido. A viúva recebeu por direito a pensão do marido, já os quatro filhos menores de idade²⁹, tiveram a garantia por lei de um bom rendimento financeiro³⁰.

²⁷ Acerca da institucionalização da memória a João Pessoa pela Assembleia Legislativa da Paraíba e sua conseqüente criação de lugares de memória, conferir o segundo capítulo da obra de José Luciano Q. Aires: **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande: EDUFCG, 2013.

²⁸ A *União* divulgou várias matérias onde nomeia João Pessoa como “herói” ou “mártir”.

²⁹ Ordem cronológica dos filhos: Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Mariza Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Jório Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Iza Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

³⁰ A título de exemplo e tendo em vista as variações monetárias, fazendo-se a conversão das pensões dadas pelo Governo da Paraíba a cada um dos filhos de João Pessoa, verifica-se que o valor de 250 mil réis corresponderia atualmente a cerca de R\$6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais). O Estado obrigou-se a pagar quatro salários nesse valor aos filhos, além da pensão mensal da viúva, o que deixou a família do ex-presidente numa situação financeira confortável. Contudo, identificamos disputas judiciais entre Iza Pessoa (filha) e o governo federal, onde já idosa, ela reivindicou a continuidade do recebimento de uma pensão até os últimos dias de sua vida. Cabe salientar que a conversão dos valores em contos de réis, foi feita com a ferramenta para conversão de valores do site do Estadão. Devido aos períodos de inflação que o Brasil atravessou ao longo do tempo, para se

Na Sessão Legislativa do dia 14 de agosto de 1930, o Deputado Generino Maciel³¹ apresentou o Projeto de lei nº 02, no qual o Estado da Paraíba foi obrigado a pagar as despesas com o funeral e autorizou a construção de um monumento fúnebre no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, cidade onde residia a família do falecido. O projeto foi discutido na Sessão Legislativa de 22 de agosto, sendo aprovado por unanimidade³². No intuito de agilizar sua sanção, o Deputado José Mariz requereu a dispensa do interstício regimental e da impressão, o que foi aceito unanimemente (A UNIÃO, 29 ago. 1930, p. 3). Assim, numa celeridade surpreendente, no dia seguinte o projeto foi sancionado e se transformou na Lei nº 699, de 29 de agosto de 1930. Vejamos seu teor:

Lei nº 699 de 29 de agosto de 1930

Autorisa o govêrno a mandar construir no Cemitério S. João Baptista do Rio de Janeiro, um monumento condigno da memoria do Presidente João Pessôa e dá outras providencias.

O presidente do Estado da Parahyba:

A Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam approvadas todas as despesas effectuadas pelo govêrno do Estado, com os funeraes do inolvidavel Presidente João Pessôa.

Art. 2º - Iguamente, fica, desde já, o govêrno do Estado a mandar construir, no Cemitério S. João Baptista, do Rio de Janeiro, um monumento condigno da memoria do grande parahybano, adquerindo, para isso, a titulo perpetuo, o necessario terreno naquella necrópole, e o mais que for preciso.

§ Unico - No monumento a ser construido, e a que se refere este artigo, sómente poderão ser sepultados além do homenageado, sua mulher e filhos.

Art. 3º - Deverá o govêrno do Estado, para os fins dos artigos antecedentes, abrir o credito necessário, até a quantia de cem contos de réis (100:000\$000), e nomear commissão idonea com poderes para contractar e ficalizar, em nome da Parahyba, a construcção do alludido monumento.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Govêrno do Estado da Parahyba, em 29 de agosto de 1930, 41º da Proclamação da Republica.

Alvaro Pereira de Carvalho

chegar a uma maior exatidão no valor, leva-se em consideração a data e o preço do jornal naquele dia. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 20 out. 2019.

³¹ Generino Maciel nasceu em Campina Grande, em 1884, e faleceu em 1942, em Belém, no Pará. Chegou na Assembleia em 1924, quando assumiu a cadeira renunciada por Ernani Lauritzen. Foi advogado, redator chefe do *Correio da Paraíba* e ocupou o cargo de deputado estadual por vários mandatos. Era um parlamentar epitacista, ligado ao grupo político dos Pessoa. No entanto, fazia parte da corrente da Aliança Liberal que desejava a revolução (no sentido de tomada do poder pelas armas). Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/colunistas/bandeira-do-nego/> Acesso em: 6 ago. 2019.

³² Conferir as Atas das Sessões Legislativas da Assembleia Legislativa da Paraíba em: (A UNIÃO, 21 ago. 1930, p. 3); (A UNIÃO, 23 ago. 1930, p. 2) e (A UNIÃO, 24 ago. 1930, p. 5 e 8).

Adhemar Victor de Menezes Vidal
 Flodoardo Lima da Silveira
 (A UNIÃO, 30 ago. 1930, p. 5)

A proposta para a construção do primeiro monumento a João Pessoa foi delineada imediatamente após seu óbito. E um mês após o ocorrido, a lei que mandava erigir o monumento foi sancionada pelo então governador, Álvaro de Carvalho³³ e já entrava em vigor. Era o prelúdio de sua monumentalização póstuma, junto à estatuomania pelas praças das cidades paraibanas.

O Deputado Generino Maciel, autor do referido Projeto de Lei, parecia ser o encarregado de oficializar a memória de João Pessoa por meio de Assembleia Legislativa. O parlamentar da ala radical da Aliança Liberal foi o responsável por outros textos legais que aludiam à mesma temática, a exemplo do projeto que instituiu a nova bandeira da Paraíba e o que mandava erigir um monumento na capital paraibana, assunto a ser tratado nessa tese mais adiante.

No tocante ao teor da Lei nº 699, quanto à aprovação dos gastos com o funeral, cabe salientar que desde o dia do falecimento de João Pessoa, o Governo da Paraíba assumiu as contas com o finado. Via de regra, tratava-se de uma obrigação institucional e cívica, uma vez que ele ocupava o cargo de Presidente do Estado. Por outro lado, tendo em vista a intenção de usar o assassinato como um recurso a favor dos objetivos políticos da Aliança Liberal, o funeral tomou proporções grandiosas e, conseqüentemente, os gastos foram vultosos, chegando a cerca de cinquenta contos de réis³⁴.

³³ Álvaro Pereira de Carvalho foi jornalista e bacharel em Direito. Atuou como deputado Federal, Secretário de Estado e professor. Foi eleito vice-presidente do estado na chapa encabeçada por João Pessoa, assumindo o Governo da Paraíba após sua morte. Durante sua curta administração, o governo federal resolveu pôr termo à rebelião de Princesa (movimento rebelde liderado por José Pereira Lima deflagrado no atual município de Princesa Isabel-PB, em oposição ao governo de João Pessoa). Deixou o Governo da Paraíba em 4 de outubro, após a eclosão da Revolução de 1930, sendo substituído por José Américo de Almeida. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/videos-e-imagens/1-fundadores/detail/4-alvaro-pereira-de-carvalho?tmpl=component> e <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20%C3%81lvaro%20Pereira%20de.pdf> Acesso em: 20 set. 2019. Cabe enfatizar que Álvaro de Carvalho era epítacista e se posicionou contra a mudança do nome da capital e vetou o projeto da bandeira do Nego, sendo contrário aos interesses revolucionários. Razão pela qual acabou renunciando o governo ante as pressões políticas. Conferir: BEZERRA, Dinarte Varela. **1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução**: a narrativa como ato socialmente simbólico. 2009. 227 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. (p. 184-206).

³⁴ Os gastos com o funeral podem ser conferidos nas cartas de prestação de contas e nos recibos em posse de Antônio Pessoa Filho. Com base na documentação analisada em nossa pesquisa (Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho – IHGP e suas prestações de contas publicadas no jornal *A União*), o Governo da Paraíba despendeu cerca de cinquenta contos de réis. Na análise documental, nossa soma chegou ao valor de 49.853\$000.

O corpo permaneceu dois dias embalsamado em Recife e, depois de demorado desfile pelas principais ruas da cidade, foi levado de trem para a Paraíba no dia 28. Na capital, para transpor as poucas centenas de metros que separavam a estação de trem da matriz de Santo Antônio, onde o corpo seria velado, a massa que carregava o caixão demorou quatro horas. Ali o cadáver de João Pessoa permaneceu por mais dois dias. A previsão era de que, na manhã do dia 31, seria embarcado de avião para o Rio e lá sepultado em seguida. Foi quando alguém se deu conta de que o Presidente eleito, Júlio Prestes, estava para retornar ao Brasil, depois de longa turnê por Europa e Estados Unidos. Por que poupá-lo do transtorno de ter de conviver, por um dia que fosse, com o cadáver do homem de quem ele roubara a vitória nas urnas? Se a volta estava prevista para acontecer entre os dias 4 e 5, por que lhe dar de presente um desembarque depois do sepultamento de Pessoa? Era preciso obrigá-lo a suportar, nem que fosse por 24 horas, aquele cadáver; incômodo e insepulto. Não, o enterro só poderia acontecer depois que Júlio Prestes pisasse em solo brasileiro. Portanto, nada de avião. O transporte do corpo por navio seria mais solene - e mais demorado. (MORAIS, 1994, p. 205)

Segundo Fernando Morais (1994), aproveitou-se o máximo do cadáver de João Pessoa. Foi ideia de Assis Chateaubriand³⁵ aconselhar os aliancistas a não encerrar o episódio com um modesto funeral. Assim, o corpo foi embarcado no navio Rodrigues Alves e fez paradas nos portos de Maceió, Salvador e Vitória, no Espírito Santo, permitindo a população local velar o morto.

No Rio de Janeiro, então capital da República, a apoteose fúnebre continuou junto à família que lá residia. Conforme os diversos registros divulgados do funeral, uma multidão acompanhou o esquife em cortejo pelas ruas³⁶. Após doze dias de romaria com o defunto e sua extensa exaltação heroicizante, finalmente o ex-presidente foi sepultado no Cemitério São João Batista, no dia 7 de agosto de 1930.

³⁵ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, advogado, empresário, jornalista e político nascido em Umbuzeiro. Dono do grupo dos *Diários Associados*, pioneiro da TV brasileira e fomentador do MASP e de inúmeras coleções e exposições de arte pelo Brasil, foi uma das figuras mais influentes do Brasil.

³⁶ Várias são as notícias nos jornais que informam o grande número de pessoas no velório. A exemplo do *Diário da Noite* (RJ), *Diário Carioca* (RJ), *A Noite* (RJ) e *A União* (PB), publicados nos dias 7 e 8 de agosto de 1930.

Imagem 3 – Aspectos do funeral no Rio de Janeiro



Fonte: *Revista Careta* (16 ago. 1930)

O responsável por preparar e custear, em nome do Estado da Paraíba, todas as despesas com o enterramento e as exéquias no Rio de Janeiro, foi Antônio da Silva Pessoa Filho, primo de João Pessoa. Desde seu governo atuava no cargo de Delegado e Procurador do Governo da Paraíba na capital da República. Era também seu procurador oficial³⁷ e portanto, organizou nos mínimos detalhes todo o funeral. O que é evidenciado na documentação de sua prestação de

³⁷ Após a morte de João Pessoa, Pessoa Filho tratou várias questões burocráticas de seu inventário, tendo inclusive recebido o seguro de vida do falecido, na quantia de cinquenta contos de réis, em favor da viúva e filhos. Conforme consta na carta escrita pela viúva, dona Maria Luiza, a seguradora Sul America, onde ela designa Pessoa Filho, procurador do seu marido em vida, para receber o seguro e dar quitação (A UNIÃO, 26 set. 1930, p.7).

contas com a Paraíba, onde contém recibos de compras e pagamentos, bem como nos relatórios publicados no jornal *A União*³⁸. Consta nessa documentação despesas de natureza diversa, desde coroas de flores, missas, bandeiras da Paraíba, até o fretamento de um avião para levar de volta a Paraíba, os membros da família que teriam vindo acompanhando o corpo até o Rio de Janeiro no navio.

A pedido de Álvaro de Carvalho, então substituto do presidente morto, Pessoa Filho continuou no cargo e foi incumbido de promover a ereção do monumento fúnebre, missão que tomou para si com grande empenho, pois era seu último preito ao estimado primo Joca (apelido carinhoso entre os familiares).

2.1 - Eis que surge Antônio Pessoa Filho, o guardião da memória dos Pessoa

Pessoa Filho teve um papel importantíssimo no processo de monumentalização de João Pessoa na Paraíba, esteve à frente da idealização e confecção dos principais monumentos erguidos em sua homenagem. Sendo membro fundamental na elaboração dessa memória póstuma, faz-se necessário conhecermos um pouco sobre ele e sua relação com o primo.

Tonho, como era chamado intimamente pelos familiares, conviveu muitos anos com o primo Joca no Rio de Janeiro, sob os cuidados do tio Epitácio Pessoa. Os primos eram muito próximos afetivamente e envolvidos nas questões políticas da família. Além da veia política, auxiliando e estabelecendo conexão com o Governo da Paraíba, Pessoa Filho foi o membro desta genealogia que mais se preocupou com os assuntos relacionados à memória familiar.

³⁸ Em relatório enviado ao Interventor Antenor Navarro, Pessoa Filho apresenta a prestação de contas referente a todo o funeral de João Pessoa, com a descrição dos itens e o valor pago. Esse relatório consta no acervo de Pessoa Filho no IHGP e foi divulgado no jornal *A União* de 3 de dezembro de 1930, p.8.

Imagem 4 – Antônio da Silva Pessoa Filho



Fonte: Acervo da Família Pessoa (1940)

Em ordem genealógica era o segundo filho de Antônio da Silva Pessoa e Margarida da Assunção Pessoa. Nasceu em Umbuzeiro-PB, na numerosa família de doze filhos, dos quais, dez eram homens e se dedicaram a seguir o caminho do pai, o coronel Antônio Pessoa (irmão de Epiácio Pessoa). O coronel ocupou vários cargos políticos, foi Presidente da Paraíba (cargo que corresponde atualmente ao de Governador) e foi o responsável por manter a base política familiar em Umbuzeiro³⁹.

Formou-se Bacharel em Direito, ocupou o cargo de Oficial de Gabinete do Governo da Paraíba, durante a gestão de seu pai (1915 - 1916). Exerceu o mandato de Deputado Estadual na Paraíba (1916 - 1919). Foi secretário pessoal do tio Epiácio Pessoa por muitos anos. Integrou a equipe do governo de João Pessoa, ocupando o cargo de Delegado e Procurador da Paraíba na Capital Federal, no Rio de Janeiro. Era portanto, seu braço direito.

Exemplo emblemático desse vínculo de afetividade e lealdade entre os primos, ocorreu durante o conflito em Princesa - PB. Ante a suspeita de que o governo federal estava auxiliando os revoltosos, com envio de munição e armas à Princesa, Pessoa Filho não mediu esforços para tentar socorrer João Pessoa e ajudá-lo a contornar aquela situação. Nos conta Gabaglia Pessoa

³⁹ Sobre a atuação política de Antônio da Silva Pessoa na Paraíba e maior aprofundamento do estudo dessa temática, conferir os capítulos 5 e 6, da Tese de Doutorado de Jordan Queiroz Gomes (2018), intitulada: *A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889- 1942)*.

(1951, p. 828) que naquelas circunstâncias, tiveram que recorrer ao contrabando bélico: “Amigos e parentes de João Pessoa e sobretudo Antônio Pessoa Filho, o seu braço direito, empenham-se, sabe Deus à custa de que sacrifícios, por enviar-lhe do Rio o possível auxílio em matéria de munições”. João Pessoa deu instruções minuciosas a Pessoa Filho, orientando-o como deveria proceder para que o plano tivesse êxito. Ocorre que, tal ajuda foi notada e Antônio Pessoa, “o mais incansável e engenhoso colaborador” (p. 841), passou a ser estritamente vigiado no Rio de Janeiro.

Além de ter atuado significativamente no processo de elaboração dos monumentos a João Pessoa, o que é constatado no seu acervo de correspondências e documental (disponível no IHGP) e explorado nesta pesquisa, ele foi responsável por coletar e arquivar fatos relevantes da trajetória do tio Eptácio Pessoa. Ajudou também a prima Laurita Pessoa, fornecendo-lhe apoio material e intelectual quando esta escreveu a biografia do pai, Eptácio Pessoa. E lhe fez uma dedicatória na obra, afirmando que ele conhecia como poucos a vida de seu pai (RAJA GABAGLIA, 1951)⁴⁰.

Antônio demonstrava grande interesse e cuidado com os acervos familiares e tornou-se, portanto, o guardião da memória dos Pessoa. Aspectos que revelam essa vocação são evidenciados em seu trabalho na organização, elaboração e catalogação do arquivo do tio, Eptácio Pessoa. Em seguida, se dedicou a constituição do acervo do seu pai, o cel. Antônio Pessoa. E ocupou-se especialmente dos arquivos do primo Joca.

Também encomendou a Humberto Cozzo um busto de seu pai, inaugurado na praça Cel. Antônio Pessoa, em Umbuzeiro, entre outras ações relacionadas ao enquadramento da memória familiar em Umbuzeiro⁴¹. Sem nenhuma exceção, esteve envolvido em tudo o que dizia respeito

⁴⁰ Em livro publicado recentemente pelo neto de Eptácio Pessoa, Carlos Alberto Pessoa Pardellas, evidencia-se essa relação fraternal de Pessoa Filho com o tio, com quem morou muitos anos no Rio de Janeiro, juntamente com João Pessoa. Era muito querido por Eptácio e o ajudou a construir seu acervo pessoal. Tanto Gabaglia (1951), quanto Pardellas (2018), são unânimes em reconhecer a importância de Pessoa Filho na elaboração do acervo pessoal de Eptácio. Inclusive, Pardellas (2018, p. 495 - 498) registra uma passagem em que numa conversa em família, entre Eptácio Pessoa, sua esposa Mary, suas filhas, João Pessoa e Antônio Pessoa Filho, surgiu o tema da memória: “Surgiram os comentários habituais sobre a precariedade da memória. Memória para nomes, para fatos, para fisionomias; detalhes mais ou menos significativos que ajudam a lembrança. [...] João Pessoa levantou o tema da memória histórica: “Por que razões determinados vultos têm registro controvertido na História? Às vezes, depende das circunstâncias, de uma só atitude...”. Tonho interrompeu-o: “Conforme o grau de importância que se atribua a um ou outro aspecto de suas biografias, o veredicto da História será favorável ou contrário”. Segundo Pardellas, ao final dessa longa conversa Eptácio fez menção à ideia de um livro que, três anos depois, foi publicado com o título *Pela Verdade*. “Também, a primeira vez que Tonho recebia o convite para as funções que executaria com competência e admirável dedicação até o fim da vida”.

⁴¹ Além do empenho de Pessoa Filho para construir um busto herma do seu pai em Umbuzeiro, sua terra natal. Há igualmente na Igreja Matriz de Umbuzeiro um espaço de memória em favor de sua família, principal financiadora

à preservação da memória de sua genealogia. Se tornou o guardião e principal divulgador. Ciente do quanto isso era importante para a manutenção ideológica do poderio e tradição política, não mediu esforços para enaltecer a memória dos Pessoa.

Conforme seus critérios e interesses, reuniu um conjunto de informações relacionadas a política e parte da vida privada do seu pai, um busto em mármore do coronel, que mantinha em seu gabinete e doou ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP, em 1958. Nessa ocasião enviou também o arquivo de João Pessoa que mantinha consigo: “Do mesmo modo, para serem tidos ali sob igual cuidado, irá agora também uma parte do arquivo político que ficou do Grande Presidente JOAO PESSÔA e que comigo está todo ele desde seu falecimento”⁴².

Todo esse acervo, fonte dessa pesquisa, foi organizado e doado por Pessoa Filho ao IHGP. Essa memória selecionada e enquadrada, foi por ele denominada de, “Arquivo Político do Grande Presidente JOÃO PESSÔA”. Acreditamos que o material enviado não corresponde a totalidade de tudo o que ele mantinha sob sua guarda. Apenas parte dessa documentação pessoal e administrativa foi cedida. Tão somente aquilo que, segundo seu crivo, serviria para futuras pesquisas, ou deveria ser do interesse da Paraíba. Em sua carta de doação, afirma que o envio de parte do acervo justificava-se pelo fato de que “algumas cópias de peças dele estão sendo extraídas, no momento, a pedido de um amigo. Mas, o que aqui ficou, ser-lhe-á enviado mais adiante, para o mesmo destino”⁴³.

Antônio Pessoa realizou um trabalho de arquivista. Enviou ao Instituto um acervo catalogado, dividido em pastas e livros, separados por temas e anos. Formado basicamente por atos administrativos, com documentos sobre prestações de contas, cartas, telegramas, recibos, e ainda todo material referente ao funeral de João Pessoa e a construção do mausoléu no Rio de Janeiro e do monumento da capital paraibana. O que inclui uma série de recibo de pagamentos, promissórias, projetos dos escultores, recortes de jornais, fotografias, relatórios administrativos e contratos assinados em nome da Paraíba. Cabe salientar ainda que seus relatórios de prestação de contas ao Estado da Paraíba, eram frequentemente divulgados no jornal *A União*. Tamanha

da obra. Os três altares principais, todos esculpidos em mármore de Carrara, foram doados por Epitácio Pessoa, Antônio Pessoa Filho e sua mãe, Margarida D’Assumpção Pessoa e seu falecido pai, o cel. Antônio Pessoa. Veja-se: Tatiane Vieira da Silva (2015, p.120 – 122).

⁴² Conforme indica a carta de doação do acervo, feita por Pessoa Filho ao IHGP, datada de 24 de janeiro de 1958 (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17 mar. 1963, p.6).

⁴³ Ibidem.

organização documental e compromisso no balanço financeiro, certamente foi algo herdado do pai⁴⁴.

Sua atuação foi fundamental no projeto de configuração da memória a João Pessoa. O fato de ter atuado como Procurador da Paraíba durante o governo de João Pessoa, sendo seu braço direito e homem de sua total confiança. Possibilitou que reunisse consigo um relevante material, referente as questões políticas do Estado da Paraíba, tanto durante a gestão de João Pessoa (1928-1930), quanto dos governos seguintes em que continuou como representante da Paraíba na Capital Federal⁴⁵.

Seu empenho no enquadramento da memória a João Pessoa, Epitácio Pessoa e Antônio Pessoa, demonstra o quanto ele sempre esteve comprometido com o propósito de construir e preservar um dado aspecto da história dos Pessoa, sua própria família, selecionando conforme seus desígnios, arquivando e colocando à disposição dos Institutos de Pesquisa, aquilo que considerou digno de atenção na posteridade.

Pessoa Filho parece ter se dedicado tanto a memória familiar, ter cuidado da trajetória política de sua genealogia que se esqueceu de sua vida pessoal e de constituir sua própria família. Casou-se tarde, aos 47 anos de idade com Alice Beserra Pessôa e não teve filhos⁴⁶.

2.2 - Idealização e criação do monumento inaugural

Realizar um enterramento digno de um rei, era apenas o início do processo de monumentalização de João Pessoa. Após o imponente funeral no Rio de Janeiro, era necessário erguer um belo mausoléu para abrigar os restos mortais do ex-presidente. Nas palavras do texto legal que autorizou a construção da obra, deveria ser “um monumento condigno da memória

⁴⁴ O cel. Antônio Pessoa, era cuidadoso em suas anotações contábeis. De acordo com Linda Lewin (1993, p. 147) “desde a idade de onze anos até o final da década de 1890, [...] criou gado e plantou cana-de-açúcar e algodão, procurando aumentar o patrimônio da família – como comprovam os livros de contabilidade que manteve meticulosamente”.

⁴⁵ No período aqui estudado, verificamos a atuação de Pessoa Filho como representante do Governo da Paraíba durante os seguintes períodos: 1928- 1930. João Pessoa Cavalcanti (Presidente). 1930- Álvaro Pereira de Carvalho (Substituto). 1930-1932 - Antenor da França Navarro (Interventor).1932-1935. Gratuliano da Costa Brito (Interventor). Sendo esse o decurso temporal em que tratou das negociações a respeito dos monumentos em homenagem a João Pessoa.

⁴⁶ Conforme dados de sua Certidão de Óbito, faleceu em sua residência no Rio de Janeiro, no dia 4 de julho de 1968. Foi acometido por uma trombose cerebral, mesma causa da morte de seu pai. Nasceu em Recife, no dia 1 de outubro de 1892 e portanto, faleceu aos 75 anos.

do grande paraibano”. Além dessa exigência de cunho artístico, a Lei nº 699 prescreveu como a mesma deveria ser executada e a que serviria. Tratava-se de um sepulcro de caráter personalíssimo, onde, além do homenageado, só poderiam ser sepultados sua esposa e filhos.

Inicialmente foi adquirido um terreno no Cemitério São João Batista medindo 3x3 metros e para tanto, foi pago o valor de seis contos, seiscentos e cinquenta réis (6.650\$000) e efetuado um donativo ao Asilo S. Cornelio, da Santa Casa no valor de cinco contos (5.000\$000), como exigência para a obtenção do lote. Ao todo, a aquisição custou aos cofres do Estado da Paraíba o total de onze contos, seiscentos e cinquenta réis (11.650\$000)⁴⁷. Um valor considerado exorbitante para um Estado que vinha sofrendo crise financeira e assim como o Brasil, ainda sofria os abalos da crise mundial de 1929.

Obter um espaço na principal necrópole da então capital da República, situada em Botafogo, Zona Sul do Rio, de fato não era algo tão acessível financeiramente⁴⁸. O cemitério é conhecido popularmente como o “Cemitério das Estrelas”, pois nele encontram-se sepultadas centenas de personalidades que se destacaram nas áreas da cultura, política, artes, esportes, além de nove ex-presidentes da República.

O lote comprado pela Paraíba, por intermédio de Antônio Pessoa Filho, está situado ao lado do túmulo de Santos Dumont e ladeado por outras celebridades e personagens importantes. Ocupa a Quadra 5, na rua da entrada principal, a Aléa São João Batista, numa área privilegiada e central⁴⁹. Vejamos na imagem abaixo sua localização, sinalizada com uma cruz azul.

⁴⁷ A título de exemplo, fazendo-se a conversão dos valores em contos de réis, para a moeda corrente, o real, a quantia gasta com o enterro de João Pessoa seria de aproximadamente R\$291.250,00 (duzentos e noventa e um mil e duzentos e cinquenta reais). Ferramenta para conversão de valores do site do *Estadão*. Devido aos períodos de inflação que o Brasil atravessou ao longo do tempo, para se chegar a uma maior exatidão no valor, leva-se em consideração a data e o preço do jornal naquele dia. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso em 20 out. 2019.

⁴⁸ Fundado em 1852, a necrópole abriga diversas sepulturas adornadas por esculturas, aclamadas como obras da arte tumular. Em 2015 entrou para o Google Street View, permitindo a realização de uma "visita virtual" pelo seu interior, sendo o primeiro cemitério da América Latina a dispor desse recurso. Atualmente, é possível fazer visitas turísticas guiadas. Disponível em: <http://concessionariariopax.com.br/project/cemiterio-sao-joao-batista/> Acesso: 28 set. 2019.

⁴⁹ É sabido que a fama do cemitério cresceu bastante nos últimos anos. Inclusive, possui o metro quadrado mais caro que o do bairro mais nobre do país, o Leblon. Para termos uma noção de preço, um jazigo na mesma quadra do túmulo de João Pessoa estava à venda em 2018 por trezentos e cinquenta mil reais (R\$350.000,00). Um valor exorbitante e acessível apenas às camadas mais abastadas da sociedade. Disponível em: <https://www.classificados-brasil.com/meus-anuncios+rio-de-janeiro-imoveis+45-615187.html> Acesso em: 28 set. 2019.

Imagem 5 – Mapa do Cemitério São João Batista com localização do mausoléu



Fonte: <http://concessionariariopax.com.br/project/cemiterio-sao-joao-batista/>

Dessarte, após o enterro de João Pessoa, cuidou-se em agilizar a construção do monumento para que pudesse ser inaugurado em 24 de janeiro de 1931, na ocasião do aniversário do falecido. O primeiro passo foi escolher um escultor e, para isso, Antônio Pessoa Filho coordenou e promoveu uma competição entre os artistas mais afamados do Rio de Janeiro. Obtendo assim algumas propostas artísticas com seus respectivos orçamentos e descrições, cujos projetos seriam executados em granito e bronze. Materiais de grande durabilidade e resistência, tipicamente usados na construção dos monumentos, pois garantem a longevidade da obra, praticamente eternizando-a no tempo.

A construção do primeiro “lugar de memória” (NORA, 1993) em homenagem a João Pessoa revelou bem a dinâmica da sistemática que se iniciava para o processo de sua monumentalização. Revela a minuciosidade dos projetos e negociações com os escultores, sendo Pessoa Filho o mentor principal, o responsável por todas as tratativas junto aos escultores.

Representante legalmente do Estado da Paraíba, assinando contratos e fazendo pagamentos. Sendo ele o responsável por todo o processo.

2.2.1 - Heitor Usai

Iniciado o concurso para o monumento fúnebre, o escultor Heitor Usai foi o primeiro a enviar um projeto. Conforme consta em seu memorial descritivo, a obra foi batizada de “Altar da Pátria” e teve como tema a Hélade grega, referência à terra que mais cultuou o amor da pátria e o civismo, lugar onde morrer pela pátria era a maior honra.

A obra teria linhas retas, largas e modernas, mas com um toque clássico do tema do rito grego, quando os combatentes levantavam as armas do herói caído e vencedor sobre o escudo. No alto, duas figuras de combatentes estáticas, exprimindo tristeza e recolhimento, com mantos negros de luto. As alegorias suspendem o escudo no rito sagrado, que diz à viúva que seu esposo tem enfrentado o martírio mesmo, pela ideia da pátria e do dever.

No fundo do mosaico, uma coroa de espinhos em bronze significando o martírio sofrido nos últimos tempos. Para suavizar a composição, atrás dos espinhos haveria uma cruz irradiando a fé e uma frase de Horácio “Dulce et decorum est pro patria mori”, usualmente traduzida como: “é doce e adequado morrer pela própria pátria”. Segundo Usai, a inscrição “resume toda a tragédia de João Pessoa, e porque penso que passadas estas lutas de hoje a juventude irá em romarias visitar este monumento, e aprender como se vive e como se morre pela pátria” (USAI, 1930)⁵⁰.

O projeto de Usai pode ser entendido como um misto de arquitetura moderna com elementos clássicos. Sua estrutura material seria executada em granito lavrado da Tijuca, sendo os dois combatentes também em granito, mas com os mantos em granito lustrado preto. Segundo ele, tal composição, formaria em conjunto com o mosaico, “um efeito decorativo grandioso e ainda inédito, posso afirmar absolutamente novo na Arte funerária” (USAI, 1930).

As linhas, formas e alegorias faziam do jazigo uma espécie de “altar da pátria”, cujos motivos simbólicos deveriam transmitir ao visitante a mensagem de amor à pátria. Com uma função pedagógica muito clara, ensinando e cultivando a mente dos visitantes que aprenderiam

⁵⁰ USAI, Heitor. [Correspondência]. Destinatário: Mendes, Rio de Janeiro, 29 jul. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

com o exemplo de João Pessoa que, supostamente, deu a vida por amor ao Brasil. Inclusive, o escultor já previa que aquele seria um monumento muito visitado pelos estudantes. Na exposição de Antônio Pessoa, o artista “tomou com muito acerto e felicidade, para o motivo do seu trabalho, a ideia da Hélade heroica e imortal, símbolo perfeito do culto a Pátria, a Bravura e ao Civismo” (PESSOA, 1930)⁵¹. Assim, consagrava-se no túmulo a concepção do herói que morreu pela pátria, mensagem a ser transmitida às futuras gerações. Talvez, o artista estaria prevendo a fama daquele cemitério que, atualmente, faz vistas turísticas aos túmulos considerados importantes.

Antônio Pessoa aponta o quanto o artista foi bem-sucedido ao destacar no monumento o caráter de homem público do homenageado. Pois este teria deixado a quietude de seu lar, a comodidade de sua posição social, “para oferecer a sua vida preciosa e tão útil à Nação e a Família, em holocausto à Pátria, num sacrifício cruento de redenção nacional”. E a predominância da verticalidade da obra representaria “o sentimento do dever e o amor as leis, o que, no Presidente Pessoa era um traço assinalado de sua individualidade”.

Além da particularidade dessa proposta ter como objetivo criar um lugar de culto e aprendizado para as futuras gerações, outro aspecto dessa tratativa é ainda mais intrigante. A carta de apresentação desse projeto foi datada de 29 de julho de 1930, dias após a morte de João Pessoa. Ou seja, antes mesmo de seu sepultamento e da aprovação de uma lei para erigir o monumento, já havia a grande preocupação em fazer-lhe um tributo dessa natureza.

Embora Antônio Pessoa tenha sido o encarregado pela negociação da obra póstuma em memória a seu primo, a carta em papel timbrado de Heitor Usai é endereçada a Mendes⁵². No telegrama do então presidente paraibano, Álvaro de Carvalho, encontra-se um pedido para que Luiz Mendes Alair converse com Antônio, no Rio de Janeiro. Certamente, tratava-se de alguém de sua inteira confiança, portador de maiores informações acerca de como deveria ser direcionado a construção do mausoléu.

Importante notar que a primeira proposta para fazer o sepulcro foi imediata à morte de João Pessoa. As demais datam de novembro de 1930. Isso revela um momento de pausa, de

⁵¹ Pessoa Filho escreveu um texto datilografado e intitulado de “Exposição”, onde fez uma análise da concepção de Heitor Usai. Ou seja, uma espécie de levantamento e suas impressões acerca do que lhe foi apresentado (Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP).

⁵² No papel timbrado consta o nome de Heitor Usai – Escultor Arquiteto, o endereço no Rio de Janeiro, os números para contato e a indicação de uma filial da empresa na Itália. No cabeçalho, no alto da folha, tem o seguinte: Arquitetura – Escultura – Arte Decorativa. Mausoléus – altares – monumentos etc. Em granitos, mármore, bronzes e mosaicos. Frisamos ainda que a carta foi datilografada.

pelo menos três meses, e durante esse decurso temporal foi definido um conjunto de elementos fundamentais para a execução da obra. Foi debatido na Assembleia Legislativa o projeto de lei que mandava criar o monumento, seu sancionamento e a abertura de crédito para seu custeio. Foi um lapso de tempo que serviu para acalmar os ânimos e conveniente para planejar melhor as ações do governo paraibano. Por outro lado, durante esse período a Paraíba se envolveu na chamada Revolução de 1930, que eclodiu em outubro daquele ano. E, talvez por isso, o governo e os idealistas da obra estivessem um pouco ocupados para dar seguimento às ideias de soerguimento do monumento.

Com a vitória da Revolução de 1930, as ações em prol da monumentalização de João Pessoa ganharam fôlego, inclusive, tendo a partir de então o apoio do governo federal. O novo Presidente da República percebeu que poderia se beneficiar ainda mais da memória de seu ex-parceiro na candidatura, o “mártir da revolução”, aquele cujo sangue provocou o movimento revolucionário e colocou Getúlio Vargas na Presidência do Brasil. Assim, após todo processo do movimento de 1930, Antônio Pessoa recebeu a segunda proposta.

2.2.2 - Hugo Bertazzon

Em 1 de novembro de 1930 o escultor Hugo Bertazzon apresentou a segunda proposta monumental para o mausoléu. Em seu memorial descritivo⁵³, além da exposição pormenorizada da composição, consta a declaração de que havia feito um “estudo escrupuloso dos fatos” para que,

[...] a obra pudesse encerrar em uma síntese de forma, o instante mais significativo e concludente dessa elevação desinteressada, pela qual deu a própria vida – holocausto consciente – o pioneiro dos novos destinos da Pátria, que gerará amanhã ou mais tarde a libertação de uma forma administrativa que o povo aspira. (BERTAZZON, 1930)⁵⁴

⁵³ Cabe salientar que o memorial descritivo e o orçamento não possuem assinatura de Hugo Bertazzon. Ao final dos textos que são datilografados, há apenas o termo “o escultor”. Porém, há o nome “Bertazzon”, escrito a lápis no canto superior da carta. Certamente, a letra é do próprio Antônio Pessoa Filho.

⁵⁴ BERTAZZON, Hugo. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa. Rio de Janeiro, 1 nov. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

É peculiar do memorial de Bertazzon, o estudo dos fatos que antecederam a morte de João Pessoa, condição que estabeleceu para melhor conceber a obra. Tal estudo não foi exigido pela Lei nº 699, tampouco houve normativa com critérios para a feitura do monumento, ou edital para fazer-se um concurso. Por outro lado, ao fazer tal afirmativa, o artista mostrava o quanto conhecia o personagem a ser monumentalizado e portanto, tinha propriedade para realizar o projeto. Conforme indicam as fontes a que tivemos acesso, todo o processo de avaliação dos projetos, bem como a escolha do vencedor, ficou sob a responsabilidade de Antônio Pessoa e demais familiares do homenageado. Portanto, foi uma necessidade ou opção do estatuário fazer a referida pesquisa.

Quanto aos aspectos simbólicos evidenciados no memorial, percebe-se a ligação com o martírio e crucificação de Jesus Cristo, a atitude heroica do político e a eterna gratidão do povo. Assim, o tema escolhido para a peça foi “O Herói do Cruzeiro do Sul”. A descrição do conceito simbólico do monumento é bastante densa e, portanto, deixemos a cargo do próprio escultor, que assim o expõe:

Uno é o conceito que encerra em sua linha geral: o tributo sincero que o povo inteiro do Brasil presta a sua morte, elevando-o a símbolo de heroísmo pela fé intemerata nos novos destinos e pelos exemplos de administração subsistentes na Paraíba.

A cruz astral é formada por quatro estrelas e ligada ao símbolo religioso que assinalou a nova era cristã: a cruz construtiva da igreja, razão por que está dividida em três naves, a cuja cabeça fica o altar mor. Demais é o símbolo das Cruzadas em Palestina [...].

Este símbolo, símbolo de martírio e de fé, diante do qual a humanidade se ajoelha eternamente, é, pois, o mais elevado símbolo do sacrifício humano, e por essa razão o vemos surgir a cada instante: no patíbulo, no cárcere e, enfim, em todos os lugares onde reina a Sombra da Dor. O fato político, por si só, não se dissocia da Cruz de Cristo, – o qual se encarregou para redimir a humanidade com tanta dedicação, guiando-a com os seus ensinamentos de amor – nem difere do sinal de infâmia pela qual uma seita dominante quis o sacrifício até o fim – o assassinato.

A visão ativa de João Pessoa se enquadra no mesmo plano, por ser totalmente política, cheia de amor e de abnegação.

Eis, em sucintos traços, a razão dessa inspiração em eternizar o fato baseado sobre a Cruz do Sul – O Cruzeiro – Esta cruz, formada por quatro estrelas, será sempre única e constante iluminação dos despojos, no túmulo, daquele que foi João Pessoa, e será perene a sua vigília, como ficará perenemente gravado no espírito dos seus admiradores o amor com que cercou a sua Família e o seu Estado, para bem da Pátria.

A mesma Cruz que iluminou a sua existência, permanecerá como única sentinela, até que se lhes apaguem os factos na memória, através da eternidade. (BERTAZZON, 1930, grifo do autor)

O conteúdo simbólico da obra traz a cruz como elemento fulcral, sinal de martírio, de fé, de sacrifício humano presente onde existe a “sombra da dor”. Nela se insere a trajetória de vida de João Pessoa, por ser totalmente política, fraterna e de abnegação. Ou seja, semelhante a vida e morte de Jesus Cristo. Sua atuação política se deu em prol da redenção da Paraíba e da nação, e por isso, foi martirizado. Culminando com seu assassinato, o sacrifício humano. Logo, a ideia de conceito uno, de integridade, na concepção da obra em sua linha geral, ante o qual surge o tributo da nação, consagrando-o como herói, exemplo a ser seguido. Portanto, a cruz que o acompanhou em sua existência, o acompanharia até a eternidade até que sua história se esfazesse com o tempo.

Na descrição material da obra a ser reproduzida em granito e bronze, consta uma base formada por dois blocos em linha reta, remetendo a “retidão de princípios dos quais nos deu exemplo João Pessoa” (BERTAZZON, 1930). Na face frontal, um retrato esculpido em bronze com dedicatória e os escudos da Paraíba e do Brasil, seguida de uma pequena escada “simbolizando a sua ascensão até o dia do assassinato, dando acesso ao grupo formado por quatro figuras másculas, completamente nuas, que conduzem nos braços o corpo do herói”. Por sua vez:

O grupo que se firma na elevação granítica, representa quatro estrelas que descem, em forma humana, e reconhecem o herói para elevá-lo a símbolo – e, livres de qualquer espécie de veste, eternizam o espírito de um princípio, orientado para a máxima elevação, livre de qualquer contágio social, qual foi sua vida de cidadão e político. (BERTAZZON, 1930)

O esboço de Bertazzon mostra uma combinação do símbolo cristão da cruz com elementos de certa forma pagãos: as figuras másculas. Em seu memorial descritivo se desculpa pela breve descrição e se dispõe a dar maiores esclarecimentos. Também enviou o orçamento pormenorizado para a execução da obra: o alicerce, a construção dos jazigos em cimento armado, o trabalho artístico dos modelos, fundição, transporte, pedestal em granito e colocação dos bronzes. Para cada item, especificou os valores respectivos e orçou o monumento completo em cinquenta e sete contos de réis (57:000\$000). Evidentemente, tal valor tem por base a lei já editada para tal fim, algo que não acontece com a proposta apresentada por Heitor Usai pois o artista não estimou valores, apenas o projeto.

2.2.3 - Giulio Cellini

O projeto do arquiteto Giulio Cellini, redigido em papel timbrado⁵⁵, data de 11 de novembro de 1930. Segundo sua descrição tratava-se de uma “concepção moderna arquitetônica que visa nas suas linhas gerais a sobriedade e simplicidade de um túmulo”, cujo motivo fundamental da composição era o símbolo cristão da cruz. Dentro desta, haveria uma escultura de bronze em baixo-relevo, lembrando “a queda violenta do grande vulto nacional representado pela figura masculina já abatida, mas carinhosamente amparada pela outra figura de mulher que simboliza a grande mãe - a Paraíba”. Uma de suas mãos amparava “o corpo do mártir, a outra mão elevada para o alto indica a glorificação de seu ilustre filho” (CELLINI, 1930)⁵⁶.

A cena a ser materializada no bronze possui um aspecto cristão muito evidente pois, nos remete à imagem de Nossa Senhora da Piedade com o Cristo morto em seus braços. Ou seja, a escultura da Pietá, apropriada da obra de Michelangelo. O tema do Cristo crucificado era de fato o tema do monumento proposto por Cellini. A mensagem cristã era que aquele homem deu a vida por nós, pela pátria. Mudava-se apenas os personagens, o Cristo crucificado e morto seria João Pessoa e sua mãe Maria, a Paraíba.

O arquiteto menciona em seu memorial descritivo que, ao pé da cruz haveria um medalhão em bronze de forma retangular com o retrato do falecido, elemento também presente na proposta de Heitor Usai. E cogita a possibilidade de se escrever em cada extremidade dos braços da cruz o seguinte: “À direita - Paraíba o glorificou e à esquerda - Glorificou a Paraíba, sintetizando [...] toda a glória que deriva a terra que teve o filho e toda a imperecível gratidão de sua terra pelo mártir sacrificado”.

Na Paraíba foi grande a associação de João Pessoa com Jesus Cristo, o mártir sacrificado. Esse foi um discurso muito útil aos projetos da Aliança Liberal para sua chegada ao poder. Em novembro, a Revolução já havia deposto Washington Luis e colocado Getúlio Vargas em seu lugar. Portanto, o projeto de Cellini era materializar algo que, praticamente havia

⁵⁵ No papel marcado em timbre, consta o nome de Giulio Cellini – Arquiteto. O endereço postal no Rio de Janeiro e telefone para contato. Cabe salientar ainda que a carta foi datilografada.

⁵⁶ CELLINI, Giulio. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa. Rio de Janeiro, 11 nov. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

virado um consenso nos discursos políticos da época: João Pessoa foi assassinado por causa da política e deu a vida pelo Brasil.

No aspecto material, o monumento fúnebre teria “três desenhos geométricos em escala de 1:10 e de duas vistas em perspectiva”, com quatro metros de altura e ocupando toda a base do terreno que era de 3x3 metros. Executado em bronze e em granito preto da Tijuca, com alguns componentes em granito lustrado, para dar um efeito de combinação cromática. O escultor indica o valor da obra, já incluso o trabalho de escultura e fundição, no total de cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000).

2.2.4 - Samuel Martins Ribeiro

A concepção do escultor Samuel Martins Ribeiro, apresentada numa carta escrita à mão e datada de 13 de novembro, traz um conceito de monumento “simples e sóbrio”, formado por duas partes distintas: arquitetônica e escultórica. Em sua totalidade, a obra era desprovida de objetos de decoração, tais como jardineiras ou vasos, para que estes não lhe roubassem a beleza. O artista parecia ter uma grande preocupação para que o monumento fosse atrativo e assim o descreve:

Será isolado e ligeiramente acima do nível do solo e para formar um ambiente independente do resto e maior austeridade, deverá ser circundado de pequenos ciprestes que lhe darão também realce contrastando com a pedra. Atrairá assim só para si o observador que não será perturbado com os monumentos circunvizinhos.

Sua proposta era fazer algo que se destacasse dentre os demais mausoléus, para que o visitante ficasse compenetrado na obra e pudesse admirar cada detalhe. Disso resulta sua precaução para que nem mesmo as plantas ao redor pudessem desviar a concentração do observador.

No tocante a parte escultórica, o monumento teria duas figuras, numa cena com a “Pátria [...] que ampara nos seus braços o herói morto”. A figura da Pátria representava a mãe, o herói morto era seu filho e assim, se repete a concepção de Nossa Senhora da Piedade com Jesus Cristo morto em seus braços, analogia igualmente feita no projeto do arquiteto Giulio Cellini.

Reproduzindo novamente um discurso que seria gravado na mente das pessoas: João Pessoa morreu pelo país e, portanto, virou um herói.

Ao final de sua exposição, reforça a simplicidade e sobriedade do monumento, fazendo alusão a uma maquete, a qual não consta em nenhuma outra correspondência, documento ou referência do arquivo pesquisado de Antônio Pessoa. Ao todo, a explicação da obra é concisa e direta, sem muitos detalhes e escrito numa lauda e meia. Porém, se ocupa em dar boas referências de si, afirmando que foi premiado pela Escola Nacional de Belas Artes e que havia ganhado concurso em primeiro lugar. Por último, após encerrar a correspondência, colocou numa pequena nota que o trabalho teria a escala de 1:5 e o preço total de sessenta contos de réis (60:000\$000).

2.2.5 - Humberto Cozzo

A explanação do memorial descritivo do projeto de Humberto Cozzo, também escrita à mão, data de 14 de novembro de 1930. Trata-se de uma obra por ele concebida como, “moderna e original” ao mesmo tempo, e formada por um “conjunto de linhas arquitetônicas simples e austeras”. Porém, capazes de traduzir o caráter do homenageado, cuja personalidade seria simbolizada na sua figura central do monumento, o timoneiro, descrito pelo escultor da seguinte maneira: “É o Timoneiro intemerato, ferido de morte pela seta traiçoeira, no momento que, venceu as tormentas, conduzia com mão firme a nau da Nação ao Porto da Vitória” (COZZO, 1930)⁵⁷.

Essa concepção inova em representar João Pessoa como um vencedor ainda de pé. Ao contrário das demais propostas que, de um modo geral, o apresentam como herói, porém, deitado nos braços da mãe Pátria (a exemplo dos escultores Cellini, Ribeiro e Campos Silva). Ou ascendo para a glória, num misto de civismo e ressurreição (Usai, Bertazzon e Bernstorff). Cozzo investe na sua inspiração artística e vai além. Sua interpretação específica afasta a ideia de herói caído e traduz na alegoria uma versão mais vívida e heroicizante do falecido.

⁵⁷ COZZO, Humberto. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa. Rio de Janeiro, 14 nov. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

Os demais componentes da estrutura seriam assentados sobre uma base quadrangular, de onde elevam-se dois corpos em granito, simbolizando o “trabalho e o civismo, os quais sustentam uma pira, símbolo do sacrifício e a chama viva de seu ideal, fatores esses da estupenda vitória que a Nação acaba de conquistar” (COZZO, 1930, grifo do autor)⁵⁸. A descrição simbólica desses elementos abrevia aquilo que o escultor captou e interpretou da vida e obra do falecido, resumindo-a nestas palavras: trabalho, civismo, sacrifício e ideal. Assim, nesses quatro termos, Cozzo sintetizou o personagem a ser materializado em pedra e bronze. Comungou da mesma temática das outras propostas, pois, implícita ou explicitamente, o conceito de civismo e sacrifício estava presente em elas.

Um outro elemento mencionado pelo artista não consta nos outros projetos. Trata-se de um medalhão com a imagem de João Pessoa, em bronze, que seria doado pelas senhoras paraibanas. Tal circunstância nos indica que ele possuía informações privilegiadas vindas da Paraíba, tendo em vista que a primeira menção ao objeto apareceu numa carta de Antônio Pessoa endereçada ao então Interventor Federal, Antenor Navarro, em 18 de dezembro daquele ano.

O medalhão seria colocado na base da figura principal, o timoneiro. E acima deste, o brasão da Paraíba, símbolo heráldico adotado no governo de Castro Pinto (1912-1915) e no alto, a pira. A obra seria toda executada em granito picotado, rosa ou preto, sendo o timoneiro esculpido em bronze. Teria ainda nas partes laterais, “duas figuras decorativas” que “completam o monumento” (COZZO, 1930)⁵⁹, as quais não foram detalhadas pelo escultor no memorial descritivo. Ao final da correspondência, indicou seu valor no total de cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000), já deixando-a pronta para inauguração.

2.2.6 - Campos Silva & Cia

A explanação do sexto projeto para o monumento, veio da empresa carioca Campos Silva & Cia, em 18 de novembro. O memorial descritivo datilografado e em papel timbrado⁶⁰

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Consta no papel timbrado o seguinte cabeçalho: “Depósitos e oficinas de mármore e granitos - Campos Silva & C. Fundada em 1876”. Seguido de dois endereços diferentes no Rio de Janeiro e respectivos telefones. Pela data de fundação, acreditamos tratar-se de uma empresa já consolidada e afamada naquela cidade.

apresentou uma proposta de descrição concisa. A obra seria executada em granito especial lavrado das Furnas da Tijuca. E custaria cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000). A carta assinada por Campos Silva, dono da empresa, alega que o monumento teria “linhas austeras e harmoniosas”. E assim o descreve:

A maquete representa ao centro o busto do heroico Dr. João Pessoa, em bronze legítimo, levando embaixo a bandeira brasileira, pela qual se debatia pela sua defesa e engrandecimento. No fundo o sol cadente espalhando seus raios para a Glória. As duas figuras laterais em tamanho natural também em bronze, representa uma a Paraíba de guarda ao túmulo e a outra a República com um feção de louros imortalizando os feitos obtidos pelo falecido. Ao centro entre os dois sarcófagos também se vê uma pira com chamas de bronze. (SILVA, 1930)⁶¹

A explicação é resumida, porém, faz alusão a uma maquete que provavelmente acompanhou essa correspondência, mas não foi identificada noutras fontes utilizadas nesta pesquisa. O projeto traz elementos igualmente presentes noutras propostas: a pira e a alegoria da Paraíba. Tem forte conotação cívica e acrescenta a figura da República, igualmente inserida simbolicamente nos demais monumentos em diferentes formas.

2.2.7 - Condes Bernstorff

A sétima proposta para o monumento tumular trata-se de um texto datilografado, sem assinatura e data. Apenas consta no alto da lauda, em grafite, o nome do proponente, Condes Bernstorff. Informação certamente escrita pelo próprio Antônio Pessoa Filho, da mesma forma que fez para identificar as cartas onde não havia assinatura, apenas o termo “o escultor”, e nos casos onde a mesma estava ilegível.

Conforme o pormenorizado no documento, o monumento teria a base em granito negro polido da Tijuca. Três degraus formariam a base sobre a qual seriam colocados dois escudos de bronze. Em um seriam figuradas as armas da Paraíba, no outro, a efígie do homenageado, formando um conjunto onde ao fundo “ergue-se a estátua de um anjo em atitude austera velando

⁶¹ SILVA, Campos. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa. Rio de Janeiro, 18 nov. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

e guardando o túmulo”, sendo esta “modelada em linhas fortes formando conjunto com o embasamento, tratado da mesma forma” (BERNSTORFF, 1930)⁶².

Na face superior do embasamento, em frente à estátua, apresentaria a identificação básica do falecido, como ocorre comumente nas lápides, indicando o nome, data de nascimento e morte, seguida do epitáfio: “A Paraíba, ao seu grande filho”. Executados em letras de bronze e cuja inscrição seria convenientemente negociada com o contratante. Numa abordagem geral, assim resume sua concepção artística:

Foi nosso intuito fazer uma composição que, pela sua austeridade, pureza de linhas sóbrias e modernas e por sua beleza constituída apenas pelas proporções, despida de ornatos ou quaisquer outras fantasias, refletindo realmente o caráter, a energia, a nobreza e a vida simples e austera do imortal João Pessoa, causasse ao observador uma sensação de paz e tranquilidade, convidando-o assim a meditar sobre a vida deste grande brasileiro. (BERNSTORFF, 1930)⁶³

O intuito de individualizar a obra, destacando-a dos demais túmulos daquele espaço, bem como, a ideia de um monumento sóbrio e austero, foi igualmente pensado por Martins Ribeiro. Mais uma vez, dentre os projetos enviados a Antônio Pessoa, o artista esboçou um trabalho único, desnudo de peças desnecessárias e sem adereços. Elementos estes que, na concepção desses escultores, tiravam a atenção do espectador e podiam comprometer o seu entendimento acerca da mensagem a ser passada pela obra. Assim, a opção por um trabalho sem ornatos, residia no objetivo de fazer com que as pessoas que transitassem pelo cemitério, pudessem entender a concepção do monumento e meditar sobre a vida do falecido.

Ao final do texto, consta a indicação de que o trabalho seria entregue no dia 30 de abril de 1931. Contudo, não foi declarado o preço da obra. Há a expressão de que seu custo seria de aproximadamente, seguida de reticências, com espaço a ser posteriormente preenchido. É possível que nesse momento de apresentação de propostas, o escultor tenha optado por fazer apenas uma descrição sintética e futuramente poder negociar preços e materiais pessoalmente. Essa presunção justificaria o fato de não ter definido nenhum valor.

⁶² BERNSTORFF, Condes. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa. Rio de Janeiro, [S.I.], 1930. Sem assinatura. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

⁶³ Ibidem.

2.3 - A escolha do projeto ideal para o monumento tumular

A preocupação com a morte, as práticas de enterramento e a ornamentação do túmulo foi uma constante das sociedades humanas ao longo do tempo. No Brasil, ante a secularização dos cemitérios e o contexto social e cultural da época, surgiu a chamada arte tumular ou arte cemiterial, representativa das obras arquitetônicas e escultóricas construídas nos cemitérios. São obras de arte esculpidas em granito, mármore ou bronze, muitas vezes de artistas/escultores famosos e que possuem grande valor histórico e cultural⁶⁴.

Muitos túmulos das necrópoles brasileiras mais antigas não só guardam restos mortais. Eles também revelam questões pertinentes ao comportamento de uma elite que mesmo após a morte, por meio da suntuosidade de seus mausoléus, mostrava seu poder e distinção social. É o que ocorre no Cemitério São Joao Batista, com trabalhos de artistas renomados abrigando os restos de anônimos e famosos abastados, fazendo dele um museu a céu aberto. Portanto, a preocupação em se fazer um monumento tumular a João Pessoa, além dos interesses políticos partidários daquele momento, está também atrelada a esse contexto da arte funerária.

Embora o Estado da Paraíba estivesse custeando o monumento fúnebre, não houve sua interferência direta na escolha do projeto vencedor. Essa decisão ficou a cargo de Antônio Pessoa, que era funcionário do Governo da Paraíba, membro da família Pessoa e o principal responsável pela gestão financeira da construção dos monumentos póstumos a João Pessoa, estudados nesta tese.

Após comprar o terreno no cemitério, primeira medida para que João Pessoa pudesse ser sepultado, Pessoa Filho promoveu uma espécie de concurso entre os principais artistas, escultores e arquitetos do Rio de Janeiro. Muito provavelmente através de um convite, para que eles apresentassem seus respectivos projetos e orçamentos. Salientando que a Lei nº 699 de 29 de agosto de 1930, não estabeleceu normativa ou edital para realização de concorrência. Apenas menciona em seu artigo 3º, a nomeação de uma comissão idônea, com poderes para contratar e fiscalizar, em nome da Paraíba, a construção do aludido monumento.

⁶⁴ Para um melhor aprofundamento sobre o tema, veja-se o livro: “Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros”, de Clarival do Prado Valladares. A obra se tornou referência para os estudiosos dessa área e proporcionou o conhecimento da arte funerária, aspecto da cultura brasileira até então desconhecida. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa25557/clarival-do-prado-valladares> Acesso em 11 out. 2019.

Contudo, a nomeação dessa comissão não foi feita e conforme já mencionado, todo o processo que envolveu a construção do monumento no Cemitério São João Batista, ficou sob a responsabilidade de Pessoa Filho, em conjunto com a família do falecido. Assim, os critérios para a feitura da obra, os elementos que definiam particularidades da vida do morto e a melhor forma de representar sua vida e sua história, foi convencionado entre os Pessoa. Portanto, a escolha do projeto ideal-vencedor, tem a ver com o sentimento que a família quis perenizar. Aliás, ali seria perpetuada a história da família de João Pessoa.

Ante o estudo dos projetos para o monumento tumular a João Pessoa, constatamos que, embora tenham concepções diferentes, eles possuem alguns pontos em comum, os quais dizem respeito às características pertinentes ao momento artístico e circunstância política. Do ponto de vista da arte funeral, as sete propostas usariam granito e bronze, materiais que são de grande durabilidade e revelam o desejo de permanência e perpetuação no tempo. Além de estarem próximas estilisticamente, propondo um trabalho de inspiração moderna, elas transitam e se mesclam abordando basicamente três temáticas: cívica, cristã e heroica.

Destarte, as linhas e formas ideais para o monumento tumular a João Pessoa, foram concebidas por Humberto Cozzo. O escolhido para transformar a dor da perda em arte, monumentalizando a memória do ex-presidente paraibano naquela necrópole. Em carta para Antenor Navarro, então Interventor Federal da Paraíba, Pessoa Filho, revela a opção da família em ter escolhido, “o projeto que nos pareceu mais aceitável”, por ser “sóbrio, discreto, mas de linhas distintas e expressivas” (PESSOA FILHO, 1930)⁶⁵.

Um aspecto bastante peculiar nessa tratativa entre o escultor e Antônio Pessoa, foi a agilidade com que tudo transcorreu. Pois, o projeto de Cozzo data de 14 de novembro e a última proposta, a de Campos Silva, tem a mesma data da carta de Pessoa para Navarro, ou seja, 18 de novembro. O que nos leva a acreditar que certamente Humberto Cozzo foi bastante convincente e agradou de imediato a família Pessoa, que praticamente não avaliou a última carta, já que esta tem a mesma data da comunicação ao Interventor paraibano do projeto vencedor. E assim, em 24 de novembro, após dez dias da carta projeto de Cozzo, foi assinado o contrato para a construção do mausoléu, entre este e Pessoa Filho, que representava o Estado da Paraíba.

⁶⁵ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 18 nov. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

Conforme consta no contrato celebrado, a obra seria executada em granito preto de Piracaia, em granito picotado e bronze, materiais de grande durabilidade. Assim como pretendia-se a memória e culto do ex-presidente, resistente ao passado e perpetuada no presente. Foi orçada em cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000), a serem pagos em quatro parcelas, sendo a primeira no ato de assinatura do acordo e a última na entrega do trabalho.

Teria altura total de quatro metros e cinquenta centímetros, assentado numa base quadrangular de três metros. Também foi estipulada uma multa de dez contos de réis, para ambas as partes, em caso de descumprimento de cláusula contratual. Além disso, estabeleceu um prazo máximo de noventa dias para a entrega da obra, embora o desejo da família fosse de que estivesse pronta em dois meses, para ser inaugurada no aniversário de nascimento do falecido.

Se fosse nos dias de hoje, para poder custear essa obra, a Paraíba teria de desembolsar cerca de um milhão, trezentos e setenta e cinco mil reais (R\$1.375,000,00). Um valor expressivo que, somado aos gastos com o velório, chegaria à quantia aproximada de dois milhões, setecentos e cinquenta reais (R\$2.750,000,00)⁶⁶. Quantia dispendiosa, principalmente para um Estado pobre financeiramente. Mas, tudo se justificava pela necessidade de honrar a memória do ex-presidente. Conforme estabelecia o artigo 3º da Lei nº 699, para honrar a missão da esplendorosa homenagem, o Governo do Estado foi autorizado a abrir o crédito necessário, até a quantia de cem contos de réis (100:000\$000).

Após a celebração do contrato, Pessoa Filho cuidou em dar publicidade ao monumento tumular, enviando uma carta com a fotografia da maquete para Antenor Navarro, que deveria ser publicada no jornal *A União*, junto à descrição da obra⁶⁷:

Será ele executado todo em granito preto, de Piracaia, com exceção do primeiro soco inferior, das duas figuras laterais e a da flama que o encima, que serão em granito picotado. Terá o monumento a altura total de quatro metros e cinquenta centímetros, por uma base quadrangular de três metros, e será circundado por um pequeno jardim. Terá em bronze um medalhão (oferta das senhoras paraibanas) com a efigie em baixo relevo do Grande Brasileiro; e a

⁶⁶ A conversão dos valores em contos de réis, foi feita com a ferramenta para conversão de valores do site do *Estadão*. Devido aos períodos de inflação que o Brasil atravessou ao longo do tempo, para se chegar a uma maior exatidão no valor, leva-se em consideração a data e o preço do jornal naquele dia. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso em 20 out. 2019.

⁶⁷ A fotografia da maquete com a descrição da obra, só seria publicada no jornal *A União* um mês depois, na edição de 24 de janeiro de 1931. Nessa data do aniversário natalício de João Pessoa, foi também inaugurado o monumento no cemitério São João Batista.

figura central também será em bronze. Simboliza o timoneiro intemerato ferido de morte, traiçoeiramente, no momento em que, prestes a vencer a grande tormenta, conduzia com mão segura e firme a nau do Estado ao Porto da Vitória. E na pira, símbolo do martírio, ficou ardendo a chama de seu ideal, que se realizou pouco depois na estupenda vitória que a Nação acaba de alcançar. Na face principal da pira será gravado o escudo da Paraíba; e abaixo do medalhão terá a inscrição: “João Pessoa – o Estado da Paraíba ao seu Grande Filho”. (PESSOA FILHO, 1930)⁶⁸

A exposição acima não difere do que foi apresentado por Cozzo no memorial descritivo da obra. Ela delinea exatamente aquilo que é reproduzido na maquete. Outrossim, comparando-a com a fotografia da maquete, verifica-se que não houve nenhuma mudança significativa no tocante à interpretação estética da obra. Ou seja, o projeto inicial do artista foi aceito por Antônio Pessoa, sem que houvesse necessidade de se fazer algum tipo de mudança. Isso demonstra o quanto o escultor agradou a família do falecido, ao ponto de ter sua proposta aceita imediatamente e, assinado o contrato de execução poucos dias depois.

O mausoléu é um monumento celebrativo. O qual, de acordo com Uhle (2013, p. 6), é “fruto de um projeto político bastante específico que tem por objetivo transmitir ideias e valores ao público”. De modo que a concepção estética e sua simbologia corroboram para isso. Nesses termos, a figura central da obra, o timoneiro intemerato, simboliza o próprio João Pessoa em sua trajetória política. O homem íntegro, incorrupto que dirigia os rumos da Paraíba. A alegoria é representada ferida de morte, ainda de pé, com o leme em suas mãos. Interessante perceber que, ao contrário dos demais projetos apresentados, ele não está caído, embora morto, é representado de pé. Portanto, a vitória era certa e só não a alcançou de fato, porque foi morto de forma pífida. Porém, o fogo eterno dos seus ideais continua aceso através da simbologia da pira em chamas, também representativa do seu martírio. Ideais que deveriam ser seguidos e que, segundo Antônio Pessoa, haviam sido atingidos com o movimento de 1930.

Os elementos que compõem a narrativa simbólica do monumento expressam um desejo e uma concepção inicial da obra, por parte de seu idealizador. Representam seu modo de pensar acerca da biografia do falecido, engloba os discursos memorialísticos, os heroicos e os aspectos representativos de sua trajetória política. Assim, integra o monumento o brasão da Paraíba, patrocinador da obra e conforme concepção política à época, o Estado para quem João Pessoa

⁶⁸ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 19 dez. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

deu a própria vida. Esse emblema heráldico compõe a narrativa cívica da obra, junto ao epitáfio: “João Pessoa – o Estado da Paraíba ao seu Grande Filho”, reforçando a ideia de identidade e pertencimento.

Imagem 6 – Maquete do monumento funerário em gesso



Fonte: Acervo IHGP

O medalhão de bronze em baixo relevo, com a efígie de João Pessoa, foi um presente das senhoras paraibanas. Ele simboliza o amor que aquelas mulheres tinham por seu governador e fizeram questão de angariar recursos, ofertando dois contos de réis para que fosse colocado no mausoléu algo doado por elas. A princípio seria um crucifixo, porém a viúva já havia providenciado um, e optou por usar o dinheiro para fazer o medalhão (A UNIÃO, 15 fev. 1931, p. 8).

Quanto às figuras laterais em granito, Antônio Pessoa não dá nenhuma explicação. No memorial descritivo, Humberto Cozzo menciona que sobre a base quadrangular do monumento se elevariam dois corpos em granito, ou seja, as duas colunas que se unem sustentando a pira,

simbolizando o trabalho e o civismo. Ao final da descrição, menciona apenas que nas partes laterais haveria duas figuras decorativas.

Observando a fotografia da maquete, verifica-se que as esculturas estão posicionadas de joelhos com o corpo sobre as pernas e a cabeça baixa, aparentando pensativas ou tristes. Contudo, já na inauguração da obra, alguns jornais afirmaram que elas representavam o sacrifício do homenageado (DIÁRIO CARIOCA, 25 jan. 1931, p. 1).

Simultaneamente ao início dos trabalhos, em 8 de dezembro de 1930, o jornal *A Gazeta*, de São Paulo, estampou uma fotografia da maquete anunciando que: “A consagração fúnebre do saudoso presidente parahybano ficará perpetuada nas linhas austeras de um monumento condigno”. A pequena nota faz referência à “feliz inspiração” do escultor Humberto Cozzo, referindo-se a ele como o “autor festejado de outros trabalhos de escultura que hoje enriquecem o patrimônio estético do nosso país” (A GAZETA, 8 dez. 1930, p. 2).

A Gazeta traduziu em palavras exatamente a essência daquela obra, ou seja, a consagração fúnebre do falecido. E o trabalho artístico desenvolvido no sepulcro, eternizaria a memória daquele que passou para o além da vida. Outrossim, fez uma breve apresentação do escultor, testemunhando seu prestígio enquanto autor de belas obras que enriqueciam o patrimônio artístico do Brasil. Uma informação que, sem dúvida, tem um peso importante, tendo em vista a dificuldade dos escultores se inserirem no universo artístico da época, ganharem fama e reconhecimento público.

Humberto Cozzo era o nome artístico do paulistano Bartholomeu Cozzo⁶⁹. Filho de italianos, desde criança demonstrou inclinação para as artes e aos doze anos começou a aprender escultura no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e cinco anos mais tarde, conquistou na escola o seu primeiro prêmio. Em 1929 mudou-se com a esposa e seu único filho para o Rio de Janeiro, onde a demanda por estátuas era crescente. Naquele início do século XX a capital da República se embelezava com obras de arte fundidas, sendo a segunda cidade do mundo, depois de Paris, em número de esculturas fundidas pela Val d’Osne (CARIOQUICE, 2005)⁷⁰.

⁶⁹ Bartholomeu Cozzo nasceu em 1800 e faleceu em sua residência do Leme, aos oitenta e um anos de idade, em setembro de 1981, vítima de um edema pulmonar, deixando a viúva Iolanda e o filho único, Rubens.

⁷⁰ A centenária Fundação Val d’Osne localizava-se na cidade de Osne-le-Val, na França. Especializada em fundição artística, iniciou os trabalhos em meados dos anos 1830, sobrevivendo até 1986. No Rio de Janeiro, o gosto pelas fontes, esculturas e demais obras de arte tomaram as ruas da cidade e atualmente é a segunda cidade, depois de Paris, que mais tem obras dessa fundição. Disponível em: <https://diariodorio.com/as-fundicoes-do-val-dosne-e-sua-presenca-no-rio-de-janeiro/> Acesso em 20 out. 2019.

Imagem 7 – Humberto Cozzo em seu ateliê



Fonte: *Revista Carioquice* (2005)

O momento era propício para a escultura artística, pois “o Rio de Janeiro, do início dos anos 20 até os anos 40, se insere num efervescente ambiente cultural, artístico e arquitetônico”. E, portanto, “é nesse momento que a capital federal se transforma numa metrópole moderna e se consolida como centro gerador de arte no país” (GRINBERG, 2006, p. 21).

Na capital federal, Cozzo alavancou sua carreira, ganhou prestígio e reconhecimento. Conquistou premiações importantes como o prêmio de escultura no Salão do Centenário (SP) e uma medalha de prata no Salão Nacional de Belas Artes (RJ). Foi descrito como “o artista brasileiro que encanta as multidões” (REVISTA DA SEMANA, 1931, p. 24).

No primeiro governo de Getúlio Vargas, “rapidamente o talento do escultor paulista caiu nas graças do presidente da República, cujos ministros passaram a fazer várias encomendas” (CARIOQUICE, 2005, p. 44). Sem dúvida tal circunstância foi muito importante na vida do artista. Cogitamos que essa aproximação com Vargas tenha sido primordial para a escolha de Cozzo como escultor oficial da memória de João Pessoa na Paraíba, sendo o responsável pela execução dos principais monumentos em sua homenagem.

Os trabalhos para a execução do mausoléu seguiam intensamente, às custas do pagamento de Pessoa Filho, que tirava dinheiro do próprio bolso para honrar o compromisso com o escultor, evitando atrasar a obra, pois desejavam inaugurá-la no aniversário natalício de

João Pessoa, em 24 de janeiro. Enquanto isso, enviava cartas e telegramas pedindo insistentemente ao Interventor Federal, que enviasse o dinheiro para ressarcir-lo com urgência. Inclusive chegou a afirmar que havia gastado todo seu numerário e ficado sem reservas⁷¹.

Tenho custeado de meu bolso todas as despesas, já tendo pago ao escultor e aos operários cerca de 40 contos. Peço-lhe a bondade de remeter-me algum dinheiro, toda a importância se possível, pois os meus recursos pessoais não dão para mais. A última prestação, pelo contrato, será paga depois da inauguração do monumento. (PESSOA FILHO, 1931)

Em resposta, Antenor Navarro lamenta não ter conseguido enviar o dinheiro, devido à situação financeira da Paraíba naquele momento⁷². Conforme exposto por Pessoa Filho, o pagamento de quarenta contos de réis representava mais da metade do valor total da obra, contratada por cinquenta e cinco contos de réis. Restando pagar ao escultor apenas a última parcela, o correspondente a quinze contos de réis. Contudo, só em 24 de janeiro de 1931, no dia previsto para a inauguração, a interventoria abriu o crédito de setenta contos de réis (70:000\$00) para quitar a dívida do monumento sobre o túmulo do Presidente João Pessoa (A UNIÃO, 24 jan. 1931). Esse crédito foi autorizado pela Lei n. 699, que permitia o governo abrir o crédito de até 100 contos de réis para realização da obra.

O empenho de Antônio Pessoa para que tudo ocorresse a contento até a inauguração, o fez custear o andamento das obras com seu próprio dinheiro, na garantia de poder receber do Governo da Paraíba posteriormente. Embora tivesse pedido demissão do cargo de Procurador da Paraíba, por mais de uma vez, o que não foi aceito por Antenor Navarro, fazia questão de continuar dirigindo os trabalhos do mausoléu. Seu entusiasmo e preocupação com a memória do primo falecido era impressionante. Não só se interessava pelos monumentos em pedra e bronze, como também se ocupou em encomendar retratos a óleo para guarnecer as repartições públicas na Paraíba. Numa das primeiras cartas endereçadas a Navarro, pediu-lhe que dirigisse

⁷¹ PESSOA FILHO, Antônio. **[Correspondência]**. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro 18 nov. 1930, 19 dez. 1930, 12 jan. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP. PESSOA FILHO, Antônio. **[Correspondência]**. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 21 jan. 1931. Telegrama. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

⁷² NAVARRO, Antenor. **[Correspondência]**. Destinatário: Antônio Pessoa Filho. João Pessoa, 17 dez. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

“com mão firme o progresso da nossa querida Paraíba, infundindo cada vez mais no ânimo desse nobre povo o culto pela memória do Grande Presidente” (PESSOA FILHO, 1930)⁷³.

Durante os meses de estruturação do mausoléu, Pessoa informava ao interventor o andamento da obra e enviava fotografias, tal como esta a seguir, mostrando os detalhes da escultura principal, o timoneiro intemerato.

Imagem 8 – Detalhe do timoneiro (vista lateral e frontal)



Fonte: Acervo IHGP

A alegoria representa um homem de estatura mediana e corpo levemente musculoso, cuja nudez da cintura para baixo é coberta apenas por um pano. Tal qual as vestes de Jesus crucificado. Está de pé, porém suas pernas não estão rígidas e eretas. Estão levemente flexionadas, como alguém que vai perdendo a força e não consegue se segurar em pé. A posição

⁷³ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 18 nov. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

da cabeça voltada para trás, sugere um golpe que veio pelas costas. E no rosto, a expressão da dor. Na mão esquerda segura o leme, simbolizando os rumos da Paraíba. No outro braço, tem uma flecha que o fere de morte, mas que não está ainda colocada nessa fotografia. Portanto, a concepção estética do timoneiro é semelhante à imagem de Jesus Cristo. Associa João Pessoa ao crucificado e a todo seu sacrifício para salvar a humanidade. Ou seja, reforça a ideia de que o ex-presidente foi martirizado e morreu pela Paraíba, conseqüentemente, deu a vida pela nação, questão igualmente identificada noutros projetos.

Assim que o monumento foi assentado no Cemitério São João Batista, Antônio Pessoa enviou as primeiras fotografias para Antenor Navarro, dando-lhe ciência da conclusão da obra e pedindo dinheiro para honrar o contrato e finalizar o pagamento. Além disso, falou de sua alegria com o resultado do monumento:

Fiquei muito satisfeito com o trabalho, e de inúmeras pessoas tenho recebido cumprimentos pelo bom gosto e perfeito acabamento com que está feito. Está tão bem polido o granito preto que, mesmo na fotografia, podem-se ver refletidas sobre a cruz os dizeres da legenda que está sob o medalhão. Na verdade, ficou muito bonito. Os dois canteiros que veem na frente já estão hoje ajardinados, o que dá melhor aspecto ao conjunto; e o escudo do Estado ficou muito bem-feito, dando bastante realce ao fecho do monumento. (PESSOA FILHO, 1931)⁷⁴

⁷⁴ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 23 fev. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

Imagem 9 – Detalhe do mausoléu (vista lateral e frontal)



Fonte: Acervo IHGP

A partir das imagens acima é possível visualizar o monumento como um todo e sua composição estética. Um elemento que até então não havia sido mencionado no memorial descritivo de Cozzo, nem nas cartas de Antônio Pessoa, pode ser identificado. Trata-se da cruz em alto-relevo, símbolo do cristianismo que foi assentada na base do mausoléu. Embora não mencionado pelo idealizador da obra, nem pelo escultor, o crucifixo era um componente fundamental no mausoléu, cuja família era cristã.

Observa-se nitidamente o medalhão em baixo-relevo, com a face de João Pessoa entalhada no bronze, e abaixo, o epitáfio já conhecido por nós. O timoneiro intemerato, ferido de morte com a flecha em seu braço direito, elemento ainda não aparente na imagem 8, e o leme na outra mão. Acima, o brasão da Paraíba e, no topo, a pira em chamas. Na lateral, as duas figuras pensativas, numa tonalidade de granito mais claro, parecem estar montando guarda no monumento.

Outro aspecto bastante relevante é a arquitetura do mausoléu, uma obra modernista com traços que já revelam os primórdios da concepção artística de Cozzo em *art déco*. Embora caracterizada por ele como uma obra “moderna e original” (COZZO, 1930), em seu memorial descritivo não fez nenhuma referência direta ao estilo, porém o mesmo é evidente na composição da obra.

O termo *art déco*, deriva do francês *arts décoratifs* que significa Artes Decorativas. Concebido como um fenômeno moderno, o *art déco* foi “um conjunto de manifestações artísticas, estilisticamente coeso, originado na Europa, e que se expande para as Américas do Norte e do Sul, inclusive o Brasil, a partir dos anos 20” (ALMADA, 2006, p. 9). O estilo perdurou até os anos 1940 e teve grande aceitação, principalmente no Rio de Janeiro, que naquele período se inseria num efervescente ambiente cultural, artístico, arquitetônico e se tornou a capital *art déco* da América Latina (GRINBERG, 2006)⁷⁵.

Nos remetendo à composição do mausoléu, percebemos nitidamente a adesão à estética *art déco* nas bases volumétricas da obra. Apresentando características próprias do estilo, as linhas retas verticais, formando a estrutura arquitetônica do mausoléu. Inclusive, nos traços das

⁷⁵ Nesta pesquisa não é nosso objetivo aprofundar a discussão sobre o *art déco*. Conquanto, para um maior conhecimento sobre o tema durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, ante as transformações arquitetônicas da antiga Capital Federal, o Rio Janeiro, veja-se: REIS, Márcio Vinicius. **O *art déco* na obra Getuliana. Moderno antes do modernismo.** 2014. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

figuras laterais, verifica-se a geometrização das formas. Quanto à escultura principal, o timoneiro, Cozzo adotou uma estética ainda acadêmica⁷⁶.

Se observarmos atentamente a imagem 9, com o mausoléu em vista lateral, nota-se no alto do Morro do Corcovado, a estátua do Cristo Redentor, ainda em construção. O monumento que se tornou o cartão postal do Rio de Janeiro é também representativo do *art déco* e mostra o quanto o estilo estava em alta naquela cidade. Por outro lado, revela a posição privilegiada do monumento funerário dentro do cemitério, com vista privilegiada para o Cristo Redentor, embora não possa ser admirada por quem jaz naquele lugar, podendo ser ainda um lugar de contemplação para quem visitava o túmulo.

2.4 - A instalação do mausoléu e as romarias

Com o mausoléu devidamente instalado na Quadra 5, na Aléa São João Batista, procedeu-se a sua inauguração. Conforme desejo da família, ocorreu na data do aniversário de nascimento de João Pessoa, em 24 de janeiro de 1931, dia em que, se estivesse vivo, completaria 53 anos. Destarte, passados quase seis meses de sua morte, era chegado o momento de sua monumentalização fúnebre, onde a morte se tornava mais um espetáculo da vida, corporificando em pedra e bronze valores e significados elaborados em sua memória.

A cerimônia foi iniciada na igreja da Glória às nove horas, onde reuniram-se familiares, amigos e políticos para uma missa em sufrágio da alma de João Pessoa (CORREIO DA MANHÃ, 24 jan. 1931). Depois, seguiu-se um cortejo para a inauguração no Cemitério São João Batista. Em nota do correspondente, o jornal *A União* (25 jan. 1931, p. 1) descreve a inauguração como “simples, mas muito commovente” e fez uma breve síntese do momento⁷⁷:

A viúva do desditoso estadista estava presente e acercou-se do tumulo, beijando a effigie que aparece em bronze, no monumento, enquanto o sr. Epitacio Pessôa a amparava, auxiliando-o seu sobrinho e o ministro da Viação, que também estava presente com numerosas outras pessoas.

⁷⁶ O estilo acadêmico predominou na Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro) por muito tempo como modelo estético ideal. O Conselho Nacional de Belas Artes, que regulamentava o Salão Nacional de Belas Artes, pontificava os cânones acadêmicos, e dessa forma, os artistas mais afamados da época, eram em sua maioria os professores egressos da Escola (GRINBERG, 2006).

⁷⁷ Essa mesma nota foi publicada no *Diário de Pernambuco* de 25 de janeiro de 1931, na página 2.

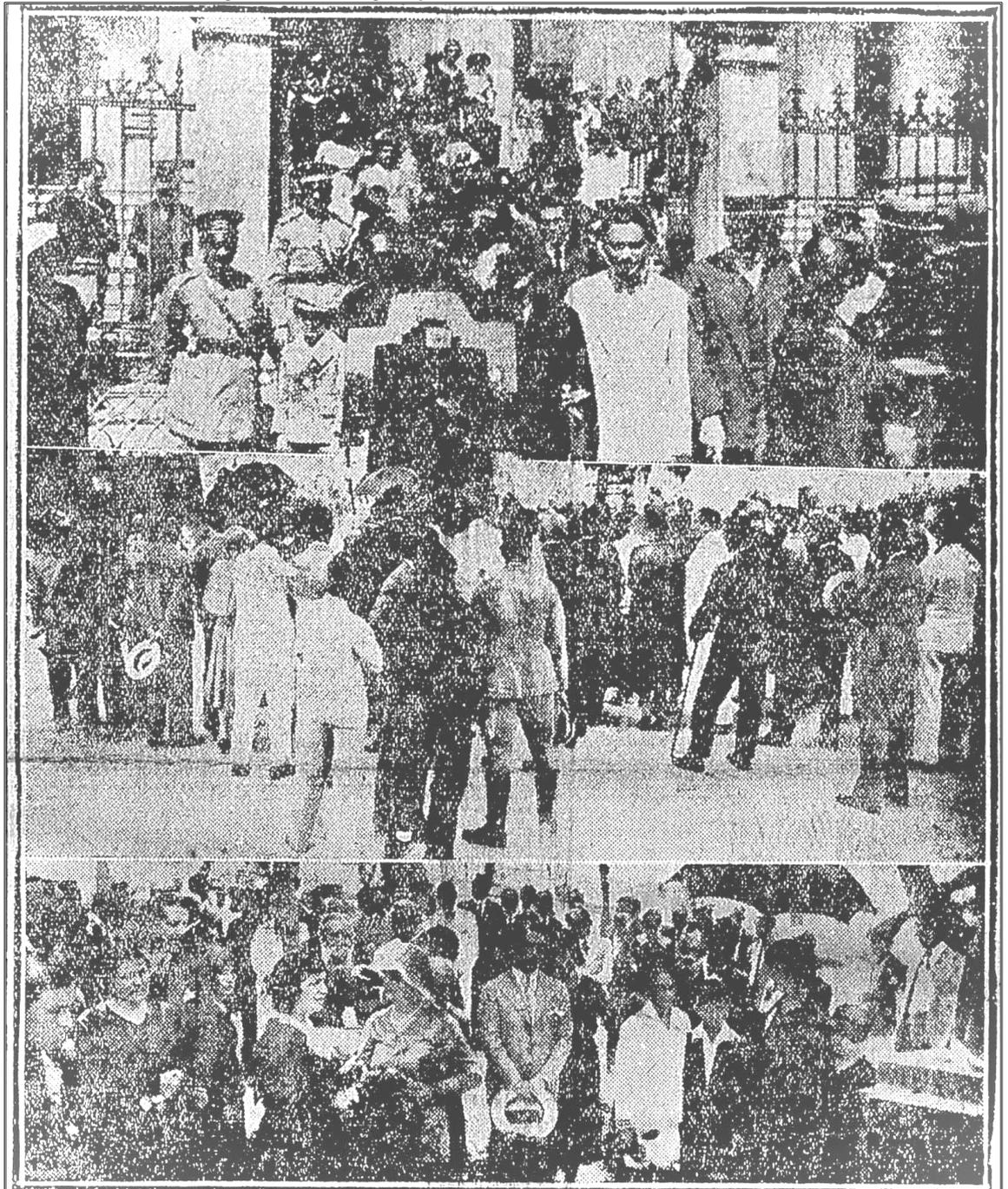
Fôram depositadas muitas flôres sobre o túmulo, onde já se viam corôas do Estado da Parahyba, da viuva e filhos, além de outras enviadas por amigos.

Embora o mausoléu tenha virado um local de contínua visitaçã⁷⁸, a inauguração do monumento foi um evento reservado aos mais íntimos da família. O momento de comoção foi externalizado pela viúva ao se debruçar sobre o mausoléu para beijar o medalhão com o retrato gravado do morto. Levando em consideração a posição da efígie, ela praticamente se deitou sobre o túmulo, uma cena que certamente comoveu os presentes, sendo amparada pelos familiares, Epiácio Pessoa e Antônio Pessoa, respectivamente, tio e primo de João Pessoa, além do Ministro da Viação, o paraibano e amigo do infortunado, José Américo de Almeida.

Sob o título de “Um dia de saudade e evocaçã”, o *Diário Carioca* (25 jan. 1931, p. 1) estampou em sua capa uma matéria com fotografias, detalhes da inauguração e do monumento. Ao contrário da versão dos fatos, intimista e reservada, apresentada na nota do jornal paraibano, o periódico carioca foi mais além. Segundo este, compareceu ao preito de saudade e profundo sentimento cristão, “um grande número de pessoas, que encheram completamente o majestoso templo do Largo do Machado [Igreja da Glória]”. Cuja cerimônia religiosa havia sido celebrada pelo padre Almeida Leal. Finda a missa, os presentes seguiram para o cemitério “em romaria”, a fim de assistirem à inauguração do mausoléu erguido pela Parafba, “em homenagem à memória sacrossanta do seu grande filho”.

⁷⁸ Não resta dúvida que, ao menos nos primeiros anos pós-morte, o túmulo de João Pessoa foi bastante frequentado e as visitas mais relevantes eram divulgadas nos meios de comunicação. A exemplo da homenagem prestada pelas tropas paraibanas que se encontravam no Rio de Janeiro. De acordo com o *Correio da Manhã* - RJ (14 nov. 1930, p.3): “Foi uma cerimonia simples e tocante. Os presentes não escondiam a emoção que os dominava. Muitos tinham os olhos cheios de lágrimas”. Ou seja, fazia-se questão de mostrar a romaria ao túmulo e enfatizar o caráter de herói paraibano.

Imagem 10 – Inauguração do monumento funerário



Fonte: *Diário Carioca* (25 jan. 1931)

Na legenda da imagem acima, divulgada no *Diário Carioca*, consta o seguinte:

Aspectos das homenagens prestadas ontem ao saudoso presidente João Pêsoa, vendo-se ao alto a saída das pessoas que foram a missa da igreja da Gloria e em baixo dois aspectos da cerimônia da inauguração do mausoléu no cemitério São João Baptista” (DIÁRIO CARIOCA, 25 jan. 1931, p. 1)

Não restam dúvidas que a notícia veiculada no *Diário Carioca* foi bem mais extensa e detalhista que a do jornal *A União*. Inclusive, recheada de saudosismo e utilizando termos como, “memória sacrossanta”, ou seja, sagrada e santa, para justificar a importância de se consagrar a memória de João Pessoa através do monumento. Porém, a imagem 10, mesmo pouco nítida demonstra que o número de participantes não foi tão numeroso como afirmou o jornal carioca. De acordo com *A Noite* (RJ):

A missa estiveram presentes os innumeráveis amigos do grande presidente, sua família, seus irmãos e parentes, ficando inteiramente tomado o vasto templo. [...] Junto ao altar-mór, o sr. Epitacio Pessoa e sua esposa, a viúva e os filhos do malogrado presidente, os srs. Candido Pessoa, José Pessoa, Aristarcho Pessoa [irmãos de João Pessoa] e respectivas esposas e filhos, todos os demais membros da illustre família: os srs. José Americo de Almeida, ministro da Viação; representantes das demais autoridades do governo provisório e, nas demais dependências do templo, o povo a comprimir-se, desejoso de prestar mais uma homenagem áquelle que se sacrificara em bem da collectividade.

Foi simples a cerimonia de inauguração do mausoléu [...].

A viúva do desditoso estadista acercou-se então do tumulo, beijando-o a chorar, enquanto o sr. Epitacio Pessoa amparava-a, auxiliado pelo seu sobrinho o jovem Epitacio Pessoa Cavalcanti, filho do saudoso presidente. Foram então depositadas flores sobre o tumulo, onde já se viam corôas do Estado da Prahyba, da viúva e filhos e de Antonio Pessoa e família. (A NOITE, 24 jan. 1931, p. 3)

Ante o exposto acima e com base na matéria noticiada pelo jornal *A Batalha* (RJ), é possível constatar que a inauguração foi um evento intimista e reservado: “a missa foi simples, sem música, nem acompanhamento de órgão”. E a inauguração do mausoléu também “revestiu-se de tocante simplicidade” (25 jan. 1931, p. 3). Ao final, o padre Almeida Leal leu as palavras sacramentais e deu a benção sobre o monumento, aspergindo água benta.

Uma hipótese para uma inauguração simples, seria de que o momento foi restrito a família, aos mais próximos e correligionários políticos do homenageado. Importante frisar que Getúlio Vargas não pôde comparecer, mas enviou o dr. Baptista Luzardo como seu representante. Cabe ainda indagarmos sobre a ausência da transcrição dos discursos oficiais, ou trechos, nos periódicos, nesse momento de inauguração. Igualmente, não encontramos no acervo pesquisado, o pronunciamento de Antônio Pessoa Filho na cerimônia, tendo em vista

que ele era o representante oficial do Governo da Paraíba no Rio de Janeiro. Também não conseguimos identificar sua presença nas fotografias veiculadas na imprensa da época e que tivemos acesso.

Essa circunstância se explica quando analisamos todo o contexto da atuação de Pessoa Filho. Embora fosse o principal responsável pela execução da monumentalização de João Pessoa, percebemos ao longo dessa trajetória que seu comportamento discreto e intimista o deixou afastado dos holofotes, da mídia, era de fato um homem muito reservado. Quanto à inauguração sem grandes pompas, as evidências apontam para uma decisão familiar, pois o mausoléu era constantemente visitado e foi palco político, especialmente no aniversário de morte; sendo o 26 de julho, um momento mais lembrado, o centro das atenções, como veremos adiante.

No que tange ao monumento, o *Diário Carioca* (25 jan. 1931, p. 1) o descreveu como: “sóbrio, de linhas simples, tanto agrada pela beleza dos seus detalhes, como impressiona pelo seu conjunto, adaptado a moderna escultura”. Tal dado é indício de que a moderna escultura a que se refere tratava-se exatamente do *art déco*, um estilo que vinha agradando muito o gosto cultural dos cariocas. A matéria informa ainda sobre a fundição escolhida por Cozzo, a firma “A. Ventura & Silva” de São Paulo.

Contudo, uma explicação para a breve notícia da inauguração, por parte do jornal oficial do Estado da Paraíba, é que este estava mais interessado em veicular as obras do governo. Naquele 24 de janeiro, considerado importante para os paraibanos por ser o aniversário natalício de seu herói, *A União* publicou uma extensa matéria com mensagens e homenagens ao falecido e uma fotografia da maquete do mausoléu. Porém, a data foi reservada para a inauguração de diversos serviços públicos, destinados a melhorar as condições de vida no interior da Paraíba, tais como:

[...] estrada de rodagem de Cabedello, iluminação eléctrica nessa mesma localidade, fazenda de sementes de Cachoeira, em Guarabira, pôço em Sapé, açudes e estradas em Cannafistula, Gurinhem, Juarez, Ingá, Areia e em outras localidades. (A UNIÃO, 24 jan. 1931, p. 1)

Tais obras e serviços simbolizavam que embora morto, no dia de seu aniversário era João Pessoa quem presenteava os paraibanos com serviços e equipamentos modernos, a exemplo da eletricidade. Os acessos rodoviários tiravam regiões inteiras do isolamento, os

açudes e barragens eram essenciais para o abastecimento e sobrevivência nas regiões castigadas pela seca. Assim, Antenor Navarro beneficiava a população promovendo a memória do ex-presidente paraibano, o que foi explicitamente declarado no jornal: “inaugurando-se esses melhoramentos [...] visava-se homenagear a memoria do presidente João Pessoa, cujas preocupações pelo progresso material da Parahyba eram por demais conhecidas” (A UNIÃO, 25 jan. 1931, p. 1).

Enquanto o jornal paraibano focava no uso da memória a João Pessoa para promover as ações do governo, no Rio de Janeiro, as notícias acerca da inauguração seguiam o mesmo ponto de vista, exaltando o falecido:

A data de hoje assignala o anniversario natalicio do saudoso presidente parahybano João Pessoa que, nas phases mais agudas da campanha liberal, até o momento em que tombou assassinado, offereceu ao paiz inesqueciveis exemplos de dignidade politica, firmeza de convicções e espirito de combatividade, qualidades estas postas ao serviço da causa pela regeneração dos costumes republicanos.

Sempre evocada a sua figura, pelos traços definitivos que soube imprimir a sua figura publica, o dia de hoje evidenciará o culto em que elle é tido a memoria no espirito de todos que se vêm batendo pelo respeito dos principios verdadeiros de nossa democracia. (O JORNAL, 24 jan. 1931, p. 3)

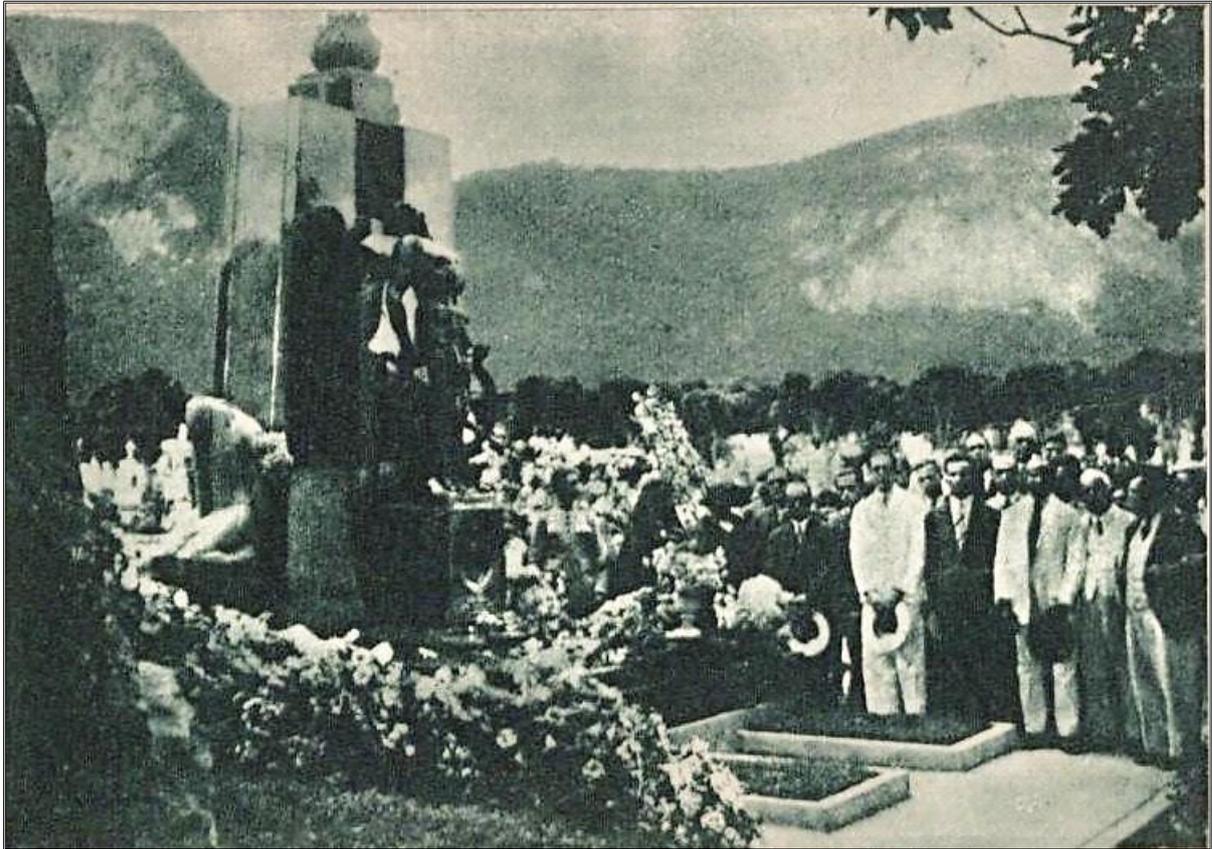
Na capital da República repetiam-se as exposições de enaltecimento da memória política do ex-presidente e assinalava-se a importância daquela cerimônia. A qual, nas palavras do periódico, “compareceram numerosas pessoas”, dentre as quais, “amigos e admiradores do presidente morto, figuras do governo e da política, membros da família Pessoa, officiaes do Exercito e da Marinha, elementos populares, etc.” (O JORNAL, 25 jan. 1931, p. 4).

Oficialmente inaugurado, o túmulo se transformou num local de grande visitação e romaria, sobretudo nos primeiros anos após sua morte. E, principalmente nas datas mais simbólicas, como a de aniversário de morte, o dia 26. Era comum o registro nos meios de comunicação da época de alguma visita importante. Decorridos sete meses de falecimento, a revista *O Cruzeiro* (07 mar. 1931, p. 34) nos dá a seguinte notícia, seguida de uma fotografia da ocasião:

Por iniciativa do Centro da Defesa dos Ideaes revolucionários realizou-se a romaria cívica ao tumulo do Grande Brasileiro João Pessoa, por motivo da passagem do sétimo mês de sua morte. Além da família do Grande morto,

numerosa massa popular tomou parte nessa manifestação posthuma, tendo sido depositadas muitas flores sobre o mausoléu.

Imagem 11 – Visita ao mausoléu



Fonte: *O Cruzeiro* (7 mar. 1931)

Todo esse cenário de homenagens e gastos com a consagração da memória do ilustre político falecido, incomodou uma certa parcela da opinião pública, criando-se uma polêmica em torno das exéquias de João Pessoa. No artigo intitulado “Os amigos do cadáver”, o jornal carioca *A Vanguarda*, teceu críticas acerca do monumento fúnebre e o definiu como o cadáver mais caro do mundo. O texto gerou uma contenda que quase acabou em duelo entre o sr. Mendes Cavalheiro, tentando defender a memória de João Pessoa, e o diretor do jornal, Azevedo Lima. Não fosse o telegrama enviado por este ao irmão do falecido, o cel. Aristarco Pessoa, afirmando que o texto passou despercebido aos seus olhos e que não tinha culpa, teria ocorrido um duelo para “lavar a honra” do finado. Em reunião com as devidas testemunhas, foi constatado e declarado em ata que o diretor do jornal não teve culpa. E assim, a situação foi devidamente

esclarecida, honrosamente para ambas as partes, encerrando-se o incidente e evitando-se o combate⁷⁹. Ao menos para estes.

Enquanto isso, os grupos que discordavam do exposto no texto e se sentiram ofendidos cuidaram em retaliar *A Vanguarda*. O Centro de Defesa das Ideias Revolucionárias fez um apelo aos cariocas para boicotar o vespertino (*A UNIÃO*, 24 fev. 1931, p. 1 e 3). Protestos dos paraibanos foram divulgados noutros jornais do Rio, repudiando a afronta para com a memória do conterrâneo. O *Diário Carioca* publicou o artigo “Uivo de hyena”, rebatendo os tais insultos, o qual foi reproduzido em *A União* (24 fev. 1931, p. 8):

Foi uma figura que altanou do povo, por isso mesmo é que elle soube identificar-se com o povo, por cujos ideaes batalhou e morreu.

A sua memoria tornou-se como um direito sagrado e a ella rendeu homenagem reverente até mesmo aquelles seus cavalheirescos adversarios, que com elle terçaram armas nas grandes batalhas no campo da politica nacional. O povo idolatra a memoria do luctador. Pois bem, foi esse respeitável sentimento popular que “A Vanguarda” [...], julgou azada achincalhar na sua edição de hontem [...].

“A Vanguarda”, num requinte de falta de piedade humana, zomba mesmo do tumulo do heróe, da familia enlutada, acoimando-a de aproveitadora do sangue derramado, atira o tremendo labéo sobre a face de bravos como os briosos militares que são, José Pessôa Cavalcanti e Aristarcho Pêssoa [irmãos de João Pessoa], dois expoentes do movimento outubrista. “*É o cadáver mais caro que já houve no mundo*”, diz a nota em questão, referindo-se ao simples maosoléo que a Parahyba mandou erigir ao maior dos parahybanos. Offende assim o povo altivo e heroico do Estado nordestino que teria dado para ornamentar o monumento do heróe estrellas engastadas no azul do seu hospitaleiro céu azul, manto de sua padroeira: Nossa Senhora das Neves, se pudesse alcança-las com as mãos. [...]

Tudo que é humano tem, entretanto, seus limites. “A Vanguarda” excedeu-se: revolveu o tumulo sagrado, insultou a collectividade e estranho seria se a torpeza passasse sem o protesto folha, como estranho será que o povo tolere a continuação de insultos e desrespeito aos seus mais elevados sentimentos [...]. A hyena uivou mostrando suas garras pelo ódio afiadas, revolvendo e profanando o tumulo sagrado. Esperemos a resposta.

O texto acima revela o quanto a imagem de João Pessoa era preciosa para aqueles que o tinham como um ídolo, um mortal divinizado, alguém que, hipoteticamente, se sacrificou em

⁷⁹ Na sessão de telegramas do jornal *A União* (27 fev. 1931, p.3), foi noticiado o episódio de um duelo prestes a acontecer. O sr. Mendes Cavalheiro, tentando defender a memória de João Pessoa, enviou um telegrama ao diretor de *A Vanguarda*, desafiando-o para um duelo. Porém, o jornalista explicou ao cel. Aristarco Pessoa que não tinha culpa e a situação foi resolvida honrosamente para ambas as partes.

prol da nação. Dessa forma, era considerado um crime nefasto profanar a memória daquele homem. Por isso a situação tomou ampla dimensão e casou comoção na Paraíba.

Contudo, a atitude do jornalista que escreveu o referido artigo parece estar arraigada às questões políticas do Movimento de Outubro de 1930. Embora o monumento fúnebre fosse imponente e criado por um escultor afamado da época, certamente não seria o único naquela necrópole que se transformou num museu a céu aberto. Tampouco, todo o custo com o funeral, de fato exorbitante, para conservar o corpo durante tantos dias de velório, seria motivo suficiente para tal exposição. Sua soma foi de aproximadamente cento e dez contos de réis (110:000\$000)⁸⁰ e extrapolou o previsto na Lei nº 699, de 29 de agosto de 1930. Pois em seu artigo 3º, o Governo do Estado foi autorizado a abrir o crédito necessário até a quantia de cem contos de réis (100:000\$000). Dessa forma, os gastos ultrapassaram dez contos de réis. O que de fato incomodava os opositores partidários eram as homenagens, a criação de monumentos em sua memória e a glorificação de João Pessoa como herói, além da ecoante divulgação das solenidades a seu respeito.

Na Paraíba, foram organizados passeatas e comícios. Um deles aconteceu exatamente na passagem do sétimo mês de falecimento e percorreu em caminhada, parando para discursos nas principais praças da capital. Nos conta *A União* (27 fev. 1931, p. 1) que a cidade reviveu “os tempos da campanha liberal, tamanha era a multidão que se aglomerava naquele logradouro publico”. Ao som do Hino João Pessoa, tocado pela banda de música do Regimento Policial, os presentes aplaudiam cada um dos discursos. Ainda segundo o jornal, a presença feminina era numerosa, como em todas as manifestações em vida e após a morte do ex-presidente. Entretanto, muitos dias ainda decorreriam até se acalmarem os ânimos.

Enquanto isso, as visitas ao monumento funerário continuavam. Era chegado o aniversário de um ano de falecimento e naquele 26 de julho de 1931, a celebração diante dos restos mortais de João Pessoa foi expressiva, com direito à visita do então Presidente da República, Getúlio Vargas e sua comitiva. Além de várias homenagens junto ao jazigo, o que foi registrado nas fotografias da revista *O Cruzeiro* (1 ago. de 1931, p. 5):

⁸⁰ Com base na documentação analisada nesta pesquisa, o Governo da Paraíba desembolsou cerca de cinquenta contos de réis (nossa soma chegou ao seguinte valor: 49.853\$000). A esse valor, soma-se 55:000\$000 do monumento no cemitério, com 1.941\$700 de gastos para transporte e mão de obra de instalação do mausoléu e duas jardineiras de bronze cinzelado feitas por Cozzo, no valor de 900\$000. Sendo valor total do monumento tumular= 57.841\$700. Portanto, a somatória com o funeral gira em torno de 110.000\$000 (cento e dez contos de réis). Convertido na moeda vigente no Brasil, chegaria a soma de R\$2.750,000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta reais).

Imagem 12 – Visita do presidente e sua comitiva (Getúlio Vargas e sua esposa ao centro da fotografia)



Fonte: *O Cruzeiro* (1 ago. 1931)

A participação do Presidente da República e de seus correligionários políticos era frequente nas solenidades de exaltação à memória de João Pessoa. Numa dessas visitas temos o seguinte relato do *Diário Nacional*:

O presidente Getúlio Vargas deixou hoje, por volta das 16 horas, o palácio do Catete, em companhia de sua esposa, do general Leite de Castro, Ministro da Guerra, e do Chefe da sua casa militar, dirigindo-se em automóvel ao cemitério S. João Baptista.

Essa visita teve por fim render homenagem à memória do presidente João Pessoa, cujo túmulo o sr. Getúlio Vargas e sua comitiva visitaram.

Todos se recolheram um momento diante do monumento que encerra os restos mortaes do mallogado presidente da Parahyba, sobre o qual a sra. Getúlio Vargas depositou flores.

A multidão que se premia naquela necrópole, o conheceu o chefe do Estado, conservou-se em attitude respeitosa e discreta a sua passagem.

(DIÁRIO NACIONAL (SP) 3 nov. 1930 p. 1)

Vargas mantinha visitas constantes ao túmulo, afinal ele foi o maior beneficiário da morte de João Pessoa. Não resta dúvidas de que a Aliança Liberal e o governo federal se promoveram com a morte do ex-presidente paraibano, a qual foi usada tanto para se fazer a Revolução em 1930, colocando Getúlio Vargas na presidência do Brasil, quanto para solidificar seu poder político. Portanto, o monumento que abrigou os restos mortais do ex-presidente serviu de palco político e lugar de romaria, como é possível inferir com base na imagem a seguir.

Imagem 13 – Família João Pessoa em frente à alegoria do “négo”



Fonte: *O Cruzeiro* (1 ago. 1931)

Essa imagem é emblemática de como o “Négo”⁸¹ foi utilizado como bandeira política de resistência. Abaixo da palavra “Négo”, encontra-se a imagem de João Pessoa, a mesma que foi amplamente divulgada e oficializada na Paraíba, colocada nas escolas e repartições públicas. No centro da fotografia encontra-se a viúva e os filhos, em companhia do aliancista e político mineiro o sr. Adolfo Bergamini, ladeados de partidários. Todos posicionados em frente à alegoria levantada no cruzeiro do cemitério, próximo ao mausoléu.

Noutro registro da revista *O Cruzeiro*, verifica-se mais um momento cívico com o discurso do dr. Antônio Carlos, então Governador de Minas Gerais (imagem em formato circular) e um grupo de alunas ao pé do monumento, entoando o Hino João Pessoa (sinalizado com uma seta).

⁸¹ Alusão ao “dia do Négo”, em 29 de julho de 1929, quando João Pessoa enviou um telegrama ao Catete, informando a Washington Luís que não apoiaria a sua indicação para a sucessão presidencial.

Imagem 14 – Visita ao mausoléu. Discurso do dr. Antônio Carlos (detalhe em círculo) / Alunas ao pé do monumento entoando o Hino João Pessoa (sinalizado com seta)



Fonte: *O Cruzeiro* (1 ago. 1931)

Tais ocasiões são elucidativas de como a nossa emancipação política foi construída nas bases de “narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder” (SCHWARCZ, 2019, p. 19). A construção da imagem mitificada de João Pessoa, sua heroicização e a criação de “lugares de memórias” (NORA, 1993), foram utilizados pela Aliança Liberal e seus correligionários como um meio de fazer política e conquistar votos nas próximas eleições.

Nesse sentido, a monumentalização de João Pessoa serviu para promover o governo provisório. E, tendo em vista que o Estado Vargas era centralizado, para atender as narrativas de sua política nacionalista, o ex-presidente morto passou de “herói paraibano” a “herói nacional”. Inclusive, na capital da República, Vargas decretou feriado o 26 de julho, “em comemoração ao sacrifício histórico do martyr paraibano” (A NOITE, 26 jul. 1931, p. 2). Feriado também adotado na Paraíba. Vejamos um exemplo desse tipo de discurso, por ocasião da comemoração do 26 de julho na Paraíba:

Seus passos ficaram marcados na história nacional e só a lembrança do seu nome equivale a um depoimento justificativo da sua superioridade. [...] É que esse homem foi um assombro da pureza republicana, tendo pela Pátria um culto inverossimilhante alto e absorvente. Foi por ele que os olhares do Brasil se fixaram na Paraíba, tornada, então, barreira aos desmandos de uma época mais do que calamitosa para o país. (A UNIÃO, 26 jul. 1944, p. 3).

No cemitério, lágrimas e flores cobriam o sepulcro. Gestos de comoção, discursos e orações se fizeram durante aquele dia. O monumento funerário estava ali magnificante, expondo sua narrativa como um texto a ser lido, informando aos visitantes sobre a memória que se convencionou gravar acerca de João Pessoa. Na Paraíba, dava-se continuidade ao investimento memorialístico. Estava sendo preparado um vultoso evento, denominado de “A grande comemoração”, como veremos no capítulo a seguir.

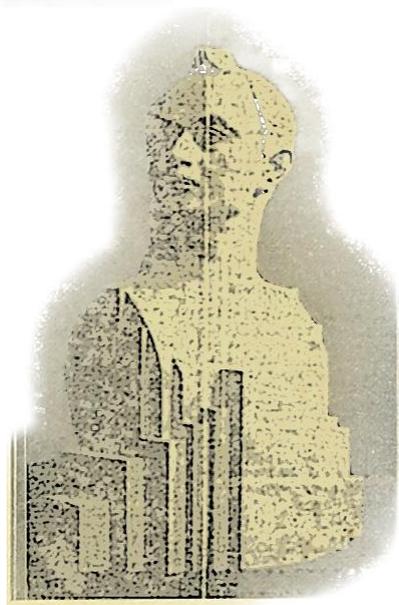


CAPÍTULO III

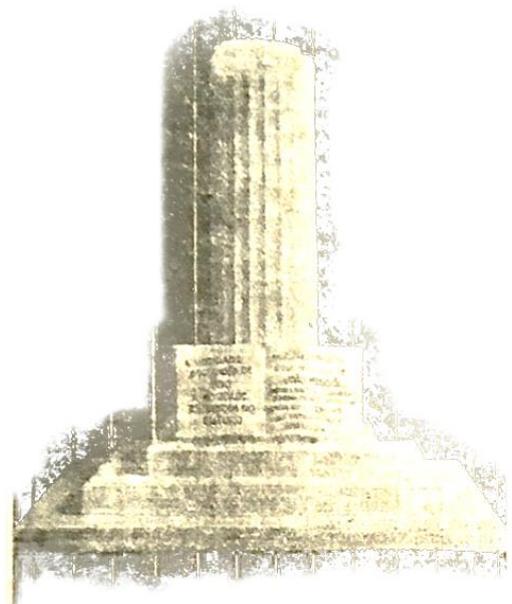
Os monumentos no imaginário urbano



O MAGISTRADO



NA ATTITUDE DO N



3 OS MONUMENTOS NO IMAGINÁRIO URBANO

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.
José Murilo de Carvalho

Ao estudar a formação de um imaginário na República brasileira, José Murilo de Carvalho (1990) analisa o interesse para que os ideais republicanos extrapolassem o restrito círculo das elites e pudessem chegar à população. Para tanto, tentava-se alcançar o imaginário popular através de símbolos (tais como imagens, monumentos, estátuas, hinos e bandeiras), utilizando-se de estratégias inspiradas no modelo francês. Desse modo, constata que, na construção do imaginário republicano, utilizava-se da palavra escrita e falada para atingir a elite intelectual, além da sensibilização e popularização de ideias, pelas imagens e rituais, destinados a atingir a população em geral.

De acordo com o autor, os regimes políticos possuem a necessidade de expressar determinada narrativa por meio da arte, onde a construção de um imaginário é componente relevante para sua legitimação. Pois, “é por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração [...]” (CARVALHO, 1990, p. 10). Certamente foi percebendo essa característica que os grupos políticos investiram na construção de monumentos em praça pública.

Tal circunstância não foi diferente na Paraíba. Na passagem de um ano da morte de João Pessoa, em 26 de julho de 1931, foi programada uma majestosa homenagem póstuma. O governo estadual, por intermédio daqueles que compõem sua estrutura administrativa, bem como de diversos segmentos sociais e religiosos, promoveu uma campanha nos meios de comunicação com vistas a conquistar adeptos para participar dos diversos atos solenes que seriam executados na capital e se estenderiam por todos os recantos da Paraíba.

Conforme assinala Pesavento (2003, p. 77-78), “o imaginário urbano, como todo imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações urbanas”. Nesse aspecto, os monumentos a João Pessoa atuam no imaginário popular como recurso pedagógico, destinado

a ensinar uma memória política que intencionava legitimar a Revolução de 1930, os ideais do governo instalado e perenizar sua imagem como sendo de um “mártir”, o “herói paraibano” que teria tombado por defender seu Estado.

3.1 – A grande comemoração: criando expectativas, divulgando os monumentos

AS HOMENAGENS DA PARAÍBA AO SEU GRANDE PRESIDENTE
Não se resumem neste culto efêmero a heróis que passam à História para se enterrarem, depois, esquecidos na fúnebre poeira de arquivos. Há na espontaneidade de que se revestem um fundo religioso, de nobre misticismo, em que palpita a alma sofredora de um povo, o mesmo cadinho de onde saem os deuses, na sua magnitude e força.
João Pessoa deixa de ser um simples herói para elevar-se a suprema reencarnação de todas as aspirações, de todos os ideais da hora presente. Sente-se que ele não morreu; que continua imortal, a dirigir os destinos da terra – Homem-Deus, cuja imagem há sempre pairar, benfazeja sobre os destinos da Paraíba.
Joaquim Pimenta (A UNIÃO, 26 jul. 1931)

Essa primeira homenagem aspirava ser um acontecimento de grandes proporções, com ampla participação popular. E isso é perceptível na ampla publicidade e na forma como o jornal *A União*, principal divulgador do preito e veículo midiático do governo paraibano, nomeou o evento. Intitulou praticamente todas as matérias referentes ao tema de “A grande comemoração”, a qual se manteve presente em suas páginas durante os meses de maio a setembro de 1931⁸².

Foram organizadas diversas comissões para deliberar sobre a maneira como o evento seria realizado, a propaganda e a sua execução. *A União* publicou notas com dois meses de antecedência, convocando todo e qualquer interessado para compor as comissões. Foram convidados indivíduos das mais variadas classes e grupos sociais. A exemplo de representantes das associações cívicas, dos órgãos de imprensa, sociedades esportivas, políticos, classes

⁸² *A União* iniciou a divulgação da “Grande Comemoração” no mês de maio de 1931, e mesmo após passar a data de 26 de julho, o periódico continua publicando matérias com esse título até o mês de setembro, informando que os festejos ocorreram em âmbito estadual e nacional. Em outubro daquele ano não percebemos mais referências ao evento. Certamente o foco seriam as comemorações do aniversário da denominada Revolução de 1930. Cabe salientar que, a comemoração do primeiro aniversário de morte de João Pessoa, também foi discutida em nosso trabalho dissertativo, porém, com propósito diverso deste trabalho.

operárias, empresas construtoras e fabris, forças armadas, diretores e inspetores de todas as escolas, funcionários públicos e até mesmo os membros do clero. Esses grupos e instituições tinham uma dupla função: realizar um tributo ou sessão cívica no interior de seus respectivos recintos e participar dos eventos em praça pública.

A comissão de honra era encabeçada pelos líderes políticos e religiosos da Paraíba: o Interventor Antenor Navarro⁸³, Dom Aduino Aurélio de Miranda, Arcebispo da Paraíba⁸⁴, José Américo de Almeida, Ministro da Viação⁸⁵, e Epitácio Pessoa, político e tio de João Pessoa⁸⁶. Ante o peso desses nomes, já era possível imaginar a importância e grandeza daquela comemoração. Algumas reuniões foram realizadas na redação do jornal *Correio da Manhã* e no salão nobre do Clube dos Diários, na capital paraibana. Elas foram importantes para que se pudesse alcançar o objetivo daquela comemoração. A partir de suas deliberações, a comissão central das homenagens elaborou um programa regulamentando a execução do evento que seria realizado na Paraíba durante nove dias.

Tendo em vista a organização das celebrações e o direcionamento dos atos a serem executados, essa comemoração objetivava embasar o imaginário sociopolítico em torno da memória a João Pessoa. A intenção do governo naquele momento, não era apenas exaltar a figura do herói, mas sim, através do trabalho simbólico e do imaginário, afirmar o grupo político há pouco instalado com a Revolução de 1930, cuja morte João Pessoa foi seu estopim. Era ainda um momento de coesão entre o governo e o povo, onde o primeiro implementava uma batalha simbólica, monumentalizando João Pessoa na Paraíba, objetivando interferir no imaginário popular, criar nas massas um sentimento de paraibanidade, identidade para com o personagem materializado em bronze.

Entretanto, é importante salientar que a comemoração e os monumentos, não traduzem uma realidade histórica consensual, mas sim um imaginário que estava sendo construído

⁸³ Conferir síntese biográfica de Antenor Navarro em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/antenor-de-franca-navarro> Acesso em: 2 de set. 2019.

⁸⁴ Homem importante que atuou tanto na esfera do poder religioso, quanto político. Sobre uma análise do pensamento teológico-político de Dom Aduino, veja-se: BORGES, Donaldo de Assis. **A oposição da Igreja católica à ordem jurídica republicana: o pensamento teológico-político de D. Aduino Aurélio de Miranda Henriques (1894-1935)**. 2016. 180 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

⁸⁵Conferir síntese biográfica de José Américo de Almeida em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-jose-americo-de> Acesso em: 2 de set. 2019.

⁸⁶ Conferir biografia de Epitácio Pessoa em: RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa (1895-1942)**. São Paulo: José Olympio, 1951. 1 v.

naquele instante. E, para tanto, o evento contou com uma diversidade de segmentos sociais que deveriam festejar aquele momento, por imposição ou não, e mais tarde serviriam de testemunhos e propagadores de tal memória. Tendo em vista que “a comemoração está relacionada, diretamente, aos usos sociais, culturais e políticos da memória, é uma das modalidades de sua veiculação, elaboração e produção” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012. p. 11).

O comemorar significa “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade” (SILVA, 2002, p. 432). Neste caso específico, “a grande comemoração”, tinha a finalidade de constituir uma coesão social a partir do culto à imagem de João Pessoa, dando a este um lugar na memória social.

Comemorar é, ainda, uma forma de evocação da memória, em que ocorre “a possibilidade de celebração por meio de monumentos comemorativos, relativos a fatos e atos dignos de rememoração” (OLIVEIRA, 2010, p. 32). Enquanto “rememorar” corresponde a um procedimento introspectivo individual, “comemorar” passa por um processo plúrimo, mas direcionado na busca da unicidade. Nas palavras de Cardoso (1998, p. 2, grifo do autor), trata-se de um “processo ativo e dirigido”, condicionado “a partir do presente” e que “configura-se como um **poder de integração** de sentidos que é social, de uma reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória”.

No caso específico da comemoração feita em reverência à figura de João Pessoa, devido aos seus objetivos explícitos ou implícitos em alcançar muitos participantes, há um interesse imediato e aparente, em prol de uma coesão social em torno de uma memória que pretendia ser de todos os paraibanos. É o que nos revelam as recomendações feitas pela comissão central. A primeira orientação é a de que, durante aquela semana: “Para maior realce das homenagens, as repartições publicas do Estado e municipios encerrarão os seu expedientes ás 15 horas de todos os dias uteis, [...] e o commercio da capital igualmente fechará ás mesmas horas”. (A UNIÃO, 5 jul. 1931, p. 5).

Tal medida se justifica pelo objetivo de fazer com que os cidadãos paraibanos tivessem tempo livre para participar dos tributos. A orientação para que o centro comercial fosse fechado às 15h, nos faz indagar sobre os lucros que esses comerciantes deixaram de adquirir durante aquela semana, com seis dias úteis que totalizavam dezoito horas de trabalho, ou seja, o equivalente a dois dias de comércio fechado. Nos interpelamos se havia de fato algum controle

sobre o fechamento desses estabelecimentos comerciais, mas tal premissa não consta nos jornais pesquisados. Porém, acreditamos que nenhum comerciante queria ser rechaçado ou acusado de opositor, traidor ou perrepista⁸⁷. Sobretudo diante de um contexto político delicado em que, um ano antes, após a morte de João Pessoa, alguns paraibanos saíram às ruas quebrando e queimando lojas de comerciantes opositores⁸⁸.

Para além das dissidências partidárias entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e a Aliança Liberal (AL), nos remetemos ao foco desta análise e nos questionamos acerca do fechamento das repartições públicas estaduais e municipais, havendo o prejuízo dos serviços públicos que deixariam de ser prestados. Porém, o então Interventor, Antenor Navarro, cuidou em assinar o Decreto n.º 138, de 17 de julho de 1931, reduzindo seus respectivos expedientes até o meio-dia. Além disso, decidiu que entre os dias 19 e 27 de julho de 1931, os estabelecimentos de ensino público seriam fechados, assegurando, portanto, a participação de todos os estudantes e professores no evento. Destarte, justificou a mudança dos expedientes da seguinte maneira:

Considerando que a Parahyba, pelo seu govêrno e todas as classes sociaes, tributará dentro em breve excepcionais homenagens á memoria do Grande presidente João Pessôa, pelo transcurso do 1º anniversario do seu bárbaro trucidamento,

Considerando que esse **comovente preito de veneração á memoria do Grande Sacrificado revistirá um aspecto verdadeiramente democrático, pelo ardor cívico com que nelle está empenhada toda a população desta capital,**

Considerando que a essas homenagens extraordinárias estão associadas o funcionalismo e a instrução publica de João Pessôa. (A UNIÃO, 18 jul. 1931, p. 2, grifo nosso)

A assinatura desse decreto acaba por pressionar, ao menos os funcionários públicos e estudantes, que deveriam venerar a memória do “Grande Sacrificado”. Digo deveriam, pois, embora se mencione no texto que aquele era um ato democrático e cívico a ser realizado por toda a população da capital, a própria necessidade de editá-lo e impor uma rotina diferente já

⁸⁷ O termo “perrepista” se refere à forma como eram conhecidos popularmente os partidários de Júlio Prestes e do PRP (Partido Republicano Paulista).

⁸⁸ Como nos indica Eliete Gurjão (1994, p. 85), o assassinato de João Pessoa “forneceu o clima necessário para a retomada das articulações, dando impulso à conspiração pela tomada do poder”, e na Paraíba, “a revolta enveredou para o delírio coletivo”, onde a “palavra de ordem passou a ser vingança contra os perrepistas partidários da situação dominante, seguidores do P.R.P a quem não poupavam”.

demonstra o contrário. Certamente, o expediente da tarde não foi um bônus. Mas sim, foi trabalhado noutra espaço, sendo, pois, uma obrigação dos funcionários públicos.

Desse modo, todos deveriam dirigir-se à veneração pública do retrato do ex-presidente. Como a própria comissão enfatizou, se tratava de uma “veneração”, e esta ação realiza-se quando estamos perante os seres dotados de uma “áurea divina”, dignos de adoração. Para tanto, foi instalado o “Altar da Pátria”⁸⁹ em frente à sacada da Escola Normal (atual sede do Tribunal de Justiça da Paraíba), situado na então Praça Felizardo Toscano, posteriormente denominada Praça Presidente João Pessoa. O objeto certamente arquitetado em madeira, era uma construção alta e imponente, quase na altura do prédio da escola.

Imagem 15 – Altar da Pátria



Fonte: Acervo do IHGP (1931)

⁸⁹ O referido Altar da Pátria, montado em 1931, se transformou posteriormente em um monumento de mesmo nome que foi inaugurado em 8 de setembro de 1933, no centro da Praça Presidente João Pessoa, na capital paraibana, tema que será abordado nos próximos capítulos desta tese.

Em sua base encontrava-se uma efígie, ou seja, uma fotografia de corpo inteiro de João Pessoa. Um pouco acima, no centro da estrutura, havia a Bandeira da Paraíba, já modificada e no seu formato atual, com a expressão do “Nego”, representando o Estado da Paraíba, e acima perfilados na torre do referido altar, encontravam-se os demais estados brasileiros (incluindo o Distrito Federal), com seus respectivos nomes gravados em placas. De acordo com o *Diário de Pernambuco* (29 jul. 1931, p. 3) tratava-se de um “monumento simbólico da solidariedade de todos os Estados do Brasil ao vulto do grande Presidente”.

Na parte central do Altar da Pátria, nas duas extremidades laterais, havia dois leões em forma de esfinge, debruçados, como se ali estivessem a protegê-lo. Pequenas lâmpadas contornavam toda a estrutura, dando-lhe realce e beleza principalmente durante a noite. Vejamos na fotografia a seguir, os detalhes ora relatados.

Esse primeiro lugar de veneração ao ex-presidente da Paraíba é descrito por Aires (2013, p. 191) como sendo um “[...] lugar sagrado e cívico, santificando João Pessoa para legitimar seus herdeiros políticos no controle do aparelho do Estado paraibano. As pessoas adoravam o altar de João Pessoa, tal qual adoram, nas igrejas, o Santíssimo Sacramento”. Era dessa maneira que os indivíduos se dirigiram para o Altar da Pátria, e passavam horas e horas cultuando-o como um ser superior, divino e digno de veneração. Ele foi consagrado como o mártir da causa revolucionária e símbolo da redenção nacional, oportunizando que o Estado legitimasse seus projetos políticos e estruturasse as bases do novo Estado Nacional brasileiro, pós-movimento de 1930.

Outra indicação da comissão era a seguinte: “Serão alvoradas nas fachadas do edifícios públicos as bandeiras Nacional e do Estado, devendo os habitantes desta capital igualmente içarem a bandeira do Estado nas fachadas de suas casas” (A UNIÃO, 5 jul. 1931, p. 5). Uma sugestão repleta de sentidos pois, a bandeira do “Nego”, como ficou conhecida, tornou-se símbolo da morte de João Pessoa e pavilhão oficial do Estado da Paraíba. Criada por meio da Lei Estadual nº 704, de 1930, e oficializada em 26 de julho de 1965, transformou-se em símbolo de seu martírio e suas cores representam esta acepção. De forma emblemática, o preto do lábaro que ocupa um terço ($\frac{1}{3}$) de sua área, significa o luto pela sua morte. Os dois terços ($\frac{2}{3}$) restantes,

são preenchidos pelo vermelho, que sugere seu sangue. Já a palavra “Nego”, refere-se ao momento em que João Pessoa negou apoio à candidatura de Júlio Prestes⁹⁰.

Portanto, ao colocarem a bandeira nas fachadas de suas casas, os cidadãos demonstravam um sinal de luto e consternação perante a morte de seu conterrâneo. Em contrapartida, o gesto também servia para identificar aqueles que compartilhavam ou não daquele festejo e, conseqüentemente, reconhecer quem era a favor ou contra o regime político instituído pela Revolução de 1930. Implicitamente, era um recurso de distinção dessas famílias e também uma espécie de coação simbólica. Pois quem não reproduzisse o sinal, certamente era visto com “maus olhos” pelos demais habitantes e, conseqüentemente, excluído daquele momento e da vida social. E assim, unida à bandeira nacional, constituíam um aspecto sentimentalista e patriótico, dando ao evento o aspecto de civismo.

Fazia-se questão de noticiar diariamente todos os passos do evento e, em virtude disso, o periódico teve a significativa função de incutir em seus leitores as razões pelas quais os paraibanos deveriam participar da referida “Grande Comemoração”. O jornal influenciou a opinião pública e justificava de forma contundente os motivos daquele evento, pois “não se trata de uma comemoração que exprima sómente a saudade dos conterraneos da excelsa victima, sacrificada em defesa dos brios da Parahyba”. Tampouco era “um gesto apenas de commovida admiração áquele symbolo authentico de heroísmo e renuncia” (A UNIÃO, 9 jun. 1931, p. 1). O que se defendia era a glorificação de sua memória, cuidadosamente lapidada e esculpida. Aqui sentimos o peso das palavras tentando convencer o público leitor de que era mais do que um dever moral dos paraibanos. E, portanto, não havia dúvidas quanto ao que deveria ser feito:

O que a Parahyba pretende realizar em 26 de julho é a **glorificação de um homem** cujo espirito se projectou além do seu ambiente e da sua época. [...] Ha uma imposição do merecimento que João Pessôa conquistou na consciencia da nação inteira, voltada para elle cheia de esperanças messianicas no sublime rebellado contra a ignominia de um regime que annullava no cidadão a dignidade do pais e nos proprios homens o sentimento da personalidade.
Foi elle a mais pura expressão entre as glorias de um povo que sempre viveu espezinhado, fora da sombra protectora das leis, que na democracia de fachada

⁹⁰ A respeito dos conflitos de memória em torno do processo de institucionalização da atual bandeira paraibana, veja-se Aires (2013, p. 76 - 92).

em que vivíamos, separavam, em campos definidos de oposição, explorados e exploradores.

Saibamos ser dignos da sua obra immortal.

Todas as classes sociaes, todos os brasileiros fieis á memoria de João Pessôa devem unir-se nesse objectivo que fala muito alto ás **nossas tradições de patriotismo e sentimentos de veneração ao maior vulto da patria nova**. (A UNIÃO, 9 jun. 1931, p. 1, grifo nosso)

Na concepção do periódico oficial, o tributo a ser realizado era muito mais do que um dever para o povo paraibano. Tratava-se de uma questão de honra e uma obrigação patriótica. Fazia-se um apelo à consciência moral, impondo às pessoas a participação naqueles festejos. Também é claro quanto aos seus propósitos, tratava-se da “glorificação de um homem” e não de um gesto aleatório. Era um espetáculo intencional e planejado nos mínimos detalhes. Um movimento do qual todos os paraibanos precisavam participar, pois estavam a agradecer ao seu “messias”.

No tocante à indicação para que todos os edifícios públicos iluminassem suas fachadas, nos parece que a intenção seria a de que, ao ter a “luz”, de certa forma, haveria também um pouco de “vida” nos principais prédios da cidade e, conseqüentemente, no espaço onde seria realizado o evento. Em oposição à ideia de sombra e/ou escuridão, a luz nesse contexto, traria o aspecto positivo que remete à concepção de farol que guia, de luz da razão, da fé ou mesmo da salvação. Certamente essa preocupação com a iluminação não é despreziosa.

Destarte, naquele espaço onde encontrava-se o Altar da Pátria, cada grupo e/ou classe realizava um ritual específico de adoração. Naquele lugar em que se plasmou uma aura divinizada, desejava-se que a memória a João Pessoa, reelaborada pelos inúmeros discursos comemorativos, fosse idolatrada e nunca esquecida. Cabe cogitar ainda sobre a própria definição do termo “altar da pátria”, ou seja, lugar sagrado para a nação brasileira, para os patriotas, para aqueles que amam seu país, assim como João Pessoa teria amado. Assim como D. Pedro I também amou e foi monumentalizado numa obra igualmente conhecida como altar da pátria, ou Monumento do Ipiranga⁹¹.

Assim, foi feito também um cronograma de veneração para organizar e manter a participação de todos os grupos e setores da sociedade paraibana, destacando as atividades que

⁹¹ Similarmente, identificamos em Pelotas, no Rio Grande do Sul, um monumento designado de “altar da pátria”, que é um centro cívico. Igualmente, em Roma, existe um imponente monumento em homenagem a Vitor Emanuel II, primeiro rei da Itália unificada, batizado de “altar da pátria”.

cada um iria executar. Com uma matéria intitulada “A semana cívica do grande Presidente João Pessoa”, *A União* (18 jul. 1931) divulgou o “Programma das homenagens ao maior heróe nacional, no primeiro anniversário do seu -monstruoso assassinato”, incluindo a programação, como nos revela o quadro a seguir:

Quadro 1 – Programação do aniversário de morte de João Pessoa na capital

Dia 19	<p style="text-align: center;">Homenagem dos estudantes e magisterio</p> <p>8h - Partirá do Palácio das Secretarias uma passeata cívica com o retrato do grande Presidente, que será conduzido pelo Interventor Federal, autoridades civis e militares, a fim de fazer a apposição do mesmo no Altar da Pátria, armado na Escola Normal.</p> <p>9h - Uma commissão de professores e estudantes que deverá se achar no pavilhão das commissões junto ao Altar da Pátria receberá o retrato e fará a apposição do mesmo. Nesta occasião será dada uma salva pela bateria de montanha, uma companhia do 22º B.C. prestará guarda de honra e o côro da Escola de Música cantará o hymno a João Pessôa e o hymno Nacional.</p> <p>10 às 14 h- Reservado ás inaugurações officiaes e placa comemorativa da classe.</p> <p>15h - Deverão reunir-se na Praça do Carmo, sob a direcção do professorado, todos os alumnos das escolas, collegios e outros estabelecimentos de ensino.</p> <p>15:30h - Partirá da Praça do Carmo a grande passeata cívica de estudantes e professores a fim de desfilar em frente ao Altar da Pátria.</p> <p>Após o desfile a classe formará em frente ao Altar, em área para esse fim reservada, falando então um representante da classe e um das commissões.</p> <p>Findo os discursos será cantado o hymno a João Pessôa e após a banda de música da Polícia tocará o hymno Nacional, encerrando as homenagens do dia.</p> <p>Durante todo dia, velará o Altar a commissão de estudantes e professores designados pela classe.</p>
Dia 20	<p style="text-align: center;">Operarios e trabalhadores</p> <p>6h – Uma salva de 21 tiros anunciará o dia dos operarios.</p> <p>De 6 às 12 horas- Reservado às inaugurações officiaes.</p> <p>14h - Inauguração do marco da pedra tosca com inscripção allusiva e também da Praça do Trabalho, presentes autoridades e povo.</p> <p>15h - Organização do prestito cívico.</p> <p>16h - Partida do prestito cívico da Praça do Trabalho a fim de desfilar ante o Altar da Pátria.</p> <p>Após o desfile serão celebradas as mesmas homenagens do primeiro dia.</p>
Dia 21	<p style="text-align: center;">Classes armadas</p> <p>6h - Içamento da bandeira nos quartéis.</p>

	<p>Das 6 às 13 horas- Reservado às inaugurações officiaes e das placas da classe.</p> <p>14h- Partirão dos quartéis as diversas unidades a fim de formarem na avenida General Osório, de onde desfilará às 16 horas para passar em continência ao Altar da Pátria, onde deve estar o estado maior das forças.</p> <p>Após do desfile serão celebradas as cerimônias do 1º dia.</p>
Dia 22	<p>Mulher Parahybana</p> <p>8h - Missa na Cathedral por alma dos soldados mortos em Princeza.</p> <p>De 8 às 14 horas- Reservado a inaugurações officiaes, inclusive a inauguração de uma cruz na área nova do Cemitério, na base da qual será collocada uma pedra, offerta da mulher parahybana em homenagem aos soldados em Princeza.</p> <p>15h - Reunião das mulheres no Parque Sólon de Lucena de onde partirão às 16 horas para o desfile ante o retrato do grande Presidente.</p> <p>Após o desfile seguem-se as mesmas cerimônias já descriptas no 1º dia.</p>
Dia 23	<p>Commercio</p> <p>Das 6 às 13 horas- Reservado as inaugurações officiaes.</p> <p>14h- Sessão magna na Associação Commercial e inauguração da placa de bronze em uma das columnas da fachada principal do prédio das mesma Associação.</p> <p>16h- Partida do prestito da praça em frente da Associação a fim de desfilar diante do Altar da Pátria.</p> <p>As demais cerimonias serão eguaes as anteriores.</p>
Dia 24	<p>Funcionalismo publico</p> <p>Até às 13h – Reservado a inaugurações officiaes.</p> <p>14h - Collocação de uma placa no edificio dos Correios e Telegraphos.</p> <p>15h - Reunião da classe na Praça Pedro Américo.</p> <p>16h - Partida do préstito para desfilar diante do Altar da Pátria.</p> <p>As demais homenagens serão identicas as dos dias anteriores.</p>
Dia 25	<p>Clero e Associações de caridade</p> <p>7h - Missa realizada na Cadeia acompanhada de cânticos entoados pela Schola Cantorum da U. M. C.</p> <p>Após a missa uma comissão de senhoras collocará no peito dos detentos uma pequena bandeira do “Négo” com o retrato de João Pessoa.</p> <p>Até 14 h - Reservado a inaugurações officiaes.</p> <p>15h - Reunião em frente a Cathedral as classes pobre as quaes a U.M.C. distribuirá pequenas bandeiras do Négo.</p>

	<p>16h- Partirá da frente Cathedral o desfile cívico das classes dos pobres acompanhado pelo Clero e associados do UMC que organizarão o mesmo. Após o desfile seguem-se as mesmas cerimônias já descritas.</p>
Dia 26	<p>Povo, todas as classes sociaes</p> <p>8h - Inauguração do Hospital de Isolamento. 10h - Inauguração do Pavilhão do Chá. 14 h - Reunião de todo o povo na Praça da Independência em frente a casa em que residiu João Pessôa, falando o cônego Mathias Freire. Após, será organizado o desfile de todos os presentes, puxado pelas bandas de música e corporações militares, até a Praça João Pessôa, onde às 17:23h, tocará por 30 segundos sirene d' "A União", anunciando a hora em que tombou o grande presidente, a fim de ser guardado absoluto silêncio por 1 minuto. Depois o côro da Escola de Música cantará em surdina o Hymno de João Pessôa. Falará o interventor Antenor Navarro, encerrando-se a solenidade com o Hymno Nacional cantado pela Escola de Musica.</p>

Fonte: *A União* (18 jul. 1931, p. 1). Quadro elaborado pela autora. Manteve-se a grafia original.

A programação acima, descrita de forma pormenorizada, indica o cuidado para que cada ato pudesse ser executado tal qual fora planejado. Um ritual seguido à risca e carregado de sentidos. Por esse motivo a necessidade de designar um dia específico para cada grupo social, algo que por um lado serve para organizar o evento, mas que também segrega alguns indivíduos, na medida em que se separava, por exemplo, “as classes pobres” dos demais. E para aqueles que cumpriam pena de reclusão em regime fechado ou semiaberto, foi realizada missa na então cadeia, acompanhada de cânticos e da distribuição de uma pequena bandeira do “Nego” com o retrato de João Pessoa.

Toda essa ritualística cívica, composta por discursos, homenagens, desfiles, hasteamento das bandeiras (Brasil e Paraíba), entoação de hinos, distribuição de retratos, é atrelada ao rito religioso. Ou seja, a celebração de missas, a presença de membros do clero e a criação de um lugar sagrado de adoração: o Altar da Pátria, confirmam a percepção de que aquele homem transformado em herói e mártir, era igualmente um santo, o qual, segundo Aires (2012), chegou inclusive a “obrar milagres” na imaginação popular⁹².

De acordo com José Joffily (1980), que presenciou esses momentos de culto, foram sendo criados alguns versos que eram cantados em tom de ladainhas. Diante do Altar, geralmente de joelhos, os Liberais invocavam João Pessoa como se fosse o próprio Jesus Cristo:

⁹² Acerca dessa santificação de João Pessoa, veja-se Aires (2012, p. 73 -74).

“o sectário misticismo era praticado com todo ritual no ‘altar da pátria’, onde, ajoelhados, todos nós liberais, elevávamos nossas preces pela messiânica ressurreição de João Pessoa. Cantava-se com a monotonia das ladainhas”:

João Pessoa, João Pessoa
Bravo filho do Sertão,
Toda Pátria espera um dia
A tua ressurreição.

Jesus Cristo também foi cravado
Por Pilatos foi sentenciado
Quase o mesmo contigo fizeram
Esta taça de fel te trouxeram.
(JOFFILY, 1980, p. 50)

Na fotografia a seguir, é possível observar alguns aspectos daquele cenário de adoração. É um registro da comemoração em torno do Altar da Pátria no dia designado para as Classes Armadas. A qual é reconhecida como o instrumento militar responsável pela defesa do Brasil e composta pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira. Pelas vestimentas, é possível distinguir os membros de cada seguimento.

Imagem 16 – A grande comemoração em torno do Altar da Pátria



Fonte: Acervo do IHGP (1931)

Em frente ao altar é perceptível a presença dos militares, enfileirados e adorando-o. No canto inferior direito há indícios do que parece ser um desfile. Certamente, cada segmento das Forças Armadas se direcionava para o Altar da Pátria em préstito cívico e, ao chegar em sua frente, posicionava-se ficando algum tempo, venerando-o e entoando o Hino a João Pessoa.

O hino criado logo após sua morte, nos fins de 1930, era um elemento fortemente usado em todo e qualquer evento a seu respeito. Composto pelo maestro carioca Eduardo Souto, em parceria com o poeta pernambucano Oswaldo Neri Santiago, o canto tornou-se bastante conhecido em toda a Paraíba. Inclusive, em menos de dois meses da morte do ex-presidente, já havia sido gravado em disco de vinil no Rio de Janeiro. Segundo nos informa a nota publicada n' *A União* (23 set. 1930, p. 8): “Acaba de ser lançado pela ‘Casa Edison’, em discos de grande éxito, o hymno a João Pessôa”. Contudo, a notícia chamou atenção da polícia, a qual recomendou que as lojas não vendessem o vinil, pois podiam estar contribuindo para um suposto movimento político; o que não foi atendido, sob a justificativa de que o hino se limitava a exaltar a memória do ex-presidente. Vejamos seus versos:

I

Lá do Norte um herói altaneiro,
Que da Pátria o amor conquistou,
Foi um vivo farol que ligeiro
Acendeu e depois se apagou.

Estribilho

João Pessoa, João Pessoa
Bravo filho do Sertão,
Toda Pátria espera um dia
A tua ressurreição.
João Pessoa, João Pessoa
O teu vulto varonil
Vive ainda, vive ainda
No coração do Brasil.

II

Como um cedro que tomba na mata,
Sob um raio que em cheio o feriu,
Assim ele ante a fúria insensata
De um feroz inimigo caiu.

III

Paraíba, o rincão pequenino,
Como grande este homem te fez,
Hoje em ti cabe todo o destino

Todo orgulho da nossa altivez.⁹³

Sua letra nos revela o valor de um discurso ufanista e heroicizante, algo passível de ser percebido numa análise concisa. João Pessoa é metaforicamente associado a “luz” que guia como um farol; tratado como um “bravo filho” não só da Paraíba, mas de toda a Pátria. E comparado a Jesus Cristo, santificado e que um dia ressuscitaria. Estes são os aspectos mais evidentes. Contudo, o fato é que esse hino tornou-se um recurso importante para a cristalização de uma memória heroica do protagonista, foi largamente ensinado nas escolas e é usado até os dias de hoje em todo o tipo de homenagem em sua memória.

Naquele primeiro ano de sua morte, várias cidades, municípios e distritos paraibanos foram conduzidos a prestar homenagens e demonstrar sua gratidão a João Pessoa⁹⁴. No interior do estado, a comemoração seguia o mesmo padrão e eram divulgadas as programações locais n’ *A União*. Outras unidades da federação brasileira também compartilharam do momento, enviando à Paraíba mensagens de solidariedade ou realizando algum ato cívico com inauguração de monumentos ou nomeação de logradouros públicos em tributo a João Pessoa⁹⁵. Principalmente nas capitais, a memória a João Pessoa foi intensamente exaltada naquele ano, seguindo basicamente o mesmo padrão cívico da programação na Paraíba⁹⁶.

Embora *A União*, enquanto jornal oficial do governo, tenha liderado a veiculação das notícias referentes as homenagens, ele não foi o único meio de comunicação na Paraíba a se ocupar do evento. O bissemanário católico, *A Imprensa*⁹⁷, também deu ampla divulgação da

⁹³ A composição encontra-se disponível em: <http://letras.mus.br/hinos-de-cidades/787551/> Acesso em: 26 maio 2014.

⁹⁴ *A União* publicou entre os meses de maio a setembro, a programação e as comemorações que aconteceram nas cidades, municípios e distritos paraibanos. Em suas páginas, tomamos notas das seguintes: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Araçagi, Araruna, Areia, Bananeiras, Barreiras, Bonito de Santa Fé, Brejo do Cruz, Cabedelo, Caiçara, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Conceição, Esperança, Fagundes, Guarabira, Gramame, Ingá, Itabaiana, João Pessoa, Juarez Távora, Mamanguape, Mamede (hoje São Mamede), Misericórdia (hoje Itaporanga), Mogeiro, Moreno (hoje Solânea), Mulungu, Natuba, Patos, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilar, Píripituba, Pombal, Princesa (hoje Princesa Isabel), Ribeira, Sapé, Santa Luzia, Santa Rita, São João do Cariri, São José do Pilar, São José do Rio do Peixe, Serra Redonda, Serraria, Sousa, Taperoá, Teixeira e Umbuzeiro.

⁹⁵ Tomamos nota nas páginas do jornal *A União* dos seguintes Estados: Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas, Pará, Piauí, Bahia, Acre, Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

⁹⁶ A exemplo da Comemoração do 26 de julho no Espírito Santo (DIÁRIO DA MANHÃ, 02 ago. 1931, p.4 e 6); Em Pernambuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 jul.1931, p.3).

⁹⁷ O jornal religioso, doutrinário e noticioso foi criado em maio de 1897, pelo primeiro arcebispo da Paraíba, Dom Aducto Miranda Henriques. Encerrou suas atividades em 1968. De acordo com Costa (2011, p. 58) o jornal “estava inserido no contexto religioso, político, social e cultural da sociedade paraibana”. Nos exemplares aqui pesquisados, era publicado nas quartas e sábados. Atuou como um importante meio de comunicação entre a igreja e a comunidade católica.

intitulada “Semana de João Pessoa”. A veiculação dessas notícias nos leva a refletir sobre a maneira como aqueles tributos adentraram a comunidade católica. Tanto por meio dos discursos veiculados em seu periódico, como pela participação ativa dos membros do clero e toda população religiosa nas missas de réquiem, nas venerações ao Altar da Pátria e nos demais atos de exaltação ao presidente paraibano extinto.

Seguindo o mesmo itinerário do jornal governista, *A Imprensa* publicou notícias acerca da solenidade, desde os preparativos até o último dia de preito. A matéria estampada na primeira página do bissemanário, em 15 de julho de 1931, é exemplificativa de como a igreja católica se envolveu no evento e foi responsável por formar opiniões favoráveis àquelas homenagens: “Paraibanos, 26 de julho aproxima-se, **preparai-vos para celebrar condignamente a memória de João Pessôa, aquele que com seu sangue remiu a nossa terra** da escravidão do Catête” (A IMPRENSA, 15 jul. 1931, p. 1, grifo nosso).

A orientação para que os paraibanos se preparassem para aquela celebração, assemelha-se com a prática do período da quaresma, em que há a preparação espiritual para a Semana Santa. Um momento importante para a igreja, pois nessa época se faz memória à paixão e morte de Jesus Cristo. Ao captar o sentido da Semana Santa, elucida-se o discurso do jornal católico que nitidamente compara o sacrifício de Jesus Cristo com o assassinato de João Pessoa, usando inclusive o mesmo termo bíblico: “remir com sangue”. Onde Cristo morreu na cruz para remir a humanidade do pecado e João Pessoa, remiu com seu sangue a Paraíba, libertando-a das perseguições do governo federal.

Dias depois, noutra matéria de capa, *A Imprensa* (18 jul. 1931, p. 1, grifo nosso) anunciou o seguinte: “A semana que amanhã se inicia é a semana da **evocação dos feitos heroicos, dos gestos espartanos, das generosas renunciias, das lutas de sacrifício sustentadas por João Pessoa** em nome da nossa civilização e da nossa cultura”. De acordo com as recomendações do periódico católico, aquele seria um período de evocação da memória do presidente assassinado, de lembrar e refletir sobre seu sacrifício em benefício de sua terra. Uma nítida alusão ao que ocorre na Semana Santa, em relação ao sofrimento e martírio de Jesus Cristo. Assim, segundo o jornal,

Durante esses dias a nossa cidade, que herdou o nome do grande mártir, vestir-se-á de luto para glorificar a memória daquele que, com a sua bravura, seu estoicismo e desprendimento encarnou a austera e serena autoridade da lei

contra o atrabiliário espírito de anarquia [...] da alta administração da república [que] ameaçava solapar todos os alicerces da nacionalidade.

Naquele tempo ominoso, em que a Paraíba assediada pelo trabuco, travestido em autoridade, se extorrava, se consumia, João Pessoa era ainda a consolação dos bravos que imolaram a sua vida nos serrotes de Princeza em holocaustos a nossa honra e a nossa dignidade. (A IMPRENSA, 18 jul. 1931, p. 1)

O periódico é bastante tendencioso e sem meias palavras. Cabe lembrar que além de católico, define-se também como doutrinário. Ou seja, em sua essência, foi criado para ensinar, instruir os devotos. Tudo o que é nele informado serve de subsídio para a construção do pensamento e juízo de valor do leitor. Dito isso, fica evidente no trecho acima a acusação do carrasco, o então Presidente da República, Washington Luís. E por outro lado, revela o martirizado, João Pessoa. Incitando seus leitores a cumprir o dever de “glorificar a memória” daquele que “morreu por seu povo”. Igualando o que aconteceu com Cristo, ao caso específico de João Pessoa. Uma versão que foi amplamente divulgada e fincada na mente dos paraibanos propositalmente.

Quanto à família de João Pessoa, constatamos que sua viúva e os filhos, residentes no Rio de Janeiro, não vieram à Paraíba participar das homenagens. De acordo com os registros da imprensa, Oswaldo Pessoa, seu irmão, foi o representante da família do Rio. Os demais familiares estavam na capital paraibana e em Umbuzeiro, participando ativamente do evento. Mesmo distante, a viúva acompanhava tudo pelos jornais, respondendo telegramas e mensagens de condolências vindas de todo o país, divulgando-as especialmente no jornal *A União*.

3.1.1 - A retratística do tributado e a propagação de objetos de memória

O retrato de João Pessoa, elemento de forte apelo afetivo e memorialístico, foi largamente usado durante aqueles tributos. Diariamente publicava-se anúncios de venda nos jornais. Eram retratos de todos os tamanhos e molduras, para serem usados na lapela, porta retrato ou como quadro na parede. Parte do dinheiro dessa mercantilização servia para cobrir as despesas do evento e contribuía para a propagação da memória a João Pessoa. Igualmente, era comum a distribuição desses retratos durante algum momento do evento ou nas ruas e comércios, a exemplo da Casa Americana e Galeria Pedro Américo, que ofertaram o retrato “a

todos os freguezes que derem entrada em seus estabelecimentos”, sendo “um gesto digno esse, dos conceituados proprietários” (CORREIO DA MANHÃ, 25 jul. 1931, p. 4).

Desde sua morte, o seu último retrato, produzido no estúdio do fotógrafo Louis Piereck, em Recife (PE), momentos antes de ser assassinado, transformou-se no retrato oficial para o culto. Foi largamente reproduzido e difundido enquanto objeto para a fixação da imagem de João Pessoa, com fins políticos, ideológicos e educativos. Esse ritual foi iniciado já no primeiro mês do assassinato, quando foi colocado um retrato na recém denominada Praça João Pessoa⁹⁸.

De acordo com Ribeiro (2009, p. 92) o fotógrafo tirou duas fotografias, pois percebeu que na primeira, João Pessoa estava com as luvas do bolso do paletó desalinhadas e com uma fisionomia que demonstrava uma certa preocupação, certamente diante do contexto político com os conflitos em Princesa-PB.

Imagem 17 – O último retrato de João Pessoa



Fonte: Acervo do IHGP (1930)

⁹⁸ Durante as manifestações de pesar pelo trigésimo dia da morte de João Pessoa, seu retrato foi exposto na Praça homônima. De acordo com *A União*, houve uma romaria popular em direção a praça e muitas foram as homenagens em torno do retrato. Conferir: *A UNIÃO*, 29 ago. 1930, p.1.

Na primeira imagem ele foi fotografado com o olhar distante, um pouco baixo, revelando uma fisionomia que demonstra certa preocupação, um aspecto melancólico. Em ambas as fotografias, tem os lábios cerrados. Na segunda, seu olhar é mais firme e direcionado para o campo central da lente, como quem “olha nos olhos” do fotógrafo. Ao contrário da anterior, a segunda imagem demonstra uma fisionomia de segurança, firmeza no olhar e na postura. E certamente por tais características, a imagem foi oficializada, numerosamente duplicada e difundida tanto na Paraíba, como em todo o país.

Ainda no calor da Revolução de 1930, José Américo de Almeida que ocupava o posto de Presidente do Estado da Paraíba, assinou o Decreto nº 1 de 7 de outubro de 1930, obrigando a colocação do retrato nas escolas e repartições públicas. Em sua justificativa, alegou que a vida pública e particular de João Pessoa foi um exemplo de amor a virtude e a justiça. E que, pela prática desses elevados princípios da alta moral, sacrificou a própria vida pelo bem do Brasil e da República. E portanto, é o melhor exemplo de patriotismo a ser ministrado nos estabelecimentos de ensino através das preleções cívicas e morais dos educadores. Vejamos parte importante de seu conteúdo:

Decreto nº 1, de 7 de outubro de 1930

Considera como parte integrante do material didactico para a educação moral e cívica nos estabelecimentos de instrucção do Esatdo, o retrato do Presidente João Pessôa.

DECRETA:

Art. 1º. Como parte integrante do material didactico para a educação cívico-moral nos estabelecimentos officiaes, equiparados e subvencionados de ensino no Estado, figurará obrigatoriamente, o retrato do eminente parahybano Presidente João Pessoa, que deverá ser collocado em lugar de destaque na classe.

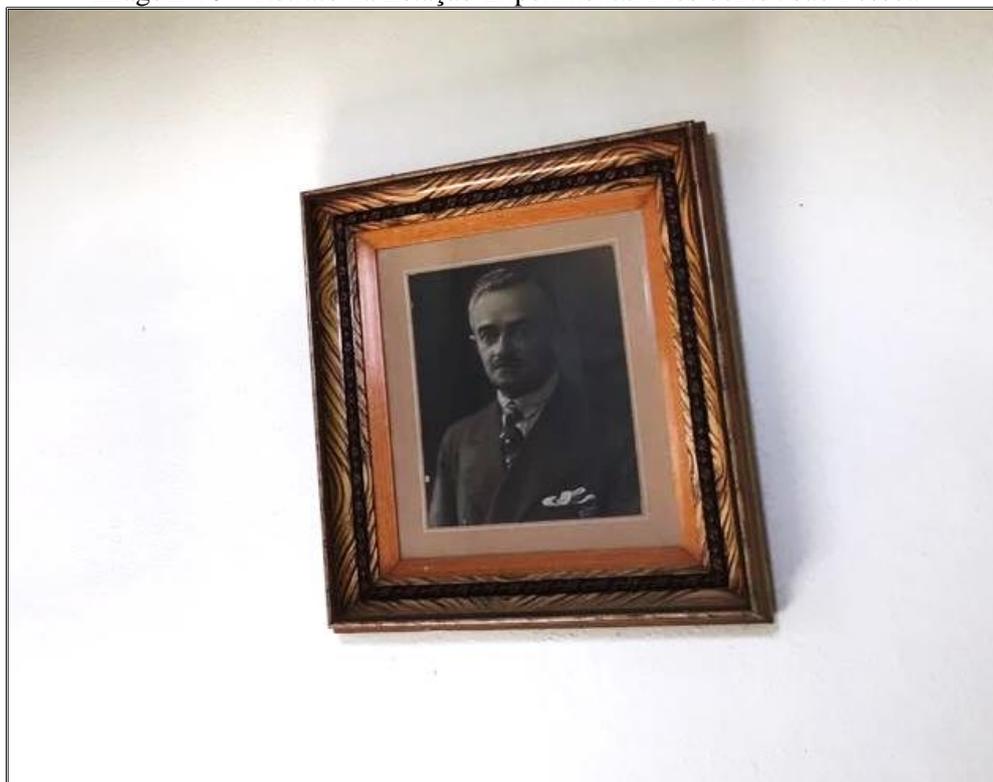
Art. 2º. O Govêrno fornecerá a cada um dos estabelecimentos officiaes existentes um retrato devidamente emmoldurado e, bem assim, aos que, d'ora em diante, fôrem creados, cabendo aos equiparados e subvencionados adquirilos por sua conta no prazo máximo de trinta dias. (A UNIÃO, 8 out. 1930. p. 2)

Esse foi o primeiro ato legal do breve governo de José Américo. Uma homenagem ao “mártir” da Revolução, transformando seu retrato em objeto de culto dentro dos estabelecimentos oficiais. Enquanto não havia os monumentos em bronze, o retrato desempenhou um papel muito importante e sedimentou as bases para o processo de

monumentalização de João Pessoa. Ele integrou o material escolar e foi apostado também nas repartições e nos atos públicos, nos estabelecimentos comerciais, nas praças e dentro das casas.

Cabe ressaltar ainda que *A União* noticiou muitas dessas solenidades de aposição do retrato nas diversas repartições públicas e estabelecimentos privados. Muitos deles ainda permanecem no mesmo lugar e embora tenha se passado nove décadas, continuam incólumes, conservados como relíquia. A exemplo do retrato apostado na Estação Experimental Presidente João Pessoa, em Umbuzeiro, na ocasião em que a Estação ganhou seu nome. Um ato que integrou os eventos da grande comemoração em sua terra natal.

Imagem 18 – Retrato na Estação Experimental Presidente João Pessoa



Fonte: Acervo da autora.

Deste modo, houve um grande investimento na retratística do tributado, com sua aposição em todas as repartições públicas, hospitais, casas e estabelecimentos comerciais da Paraíba⁹⁹. Mas também, em repartições públicas de outros estados brasileiros, inclusive, foi colocado no Palácio do Catete, sede do governo federal na época. Em virtude da passagem de

⁹⁹ Como explanado anteriormente no tópico que trata do aniversário de um ano de falecimento de João Pessoa, houve a aposição de seu retrato em praça pública, no Altar da Pátria, nas repartições públicas, em diversos estabelecimentos e sua distribuição gratuita.

um ano de seu falecimento e em comemoração à Revolução de 1930. Na ocasião, foi aposto no salão principal um retrato de corpo inteiro, em que João Pessoa encontra-se com as mãos voltadas para trás. Uma postura bastante reproduzida em muitos desses retratos, assim como nas suas estátuas. Nesta solenidade estiveram presentes o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, os Ministros das Marinha e Aviação, e membros do Centro Paraibano (DIÁRIO NACIONAL (SP), 27 out. p. 1).

Além dos retratos, foram encontradas outras formas para materializar João Pessoa, desde efígies em madeira e metal, estatuetas, até chegar aos monumentos. A criação de objetos de memória sobre o ex-presidente parece ter virado uma febre. E assim, sua imagem se fazia presente no âmbito privado, dentro das casas e no público, pelas ruas e praças da Paraíba e pelo Brasil.

Para aqueles que não se contentavam com o retrato impresso, era possível encomendar uma estatueta de João Pessoa. Nos conta *A União* (12 dez. 1930, p. 8) que o artista Francisco Baquara, residente em Sapé -PB, esculpiu em madeira de peroba algumas estatuetas e as colocou à venda na vitrine da Imperial. De acordo com o jornal, “trata-se de um trabalho feito por um amador, inspirado tão somente no grande culto ao inolvidável estadista, apresentando traços de perfeição relativa”.

Não fosse o grande trabalho artesanal para se esculpir em tamanho reduzido, e se existisse à época fábricas específicas para uma reprodução em série, possivelmente essas estatuetas teriam se popularizado como objeto de culto, igual os santos no oratório. Quanto a isso é importante salientar que “[...] toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as idéias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular” (FISCHER, 1976, p. 17).

Outra opção para materializar a memória do extinto foram os medalhões. No jornal *Liberdade* (24 jan. 1931, p. 1) também da capital paraibana, foi anunciada a venda de “medalhões em bronze do grande João Pessoa”, produzidos pela Ramos & Cia, com esmerada fabricação e preço justo. Sugere a notícia que “todo pessoense deve adquirir um medalhão do imortal brasileiro para ter em sua residência”. A indicação vem a calhar com a tradição religiosa nordestina de ter na residência uma imagem de um santo. Assim, a imagem de João Pessoa seria

digna de devoção, vindo a fazer parte do lugar sagrado dentro das casas e certamente integrar o oratório¹⁰⁰.

3.1.2 - As campanhas em prol da monumentalização

Paralelamente as notícias acerca da “grande comemoração”, alguns jornais da época, principalmente *A União*, anunciavam as campanhas em prol da criação de monumentos a João Pessoa, como subscrições, doações, vendas de rifas, vendas de retratos de João Pessoa e bandeiras do négo. Tudo isso em prol da arrecadação de dinheiro para custear tais monumentos. Não resta dúvida de que a euforia era grande naquele primeiro ano pós-morte. O desejo de materializar em bronze a imagem de João Pessoa parecia uma febre na Paraíba e *A União* contribuía significativamente para isso, na medida em que inculcava a crença de que era um dever dos paraibanos criar tais objetos de memória. Além disso, mobilizava a sociedade para os donativos e aguçava o interesse dos artistas que se empenhavam em criar projetos para dar forma à memória de João Pessoa e obter reconhecimento artístico.

Importante enfatizar que toda essa campanha foi iniciada n’ *A União*, imediatamente após o embarque do corpo de João Pessoa para o Rio de Janeiro, oito dias após sua morte. Ainda com o defunto para ser enterrado, no calor do momento, uma comissão formada por Euclides de Medeiros Correia, Delmas Mendonça, Adhemar Lins da Costa, Sebastião Marques e Mario Lins, dirigiu-se a redação de *A União* para pedir que o periódico iniciasse uma subscrição pública para a criação de um monumento. Conforme a notícia, tratava-se de uma iniciativa “genuinamente popular”:

O povo parahybano, querendo de maneira mais positiva render o seu culto de gratidão ao bravo presidente João Pessôa, vilmente assassinado pelo sicarismo político, acaba de iniciar uma subscrição para a erecção de uma estatua do grande vulto desaparecido, que será collocada na “Praça João Pessôa”, desta capital. (A UNIÃO, 03 ago. 1930, p. 2)

Para iniciar os donativos, os membros dessa comissão ofertaram o valor de quarenta mil réis (40\$000). A iniciativa, denominada de “genuinamente popular” foi formada inicialmente

¹⁰⁰ A tradição religiosa do oratório remonta a Idade Média. O oratório é um objeto que se assemelha a uma igreja e serve de abrigo para imagens de santos. É local de devoção, um espaço da fé dentro da casa.

por apenas cinco indivíduos, e posteriormente, com a convocação jornalística, outras pessoas foram aderindo. Quanto ao espaço para abrigar a obra, foi instituída a Praça João Pessoa, que até então não existia. O ato de rebatizar o principal logradouro público da cidade, a Praça Comendador Felizardo Toscano, partiu da iniciativa dos populares, quando corpo de João Pessoa ainda estava sendo velado na capital paraibana.

Foi feita uma placa provisória que se applicou na praça Comendador Felizardo que, de ontem em diante, passou a se denominar “Praça João Pessoa”. Esse movimento popular foi tao expontaneo que não esperou decisões do Conselho Municipal ou de qualquer outra autoridade. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ), 02 ago. 1930, p. 1)

Conforme indicam os jornais¹⁰¹, no dia 01 de agosto, um grupo de pessoas mandou fazer uma placa para rebatizar a praça. Não houve autorização do poder público municipal ou algum projeto de lei para nomear o logradouro público. Contudo, o prefeito Avila Lins homologou aquela decisão popular. O governador e familiares do homenageado também compareceram e discursaram. Assim, criada a Praça João Pessoa, pensou-se imediatamente em colocar-lhe um monumento para homenagear o ex-presidente.

Sob o título de “A erecção de uma estatua do grande presidente João Pessôa – Uma iniciativa genuinamente popular”, *A União* (24 ago. 1930, p. 3) dava seguimento à campanha para os donativos em prol do monumento na capital, afirmando que: “O povo parahybano, querendo de maneira mais positiva render o seu culto de gratidão ao bravo presidente João Pessôa, vilmente assassinado pelo sicarismo político”. Abaixo desse texto padrão, presente em praticamente todas as matérias do jornal, constava sempre o nome do contribuinte e o valor doado.

Dias depois era noticiada mais uma campanha para ereção de uma estátua, desta vez, em Campina Grande: “Os liberaes de Campina Grande promovem uma subscrição para uma estatua do grande parahybano morto” (*A UNIÃO*, 20 ago. 1930. p. 8). Seguindo o exemplo da capital, iniciou-se a divulgação da campanha, a criação de cadernos de donativos, sendo inclusive, colocados alguns barris com pontos de arrecadação pela cidade.

¹⁰¹ Encontramos notícias acerca da instituição da Praça João Pessoa nos seguintes jornais: *A UNIÃO*, 03 ago. 1930, p. 2; *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ)*, 02 ago. 1930, p. 1; *DIÁRIO CARIOCA (RJ)*, 02 ago. 1930, p. 3; *DIÁRIO CARIOCA (RJ)*, 05 ago. 1930, p. 1; *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 05 ago. 1930, p. 3.

Destarte, antes mesmo que o homenageado tivesse sido sepultado, sem que houvesse criado projeto de lei para a criação desses monumentos, tais campanhas seguiam vigorosamente nas colunas dos jornais. Ambas tiveram ampla participação popular. Eram pessoas dos mais variados segmentos sociais, inclusive políticos, comerciantes e não partidários. Quase que diariamente, publicava-se listas com os nomes daqueles que se comprometeram a contribuir com determinada quantia para a obra meritória. Inclusive, subscrições feitas noutras cidades. No caso de Campina Grande, a subscrição durou menos tempo, cerca de cinco meses e encerrou-se quando alcançou a quantia necessária para custear a obra, cuja inauguração ocorreu em julho de 1931¹⁰². Com relação ao monumento da capital, a campanha durou alguns meses e depois parece ter caído no esquecimento.

Outra campanha que perdurou por muitas edições do jornal *A União*, foi em prol da construção do “Arco do triunfo João Pessoa”, iniciada logo após a vitória do movimento da chamada Revolução de 1930 na Paraíba. Era 4 de outubro de 1930, e mais uma vez, um grupo de pessoas entusiasmadas com a revolução e tendo João Pessoa como mártir desse movimento, quis a este render um preito de homenagem, criando um monumento em sua memória na capital paraibana. Nos conta *A União* (04 out. 1930, p.8) que,

Deve-se em grande parte á mulher pessoense, a realização de iniciativas felizes e oportunas que têm vindo augmentar de maneira consoladora e encomiastica o anseio do nosso povo em prestar á memoria do grande presidente João Pessôa o maior e o mais sincero tributo de sua admiração. Agora mesmo, uma numerosa comissão de senhorinhas de nossa sociedade tomou a si o louvavel encargo de promover a erecção de um Arco de Triumpho, nesta capital, que perpetue o nome da cidade invicta de João Pessôa, instituindo para tal fim o “mil réis liberal”. A alludida commissão esteve hontem no escriptorio do diretor desta folha, onde deixou um livro impresso para receber o concurso material dos liberaes que desejem concorrer para a grande obra projectada, tendo logo recebido as seguintes assignaturas [...].

Entra em cena a mulher paraibana, atuante nas homenagens ao ex-presidente, criando mais uma subscrição onde foi instituído o valor base de no mínimo um mil réis (1\$000). Um valor certamente acessível, pois naquele ano, um jornal custava duzentos réis. Então, a campanha dos “mil réis liberal”, como ficou conhecida, possuía o valor mínimo correspondente ao preço de cinco jornais. Convertido para os dias de hoje, seria o equivalente a vinte e cinco

¹⁰² O monumento de Campina Grande será abordado mais adiante, num capítulo específico dessa pesquisa.

reais¹⁰³. Já na abertura do livro de doações encontrava-se a assinatura de vinte e seis pessoas, totalizando inicialmente a soma de vinte e seis mil réis. Vieram também doações de outros municípios paraibanos¹⁰⁴ e até de outros Estados, prevendo-se inclusive uma quantia para cada um. “A base para os municípios seria de um conto de réis. Assim em trinta e nove comunas, teríamos facilmente dinheiro bastante para o fim colimado”. E a comissão organizadora apelava para que “os senhores prefeitos toquem todo interesse por esta subscrição popular que tem todo apoio moral e até material do sr. dr. Interventor Federal” (A UNIÃO, 09 abr. 1931, p. 8).

Nas listas divulgadas é possível encontrar alguns nomes de políticos e comerciantes importantes da época. Identificamos a contribuição de Antônio Pessoa Filho na lista divulgada em 07 de dezembro de 1930 (A UNIÃO, p. 3) com a significativa quantia de 40\$000 (quarenta mil réis), sendo o valor mais alto daquela lista. Importante salientar que, embora tenhamos constatado na pesquisa a continuidade dessa campanha até o ano de 1933 (A UNIÃO, 26 jan. 1933, p. 1), não identificamos na metrópole paraibana, a construção do referido monumento. É possível que o dinheiro arrecadado tenha sido revertido para outro fim não desvendado por nós.

Durante esse primeiro ano pós-morte de João Pessoa, praticamente todos os dias, havia alguma notícia informando que determinada cidade estava fazendo subscrição para criar um monumento ou que iria inaugurar um busto ou estátua. A exemplo de Guarabira – PB, cuja população organizou quermesses para levantar fundos, a fim de “perpetuar a memória do grande presidente, erigindo-lhe o busto em uma das praças daquela prospera cidade” (A UNIÃO, 10 jan. 1931, p. 8). Outras cidades paraibanas como Araruna, Campina Grande, Cajazeiras, Monteiro, Santa Rita, São João do Rio do Peixe e Umbuzeiro também monumentalizaram João Pessoa em seus logradouros públicos, como informado na introdução deste trabalho.

O interesse na criação de monumentos como forma de homenagear o ex-presidente não ficou restrita à Paraíba. Na capital da República, o Rio de Janeiro, a senhora Darcy Vargas, primeira-dama do Brasil, foi protagonista de uma campanha. Ela promoveu reuniões com outras senhoras da alta sociedade carioca, unindo esforços em prol da construção de um monumento¹⁰⁵. Tal como noticiou o *Diário Nacional* -SP (27 out. 1931 p.1): “No salão da

¹⁰³ As conversões usadas nesta pesquisa foram feitas pelo conversor de valores do *Estadão*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2019.

¹⁰⁴ A exemplo da nota referente as doações do Município de Esperança, Araruna e São José de Piranhas (A UNIÃO 08 fev. 1931, p. 5). Consta nos jornais a contribuição do Município de Moreno em Pernambuco (A UNIÃO, 15 mai. 1931, p. 8)

¹⁰⁵ Encontramos referências acerca dessa campanha em: O CRUZEIRO, 31 out. 1931, p. 6, 7, 44; A UNIÃO, 1 dez. 1931, p. 1; JORNAL PEQUENO, 26 fev. 1932, p. 4.

Associação dos Empregados no Comercio, esteve hoje reunida sob a presidência da Sra. Getúlio Vargas, a comissão de senhoras que se acham a frente do movimento em prol do levantamento de uma estátua que perpetue a memória de João Pessoa”.

Tais encontros eram amplamente divulgados na imprensa, uma forma de atrair colaboradores e aumentar o número de pessoas envolvidas e interessadas na perpetuação da memória do “herói-mártir” paraibano. No registro feito pela revista *O Cruzeiro*, ao centro da imagem, entre as senhoras que vestem negro, está a senhora Darcy Vargas, idealizadora da campanha. Naquele encontro, as senhoras estudaram “as bases do **grande movimento cívico a ser iniciado em todo o Brasil**, para aquisição de fundos destinados a ereção de uma estátua a João Pessoa” (O CRUZEIRO, 31 out. 1931 p. 6, grifo nosso).

Imagem 19 – Reunião com a Sra. Darcy Vargas para ereção de uma estátua a João Pessoa



Fonte: *O Cruzeiro* (31 out. 1931)

Importante arrazoar sobre a real necessidade de se fazer esse tipo de campanha. Não resta dúvida que o governo federal podia custear tal obra sem maiores dificuldades, sem precisar “pedir dinheiro”. Por isso, a criação de um movimento desse nível, vai além da necessidade de angariar fundos. A ação encabeçada pela primeira-dama do país, soava como algo de cunho social. Cujas finalidades era fazer com que os indivíduos se interessassem pelo movimento,

criando desde já, uma ligação com a memória a ser perpetuada. Onde cada um daria sua contribuição (pequena ou grande) se tornando um dos patrocinadores, com isso criava-se um vínculo com a obra e se tornava parte de sua história. O monumento não seria resultado da aspiração do governo ou dos correligionários políticos do falecido. Mas sim, seria resultado da vontade do povo. E mesmo que a participação deste fosse ínfima, sempre iria prevalecer a ideia e seria noticiado na imprensa que a obra era resultado da ação e do desejo do povo.

Para arrecadar doações, foram feitos vários eventos pelo Brasil, a exemplo da “festa das hortênsias”, em Ribeirão - PE. A ação da elite carioca coexistiu com outras que tinham o mesmo objetivo, erguer um monumento em memória a João Pessoa. Contudo, este só seria executado anos mais tarde, em 1937, na Praia de Botafogo¹⁰⁶.

Em São Paulo, uma ação idêntica foi iniciada pela Sra. Maria Macedo Martins Ferreira que abriu a subscrição, doando o valor de dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000). A campanha teve total apoio do *Diário Nacional*, responsável pela divulgação e prestação de constas. Segundo este, o sr. Francesco Vito se colocou à disposição com seus serviços profissionais para a “construção de um bronze, que relembre o grande martyr, e que a seu alvitre, seria colocado na base do lampadário da Praça do Patriarca, que então passaria a se chamar João Pessoa” (DIÁRIO NACIONAL (SP), 2 nov. 1930, p. 3).

Algumas dessas campanhas causaram polêmica nos jornais. A *Gazeta* (SP), acusou o *Diário Nacional* (SP) de não prestar contas ao público dos donativos que arrecadou para o monumento. Ao contrário dos demais jornais, que publicavam as somas e depositavam em conta os valores, o *Diário Nacional* se limitava a afirmar que entregaria as contribuições quando fosse conveniente, sem dar maiores esclarecimentos. Tal atitude fez com que *A Gazeta* (23 e 24 out, 1931) iniciasse a cobrança do dinheiro em suas páginas. Dias depois, em 7 de novembro, o *Diário Nacional* finalmente retomou a prestação de contas. Na lista divulgada, constava

¹⁰⁶ A estátua foi inaugurada sete anos após a morte de João Pessoa, em julho de 1937 (A ORDEM - RN, 31 jul. 1937, p. 1); (CORREIO DA MANHÃ -RJ, 31 jul. 1937, p. 3). Apresenta o homenageado de pé, ereto, olhar firme, com as mãos para trás, uma posição igual a estátua de Campina Grande, obra de Cozzo. De acordo com *O Jornal* (31 jul. 1937, p. 5), a estátua esculpida em bronze por Luiz Ferrer tem 1 metro e 70 centímetros. A peça foi assentada sobre um pedestal de granito, no qual foi gravada a seguinte inscrição: “A João Pessoa, a Aliança Liberal”. Tal informação diverge do que consta no inventário dos monumentos do Rio de Janeiro, o qual afirma que obra é do escultor Samuel Martins Ribeiro. Com a construção de um viaduto, a obra teve que ser transferida e hoje encontra-se na Avenida Epitácio Pessoa. Disponível em: <http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo&iiCOD=437&iMONU=Jo%C3%A3o%20Pessoa> Acesso: 16 fev. 2018.

quantia em dinheiro, ouro e prata. Havia algumas somas devolvidas, decerto, pela perda da credibilidade do jornal, alguns patrocinadores pediram suas contribuições de volta.

Na cidade Goiana, em Pernambuco, o prefeito Antônio Gonçalves Raposo inaugurou em 19 de outubro de 1930, um “obelisco consagrado a memória do presidente João Pessoa”, erigido na praça do mesmo nome (O CRUZEIRO, 13 dez. 1930, p. 24). Em Fortaleza - CE, “inúmeras senhoras e senhoritas, em todas as ruas, venderam flores, angariando donativos para a futura estatua a João Pessoa” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ), 08 dez, 1930, p. 6). Na Bahia, “o povo de Ilhéos, desejando homenagear o immortal presidente João Pessôa, resolveu erguer uma estátua na praça pública, que perpetuasse a sua admiração pelo grande parahybano”. E com essa finalidade foi criada uma comissão para angariar “esportulas para levar-se a efeito aquelle elevado preito cívico” (A UNIÃO, 09 jan. 1931, p. 8).

É indubitável que João Pessoa foi monumentalizado em várias cidades da Paraíba e em outras brasileiras. Seu nome ganhou as páginas dos jornais, batizando avenidas, ruas, praças, fazendo-se sua monumentalização pelos espaços. No jornal *A União*, são inúmeras as publicações e telegramas comunicando ao Governo da Paraíba ou à redação do próprio periódico a criação de praças, inauguração, ou substituição de nomes de ruas, logradouros públicos, avenidas e povoados, pelo nome de João Pessoa.

Ao pesquisarmos no site dos Correios e Telégrafos, identificamos duzentas e duas menções ao nome João Pessoa, nos logradouros públicos em todo o Brasil¹⁰⁷. Ao analisarmos o termo pelas capitais brasileiras e o Distrito Federal, constatamos que, das vinte e sete Unidades Federativas, apenas em quatro não encontramos o nome de João Pessoa nas capitais. São elas, Brasília, Macapá, Maceió e Teresina. O que é indício de que, na maioria dos estados brasileiros, existe algum tipo de nomeação pública em tributo a João Pessoa, o equivalente à presença desse nome em 86% das capitais brasileiras.

Outrossim, houve a comercialização de uma diversidade de produtos que levavam o nome do ex-presidente. *A União* publicou, por exemplo, notas publicitárias acerca da “Manteiga mineira ‘João Pessoa’ ” (A UNIÃO, 25 jan. 1931, p.8) e dos cigarros: “Pessoenses! Prestae mais um culto à memoria do inegalavel parahybano, saboreando os cigarros ‘Presidente João

¹⁰⁷ Na consulta encontramos um resultado superior a 1.000 registros do nome João Pessoa. Porém, ao excluirmos as referências a capital da Paraíba, homônima, chegamos à média aproximada de 202 logradouros. Não podemos precisar, mas este número é ainda maior, pois em muitos municípios pequenos os logradouros não são codificados pelos correios, havendo um único cep para toda cidade. Disponível em: <http://www.buscape.correios.com.br/sistemas/buscape/resultadoBuscaCepEndereco.cfm> Acesso: 30 nov. 2019.

Pessoa” (A UNIÃO, 03 out. 1931, p.6). O nome do falecido “literalmente” ganhou as páginas de jornal e se transformou em negócio, virando até marca de cigarro.

3.1.3 – O 26 de julho de 1931

Em meio a tantas formas de materializar a lembrança do homenageado, após meses de divulgação nos jornais, e ao final de uma semana inteira de tributos, chegou o dia 26 de julho de 1931. O ápice das homenagens. Essa data já havia sido tema de debates na Assembleia Legislativa do Estado, um ano antes, quando o deputado campinense Argemiro de Figueiredo apresentou um projeto de lei implementando o dia como feriado estadual. Após o decurso legislativo necessário, o projeto foi aprovado por unanimidade, tornando-se a Lei nº 702, de 9 de setembro de 1930¹⁰⁸. Já em 23 de junho de 1931, às vésperas da comemoração, *A União* divulga a notícia de que a data também seria incluída no calendário como feriado nacional:

O Govêrno Provisorio vae prestar expressiva homenagem ao presidente João Pessôa, considerando feriado nacional o dia 26 de julho, anniversario do atentado que victimou o immortal estadista parahybano.

Essa noticia foi recebida entre demonstrações de aplausos, especialmente por parte dos parahybanos, que se estão preparando para comemorar da maneira mais condigna a data do desaparecimento do seu grande chefe.

A projecção que teve nos destinos do Brasil a acção daquele espirito predestinado gerou na consciencia dos seus compatriotas um culto que se renova e cresce mais fervoroso e profundo.

Ao encontro de uma aspiração de justiça vem pois o acto do Presidente Getulio Vargas, para que no novo feriado a alma do povo, em todos os recantos do Brasil, se volte para dentro de si mesma, deixando penetrar-se dos exemplos que encheram a vida do impolluto martyr republicano. (A UNIÃO, 23 jun. 1931. p.1)

A notícia enfatiza a motivação daquele ato. A data deveria ser gravada na memória nacional devido à projeção que o assassinato de João Pessoa teve nos destinos do Brasil. O “mártir republicano” teria de ser exemplo para os brasileiros e, portanto, cultuado. Assim, por

¹⁰⁸ A referida lei foi revalidada e atualmente seu teor encontra-se disposto na Lei Estadual nº 3.489 de 1967, com a seguinte redação: Art. 2º - São considerados feriados estaduais o 5 de agosto, em comemoração à fundação da Paraíba, em 1585, e o 26 de julho, em homenagem à memória do ex-Presidente João Pessoa.

meio do Decreto presidencial nº 20.170, de 3 de julho, de 1931¹⁰⁹, Getúlio Vargas legitima na memória nacional a data do “sacrifício” de João Pessoa, considerando que a data relembra “acontecimentos de influência definitiva e benéfica na vida nacional”. Sob a justificativa de que “o sacrifício desse iminente brasileiro, pelo abalo produzido na consciência nacional, intensificou a ação do movimento regenerador”, oficializou e consagrou nacionalmente a memória a João Pessoa.

Desse modo, a data de 26 de julho se constituiu enquanto “lugar de memória” (NORA, 1993), tornou-se o marco da memória a João Pessoa. A isso soma-se a referência estadual e nacional, onde esse personagem é tido como símbolo/herói da Revolução de 1930. Criada intencionalmente, ela também “serviria aos interesses da legitimidade do movimento de 1930 e do Estado emergente daquela conjuntura política” (AIRES, 2012, p. 87).

Quanto ao exemplar da comemoração do 26 de julho de 1931, na capital paraibana, os jornais não economizaram na divulgação. A *União* fez uma edição de 32 páginas, quando normalmente era de 8 páginas, com capa exclusiva “em homenagem ao Grande Presidente”, tendo uma montagem gráfica com a foto oficial de João Pessoa sendo coroado com louros por um anjo, além de uma alegoria da República.

Ao que nos indicam as notícias dos periódicos, a programação daquele dia foi cumprida conforme estabelecido previamente. Sendo o ponto culminante, o desfile que saiu da frente da casa onde residiu o homenageado, até a Praça João Pessoa. Ali, em frente ao Altar da Pátria, os presentes fizeram um minuto de silêncio e lembraram sua triste morte. Porém, os discursos, tributos e todos aqueles atos de preito e gratidão, serviam para manter viva sua memória e legitimar os interesses políticos de seus partidários, buscando-se a coesão social.

Nas páginas da *Imprensa* não foi diferente, superabundaram palavras de exaltação:

O ENCERRAMENTO DAS HOMENAGENS CÍVICAS A MEMÓRIA DO GLORIOSO MÁRTIR

A nossa terra viveu durante a semana que findou dias de indescritível comoção patriótica.

¹⁰⁹ Além do dia 26 de julho, o Decreto menciona o 5 em alusão aos acontecimentos que posteriormente culminaram na Revolução de 1930. Veja-se: *Diário Oficial da União* - Seção 1, publicado em 04/07/1931, Página 10989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20170-3-julho-1931-514676-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 26 maio 2019.

Nunca esta capital presenciou espetáculos tão grandes e tão cheios de beleza. Qualquer descrição ficaria aquém da grandiosidade com que se revestiu a Semana de João Pessoa. [...]

O dia 26 de julho, data em que tombou o Grande Presidente, foi comemorado com magnífico esplendor nesta capital.

Multidões incalculáveis se acotovelaram nas vias públicas. [segue programação detalhada]. (A IMPRENSA, 29 jul. 1931. p. 1)

O ato de rememorar exerce um papel fundamental na construção da memória individual e coletiva. Pelo forte apelo memorativo que contém, contribui para um possível “enquadramento da memória”, nos termos de Michael Pollack (1989, p.11), onde “vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento [...] são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”.

Ao analisar as categorias de usos e abusos da memória, Paul Ricoeur (2007, p. 98) avaliou que, tanto no plano da lembrança (rememoração) quanto no do esquecimento, a memória “narrada” pode, de maneira sutil, enquadrar e manipular lembranças. Portanto, considera que “uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum”.

Entre lembrar e esquecer, deve-se sempre ter em mente todo o contexto de manipulação da memória, seus pressupostos e interesses, levando-se em consideração que há um certo elo entre o ato de rememorar, memorizar, e comemorar que nos parece essencial. Não são apenas categorias distintas, elas são muitas vezes condicionadas a interesses particulares, mediante “usos” ou “abusos” que visam um determinado fim. A lembrança e o esquecimento caminham juntos e são essenciais para a construção de uma identidade social.

Destarte, nossa incursão sobre esse primeiro 26 de julho, denominado no jornal *A União* de “A grande comemoração”, se faz necessária para podermos entender sua proporção, o processo de criação e instituição de elementos simbólicos em memória a João Pessoa. Igualmente, vislumbrar a dimensão que vai tomar ao longo do tempo. Esse primeiro lugar de memória em torno do Altar da Pátria será, anos mais tarde, lapidado em bronze e mármore no monumento que leva o mesmo nome, materializando definitivamente naquele espaço, ou seja, na Praça João Pessoa, a sua memória.

Cabe lembrar que os discursos nos jornais atingiam apenas uma pequena parcela da sociedade alfabetizada. Porém, será através da arte, principalmente dos monumentos, que a

maioria da população será alcançada pelo trabalho simbólico e do imaginário constituído em torno da figura de João Pessoa, durante os eventos da grande comemoração. Portanto, tudo o que aconteceu nessa comemoração, serviu para agregar os indivíduos em torno da memória a João Pessoa, sua sacralização e heroicização, preparando o caminho para o processo de sua monumentalização na Paraíba.

3.2 – Propostas para o monumento da capital: o duelo entre artistas e a predileção por Cozzo

A divulgação da chamada “Grande Comemoração” (*A União*) e da “Semana de João Pessoa” (*A Imprensa*), foi determinante e serviu de pontapé inicial para instigar o imaginário dos indivíduos, suscitar adeptos e especialmente, divulgar os monumentos a serem instalados na espacialidade urbana das cidades paraibanas.

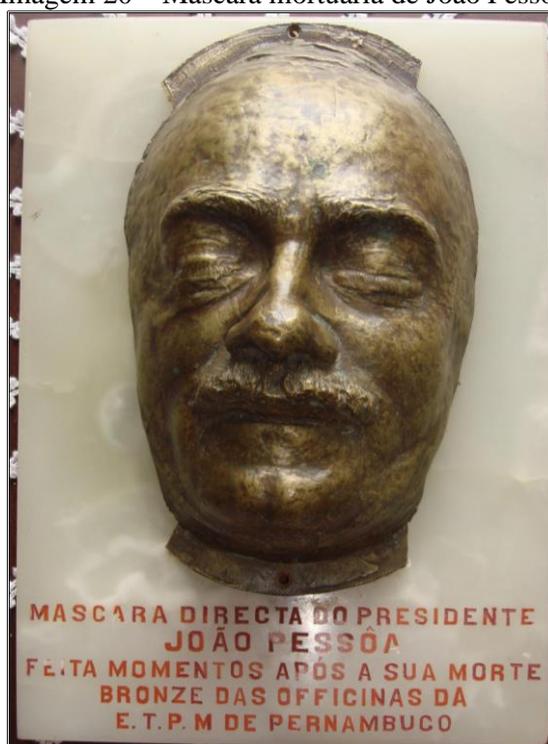
Nessa conjuntura é relevante percebermos que a preocupação com a imagem e a memória a João Pessoa surgiu no instante após sua morte. Estando o corpo sem vida, no Hospital Centenário em Recife, e sabendo-se que se tratava de alguém importante, imediatamente, um grupo de amigos do falecido mandou chamar o escultor pernambucano Bibiano Silva¹¹⁰, para tirar-lhe o molde da face em gesso (JORNAL PEQUENO, 29 jul. 1930, p.3). Ao capturar sua expressão facial, o artista obteve um material único, extremamente necessário para a reprodução de uma cópia fiel de seu rosto e elaborar sua máscara mortuária em bronze posteriormente.

Essa prática de capturar em cera ou gesso a fisionomia de pessoas mortas já era utilizada desde a Antiguidade. A confecção de máscaras mortuárias era um costume que ficou “restrito a pequenos grupos da elite, mais especificamente a personalidades desses grupos” (ABREU, 1996, p.69). Isso evidenciava o papel e o lugar social que João Pessoa e sua família ocupavam

¹¹⁰ Bibiano Silva (★1889 †1969), nasceu em Guadalajara, no México, e foi naturalizado brasileiro. Iniciou sua trajetória escultórica quase como autodidata. Em 1906 deixou Vitória de Santo Antão e foi estudar no Recife, no Liceu de Artes e Ofícios. No intuito de seguir os parâmetros da Escola Nacional de Belas Artes nos aspectos conceituais, na dinâmica pedagógica e na organização espacial, partiu para o Rio de Janeiro em 1929. Foi o primeiro diretor da Escola de Belas Artes de Pernambuco, fundada em 15 de julho de 1932, onde seguiu lecionando e na Escola Técnica do Recife e no Liceu de Artes e Ofícios. Juntou o ateliê a uma marmoraria onde se produziam esculturas de grande porte e obras tumulares, difundindo a arte da escultura por diversos estados do Brasil. Disponível em: http://bibianosilva.org/bibiano_pt/ Acesso em: 02 out. 2019.

na elite daquela época. Nesse sentido, essa máscara possui uma importância simbólica incomensurável. Para a autora, além de representar o fim da vida em sociedade, ela “contém o sopro de uma nova vida, no templo dos imortais”. E era exatamente esse o propósito, imortalizar a imagem de João Pessoa e instituí-lo como um herói para a Paraíba.

Imagem 20 – Máscara mortuária de João Pessoa



Fonte: Acervo da autora.

A referida máscara se encontra atualmente em poder da Família Pessoa, em Umbuzeiro, e integra o acervo do “Museu Casa João Pessoa”. Observando sua fotografia, verifica-se as informações acerca de seu material, o bronze, e da oficina onde foi fundida, no Estado de Pernambuco. Há a inscrição de que fora feita “momentos após a sua morte”, um dado importante que comprova a fidelidade ao rosto do falecido. Nela é possível visualizar os pelos da sobrancelha, os cílios e o bigode. Agir com rapidez era a grande preocupação dos artistas, para não comprometer a aparência da peça devido à desfiguração do rosto ante o óbito.

Confeccionada no exato momento em que se teve um último registro do rosto do falecido, “a máscara mortuária constitui uma homenagem póstuma, cujo sentido consiste em reter o derradeiro momento do sujeito – limiar entre a vida e a morte, divisa entre dois tempos:

o da vida na terra e o da eternidade” (ABREU, 1996, p.68). Por isso, tamanha a importância desse artefato.

Quando veio à tona a discussão acerca da criação de um monumento a João Pessoa na capital paraibana, com a divulgação no jornal *A União* de campanhas para angariar recursos, durante o período da chamada “grande comemoração”, logo se cogitou que essa máscara seria o molde ideal para a reprodução idêntica do seu rosto. E Bibiano Silva, conseqüentemente, seria o artista habilitado para a execução do trabalho, uma vez que estava em posse da máscara. Este a manteve guardada e não havia feito nenhuma reprodução sua, aguardando o momento certo para criar um monumento inédito com as reais características faciais do ex-presidente.

O escultor vitoriense recusou algumas propostas para monumentalizar João Pessoa, certo de que seria o escolhido para executar o monumento a ser erigido na Paraíba. Com esse propósito, chegou a desenhar a maquete de um monumento em homenagem a João Pessoa. Ao que indica essa pesquisa, o esboço dessa maquete não chegou a ser executado. A obra ficou apenas no papel, registrada e guardada no arquivo que hoje se encontra em posse da família de Bibiano. Igualmente, não encontramos nos jornais nenhuma menção, ou divulgação dessa maquete. Acreditamos que o escultor não teve oportunidade de demonstrar sua proposta, ou talvez tenha ficado tão desapontado por não ter sido consultado, nem requisitado para concorrer a realização do monumento que preferiu manter sua maquete guardada.

Imagem 21 – Desenho do monumento a João Pessoa



Fonte: Acervo da família Bibiano Silva.

Disponível em: http://bibianosilva.org/bibiano_pt/acervo-da-familia

O fato de não ter sido requisitado para fazer a obra o desagradou profundamente. A situação de suposta injustiça foi denunciada no *Jornal Pequeno*, de Recife, numa matéria de título bastante enfático: “O Norte é sempre o Norte – Em torno de um artista e de um monumento” (JORNAL PEQUENO, 11 abr. 1931, p.1), onde saiu em defesa do artista da terra:

O escultor Bibiano Silva foi encarregado, como se sabe, de tirar a máscara do saudoso presidente João Pessoa.

Grande admirador do morto illustre, o consagrado artista pernambucano desempenhou-se da delicada tarefa, com uma forte emoção, imprimindo ao seu trabalho um rigoroso senso artístico.

De posse da máscara, Bibiano recusou as melhores ofertas para reproduções da mesma. Não lhe tentava a triste mercancia, que parecia um amesquinamento a memória do eminente parahybano.

Guardou-a avaramente, para quando se tivesse de fazer o monumento que a Parahyba vae erigir em honra ao seu grande filho.

Vivendo aqui no nordeste, conhecendo de perto, a acção politica e administrativa de João Pessoa, o escultor pernambucano estava naturalmente indicado para realizar aquelle trabalho artístico.

De momento, porém, apparece o escultor Humberto Cozzo como executor do monumento, sem que Bibiano Silva fosse ao menos convidado para a concorrência.

É que Humberto Cozzo é do sul, tem atelier chic no Rio.

E Bibiano é nortista, e aqui no norte, com um entranhado amor no rincão querido, dispersa o seu bello talento artistico, sem ser comprehendido nem amparado.

O norte é sempre o norte...

(JORNAL PEQUENO, 11 abr. 1931, p. 1)

A notícia de primeira página, carregada de indignação, chamava atenção dos leitores. O artista consagrado e conhecedor da história do ex-presidente, havia sido injustiçado. Guardou como relíquia a máscara mortuária, símbolo do último momento entre a vida e a morte de João Pessoa, e fora impedido de eternizá-lo. O texto traz à tona, ainda, o preconceito contra os nordestinos, considerados incapazes, em preferência aos artistas do Sul. Daí o tom de revolta pelo fato de a Paraíba não valorizar aquele escultor nordestino e favorecer alguém totalmente alheio à vida e obra de João Pessoa. Em tese, escolhido apenas por ser famoso e morar no Rio de Janeiro.

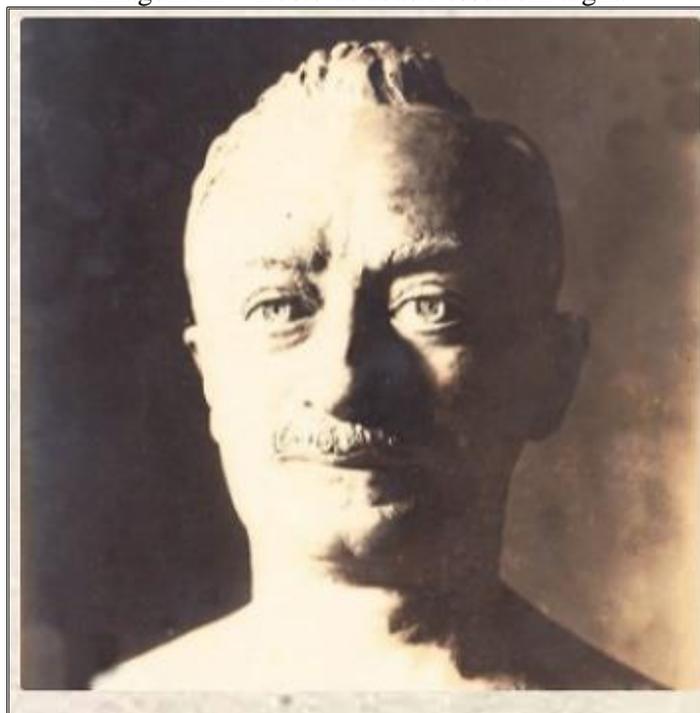
Anos mais tarde, já em 1933, quando o monumento a João Pessoa estava prestes a ser inaugurado na capital paraibana, Bibiano fez uma visita ao jornal *O Radical*, no Rio de Janeiro. O objetivo era obter ajuda para a Escola de Belas Artes do Recife. Ao elogiar a singularidade

artística do escultor, a reportagem relata que há “um detalhe requintado na sua personalidade. Um detalhe que no-lo faz querido”. Isso porque, “Foram suas mãos nervosas, sem dúvida muito frias e pallidas áquella hora, as que emplatraram a mascara mortuaria, de gesso, do soberano João Pessôa, quando na sua fria rigidez da morte no seu leito calmo e florido” (O RADICAL, 29 jul. 1933, p.8).

Ao elogiar o trabalho de elaboração da máscara mortuária de João Pessoa, a matéria retoma, de certa forma, a antiga polêmica sobre quem era de fato o escultor mais capacitado e competente o suficiente para uma criação artística de tamanha importância na Paraíba. com isso, inflamou os ânimos acerca do assunto da tal injustiça feita a Bibiano.

Embora não tenha realizado o monumento na capital paraibana, identificamos no acervo da família do artista a fotografia de um busto de João Pessoa, em argila. Certamente um molde para ser fundido em bronze. Por ser muito semelhante à fisionomia da máscara, acreditamos ter sido reproduzido a partir dela. Inclusive, possui o detalhe dos olhos abertos, o que nos leva a crer que se trata de uma característica do escultor, o que é perceptível igualmente noutros bustos em argila. Entretanto, não deslindamos na pesquisa se o trabalho foi finalizado, ou mesmo inaugurado em alguma praça pública.

Imagem 22 – Busto de João Pessoa em argila



Fonte: Acervo da família Bibiano Silva.

Disponível em: http://bibianosilva.org/bibiano_pt/acervo-da-familia

O debate sobre quem seria o autor do monumento na capital paraibana perdurou por meses. Antes mesmo do impasse com Bibiano Silva, outros artistas disputavam nos jornais, enviando projetos e fotografias sem que tivesse sido feito nenhum tipo de concorrência para eleger um projeto específico.

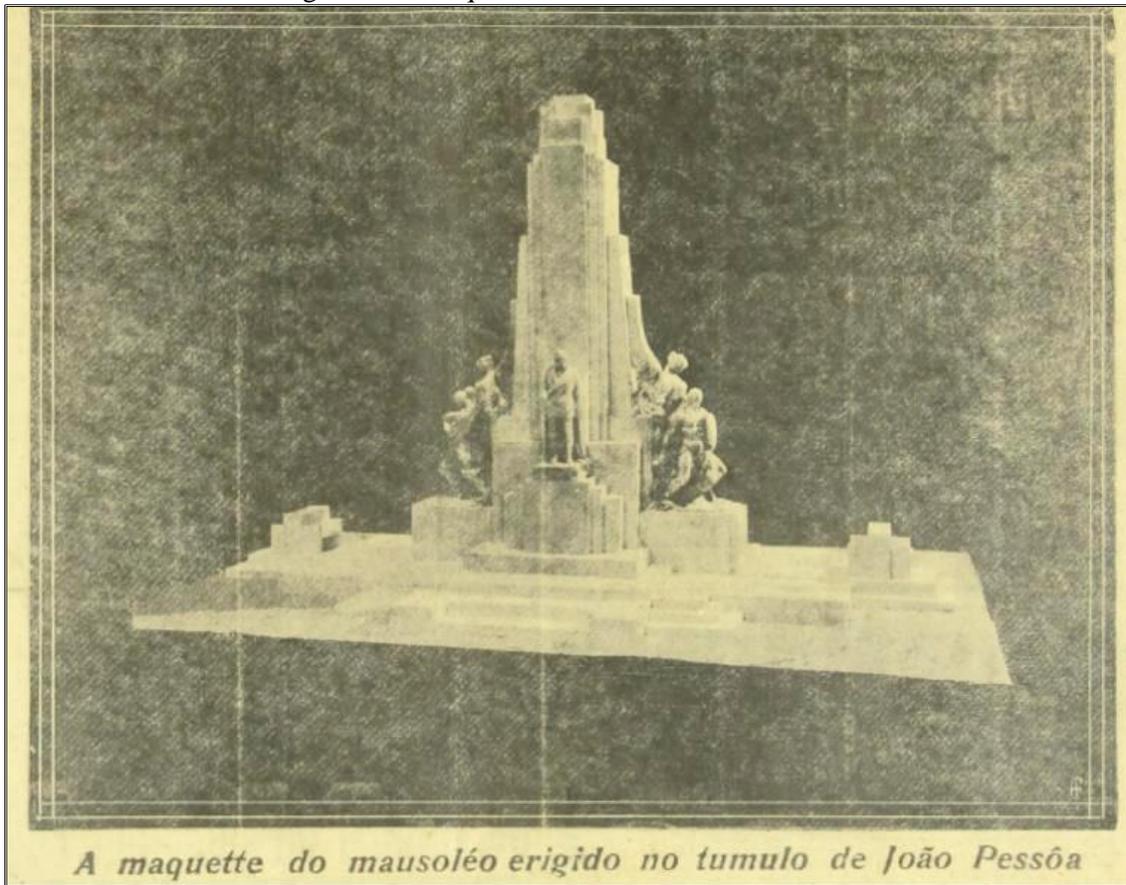
Decerto, a forma mais adequada para se produzir um monumento de grande porte, era seguindo as normas técnicas da época. Convocar uma concorrência pública entre os principais artistas, a ser regida por um edital, amplamente divulgado nos principais jornais do país. Nesse importante documento em que se opera o contato do escultor com o grupo idealizador da obra, seriam estabelecidas todas as diretrizes do monumento, tal como aponta Ana Uhle (2013, p. 8):

O edital para construção deste tipo de obra traz os principais acertos relativos ao material, aos preços e aos prazos, sistematizando também o projeto de monumento e desenhando um primeiro esboço da narrativa, além de revelar importantes aspectos da relação do artista com os contratadores. O edital traça as diretrizes da obra e constitui-se no guia do escultor para a preparação da maquete e do memorial descritivo.

Com isso, evitavam-se atritos entre os artistas, agindo com justiça e dando celeridade ao certame apresentado. Entretanto, havia sim uma lei específica ditando as regras para construção do monumento. A Lei nº 708, de 30 de setembro de 1930, que mandava erigir na capital paraibana uma estátua ao malogrado presidente João Pessoa. Em seu artigo 2º havia a previsão de um concurso: “Para a realização de alludido monumento, decretará o governo o necessário concurso, na conformidade legal, e designará uma comissão de quatro (4) thecnicos para dizer sobre as propostas dos concurrentes e fiscalizar os serviços de construção”.

Porém, fugindo à regra geralmente convencionada para a produção de um monumento e infringindo a lei estadual, os responsáveis pela obra, Antônio Pessoa Filho e Antenor Navarro, desconsideraram o dispositivo legal e agiram conforme a conveniência e o interesse pessoal em favor de Cozzo, que havia sido encarregado por Navarro para fazer uma maquete, cuja fotografia foi divulgada pelo jornal *A União*, em 05 de abril de 1931.

Imagem 23 – Maquete do monumento a João Pessoa



Fonte: *A União* (05 abr. 1931)

A descrição da fotografia afirma que a maquete é referente ao mausoléu. Contudo, três dias antes, o periódico havia publicado um clichê com mais uma imagem do mausoléu, que já era largamente conhecido nas páginas desse periódico. Destarte, ficava o mistério no ar, todos que se depararam com essa foto na primeira página do jornal tinham certeza de que não se tratava do mausoléu, mas certamente, do monumento a ser erguido na capital, embora não haja na matéria nenhuma descrição da maquete ou de quem era o escultor.

Ao lado da intrigante imagem, havia apenas um trecho da conferência do padre Almeida Leal, pronunciada numa homenagem feita no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, do qual nos interessa seu primeiro parágrafo: “Só o destino sabia que elle reedificava a cidade do seu nome, que tudo alli: praças, avenidas, palacios, agua, luz, as flores dos jardins, o ar, tudo queria ser chamado João Pessoa. [...]” (*A UNIÃO*, 05 abr. 1931, p.1). A referência à criação de “lugares de memória” (NORA, 1993) já criados em homenagem ao político, soa como uma justificativa para mais um ato em prol de sua monumentalização. Como o próprio texto informa, até o nome

da capital paraibana havia mudado para lhe homenagear e mesmo assim, ainda parecia insuficiente.

Intencional ou não, aquela fotografia deixou um suspense no ar. Criou expectativas e aguçou a curiosidade de muita gente e, mais ainda, dos artistas interessados em fazer o monumento da metrópole. Dias depois, o jornal publicou uma nota admitindo o erro em atribuir a fotografia da maquete ao mausoléu já inaugurado. E para acabar com a curiosidade plantada na matéria anterior, foi divulgado que o referido projeto foi “elaborado pelo artista brasileiro Humberto Cozzo para o monumento que o Estado pretende erigir nesta capital a memória do grande presidente João Pessoa” (A UNIÃO, 07 abr. 1931, p.8).

Em 15 de abril, o periódico acabava com o mistério definitivamente, veiculando novamente a fotografia da maquete e uma carta de Cozzo para Antenor Navarro, com o memorial descritivo da obra, além de pareceres técnicos de importantes nomes do meio artístico da época. Com base nessa reportagem é possível entendermos aspectos importantes daquela tratativa, até então informal, enredada entre Antônio Pessoa, Antenor Navarro e Humberto Cozzo. De acordo com *A União*:

Quando de passagem por esta capital afim de orientar os trabalhos de assentamento da estátua do presidente João Pessôa em Campina Grande, o escultor Humberto Cozzo propoz-se ao governo do Estado elaborar a “maquete” do monumento que a Parahyba pretende erigir á memoria do grande brasileiro.

O sr. Interventor aceitou o generoso offerecimento daquelle renomado artista e, sobre o esboço por elle realizado e já em exposição no Rio de Janeiro, procurou ouvir o parecer de varias summidades no assumpto e outras pessoas cuja opinião servisse de base para uma apreciação inteligente do projecto. [...] (A UNIÃO, 15 abr. 1931, p. 1).

Na notícia é informado ao leitor que o escultor se ofereceu para fazer o projeto do monumento e reproduzi-lo na maquete. E, de forma desinteressada, o Interventor aceitou a generosa oferta do renomado artista. Cozzo já havia produzido o mausoléu no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, e estava trabalhando noutros monumentos a João Pessoa, uma estátua a ser erguida em Campina Grande e um busto para a cidade natal do homenageado, Umbuzeiro¹¹¹. Ora, se Navarro não conhecesse o trabalho do artista e se não tivesse uma simpatia pessoal pelo mesmo, decerto não encomendaria o projeto.

¹¹¹ As obras de Campina Grande e Umbuzeiro, serão posteriormente abordadas nesta pesquisa.

Na verdade, a preferência por Cozzo já estava articulada entre Pessoa Filho e Navarro, daí a preocupação deles em não se fazer nenhuma concorrência pública para a confecção do monumento. O escultor só se ocupou em fazer a maquete, despendendo meses de seu tempo, porque foi um pedido de Antenor Navarro e não um gesto generoso e gratuito. Tudo havia sido combinado, como nos indicam as correspondências entre Pessoa Filho e Navarro¹¹².

Antes mesmo de *A União* divulgar que Humberto Cozzo seria o autor do projeto, na capital da República a maquete já era amplamente divulgada nos jornais. Ficou em exposição no ateliê do artista e recebeu várias visitas ilustres. Uma delas foi de José Américo, então Ministro da Viação.

Toda essa exaltação publicitária diante da criação artística de Cozzo acirrou os ânimos entre os artistas interessados na feitura da obra. Entretanto, de forma intencional, ou não, em nenhuma matéria jornalística foi lembrado que a Lei nº 708, de 30 de setembro de 1930, previa a realização do concurso. Além de Bibiano, outros estatuários de Pernambuco protestaram para que fosse feito um concurso para a criação do monumento. Na mensagem enviada a Antônio Pessoa, o Interventor Federal da Paraíba narra o seguinte:

Alguns artistas de Pernambuco pediram-me por telegrama que se publicasse a abertura do concurso para o monumento ao Presidente. Alegam que em Pernambuco está a máscara direta.

Luiz Mendes creio que também é desse pensar. Embora a maquete de Cozzo pareça [perfeita] pela opinião maciça dos que já a viram penso que não seria desonesto o concurso. [...]

Vou ainda refletir sobre o caso. (NAVARRO, 1931)¹¹³

A reivindicação dos artistas reacende a discussão em torno da máscara mortuária, enquanto objeto de extremo valor para a confecção da obra de arte em questão. Sendo este o principal argumento para convencer Antenor Navarro. Se Bibiano havia sido deixado de lado, que no mínimo os outros pudessem concorrer usando a máscara. Enquanto essa questão profícua não se resolvia, ao menos oficialmente, Pessoa Filho respondeu em carta o seguinte:

Já me parece um pouco tarde esse pedido dos artistas de Pernambuco para a abertura de um concurso para o monumento a João Pessoa. Si o trabalho de

¹¹² PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 14 mar. 1931. Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹¹³ NAVARRO, Antenor. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa Filho. João Pessoa, 23 abr. 1931, Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

Humberto Cozzo, feito de acordo com Sr. já está de todos conhecido, dos de lá como dos daqui, pela larga divulgação fotográfica e pela descrição que dele fizeram os jornais, entrariam os novos concorrentes na liça levando uma grande vantagem sobre aquele escultor. Não parecia mesmo muito leal para com o Cozzo essa conduta. A circunstância que os artistas de Pernambuco alegam de estar ali a máscara direta de João Pessoa, não tem para o caso valia maior; na concepção do monumento, na inspiração de seus grupos alegóricos e na beleza artística de suas linhas, está a sua grande, quase toda a sua razão de ser. E neste particular não creio haja em Recife ninguém capaz de, não conhecendo de antemão, com agora acontece, o projeto do escultor Cozzo, fazer coisa que se lhe aproxime em grandiosidade e elegância. Quando muito, a razão que os de Pernambuco apontam poderia ser tomada em conta para a confecção do rosto da estátua, e só. E mesmo neste caso, a julgar pelos bustos de Joao Pessoa que eu tenho visto, feitos em Recife pela sua máscara (tirada, creio, pelo escultor Bibiano) nenhum merecimento encontro na alegação deles. Prefiro, e muito, pela aproximação fisionômica, os trabalhos de Cozzo, feitos pelos retratos; principalmente o último busto que ele fez, e que se destina a Umbuzeiro. É, sem favor, o melhor de todos quantos têm sido modelados até agora aqui, em São Paulo, Minas e Recife, com a efigie do nosso Grande amigo. O Sr., contudo, resolverá como lhe parecer melhor, pesando com inteira liberdade as considerações que tomei a liberdade de emitir. (PESSOA FILHO, 1931, grifo do autor)¹¹⁴

O ponto de vista de Pessoa Filho deve ser avaliado pormenorizadamente. Já constatamos em suas correspondências que ele não era a favor de uma concorrência pública. Desse modo, articulou tudo para que não houvesse concurso, conforme estava previsto na lei estadual. Em acordo com Antenor Navarro, encomendou a maquete, acompanhou os trabalhos de Cozzo com a construção narrativa da obra e organizou visitas à maquete, tendo mandado publicar tudo nos jornais. Inclusive, no Rio de Janeiro já se afirmava que Cozzo havia sido o escolhido para executar o trabalho.

Nesse contexto, os demais artistas que vinham acompanhando a campanha n' *A União*, para angariar recursos destinados à construção do monumento, se sentiram traídos pelo fato de o Governo da Paraíba não abrir concorrência pública. Sem falar que, alguns artistas enviaram voluntariamente para o Interventor e para os jornais, propostas e amostras de seus trabalhos que tinham como tema João Pessoa, certamente com intuito de participar de uma possível competição para o monumento.

Quando Pessoa afirma que a reivindicação dos artistas pernambucanos era tardia, significa dizer que seu plano deu certo. Particularmente, já tinha escolhido o encarregado de

¹¹⁴ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 3 mai. 1931. Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

conceber o monumento. Ante o desenrolar dos acontecimentos, não havia como voltar atrás e agora tenta evitar que Cozzo seja prejudicado caso haja um concurso, pois todos já conheciam seu trabalho, o qual havia recebido pareceres favoráveis dos principais artistas e celebridades do meio artístico da época, ou seja, a obra estava perfeita e validada pelos pares.

Sendo assim, resta ao idealizador do monumento tecer críticas aos demais escultores, alegando que a máscara mortuária só servia para a confecção do rosto da estátua, certificando que Cozzo o havia reproduzido perfeitamente, sem necessidade do molde. Afirmou, ainda, que não havia nenhum outro estatuário que superasse aquela inspiração artística. Porém, uma vez que a maquete foi divulgada, agora poderiam os demais entrar na disputa para fazer um projeto superior. O que considerava não ser justo para com Humberto Cozzo nem pertinente para ele e Navarro, como revela o trecho a seguir:

O Sr. Já havia transposto o passo mais difícil: tendo incumbido um artista determinado de fazer o trabalho, era só sobre esse trabalho que os entendidos se deveriam manifestar. Não havia competições, nem mais de um interessado. E se todos foram de acordo em que o projeto apresentado estava a altura da homenagem que se pretendia realizar, já o Sr. estaria por isso acoberto de qualquer reparo no que respeita a parte artística do trabalho. Restava somente mandar examinar as condições relativas a execução do monumento: orçamentos, material a empregar, prazo e número de prestações, tempo de entrega do trabalho, etc. e assim portanto, muito mais simples seria liquidar o caso. Alias, a situação de restrições que o Estado atravessa não deve constituir um empecilho para esse contrato, pois em espaço de tempo inferior a um ano e meio é difícil aprontar o trabalho. a obra custará uns 350 a 400 contos, posta aqui a bordo, e o número de prestações poderá ser grande. Quer dizer, paga a 1ª prestação, que deve ser feita no ato da assinatura do contrato, (20% a 30% do custo total), as outras poderão ser menores, subdivididas e espaçadas. Seria coisa fácil de conseguir, com vantagens para ambas as partes. – Decida, portanto, o Sr. sobre o caso; não tenha receio, pois o projeto é majestoso e honrará a cidade de João Pessoa; e não haverá dificuldade de encontrar aqui grupo de amigos para acompanhar com todo o carinho a execução do trabalho. – Espero que o Sr. me dirá com brevidade alguma coisa a respeito. (PESSOA FILHO, 1931, grifo do autor)¹¹⁵

Nesta carta, fica evidente que havia a preferência por um artista determinado, indicado por Pessoa Filho e aprovado por Navarro que seguia à risca suas orientações. Daí a confirmação nessa correspondência de que já haviam escolhido um escultor específico para fazer o trabalho.

¹¹⁵ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 1 mai. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

Ponto importante que inclusive foi grifado pelo remetente. Logo, restava apenas decidir sobre o referido projeto, sem que houvesse concorrência pública.

Quanto aos critérios para tal escolha, acreditamos que a proximidade geográfica, já que Pessoa morava no Rio de Janeiro, os contatos profissionais por causa das demais obras feitas em memória a João Pessoa e, principalmente, o reconhecimento público do artista naquele ano, contribuíram muito para que se decidissem por Cozzo. Inclusive, o artista vivia dias de glória. Estava no auge da carreira e certamente tudo isso contribuiu para que se consolidasse como escultor oficial dos principais monumentos a João Pessoa. Em meio a intrigas e disputas artísticas, ele foi eleito por unanimidade de votos, Presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, fundada em 1910 e com sede no Rio de Janeiro (A GAZETA, 07 ago. 1931, p.2).

Cabe salientar que apesar de acatar os conselhos de Pessoa era Navarro que na condição de Interventor, tinha de fato o poder das decisões governamentais em suas mãos e dava a palavra final. Constatamos nessas correspondências que Pessoa sugere, aconselha e interfere nas decisões do Interventor. Assim, faz valer sua opinião e exerce seu papel de idealizador do monumento, pondo em prática seu interesse e projeto político na celebração e monumentalização do primo.

Nesse sentido, expõe na carta os argumentos quanto à situação financeira do Estado. Faz uma média de quanto seria o custo e as condições de pagamento da obra, valores que possivelmente já havia sondado junto ao escultor. E sugere que Antenor Navarro resolva o caso, sem receios, garantindo que era um monumento majestoso.

Não podia ser melhor para mim essa impressão, sem outra tem sido experimentada por todos quantos o têm visto. Sem falar nos artistas e técnicos que deram por escrito o seu parecer, muito grande tem sido a romaria de entendidos, amigos, admiradores e curiosos ao ateliê do ilustre escultor patricio. É geral, unanime, o entusiasmo que a todos tem despertado a “maquete”. Foi mesmo muito feliz o artista na sua concepção, e essas felicitações que tem recebido valem por um justo premio para os seus estudos e pelo grande trabalho que teve. [...] até chegar, afinal, ao projeto definitivo que é, na verdade, suntuoso e muito expressivo. A não ser o monumento do Ipiranga, em S. Paulo (obra que custou 3 mil contos) nada haverá no Brasil que se lhe possa comparar. Acompanhei muito de perto todo o esforço do Cozzo, e posso dar o meu testemunho pessoal da alma e do carinho que ele pôs no estudo da obra que lhe irá dar o renome definitivo aos seus merecimentos de artista. – A minha opinião, muito sincera e franca, pelo Sr. e por ele, é que o atual governo da Paraíba deveria desde já ir cuidando de fazer

o contrato para a execução do monumento. (PESSOA FILHO, 1931, grifo do autor)¹¹⁶

Pessoa Filho destaca a validação artística do trabalho de Cozzo pelos seus pares. O escultor foi muito feliz em sua inspiração artística, só não superava o monumento do Ipiranga, alusivo à Independência do Brasil. Tal fato atraiu a atenção de várias pessoas que visitaram a maquete, além da ampla propaganda nos jornais, obviamente orientada pelo então idealizador da obra. Revela ainda que todo processo de elaboração do projeto, seu conteúdo simbólico, foi acompanhado por ele. Ou seja, Cozzo deu forma exatamente àquilo que Pessoa Filho queria ver materializado na celebração da memória a João Pessoa. Por fim, propõe que Antenor Navarro cuide em celebrar o contrato para a execução do monumento, resolvendo o caso e melhorando sua imagem na administração da Paraíba, mostrando que zelava pela memória daquele ilustre paraibano.

Enquanto os escultores digladiavam enviando cartas ao Interventor e apresentando propostas para o monumento da capital, Cozzo seguia fazendo outras peças de João Pessoa, a exemplo da estátua que seria entregue a Campina Grande, exposta no salão do jornal *A Gazeta* (SP) (15 dez. 1930, p. 4). O qual constantemente noticiava elogios ao artista da terra, inclusive foi o primeiro a afirmar que Humberto Cozzo era o escolhido para a produção artística, quando nada estava decidido oficialmente por Navarro. No título onde apresenta o busto de Umbuzeiro, o jornal alega que Cozzo estava “destinado a perpetuar o vulto de João Pessoa”. Contribuindo para o seu reconhecimento artístico, afirma que “o talento e a operosidade do jovem escultor paulista são virtudes que cada vez mais o consagram na admiração e na estima dos seus patrícios” (*A GAZETA*, 04 mai. 1931, p. 5).

3.2.1 – A disputa continua: outras propostas para o monumento

Mesmo após a divulgação da maquete de Cozzo, enquanto a questão não se resolvia oficialmente, pois internamente sabemos que Antônio Pessoa já havia decidido, alguns artistas continuaram investindo na produção de monumentos a João Pessoa. Ou talvez, cuidaram em

¹¹⁶ PESSOA FILHO, Antônio. [**Correspondência**]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 1 mai. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

concluir o que haviam iniciado, na esperança de poder executar o monumento da capital paraibana. Ou quem sabe, algum outro de menor importância noutra cidade. Pois, esculpir em bronze a imagem de João Pessoa parecia ser o propósito de alguns artistas que aspiravam ganhar prestígio e fama naquele momento. Este era um dos personagens mais reproduzidos artisticamente nos últimos tempos. Interessante percebermos como o jornal se posiciona nesse sentido:

A literatura e a arte, que se eternizam pelos valores que lhes servem de motivos, ocupando-se de João Pessôa, hão de realçar nelle um symbolo de resplandecente belleza moral, para o qual se erguem de todos os recantos do pais as homenagens populares e cultas, nascidas desse instincto de sympathia collectiva que só os predestinados podem despertar.
Perpetuar a memoria dessa grande vida é prestar o melhor serviço a causa do alevantamento moral do Brasil. (A UNIÃO, 03 mai. 1931, p.1)

“Glorificando o imortal cidadão da pátria”, como sugere o título da matéria em questão, justificava a sede de prestar homenagens, a preocupação em perpetuar a memória daquele político e a construção de um discurso heroizante e cívico simultaneamente; aguçando ainda mais as disputas artísticas. Uma vez que, além de possuir valor artístico, os monumentos são portadores de um imaginário que dá suporte à glorificação dos heróis, eles agem na lembrança e interagem com a memória; são a materialização de um imaginário construído.

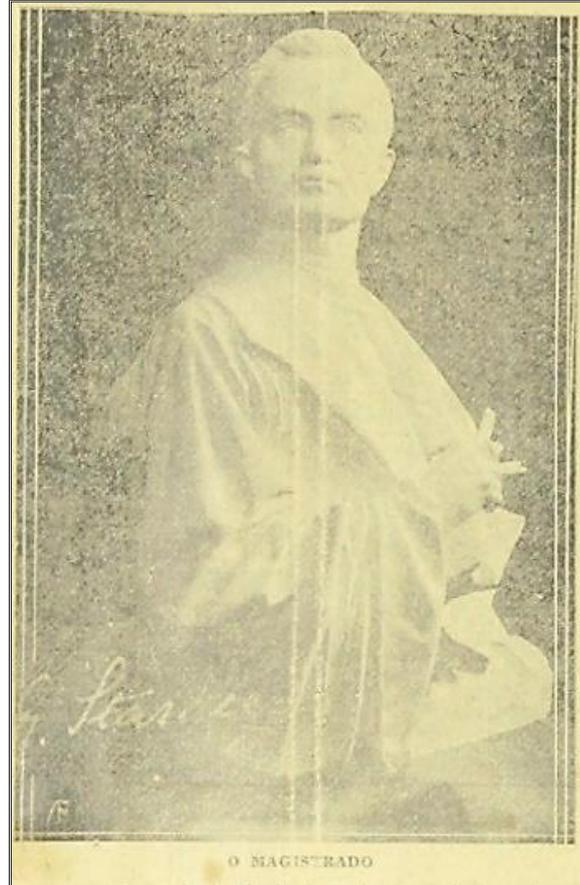
Entre os escultores que enviaram propostas para o Interventor da Paraíba, encontra-se o escultor italiano Giulio Starace¹¹⁷, que produziu duas esculturas de meio corpo. As fotografias com a carta de descrição enviadas a Antenor Navarro, foram divulgadas no jornal *A União*, um mês após a divulgação da maquete criada por Humberto Cozzo.

Starace apresentou duas narrativas que representavam momentos distintos da vida de João Pessoa. Em sua descrição, afirma que uma das obras o representa como juiz: “aquella que ostenta a toga, representa o magistrado respondendo ao Cattete em 1930, defendendo os brios

¹¹⁷ Giulio Starace (★1871 †1941). Nasceu em Nápoles, Itália. Em 1912, vem para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, onde viveu até sua morte. A convite do presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, construiu o Monumento à Civilização Mineira, inaugurado em 1930, na Praça Rui Barbosa. Artista de inspiração neoclássica, deixou também obras em São Paulo, Poços de Caldas, MG e Campinas, SP. A convite do presidente Getúlio Vargas, fez alguns estudos escultóricos para o Rio de Janeiro, especialmente para a Lagoa Rodrigo de Freitas. Mas essas obras não foram realizadas. Integrou a mostra comemorativa do centenário de Belo Horizonte, Emergência do Modernismo, Museu Mineiro, BH (1996). Disponível em: <https://comartevirtual.com.br/giulio-starace-> Acesso em: 10 nov. 2019.

da Parahyba” (A UNIÃO, 03 mai. 1931, p.1). Uma representação artística clássica muito semelhante às estátuas greco-romanas.

Imagem 24 – Escultura de Starace: o Magistrado



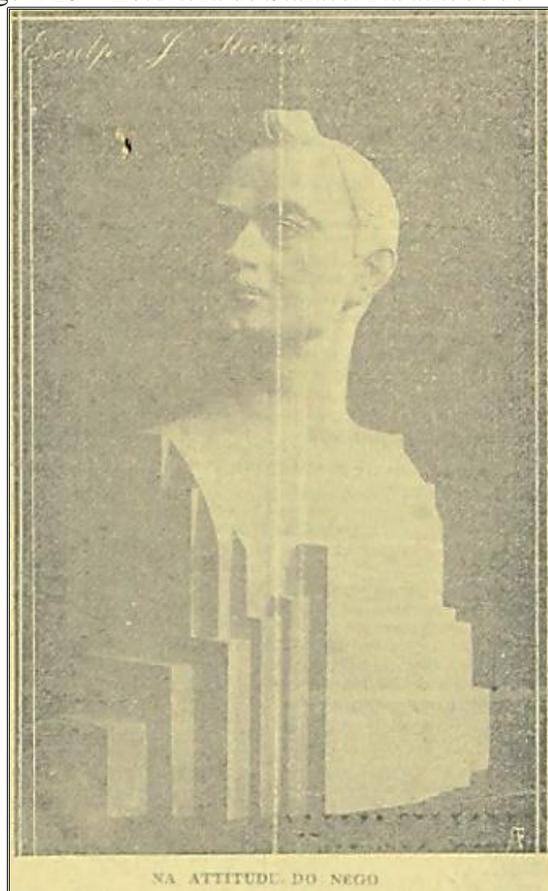
Fonte: A *União* (03 mai. 1931)

A referência à atuação de João Pessoa, enquanto juiz do antigo Supremo Tribunal Militar (STM), atual Superior Tribunal Militar, é bastante pertinente e revela uma fase importante de sua carreira jurídica. Inclusive, um período pouco abordado nos monumentos em sua homenagem, onde prevaleceu a imagem política e heroica. A escultura o representa vestindo a toga, em postura ativa e portando na mão direita um objeto que se assemelha a uma balança, símbolo da justiça. A composição artística possui linhas suaves e assemelha-se à escultura clássica. Contudo, o artista se equivocou quanto ao período temporal, pois João Pessoa

assumiu o cargo em julho de 1919 e ficou até 1928, quando se licenciou para assumir o Governo da Paraíba (MELLO, 1978)¹¹⁸.

Na outra proposta, Giulio Starace apresentou uma narrativa política e heroica, representando o famoso momento em que João Pessoa negou apoio ao sucessor indicado pelo presidente do Brasil à época, Washington Luís. O fato ficou conhecido como “o nego”, e virou símbolo de resistência paraibana na bandeira do Estado. O escultor descreve a segunda escultura como sendo um trabalho “esculpido em forma moderna, é o herói que ressurge no espírito da Pátria Nova” (A UNIÃO, 03 mai. 1931, p.1).

Imagem 25 – Escultura de Starace: Na atitude do “nego”



Fonte: *A União* (03 mai. 1931)

¹¹⁸ João Pessoa assumiu o cargo de ministro em substituição a Vicente Neiva, sendo efetivado nessa função em dezembro de 1920, quando seu nome foi escolhido na lista tríplice enviada ao governo, sendo seu tio Epitácio Pessoa, Presidente do Brasil. Atuou como juiz nos processos instaurados contra os oficiais que participaram dos movimentos tenentistas de 1922, 1924 e 1926. Foi considerado um magistrado enérgico na aplicação da lei. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pessoa-cavalcanti-de-albuquerque> Acesso em: 11 nov. 2019.

Numa composição artística diferente da anterior, o escultor traz uma proposta moderna com linhas menos suaves, com um traçado mais firme e reto. A atitude do “nego” retrata João Pessoa com o rosto inclinado, voltado para seu lado direito, numa postura imponente e altiva. É um busto relativamente simples quanto à composição de elementos, mas revela um momento importante para a história política da Paraíba, retratado na expressão facial pelo olhar firme e sério, e pelas sobranceiras cerradas.

Importa também analisarmos a forma como o artista defende seu projeto e faz um apelo para Antenor Navarro, tentando convencê-lo da relevância artística das obras, as quais, possivelmente foram publicadas de imediato no jornal, para que seu trabalho fosse considerado, haja vista os rumores de que o governo já havia selecionado um escultor para fazer o monumento na capital.

Ambos os trabalhos são executados com carinho e alto senso psicologico, obedecendo a uma grande finalidade social.

Caso seja possível a v. exc. Teria imensa satisfação em ver aproveitadas essas duas obras de arte, dignas de figurar em qualquer Musêo, como documentação da participação desassombrada d’esse grande homem no ressurgimento moral, político e administrativo do Novo Brasil.

Me sentiria honradíssimo se v. exc. se dignasse accusar o recebimento da presente, e qual a impressão de v. exc. acerca dos trabalhos. De v. exc. admirador e servidor sempre attento.

- Professor Giulio Starace. S. Paulo, 20 de abril de 1931. (A UNIÃO, 03 mai. 1931, p.1).

Tendo em vista a data de assinatura da carta, percebemos que foi escrita dias após a publicação da maquete n’A *União*. Outro ponto importante é a preocupação do artista em dar publicidade às fotografias do seu trabalho, junto à carta que enviou ao Interventor. De certo modo, usou esse recurso para pressionar Navarro, pedindo que aproveitasse seu trabalho, num apelo de quem possivelmente não seria selecionado para executar o monumento principal. Seguia-se, portanto, a disputa artística nos jornais.

Dias depois, o arquiteto e escultor Rudolf Wolff¹¹⁹ também publicou sua proposta no periódico oficial do governo paraibano. Era um momento muito oportuno, 26 de julho de 1931,

¹¹⁹ Embora não tenhamos encontrado informações acerca de sua biografia, constatamos nos jornais que ele era membro da Auler & Companhia, Limitada, localizada em Recife – Pernambuco. Participou, juntamente com outros artistas pernambucanos de várias exposições no Salão Geral de Belas Artes de Pernambuco, realizadas anualmente. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21 mai. 1931, p. 3); (JORNAL DO RECIFE, 23 mai. 1931, p. 1).

na passagem de um ano da morte de João Pessoa. Nessa data o periódico lançou uma edição especial em sua homenagem. A matéria intitulada “O monumento a João Pessoa nesta capital”, foi publicada na mesma página onde havia uma fotografia e a descrição do mausoléu inaugurado no Cemitério São João Batista. Abaixo do título constava a seguinte exposição:

PROJECTO apresentado por Auler & Companhia, Limitada, de Recife, Pernambuco, – architecto e esculptor Rudolf Wolff – para um monumento ao Presidente dr. João Pessôa, destinado a ser erigido na praça central da capital do Estado da Parahyba do Norte. (A UNIÃO, 26 jul. 1931, p.11, grifo do autor)

Tratava-se de mais uma investida em busca de espaço na disputa para a criação da obra. Desta vez não há referência a algum tipo de contato com Antônio Pessoa ou Antenor Navarro. Certamente o projeto foi publicado com o intuito de mostrar ao público que o artista tinha interesse em executar tal obra e pressionar o governo para o lançamento de um edital. Embora não apresente nenhuma fotografia, ou referência à criação de uma maquete, Rudolf Wolff faz a explanação do memorial descritivo, que é bastante minucioso e usa uma linguagem técnica.

EXPLANAÇÃO

O ponto principal na concepção de um monumento publico deve ser a conformidade esthetica com a feição do local.

A expressão do symbolismo por elle concretisada, tem que, forçosamente, moldar-se dentro desses limites. Na obra de arte a “Idéia” e a “Forma” são os dois factores inseparáveis, de cuja fusão, mais ou menos completa, resulta o valor artistico.

Obedecendo a este conceito fundamental, foi a presente obra idealisada depois de carinhoso estudo do próprio local e do ambiente. Dados, não sómente a área que poderá ocupar – o espaço entre as palmeiras centraes da praça – como também o facto de ser elle para uma pequena cidade, num largo ladeado por prédios de porte não muito elevado, resultou o problema de imaginar uma cousa de vulto e de imponência, sem que, pelas suas dimensões exageradas, esmagasse o ambiente. Entrando ainda mais nestas considerações, era mister casar as linhas preponderantes com as do conjuncto immediato e sendo estas ultimas dadas pelas palmeiras esguias, exclusiva e accentuadamente verticaes, impoz-se como contrabalanço, um volume que oppuzesse a sua corporalidade firme ao extremo gothicismo daquelas, com paredes imponentes e singelas. Aqui intervem, pela primeira vez, a face symbolica da tarefa. Um volume massiço o “Cubo”, a forma mais “intransigente” de que a materia se póde revestir, sómente elle era capaz de evocar com precisão, o character de João Pessôa.

Neste cubo repetem-se as verticaes nos grandes rebaixos das paredes e na feição do socco, que, dividido em pilastras de escala menor, age como “contraponto” rythmico, realçando e abrandando ao mesmo tempo as dimensões colossais do bloco integral. As horizontaes, por outro lado,

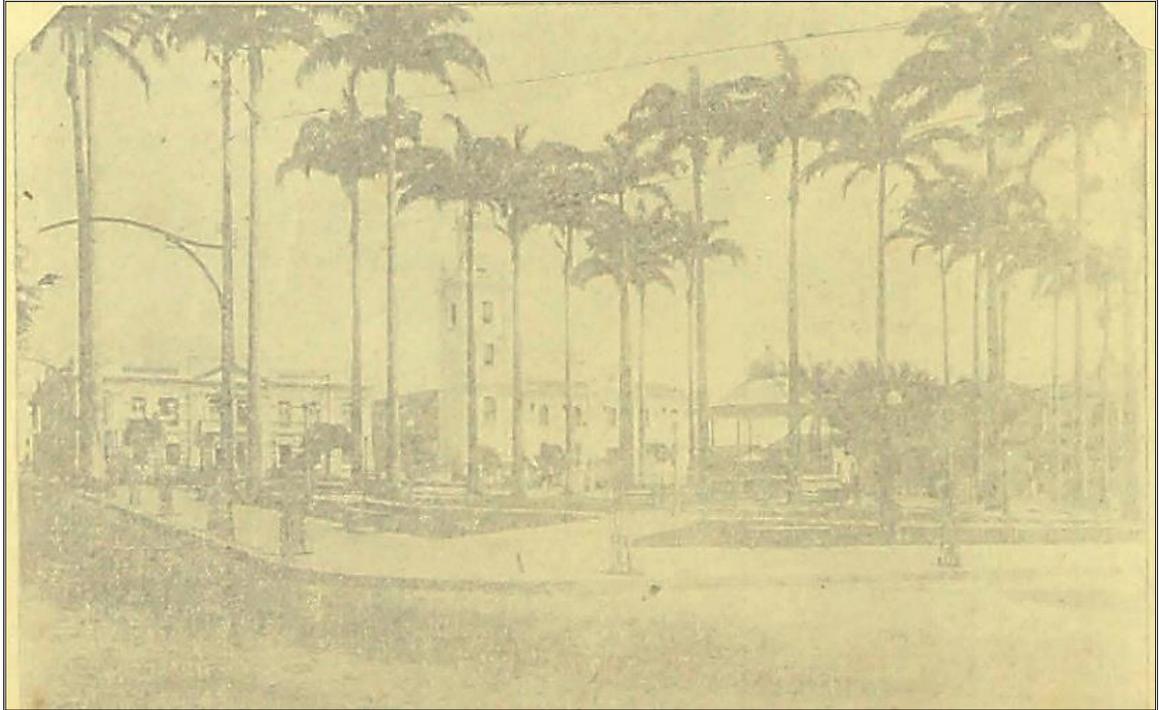
repetem-se numa escala ainda mais reduzida, na escadaria da base e nos cumes das diversas partes do edifício. As portas são baixas e pequenas para não prejudicar a imponência das faces, e oferecem na sua filigrana de ferro forjado, as últimas figurações da modestia architectonica, limitando-se porém, as linhas rectas, severas e austeras.

Um contraste muito forte é formado pelas figuras de bronze da fachada, que, com linhas avivadas e impulsivas, cortam a austeridade mathematica da architectura, effectuando o contato psychologico com o espectador, e guiando, imperceptivelmente, o olhar por sobre a silhueta triangular do conjuncto, até a figura do próprio dr. João Pessôa, que, na singeleza de sua attitude recta, forma o ponto de descanso e de concentração.

Representam as figuras a “Justiça” e o “Espírito combativo”, sempre alerta e prompto para defende-la. O interior do bloco foi elaborado em mausoleo; e, se no exterior o monumento evoca o grande brasileiro sempre vivo e presente como está na saudade de sua terra, dentro elle se encontra morto, a morte foi o ponto culminante de sua obra patriótica. Doze columnas cerram fileiras em redor do catafalco, como as palmeiras em redor do monumento, ajudadas por quatro candelabros de ferro forjado, dando, em conjuncto com a meia escuridão, com a luz offuscada pelas portas de ferro e a luz offuscada pelas portas de ferro e a luz azul que entra pelas janelias do tambor da cupola, uma atmosfera de tumulo, lugar de recolhimento e de contemplação. No catafalco o dr. João Pessôa está deitado como que dormindo, coberto pela bandeira brasileira. (A UNIÃO, 26 jul. 1931, p.11, grifo do autor)

A explicação do projeto apresentado pela Auler & Companhia Limitada por meio de seu arquiteto e escultor, Rudolf Wolff, é iniciada apontando um aspecto bastante pertinente acerca do local onde o monumento seria erguido. Ele menciona no texto detalhes do antigo Jardim Público, modernizado e reinaugurado como Praça João Pessoa, sua composição arquitetônica e as espécies vegetais que a aformoseiam, especialmente as palmeiras. Além disso, avalia seu entorno, observando o conjunto edificado naquela área. Tais elementos podem ser identificados na imagem a seguir.

Imagem 26 – Praça João Pessoa



Fonte: *A União* (26 jul. 1931)

O monumento seria inserido no centro da praça, substituindo o coreto. À sua frente encontrava-se o núcleo do poder estatal, o Palácio do Governo, também em reforma desde o governo do ex-presidente. Além das principais escolas da capital, uma igreja, dentre outros.

Esta era uma concepção artística de alguém que conhecia bem o lugar e, portanto, tinha propriedade para falar o que era ou não adequado. O escultor oferece um projeto que harmoniza com o ambiente, um diferencial significativo em comparação ao projeto de Cozzo. Por isso, o memorial descritivo é iniciado com uma lição sobre a “Ideia” e a “Forma”, enquanto fatores inseparáveis na composição artística, de modo que a conformidade estética e a feição do local são aspectos importantes na criação de um monumento.

Após conjugar as linhas arquitetônicas já existentes no entorno da praça com as das palmeiras que habitavam seu interior, Rudolf Wolff concebeu um monumento que harmonizava com todo aquele cenário. Tracejou linhas, contrabalanceou as formas daquele espaço e para simbolizar o caráter de João Pessoa, escolheu como base da obra, um cubo. O conteúdo simbólico da obra aborda o homenageado como um homem de atitude reta, justo e de espírito combativo, sendo alegoricamente representado pelas figuras da “justiça” e do “espírito combativo”, confeccionadas em bronze para compor a fachada da construção.

Embora tenha se preocupado em adequar ao monumento com o espaço onde seria erigido, o artista incutiu na obra um aspecto fúnebre. Consta em sua explanação que o interior do bloco seria em forma de mausoléu. Teria doze colunas em redor do catafalco, tal como as palmeiras no entorno do monumento. Candelabros somam-se com a meia escuridão, tendo a luz ofuscada pelas portas de ferro e pela luz do tambor da cúpula, criando a atmosfera de um túmulo. Simbolicamente, João Pessoa seria representado sempre vivo na parte exterior do monumento. Internamente, estaria dormindo, coberto pela bandeira nacional.

Ao final do texto, o escultor lista o material a ser utilizado. Diferentemente dos demais projetos, Rudolf Wolff elenca uma variedade de material. Pedras de tipos e cores diferentes: granito, mármore e ladrilhos, além do ferro forjado e do bronze sempre usado nesse tipo de trabalho.

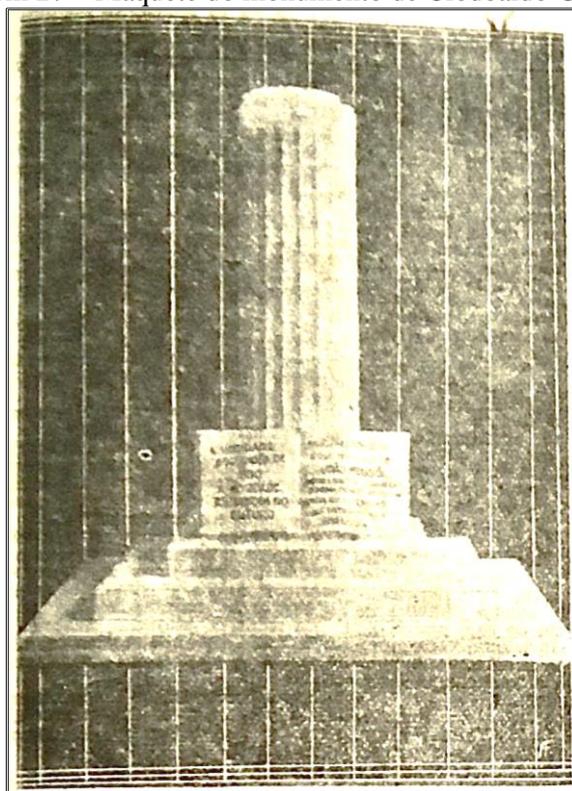
A execução será feita com os seguintes materiais:
 Escadaria do pedestal – granito cinzento fosco.
 Socco – granito negro polido.
 Fachadas – granito cinzento fosco.
 Cupola- coberta de bronze.
 Figuras – de bronze.
 Interior – estuque fino de mármore, inclusive as columnas.
 Piso – de ladrilhos brancos e negros de marmore.
 Catafalco – de mármore branco com ligeiras veias cinzentas.
 Figura: de marmore branco.
 Iluminação da cupola – indirecta.
 Candelabros – de ferro forjado.
 Portas – de ferro forjado. (A UNIÃO, 26 jul. 1931, p.11)

Após essa exposição, não encontramos nenhuma outra publicação no jornal *A União*, remetendo ao projeto. Porém, nessa mesma edição especial em tributo à passagem de um ano do assassinato de João Pessoa, um outro monumento foi apresentado ao público, integrando parte das homenagens daquela data. Tratava-se do “Monumento da mocidade escolar á memoria do Presidente João Pessoa” (A UNIÃO, 26 jul. 1931, p.21), cuja maquete ficou em exposição na Praça Venâncio Neiva. A obra foi idealizada pelo professor Eduardo de Medeiros, então Inspetor Geral de Ensino e, segundo informou a nota divulgada, teve aceitação entre a classe estudantil.

O projeto criado pelo arquiteto Clodoaldo Gouveia não era concorrente ao posto de monumento principal da capital paraibana, mas, seria erguido no espaço público contíguo à Praça João Pessoa. Ou seja, na Praça Venâncio Neiva, situada em frente à Escola Normal (atual

sede do Tribunal de Justiça da Paraíba), espaço bastante frequentado pelos estudantes. Na edição de 4 de outubro de 1931, junto aos informes sobre o aniversário da Revolução de 30, *A União* divulgou a imagem da maquete. Consta na descrição que, “sua base será de granito polido e a columna de mármore. O livro que nelle se vê, será também de mármore e as letras de bronze encrustadas” (A UNIÃO, 04 out. 1931, p. 7).

Imagem 27 – Maquete do monumento de Clodoaldo Gouveia



Fonte: *A União* (04 out. 1931)

Em apoio à iniciativa, Antenor Navarro patrocinou quinze mil postais com a imagem da maquete do monumento. Os postais deveriam ser vendidos pelos próprios estudantes aos membros da classe estudantil, conforme indicação da comissão organizadora. Para que o monumento fosse algo genuíno e “tenha a significação desejada, faz-se mister que seja construído com a contribuição exclusiva dos professores e alunos, não sendo aceitável que os postais sejam passados a pessoas estranhas a classe” (A UNIÃO, 04 out. 1931, p. 7).

A atitude de Antenor Navarro é mais um exemplo do uso das estruturas do Estado em favor de seus projetos políticos. Em seu livro intitulado *Sobre o autoritarismo brasileiro*, Lilia Moritz Schwarcz (2019) revela como os mecanismos do mandonismo perduraram ao longo do

tempo. Isso nos leva a pensar sobre os ganhos políticos da monumentalização de João Pessoa, inclusive para além da vitória da Revolução de 1930. Os aliancistas, correligionários políticos e a família Pessoa se beneficiaram e possivelmente, até hoje se beneficiam, com a memória do ex-presidente heroicizado e perpetuado pelos diversos espaços paraibanos.

Quanto à campanha em prol da construção do monumento estudantil, parece ter seguido intensamente, embora pouco divulgada nos periódicos. Contudo, não identificamos nesta pesquisa a sua inauguração, como previsto, na Praça Venâncio Neiva. Tampouco, pudemos revelar se foi construído noutra local.

Um busto do ex-presidente exposto em São Paulo, na Casa Paul J. Christoph, merece nossa atenção. De autoria do escultor italiano Rigoletto Amadei, o trabalho se juntava ao rol de suas esculturas mais importantes. De acordo com *A GAZETA* (15 de dez 1930, p.4), a peça “foi grandemente apreciada durante o tempo que permaneceu exposta, servindo para ainda mais destacar o nome do distinto escultor entre os artistas estrangeiros que vivem entre nós”. A nota publicada ao lado da notícia da exposição da estátua que Cozzo fez para Campina Grande, revela que vários artistas, inclusive estrangeiros, se interessaram em materializar no bronze o novo “herói nacional”. Certamente buscando notoriedade, vender alguma peça, ou ser convidado para executar algum monumento.

3.2.2 – A divulgação do orçamento do monumento: a contenda artística se encerra

Enquanto estes escultores apresentavam seus projetos no periódico oficial do governo paraibano, numa tentativa de mostrar seus respectivos talentos e tentando participar de um possível concurso para a confecção da obra, Humberto Cozzo enviou o orçamento para a execução do monumento.

O documento apresentado por Cozzo, intitulado de “Orçamento para a execução de um monumento ao Dr. João Pessoa para o Estado da Paraíba, de acordo com a ‘maquete’ apresentada e aprovada”, data de 02 de julho de 1931¹²⁰, o que revela a inútil tentativa dos demais artistas de executar a obra. Nos bastidores dessa contenda artística, Antônio Pessoa já o

¹²⁰ COZZO, Humberto. Orçamento para a execução do monumento. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1931. Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

havia escolhido internamente, administrou todo desenrolar dessa indicação, orientou Antenor Navarro, conduziu a concepção da obra, sua divulgação no jornal. Junto a Cozzo, cercou-se de cuidados para que a maquete viesse ao conhecimento público sem nenhuma objeção, tendo o parecer de várias personalidades do meio artístico e a aprovação unânime.

Consoante o documento, a miniatura apresentada foi aprovada, mantendo-se a composição artística, suas dimensões e o material a ser usado. O orçamento foi estipulado no valor de trezentos e cinquenta contos de réis, incluindo a execução dos moldes em gesso, embalagem, transportes, alicerces, assentamento e instalação elétrica. Ficando a cargo do Governo da Paraíba o transporte e frete do Porto até o local onde seria erigido, além do fornecimento de madeira para os andaimes. Sendo as condições de pagamento posteriormente estipuladas na celebração do contrato, o qual foi assinado meses depois.

Por fim, Humberto Cozzo ganhou a disputa artística para conceber o monumento tão significativo a ser erguido na capital da Paraíba, a cidade que levava o nome do homenageado, João Pessoa. Não resta dúvidas que ele era o preferido de Antônio Pessoa. Havia executado o mausoléu no Rio de Janeiro, um busto para a cidade natal do falecido, Umbuzeiro, e uma estátua para Campina Grande. Tal como afirmou *A Gazeta* (04 mai. 1931, p. 5), Cozzo estava “destinado a perpetuar o vulto de João Pessoa”. E assim, com a ajuda do amigo, o escultor ia se tornando o construtor oficial da memória a João Pessoa na Paraíba.

CAPÍTULO IV

Umbuzeiro: o retorno do filho ilustre em pedra e bronze



JOÃO PESSOA
1878 — 1930

O POVO DE UMBUZEIRO
RECONHECIDO AO SEU
GRANDE E GENEROSO
CONTERRANEO

SYMBOL OF JUSTICE
OF INTREPIDITY AND OF
CIVILISM

4 UMBUZEIRO: O RETORNO DO FILHO ILUSTRE EM PEDRA E BRONZE

Na passagem do primeiro ano da morte de João Pessoa, assim como foi feito na capital paraibana, também em Umbuzeiro foram organizadas comissões encarregadas dos preparativos para a solenidade. Aquela não seria mais uma homenagem póstuma, era um tributo para o filho ilustre da terra. Aquele que nasceu naquelas terras, na casa grande da Fazenda Prosperidade, em 24 de janeiro de 1878. Era o momento da homenagem da cidade que é o berço da família Pessoa e portanto, a aura simbólica que revestia aquele evento, era sem dúvidas, muito mais forte do que em qualquer outro lugar.

Desde o início de sua povoação, Umbuzeiro¹²¹ tem sua história ligada aos Pessoa. Dentre seus primeiros moradores, encontra-se o senhor José da Silva Pessoa, avô de João Pessoa. Aquelas terras pertenceram à sesmaria Marcos de Castro, foram adquiridas nos fins do século XVIII e posteriormente se tornaram as terras da denominada Fazenda Prosperidade, que passou a ser o reduto da família Pessoa¹²².

Segundo Linda Lewin (1993, p. 145), o cel. José da Silva Pessoa adquiriu tais terras por meio de herança e dote, simultaneamente. Seu primeiro casamento com Ubaldina Barbosa de Lucena durou menos de um ano e ele ficou viúvo. Através de um arranjo de sororato, casou-se novamente com a outra filha do cel. Henrique Pereira de Lucena, ou seja, a sua cunhada, a senhorita Henriqueta Barbosa de Lucena. O casal viveu “com os pais dela antes de se estabelecerem num domicílio próprio em 1861. Com a morte do pai de Henriqueta [...] eles migraram para a Paraíba para se estabelecerem permanentemente como donos da Fazenda Prosperidade” em Umbuzeiro. Desta forma,

A propriedade da família Lucena, valiosa tanto por seus canaviais como pelo seu gado, fora legada a Henriqueta como sua parte na herança e como dote. Muito provavelmente, entretanto, parte da propriedade também coube ao coronel José da Silva Pessoa pelo fato de ser o único herdeiro de sua filha (do

¹²¹ O Município de Umbuzeiro está localizado no Agreste Paraibano. Sua área territorial é de 186,554 Km² e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2018 é de 9.902 habitantes. A população do último censo em 2010, foi de 9.298 pessoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/umbuzeiro/panorama> Acesso: 06 mai. 2019.

¹²² Conferir informações sobre a primeira sesmaria concedida a Marcos de Castro Rocha. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmaria.php?numeroCarta=PB%200110> Acesso: 06 ago. 2013. Conferir informações sobre a segunda sesmaria concedida a Marcos de Castro Rocha. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmaria.php?numeroCarta=PB%200172> Acesso: 06 ago. 2013.

casamento com Ubaldina, irmã de Henriqueta) que nascera em 1854, vivendo apenas poucos anos. (LEWIN, 1993, p. 145)

Entrava em cena, antes mesmo da “fundação” de Umbuzeiro, a família “Pessoa”, proprietária de uma grande extensão de terra situada onde hoje se encontra o núcleo urbano. Sua povoação ocorreu por meio de doações e arrendamentos de terras. Famílias foram se instalando naquela região e a cidade foi surgindo e se desenvolvendo.

O cel. José Pessoa, chefe de uma família de tradição política legada aos seus descendentes, faleceu ainda moço, por volta de 1872. Deixando cinco filhos¹²³: Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Mirandolina Lucena Pessoa de Queiroz, José da Silva Pessoa, Antônio da Silva Pessoa e Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa. Os dois últimos se tornariam futuramente homens de grande influência e notoriedade política. E sua filha Maria, viria a ser a mãe de João Pessoa.

Entretanto, uma particularidade dessa pequena urbe do interior paraibano é ter servido de berço para alguns personagens relevantes para a História desse Estado e do Brasil, a exemplo de Epitácio Pessoa (Presidente do Brasil), João Pessoa (Presidente/Governador da Paraíba) e Assis Chateaubriand (Jornalista e Empresário). Dentre outros nomes, esses homens tiveram papel de destaque no cenário político do nosso país, o que é motivo de orgulho para os umbuzeirenses.

A cidade vive sob a imagem de personagens considerados renomados, que nela nasceram e que lhe dão também o título de *berço de filhos ilustres*, sendo seus nomes a glória de Umbuzeiro¹²⁴. Essa condição pode ser facilmente percebida em seus espaços. Num breve passeio por suas ruas, não é difícil constatar os motivos que a fizeram ser conhecida como o berço de filhos ilustres ou a terra dos Pessoa. O nome dessa genealogia de tradição política em Umbuzeiro é sobremaneira visível na toponímia e espaços urbanos (SILVA, 2015)¹²⁵.

¹²³ O cel. José e em seguida sua esposa, Henriqueta, faleceram num decurso de menos de dois meses, ambos acometidos pela varíola, doença impiedosa que ceifou vidas naquela época. Diante de tal infortúnio, os cinco filhos do casal foram levados para morar em Recife com os familiares.

¹²⁴ Conforme versos de uma das estrofes do Hino de Umbuzeiro: “No seu céu para sempre ecoará, um hino de fé, imortal, imortal. Relembrando Epitácio Pessoa, João Pessoa, e Chateaubriand, esse trio ideal. Os seus nomes são a glória de Umbuzeiro, sua terra natal”. Cabe destacar que embora o hino e a bandeira do Município tenham sido oficializados em 24 de janeiro de 1978, no centenário de nascimento de João Pessoa. No dia 07 de setembro de 2011, a Prefeitura Municipal promoveu outro ato de oficialização do mesmo, fazendo-lhe algumas pequenas alterações na letra original e mudando o tempo verbal. Desde então, o hino passou a integrar parte da Lei Municipal nº 271 de 30 de dezembro de 2011, juntamente com os demais símbolos municipais.

¹²⁵ Para um estudo mais aprofundado, veja-se: A fabricação de uma cidade monumentalizada: memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB), cuja autoria é de Tatiane Vieira da Silva. Nesta pesquisa foi realizada uma

Portanto, o tributo em homenagem ao primeiro aniversário de falecimento de João Pessoa se revestia de uma atmosfera simbólica singular. Aquele era o lugar onde ecoou seu primeiro choro, onde viveu sua infância e possuía amigos. Era o reduto de sua família e por isso, a edificação de um monumento seu, em praça pública, tinha algo de especial para os umbuzeirenses.

4.1 – Os preparativos para a grande comemoração e as expectativas do retorno do filho ilustre brônzeo

Integrando as notícias veiculadas principalmente, no jornal *A União*, o cronograma a ser executado em Umbuzeiro no dia 26 de julho de 1931, também foi largamente divulgado. Com o fito de reunir um grande público, vários seguimentos sociais foram convocados a participar e dar sua contribuição. De acordo com o seguinte trecho,

Em numerosa reunião num dos vastos salões do Grupo Escolar desta villa, presidida pelo prefeito José Luis de Aguiar, na qual tomaram parte autoridades e elementos representativos de todas as classes, commercio, professorado, agricultores e operariado, depois de explicados os motivos da mesma, trocado ideias e apresentadas sugestões, ficou definitivamente resolvido o modo de homenagear á memoria do grande e inolvidavel Presidente João Pessoa, na passagem do 1º anniversario do seu tragico desaparecimento (A UNIÃO, 21 jul. 1931, p. 3 e 5)

Conclui-se do texto acima que a comemoração deveria se constituir num evento popular, feita “por” e “para” os umbuzeirenses. O periódico fazia questão de enfatizar que houve muitas pessoas interessadas em participar da organização do evento. Sempre reforçava nas matérias a participação de autoridades e indivíduos representativos de todas as classes sociais. Dando um aspecto de homogeneidade social, ou seja, todos indistintamente estimavam o homenageado.

Na reunião as responsabilidades foram divididas e organizadas três comissões, cada uma com atribuições específicas e encarregadas de determinadas tarefas. A comissão central era

abordagem da espacialidade da cidade de Umbuzeiro, a partir da sua materialidade urbana e dos chamados filhos ilustres, personagens responsáveis por nomear e dar significado aos espaços citadinos. Também foram problematizadas as formas de apropriação do passado e os usos sociais e políticos desses espaços de memória. Nessa mesma perspectiva, veja-se o livro da mesma autora, intitulado “*UMBUZEIRO: uma cidade monumentalizada por seus filhos ilustres*”.

encabeçada pelo então prefeito José Luis de Aguiar e composta por outras autoridades locais. A comissão executiva e a comissão promotora estavam divididas entre senhores, senhoras e senhoritas que formavam um grupo bastante heterogêneo e diversificado de colaboradores umbuzeirenses.

Destarte, esse tipo de comemoração; a forma como é organizada, os discursos, as inaugurações, os atos solenes específicos e direcionados nos indica tratar-se de uma comemoração essencialmente cívica, onde sua organização;

[...] reflete uma preocupação com a ordem e com a manutenção da hierarquia social, havendo previamente a demarcação dos lugares a serem ocupados e dos papéis a serem desempenhados por todos aqueles que de diferentes formas atuarão ou pelo menos figurarão na condição de arautos do civismo: oradores da cerimônia, promotores do monumento, governantes, políticos, representantes do mundo oficial, intelectuais, imprensa, comunidades escolares, etc. (UHLE; PRADO, 2011, p. 191)

Nesse sentido, a organização da comissão se justifica por ser idealizada minuciosamente em função dos seus objetivos. Não esquecendo ainda da participação dos populares que “mesmo não tendo um lugar previamente demarcado devem estar presentes e, de preferência, em grande número”, algo excessivamente mencionado na imprensa. Desta forma, seus papéis se tornam definidos a partir do momento em que lhes são atribuídos a função de serem os “ouvintes da cerimônia e, mais do que isso, ‘dar alma’ à festividade, conferindo-lhe cores emotivas e espontâneas”, pois este tipo de evento “embora não tenha um caráter popular, deve ter grande participação popular” (UHLE; PRADO, 2011, p. 191).

Outro aspecto pertinente a ser considerado é que toda essa programação constituída por solenidades de inaugurações, celebrações religiosas, entonações do Hino a João Pessoa, cortejos e discursos, se transformaram num momento ritualístico que servia também aos interesses políticos da família Pessoa naquela cidade. A qual, almejava igualmente se tornar parte daquela memória que pretendia-se ser inesquecível. Isso porque, são visíveis “as utilizações sociais da memória” destinadas a buscar “nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente” (SILVA, 2002, p. 432). Era exatamente isso que se buscava em Umbuzeiro: ressignificar a morte de João Pessoa e utilizá-la conforme os interesses sociais e políticos do remanescente de sua família naquela cidade. Algo considerado evidente, tendo em vista que esta era uma família de tradição política desde seus primórdios.

Esse fator é extremamente relevante por considerarmos que foi pela memória que se buscou construir uma identidade para Umbuzeiro, ligada aos Pessoa. Iniciada com os primeiros moradores, mas que ganhou fôlego a partir de Epitácio Pessoa e João Pessoa, de modo que Umbuzeiro passou a ser conhecida como a “terra dos Pessoa”. Nesse sentido, admite-se a tentativa de dar unicidade à dor e ao sofrimento daquele homem que foi assassinado e que todos os conterrâneos deveriam compartilhar naquela comemoração.

Contudo, como resultado das reuniões realizadas foi elaborada a programação oficial a ser executada nos dias 25 e 26 de julho daquele ano, transcrita a seguir:

Quadro 2 – Agenda dos eventos para o aniversário de morte de João Pessoa, em Umbuzeiro

No dia 25	
Horário	Evento
08:00 horas	Solennes exequias na matriz desta villa, perante autoridades, familiares e povo. Por ocasião da elevação, será executado o hymno nacional e após a celebração da missa o hymno a João Pessôa , pela banda de musica local.
No dia 26	
Horário	Evento
06:00 horas	Serão hasteados os pavilhões nacional e do Estado na fachada do Paço Municipal, com a presença do chefe do executivo, autoridades e representantes de todas as classes.
09:00 horas	Inauguração da “Praça João Pessôa” , falando o sr. Tito Souto em nome da comissão, entregando-a ao povo representado na pessoa do digno prefeito, que descerrará a primeira placa ao som do hymno a João Pessôa . A segunda será descoberta pelo dr. Ovidio Gouveia, representando a magistratura; a terceira, pelo sr. Irineu Dias, representando o commercio de Umbuzeiro, e a ultima pelo dr. Epitacio Pessôa Sobrinho, representando a família do homenageado.
10:00 horas	Realizar-se-a a aposição da efigie do Grande Presidente na séde da Mesa de Rendas, homenagem dos funcionarios estaduaes, sendo interprete o sr. Severino Alves da Silva.
16:00 horas	Terá logar a inauguração no salão de honra da Prefeitura do retrato do Immortal brasileiro, falando em nome do povo o prefeito José Luis de Aguiar.
17:00 horas	Será oficialmente e com toda solennidade, inaugurado na praça “João Pessôa”, em frente á casa onde nasceu o Grande e Sacrificado o monumento em bronze, homenagem do povo de Umbuzeiro ao seu Glorioso filho (no caso foram 2 vezes para a praça e ver homenagem do povo se quem pagou foi a prefeitura). Formarão nessa solennidade todos os alumnos das escolas. Usará da palavra em nome dos umbuzeirenses, entregando o monumento á prefeitura, o sr. José de Souto Lima (quem é, que papel ocupa na sociedade), desatando o laço dos pavilhões que o envolvem, o

	representante do sr. Interventor Federal, sendo cantado o hymno a João Pessôa por todos os presentes, e acompanhado pela banda musical. Sendo precisamente a hora em que ha um anno tombou tragicamente em Recife o Santo civil do Brasil, a multidão num tocante preito de amôr, saudade e respeito á memoria do Grande filho de Umbuzeiro, postar-se-á de joelhos durante um minuto em profundo recolhimento.
20:00 horas	Encerando as homenagens, terá logar no salão de honra da Prefeitura Municipal, uma sessão civica, fazendo uma conferencia sobre a vida e obra de João Pessôa o rev. padre José Vital.

Fonte: *A União* (21 jul. 1931, p. 5, grifo nosso). Quadro elaborado pela autora. Manteve-se a grafia original.

De acordo com o roteiro disposto no quadro acima e diante do cronograma de horários, percebemos que a programação foi extensa e seguiu o mesmo padrão dos atos executados no evento denominado pelo jornal *A União* de, “A grande comemoração”. Conforme o divulgado posteriormente, vislumbramos que esta agenda foi executada a contento e à risca.

Paralelamente à divulgação dessas programações, foram publicadas notas na imprensa sobre a criação de um monumento em Umbuzeiro. Afinal, sua terra natal não poderia deixar de ter algo que o representasse materialmente, e a melhor forma de eternizá-lo para a posteridade, seria sem dúvidas, monumentalizando-o e em seu berço natalício.

Antônio Pessoa Filho, primo do ex-presidente e idealizador de outras obras em memória a João Pessoa, logo iniciou as tratativas para que Umbuzeiro também tivesse um monumento. Assim, a primeira notícia que localizamos na imprensa acerca da obra, foi no domingo de 26 de abril de 1931, no periódico *O Jornal* do Rio de Janeiro, ao lado das informações sobre a inauguração do Cristo Redentor e o valor da iniciativa dos Diários Associados. Este, um outro grandioso monumento que seria inaugurado no Rio de Janeiro ainda naquele ano.

Contudo, a circunstância de publicação de ambos os monumentos, lado a lado, na mesma página, nos faz pensar que certamente foi algo pensado por Assis Chateaubriand, que era umbuzeirense e dono daquele veículo de comunicação¹²⁶. Certamente era de seu interesse publicar notícias de sua terra natal e divulgar a inauguração do busto. Caso contrário,

¹²⁶ *O Jornal* foi comprado por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello em setembro de 1924 e constituiu-se no primeiro órgão da cadeia dos Diários Associados, atrás, em importância, somente da revista *O Cruzeiro*. Foi sob essa segunda gestão que a folha galgou sua grande importância na história da imprensa brasileira, até sua extinção, em 1974. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/> Acesso: 01 ago. 2019.

difícilmente essa informação sairia num jornal tão distante geograficamente e que certamente era pouco lido naquele recanto do interior paraibano.

Outra possibilidade para explicar a divulgação da construção do monumento em Umbuzeiro, no jornal carioca, seria o fato de que seu escultor era Humberto Cozzo, o afamado artista que mantinha ateliê no Rio. Notícias desse tipo davam visibilidade ao seu trabalho para além das fronteiras de seu Estado. Cabe lembrar que naquele momento, o artista estava no auge da criação de obras sobre João Pessoa. Tinha esculpido um monumento funerário, estava em processo de criação do monumento de Umbuzeiro e Campina Grande. E envolvido na disputa artística para a construção de um monumento a ser erguido na capital paraibana.

O Jornal nos apresenta com exclusividade a primeira fotografia do busto, com antecedência de quatro meses do dia que foi efetivamente inaugurado, ou seja, no aniversário de um ano da morte de João Pessoa, no dia 26 de julho daquele ano.

Imagem 28 – Busto de João Pessoa



Fonte: *O Jornal* (RJ), 26 abr. 1931.

Sob o título, “Umbuzeiro vae ter um busto de João Pessôa” (O JORNAL, 26 abr. 1931, p. 3), foram reveladas as primeiras informações a respeito da obra encomendada por Antônio Pessoa, qualificado na matéria como o parente que “mais carinhosamente zela pela sua memória”. Ou seja, o mentor fundamental dos monumentos. Realidade que estamos constatando nessa pesquisa, considerando que ele é o idealizador e grande responsável pela concretização dos principais monumentos instalados na Paraíba.

O Jornal informa que o monumento “terá uma vez e meia o tamanho natural do busto de João Pessôa, ou seja 0m,70, o qual assentará sobre uma columna de granito rosado, de altura de 2m,20”. Se compararmos aos monumentos a serem erguidos em Campina Grande e na capital paraibana, verificamos que em Umbuzeiro a dimensão foi inferior. Pois tratava-se de um busto, enquanto nas demais cidades foi erguido uma estátua de corpo inteiro e um conjunto alegórico. Ainda assim, embora menor que os demais, seu significado em Umbuzeiro era maior do que em qualquer outro lugar. Seria instalado numa praça “em frente á casa onde nasceu o grande chefe liberal, e constituirá o melhor trabalho plástico até hoje executado com sua figura”. Ou seja, ele retornaria para seu berço natal e ficaria eternamente voltado para a casa que lhe serviu de berço.

Quanto a fisionomia do busto, *O Jornal* a considerava praticamente perfeita e inclusive nos dá explicações sobre o trabalho e a fotografia exibida na matéria:

A gravura acima reproduz uma photographia do trabalho do esculptor Cozzo, pacientemente executado através das melhores photographias em poder da família e pela assistência dos srs. Epitácio Pessôa e Antônio Pessôa Filho, que muito o auxiliaram para a perfeita fidelidade physionomica, naturalidade e verdade de expressão que estão a caracterizar aquella obra. (O JORNAL, 26 abr. 1931, p. 3)

O elogio à perfeição do busto nos leva a louvar a capacidade artística de Cozzo, que reproduziu um rosto considerado perfeito, usando apenas uma fotografia e a orientação de Epitácio Pessoa, tio do homenageado e de seu primo Antônio. Contudo, a discussão acerca da melhor forma de se reproduzir a feição de João Pessoa veio à tona logo após sua morte.

O esculptor Bibiano Silva foi o encarregado de tirar o molde para fazer a máscara mortuária de João Pessoa. Acreditava-se que esse material seria ideal para a reprodução de uma cópia idêntica ao rosto. Contudo, como já mencionado em capítulo anterior, o artista não foi escolhido para reproduzir a face do ex-presidente e isso nos faz entender os motivos para tanta

ênfase na matéria, a respeito da semelhança do rosto e capacidade artística de Cozzo. O que seria uma espécie de justificativa para a escolha deste escultor, capaz de reproduzir algo melhor do que se tivesse recorrido ao molde do rosto.

No dia seguinte a matéria publicada na imprensa carioca, em 27 de abril, o diário pernambucano, o *Jornal Pequeno* que teve Assis Chateaubriand no corpo de redatores, nos traz uma pequena nota no campo destinado aos telegramas, informando o seguinte: “Está pronto o busto do presidente João Pessôa, obra do escultor Humberto Cozzo, encomendado pelo município de Umbuzeiro” (JORNAL PEQUENO, 27 abr. 1931, p. 3).

Embora o informe seja breve, ele oferece um dado bastante pertinente, o de que o busto teria sido encomendado pelo Município. Não obstante tenha sido noticiado essa informação, caracterizando a criação do busto como um objeto tencionado pelos conterrâneos do homenageado, não há nos jornais nenhum registro de campanha para obter recursos para a obra. Indagamos se a Prefeitura Municipal havia de fato custeado mas, ao analisar o Decreto n.1 de 25 de fevereiro de 1931, que orça as receitas e despesas para aquele ano, não consta nenhuma menção ao gasto com o monumento, ou algo semelhante (A UNIÃO, 22 mar. 1931, p. 15). Se o dinheiro para custear a obra saiu dos cofres da Prefeitura de Umbuzeiro, pode ter sido ocultado por meio das despesas de Obras Públicas, onde consta o gasto de nove contos, quatrocentos e quarenta mil réis (9:440\$000) empregado em “diversas obras” não especificadas. Sendo assim, a hipótese apresentada no *Jornal Pequeno* de que a Prefeitura teria encomendado a obra, pode não ser legítima e acreditamos que a criação do monumento atendia a outros interesses familiares e políticos.

Já em maio daquele ano, a matéria publicada em *O Jornal*, foi reproduzida no periódico *Brasil Novo* (9 mai. 1931, p. 1), na cidade de Campina Grande-PB. Certamente uma necessidade de trazer para a Paraíba algumas das principais notícias do Rio. Entretanto, o interessante é que o parágrafo que fazia menção a fisionomia do busto foi suprimido, assim como a fotografia dele. Se por falta de espaço ou não, ou por outros motivos escusos, possivelmente não se queria aumentar a polêmica acerca da melhor forma de esculpir a face de João Pessoa, uma discussão que aqui era muito mais delicada que no Rio de Janeiro.

4.2 – O primeiro aniversário de morte de João Pessoa em sua terra natal

Cumprindo o itinerário já previamente traçado na programação publicizada na imprensa paraibana, Umbuzeiro acordou cedo no dia 25 de julho e às 8h da manhã foram iniciados os tributos na Igreja Matriz¹²⁷. Cuidou-se primordialmente em reservar um momento especial em sufrágio da alma de João Pessoa, com a missa de réquiem. Uma celebração típica da Igreja Católica, espécie de missa fúnebre ou missa pelos defuntos. O termo “requiem”, do latim, deriva de “requies” e significa “descanso” ou “repouso”¹²⁸. Conforme o Missal Romano, livro que prescreve a celebração da missa, existem algumas particularidades:

Nas missas dos defuntos exprime-se de maneira tocante o seu caráter de tristeza, dor e compaixão, não só nos textos como nas cerimônias e nos paramentos, que são pretos.

Omite-se tudo quanto exprime alegria [...] Omitem-se ainda o ósculo da paz e a Oração que o procede; no fim da missa não se diz: *Ite missa est*, mas: *Requiescant in pace*, e o Celebrante não dá a bênção. (KECKEISEN, 1962, p. 168)

É uma celebração com rito próprio e que sem dúvidas, cria uma atmosfera de reflexão para com os fiéis, que devem se manter firmes na fé em busca da salvação de suas almas. Assim, naquele dia realizou-se um ato litúrgico dedicado ao repouso da alma do falecido e conseqüentemente, sua salvação. Acompanhado de músicas sacras entoadas pelo coro e orquestra. Relembrando a dor e a tristeza do seu assassinato um ano antes.

Porém, nos chama atenção a forma como o aspecto cívico adentrou o espaço religioso naquele momento. Segundo a programação, na “ocasião da elevação, será executado o hino nacional e após a celebração da missa o hino a João Pessôa” (A UNIÃO, 21 jul. 1931, p. 5). Isto é, no momento da consagração da hóstia e do vinho, a dita “ocasião da elevação”, ao invés de seguir o que manda o tradicional ritual católico, onde se toca o sino e cantam-se músicas específicas, foi cantado o hino nacional.

Tal situação dificilmente seria admitida nos dias de hoje, em nome da laicização do Estado, tampouco o seria nos idos dos anos 1931. Contudo, não se tratava de um defunto qualquer, era João Pessoa e para exaltar sua memória até mesmo a igreja católica infringiu os cânones de sua liturgia, fazendo do altar um palanque político e trocando Jesus Cristo por João

¹²⁷ Frisamos que esta igreja não é a atual Igreja Matriz da cidade e sim, a chamada “Velha Matriz” demolida na década de 1960 devido a problemas na sua estrutura.

¹²⁸ Conferir: <https://www.significados.com.br/requiem/> Acesso: 20 maio 2019.

Pessoa. O qual era a figura do próprio Cristo sacrificado naquele instante. Segundo indica o Missal Romano, a consagração,

[...] é o momento em que se realiza o Sacrifício. Sob as espécies do pão e do vinho aparece o Cristo glorioso, nossa Vítima. E como Sumo Sacerdote, Êle nos oferece ao Pai, em união com o seu Corpo e o seu Sangue. A separação das espécies indica a sua morte sangrenta na Cruz. (KECKEISEN, 1962, p. 638)

Não resta dúvidas que estes atos estavam em total desacordo com o que ordena o Missal Romano. Igualmente, ao final da missa de réquiem não deveria haver cânticos, mas, como de costume em todos aqueles tributos, foi entoado o hino a João Pessoa. Nos conta *A União*, por meio de seus representantes, Jorge M. Pereira e Estanislao Gomes (30 jul. 1931, p. 3) que, na igreja estavam presentes autoridades, familiares, colegiais e enfatiza a participação popular:

A nota mais commovente desse piedoso acto, foi o grande comparecimento de pessoas humildes, pois apesar das grandes chuvas que cahiam no momento, davam entrada na cidade centenas dellas, para com a sua presença associarem-se a este religioso acto.

Cabe destacar que, enquanto veículo de informação dotado de interesse, a finalidade deste tipo de notícia é atribuir um carácter popular àquela comemoração. A ênfase na suposta presença de muitas pessoas humildes, servia para reforçar a ideia de que a solenidade representava a vontade da maioria, senão de todos os umbuzeirenses.

Na fotografia produzida dentro da Igreja Matriz de Umbuzeiro, naquele 25 de julho, é possível identificarmos alguns dos segmentos sociais presentes e verificarmos alguns aspectos desse tributo religioso. Todavia, ao contrário do que afirma o jornal *A União*, os populares parecem não ter participado do instante dos registros fotográficos, ou não tiveram grande visibilidade nos registros publicados na imprensa. Pois, embora tenham ido “centenas” de pessoas humildes, decerto ficaram à margem do núcleo desse evento, provavelmente reservado para familiares, autoridades e os mais abastados economicamente.

Destarte, observemos alguns aspectos capturados na fotografia que segue. Em seu plano central, na nave da igreja, “achava-se armada uma artística eça com a effigie do grande presidente” (*A UNIÃO*, 30 jul. 1931, p. 3). Junto ao altar foi erguido um espaço elevado, semelhante a um estrado onde se põe o caixão para ser velado, simulando uma espécie de

monumento fúnebre. Nesta *essa* foram colocadas a efígie que simbolizava o corpo de João Pessoa e uma mensagem que dizia: “Heroe e Martyr”. Há uma grande cruz e ao seu pé, um retrato do finado, certamente sua última fotografia, a que foi exaustivamente utilizada nos eventos em sua memória. Nele, há uma fita no canto superior direito com o termo “Nego”. Arranjos de flores e velas compõem e embelezam a alegoria fúnebre.

Imagem 29 – Nave central da igreja matriz de Umbuzeiro



Fonte: *A União* (9 ago. 1931)

Este ato religioso teve uma denotação fúnebre na medida em que os presentes estavam rememorando o velório de João Pessoa simbolicamente. E, portanto, ao encenar seu velório e relembrar sua morte, aqueles indivíduos reforçavam a ideia de que ela não deveria cair no esquecimento. Nota-se na fotografia o preto em sinal de luto, presente nas faixas que descem de cima do altar e ao redor nas paredes da igreja, de modo a envolver o espaço onde estava o cenotáfio. No alto desses tecidos negros há um pavilhão e embora não esteja nítido devido à qualidade da fotografia, trata-se da Bandeira Nacional, simbolizando o altar da pátria.

No plano central da cena, é possível reconhecer duas pessoas que sinalizamos com uma seta. Trata-se do vigário, Pe. José Vital que se encontra no lado esquerdo, e do primo do homenageado, o Sr. Epitácio Pessoa Sobrinho no lado direito, representando a família e o

Interventor federal e que certamente se fez acompanhar de outros membros da família Pessoa e autoridades que por ora, não conseguimos identificar. Igualmente posaram para a objetiva os estudantes devidamente fardados e posicionados, fazendo alusão ao aspecto cívico daquela solenidade. Eles têm uma fita preta presa ao peito, robustecendo a concepção de luto dos umbuzeirenses pela perda do seu filho.

Ainda inquirindo sobre a programação divulgada, notamos que no dia 26 a cidade praticamente parou. Entre uma celebração e outra, havia poucos intervalos, o que nos leva a constatar que aquele dia foi dedicado às homenagens, avançando inclusive para a noite. Assim, no dia 26 de julho, data em que João Pessoa foi assassinado, Umbuzeiro acordou ainda mais cedo e prosseguiu com a programação. Iniciando-se um emblemático ato cívico, às 6h da manhã todas as repartições públicas hastearam as bandeiras nacional, estadual e municipal. E desde o dia 25, segunda a programação, “todas as casas da villa collocarão em suas fachadas a bandeira rubro-negra” (A UNIÃO, 21 jul. 1931, p. 5). Importante salientar que a simbologia da bandeira paraibana remete ao assassinato de João Pessoa¹²⁹, com as cores que representam seu sangue e o luto, e a palavra “nego” em alusão ao momento em que João Pessoa negou apoio à candidatura de Júlio Prestes. Por sua vez, a bandeira do Município de Umbuzeiro é praticamente uma cópia da Estadual. Lhe foi acrescentado apenas o pavilhão municipal com os principais produtos agrícolas, um touro de raça Gir, representando o rebanho e o céu azul, as estrelas, o Cruzeiro do Sul e outros dados do município¹³⁰. Assim, estender o pavilhão do Estado em todas as casas, era um ato que reforçava o caráter cívico daquelas homenagens e de certa forma, revelava os adeptos/simpatizantes dos tributos a João Pessoa.

Dando seguimento ao roteiro, por volta das 10h, os participantes se dirigiram para a principal e única praça da cidade, a Praça Monsenhor Walfredo, com o desígnio de fazer a primeira consagração ao nome de João Pessoa no seu berço natal. Naquele momento o logradouro foi rebatizado e inaugurado com o nome de “Praça Presidente João Pessoa”.

Neste espaço, além da população em geral encontravam-se diversas autoridades locais. O Sr. Tito Souto, encarregado da comissão das homenagens, proferiu um discurso adjetivado

¹²⁹ A referida bandeira rubro-negra foi instituída por meio da Lei Estadual nº 704 de 1930, e oficializada em 26 de julho de 1965. A respeito dos conflitos de memória em torno do processo de institucionalização da atual bandeira da Paraíba, veja-se AIRES (2006, p. 37 - 51).

¹³⁰ A bandeira do Município de Umbuzeiro foi oficializada em 24 de janeiro de 1978, porém, em 07 de setembro de 2011, a Prefeitura Municipal promoveu outro ato de oficialização dos símbolos municipais que desde então, passaram a integrar a Lei Municipal nº 271 de 30 de dezembro de 2011.

pelo periódico como admirável e recheado de palavras comoventes “[...] á personalidade do grande martyr da Nova Republica” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3). Nestas palavras, evidencia-se a concepção de que João Pessoa era um “herói para o povo paraibano” e para os brasileiros. Como também, acrescenta-lhe o atributo de salvador, de mártir, daquele que se sacrificou e deu a própria vida para a redenção deste “povo”. Numa atitude que o igualava ao próprio Deus.

Essa sagração de João Pessoa foi algo bastante frequente durante aqueles tributos. Faz parte de toda a conjuntura de sua transformação em herói e mártir, com um processo pensado e organizado para determinado fim. Seja o de dar a vitória ao movimento de 1930, seja o de dar a Paraíba um herói, ou mesmo o de associar sua memória aos fins políticos dos próprios Pessoa. Enfim, nenhuma palavra desses discursos era aleatória. Era muito bem planejada e atendia aquela conjuntura política.

Em Umbuzeiro, buscou-se criar “lugares de memória”, conforme acepção de Pierre Nora (1993). Os quais, são resultado de uma construção histórica e ganham interesse de acordo com seu valor enquanto referencial simbólico, revelador dos processos sociais, das paixões, dos conflitos, das representações e memórias que ali se solidificaram. Assim, instituindo ainda uma memória para a cidade, a qual é o substrato da identidade cidadina como o berço dos filhos ilustres. Tencionava-se forjar a unidade cidadina estabelecida pelo vínculo entre os indivíduos e sua urbe, e costurada por uma memória afetiva, sagrada e intencionalmente produzida. Por sua vez, caberia aos umbuzeirenses agradecer a existência de seus “benfeitores” e se sentirem também identificados e orgulhosos com eles.

Ao traçar a história de João Pessoa na Série Histórica “Paraíba – nomes do século”¹³¹, Wellington Aguiar, no instante em que faz suas considerações sobre algumas obras escritas sobre João Pessoa, comunga da acepção do ex-presidente enquanto filho ilustre e herói paraibano. Para este autor, “na verdade, o filho de Umbuzeiro foi mártir e herói do seu povo, que o idolatrava! Nossa terra passou a ter destaque maior na História do Brasil graças a João Pessoa” (AGUIAR, 2000, p. 134). Aqui, o herói se torna o responsável por mostrar a sua pequena Paraíba ao Brasil. A partir de seu martírio e morte, o Estado nordestino ganhava destaque na história nacional.

¹³¹ A Coleção de plaquetas abordou 45 personalidades paraibanas e foi publicada em 2000, pela editora do jornal *A União*. O projeto teve a parceria da então Secretaria da Educação e Cultura do Estado e Subsecretaria de Cultura do Estado.

Encerrando a cerimônia, o Sr. Tito Souto, representando o prefeito da cidade, entregou a Praça aos umbuzeirenses. As placas da inauguração foram descobertas pelos senhores Epitácio Pessoa Sobrinho (primo do homenageado) e Irineu Dias, o Juiz de Direito da cidade, ao som do Hino a João Pessoa que era conhecido de todos em Umbuzeiro, pois foi largamente ensinado nas escolas e religiosamente cantado nas ocasiões em que se reverenciava aquele filho ilustre. Com isso, se transformou num símbolo emblemático para a cidade assim como a bandeira municipal. Logo após, os presentes se dirigiram para a Mesa de Rendas (atualmente denominada de Coletoria Estadual), localizada a poucos metros da praça, para celebrarem mais um ato solene. No salão central desta repartição foi inaugurado um retrato de João Pessoa, seguido de discursos e honrarias.

No turno da tarde, às 14h, novas homenagens foram promovidas, desta vez, na Estação de Monta de Umbuzeiro¹³². Os funcionários desta repartição celebraram a mudança de seu nome, que havia sido feita dias antes por meio do Decreto nº 20.187¹³³, o qual rebatizou-a de “Estação de Monta João Pessoa”. Epitácio Pessoa Sobrinho, primo do homenageado e chefe da Estação, foi o responsável pela organização da solenidade naquela repartição, bem como “proferiu emocionantes palavras sobre o inolvidável João Pessoa, exaltando a acção do mesmo em pról daquela repartição que elle chefia” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3).

Um retrato do homenageado foi colocado em um “altar symbolizando a pátria” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3), que era formado por “uma columna auri-verde tendo abaixo o escudo rubro negro com a seguinte legenda: ‘Ainda vive no coração do Brasil’”. Num gesto de reverência, algumas pessoas depositaram flores neste altar. A ação bastante significativa, fazia parte de todo um ritual que visava manter viva a figura de João Pessoa ligada à cidade, refundando seu nome pelos recantos do município. Igualmente, a mensagem tem um teor apelativo no mesmo sentido para o âmbito nacional. Embora morto, ele viveria para sempre no coração dos brasileiros.

Uma prática que certamente objetivava manter viva a memória de João Pessoa, foi a distribuição de cerca de dois mil exemplares de seu retrato. Nos conta *A União* (30 jul. 1931,

¹³² A Estação foi criada por Epitácio Pessoa, através do Decreto nº 14.711, de 5 de março de 1921. Foi inaugurada em 14 de novembro de 1922, já no último dia de seu mandato presidencial. Para dirigir o estabelecimento, foi nomeado seu sobrinho, o engenheiro agrônomo Epitácio Pessoa Sobrinho. Atualmente denominada de “Estação Experimental João Pessoa” é ligada a EMEPA (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba), voltada para a pesquisa pecuária com o gado bovino da raça Gir.

¹³³ O Decreto nº 20.187 foi publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/7/1931, Página 11282.

p. 3) que ele foi arrebatado “principalmente pelos pobres, que o guardavam como uma relíquia”. Aqui o jornal pressupõe que a foto, nas mãos das pessoas humildes, parecia se confundir com a própria existência de João Pessoa e que, por isso, era algo precioso. Destarte, o periódico oficial do Estado, insiste no discurso de que João Pessoa era muito querido pelos paraibanos e principalmente pelos mais humildes, transformando-o num herói para estes indivíduos.

Na imagem a seguir, podemos visualizar outros aspectos importantes deste momento. Ela foi produzida na frente da casa da Estação e tem como legenda no seu quadro as seguintes palavras: “Estação de Monta João Pessoa” - Umbuzeiro - “Comemoração do 26 de julho de 1931”. Cuidou-se em fazer um registro daquele momento, a encomendando a um fotógrafo de Recife que a assinou no canto inferior, mas que não conseguimos identificar o nome. Atualmente encontra-se exposta no salão principal da casa da Estação, juntamente com o retrato de João Pessoa.

Imagem 30 – Registro da homenagem na Estação



Fonte: Acervo da autora.

No tocante ao aspecto geral dessa fotografia, observamos que sua composição foi acertada. Percebe-se que o fotógrafo teve o máximo de cuidado na organização da cena a ser perpetuada. Todos estão posicionados, havendo apenas o desfoque no rosto de duas crianças que se mexeram naquele instante. Algumas dessas crianças, principalmente meninos, possuem uma fitinha preta preá ao peito indicando o luto. Outros portam um papel na mão, possivelmente algum texto em referência ao homenageado, ou mesmo seu retrato. A presença infantil nesse tipo de evento é bastante significativa já que a intenção é de que, desde cedo, aprendam a admirar aquele conterrâneo, se espelhem no seu exemplo de vida e se transformem em propagadores de sua memória para as futuras gerações.

No plano central da imagem, encontramos três homens, lado a lado, vestindo trajes de cor escura ou preta. O homem do meio trata-se de Epitácio Pessoa Sobrinho e, à sua esquerda, está o padre José Vital Ribeiro Bessa e à esquerda, o prefeito de Umbuzeiro, José Luis de Aguiar. Os demais personagens ao redor deles provavelmente são também membros da família Pessoa. Notamos que a grande maioria é composta por figuras masculinas, que, de modo geral, apresentam-se bem-vestidas. Certamente trata-se de políticos locais e das cidades circunvizinhas, autoridades e funcionários da Estação de Monta.

Na varanda da casa detectamos algumas bandeiras hasteadas. Uma delas é bastante nítida e podemos identificar a palavra “Nego”. Certamente ali estavam também a bandeira nacional e a municipal. Elementos que constituíam um aspecto sentimentalista, patriótico e cívico. Completando a cena, verificamos alguns homens vestidos a caráter, posicionados no canto superior direito da imagem, encostados na parede da casa, tal como o senhor que aparece no canto superior do lado esquerdo, indicando a presença de uma banda de música. A qual, nestas ocasiões, era geralmente encarregada de tocar os hinos ou alguma marchinha. Concluída esta homenagem, os presentes se dirigiram para o centro da cidade onde seguiu-se a programação daquele dia.

Na Prefeitura, às 16h teve início uma sessão extraordinária para inauguração da efígie do ex-presidente João Pessoa no salão de honra. A solenidade foi aberta pelo prefeito de Umbuzeiro, acompanhado de Epitácio Pessoa Sobrinho e do vigário local. Os quais, foram citados em todas as solenidades. Da prefeitura, os presentes seguiram em “passeata cívica tendo à frente os alunos do Grupo Escolar Cel. Antonio Pessôa e uma banda de música” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3), para a Praça João Pessoa, a fim de executar aquela que seria a mais

expressiva homenagem do dia. Enfaticamente, o jornal oficial do Estado sempre assinalava estes atos solenes com um teor de civismo e um caráter patriótico.

Importante ressaltar que as homenagens do primeiro ano da morte de João Pessoa, também se estenderam aos distritos de Umbuzeiro. Todos os recantos daquele Município participaram dos tributos ao seu filho ilustre. De acordo com *A União* (07 ago. 1931, p. 3), em Natuba, o dito “populoso e fértil districto de Umbuzeiro, berço do iluminado Redemptor do Brasil, - João Pessôa, foi condignamente cultuada, em homenagens cívicas, a memória do Heróe-Martyr”. A programação seguia o esquema já estabelecido para aquele tributo, com discursos exaltando o homenageado, hasteamento da bandeira, passeata cívica, entoação do hino João Pessoa e do Brasil, adoração da efigie de João Pessoa num protótipo do “altar da pátria” e missas. Distribuídos nos dias 26 e 27.

Contudo, alguns aspectos do que aconteceu em Natuba nos chama atenção. Segundo o correspondente do jornal, no dia 26, às 15h, durante a adoração da efigie no “altar da pátria”, houve o descerramento da “bandeira que cobria a effigie do **Morto Redivivo**” (*A UNIÃO*, 07 ago. 1931, p. 3, grifo nosso). A maneira como o jornalista se refere ao finado, é a mesma destinada a Jesus Cristo. Isto é, o homem redivivo que voltou à vida, aquele que ressuscitou. Remetendo à ideia de que João Pessoa havia voltado à vida, senão em carne e osso, ao menos no coração ou na mente daqueles indivíduos.

Já no dia seguinte, as 6h, os natubenses iniciaram a guarda ao retrato e as 10h iniciou-se a missa de réquiem, celebrada pelo vigário de Umbuzeiro, padre José Vital. Um fato interessante é descrito no jornal (*A UNIÃO*, 07 ago. 1931, p. 5): “Ao iniciar o santo sacrifício, a banda musical "Antonio Pessôa" executou a marcha fúnebre “Avé, João Pessôa!”, de autoria do professor Manuel Pessôa Santos, regente da banda”. Em seguida, ao ser elevada a hóstia, “foi executado o hymno nacional e, ao concluir da missa, o hymno a João Pessôa”.

Analisando atentamente os atos acima narrados e considerando que se tratava de uma missa, nos indagamos sobre os preceitos da doutrina teológica e pastoral da igreja Católica Apostólica Romana. Não resta dúvida que estes atos estavam em desacordo com o que manda o Missal Romano, livro que determina como deve ser a celebração da eucaristia, como mencionado anteriormente. Contudo, o padre que celebrou a missa em Umbuzeiro é o mesmo que celebrou em Natuba e, portanto, infringiu as normas do Missal, repetindo o mesmo ato. Além de permitir que fosse executado o “Avé, João Pessoa” que não por coincidência foi regido por um familiar, na banda que leva o nome do tio do homenageado. E assim, João Pessoa

adquiriu tamanha importância na celebração que foi igualado à mãe de Jesus. Naquele dia o “Avé, Maria” deu lugar ao “Avé, João Pessoa”.

4.3 – O eco de Umbuzeiro ao seu conterrâneo

Sendo o ápice de todo esse evento e certamente o momento mais esperado, finalmente havia chegado o dia em que Umbuzeiro receberia o busto de seu reputado filho, eternizando sua imagem perante seus conterrâneos. Na Praça João Pessoa, diversas autoridades se posicionaram ao redor do busto: Epitácio Pessoa Sobrinho, representando a família e o Dr. Anthenor Navarro, Interventor da Paraíba, Jorge M. Pereira, representante do jornal *A União*, José Luis Aguiar, prefeito do município, o padre José Vital, Pio Guerra, prefeito de Queimadas¹³⁴ e José Souto. Este último foi o orador oficial da solenidade e proferiu um extenso discurso, do qual extraímos o seguinte trecho:

A data de hoje assignala para o Brasil um de seus grandes acontecimentos funestos, em que se póde dizer sem exaggero – **o maior e mais profundo golpe de dôr que a nação brasileira já soffreu** desde os seus tempos primévos até os nossos dias.

Refiro-me ao trucidamento do presidente João Pessôa ha um anno hoje, na capital do vizinho Estado de Pernambuco, executado fria e traiçoeiramente por um seu inimigo a quem o grande vulto da Patria nem sequer conhecia pessoalmente.

[...]

Meus senhores.

O estadista invicto nasceu aqui. A casa que lhe ouviu os primeiros vagidos, é aquella que alli vêdes, com sua fachada vestida de rôxo, como que exprimindo o sentimento e a dôr de uma mãe carinhosa que chora e se enluta pela perda do filho idolatrado

Umbuzeiro, berço do heróe e martyr, ainda choras a perda do teu querido filho? Deves chorar:

A dôr lancinante que te feriu quando trucidaram o teu filho estremecido é tão profunda, que todo o sentimento nacional não tem profundidade equal.

O choque que tiveste na noite de 26 de julho de 1930, precisamente ás 23 horas, quando recebestes a infeliz e dolorosa noticia do assassinato do teu heroico filho, abalou a nós, teus habitantes e nos deixou desorientados por muitos dias.

Chora Umbuzeiro!...

E's mãe e o sentimento materno é indefinido!...

¹³⁴ Queimadas é o antigo nome do município vizinho a Umbuzeiro, atualmente denominado de Orobó (PE).

O carinho com que te tratava teu idolatrado filho, jamais poderás esquecer.

Os benefícios que recebeste por sua influencia, notadamente a estrada de rodagem, a Estação de Monta, um poço tubular concluído, outro já bastante adiantado, a construção do açude de Aroeira, etc., etc., ahi estão para mostrar o seu amor e o seu carinho pelo torrão que o viu nascer.

João Pessôa?! De lá do ethereo onde vos encontrardes, lançaes um olhar para esta homenagem.

Ella é simples e pequenina aos olhos dos vossos grandes merecimentos, mas vos affirmo que é nascida da sinceridade dos nossos corações. Ouvi os soluços dos nossos conterraneos e amigos e assisti a profusão de lagrimas que derramam da saudade eterna do vosso carinhoso convívio.

Grande Heróe-Martyr, a vossa memoria é digna e merecedora da nossa mais profunda e saudosa gratidão.

Meus concidadãos:

Commemorando o primeiro anniversario do trucidamento do grande martyr da liberdade, **quiz o povo de Umbuzeiro prestar ao seu grande conterrâneo desaparecido uma homenagem que ficasse perpetuada para sempre, erigindo nesta praça que hoje fora inaugurada com o nome de “Praça João Pessôa”, o monumento de marmore róseo que aqui vêdes e nelle collocando o busto em bronze do invicto presidente sacrificado, deu mostras do seu grande amôr a sua memoria.** (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3, grifo nosso).

Proferido por um dos membros da comissão central das homenagens, a partir deste discurso é possível avaliar alguns aspectos referentes àquela solenidade. Trata-se de um texto repleto de declarações ufanistas e saudosistas. Evidenciou-se o sentimento de perda irreparável para a Paraíba, que, segundo o orador, também se estendia para o Brasil. É uma mensagem bastante inflamada e caracteriza a morte de João Pessoa como o “maior e mais profundo golpe de dor que a nação brasileira já sofreu” até então.

Foram mencionados os valores da boa conduta moral, as qualidades de esmerado presidente de Estado, o homem que tudo fez pelo seu torrão natal e que, a exemplo de seu tio, o cel. Antônio Pessoa, salvou as finanças da Paraíba, numa missão que só poderia ser realizada por um umbuzeirense e membro da família Pessoa. Na medida em que se cultuava João Pessoa, também se homenageavam os políticos da época, membros desta genealogia e seus seguidores. A imagem do presidente morto e sua sacralização como herói servia aos interesses políticos desta família que muito se valeu do seu sobrenome em Umbuzeiro. Eram eles os descendentes do herói, iriam dar seguimento aos trabalhos de João Pessoa, eram a esperança de um futuro melhor para a cidade.

Outra característica recorrente nos discursos memorialísticos é a atribuição de uma função maternal à cidade de Umbuzeiro. Esta “pariu” homens que se tornaram importantes e

contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Paraíba enquanto gestores (a exemplo de Eptácio Pessoa, Antônio Pessoa e o próprio João Pessoa). Tal argumento foi largamente explorado nas falas proferidas durante aquele dia de solenidades e a exaltação do nome de João Pessoa aparece intimamente atrelada a sua personificação como filho ilustre de Umbuzeiro. Destarte, a pequena cidade do interior paraibano tinha orgulho de seu rebento, chorava a morte do seu “grande Heróe-Martyr”, daquele que tantos benefícios lhe trouxe. Em retribuição, lhe prestou tão esplêndidas homenagens.

Mas não foi só isso, a ressignificação da imagem de João Pessoa conectou a história de Umbuzeiro à história nacional. Algo que, segundo o discurso, não poderia ser esquecido por seus moradores. E sim, ser sempre respeitado e lembrado. Deste modo, a relevância da inauguração daquele busto/monumento não era apenas por medo do esquecimento futuro. Mas sim, aquele objeto também fazia parte da construção de uma identidade para Umbuzeiro, através de tal personagem ilustre.

Cabe salientar que a cerimônia de inauguração traz consigo um enunciado repleto de palavras que atribuem a João Pessoa o *status* de herói, mártir, presidente sacrificado e estadista invicto. Um discurso que insistia em reforçar uma imagem que havia sido construída paulatinamente após sua morte e que crescia por intermédio do interesse das elites políticas dominantes na Paraíba¹³⁵.

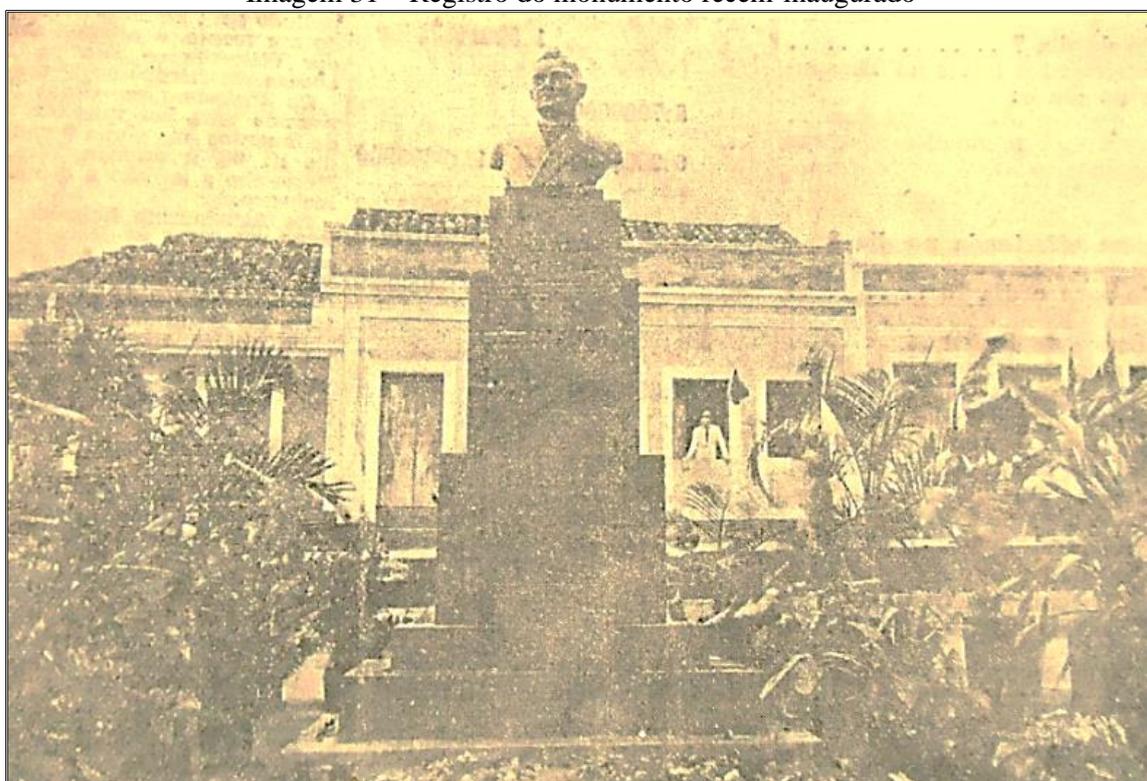
Ao encerrar seu discurso, o orador enfatiza que aquela era uma homenagem do “povo” de Umbuzeiro que desejava perpetuar para sempre a memória de seu digníssimo conterrâneo. Tanto nos discursos da inauguração, quanto nas matérias divulgadas acerca do monumento, evidencia-se que sua ereção era a vontade dos umbuzeirenses, e não um gesto interessado da família Pessoa e seus aliados políticos.

A peça foi encomendada por Antônio Pessoa Filho, no Rio de Janeiro. Salientando ainda que ele era o responsável por outras obras feitas por Cozzo. Contudo, em nossa pesquisa não foi encontrado nenhum tipo de informação de que a peça tenha sido paga com dinheiro da Prefeitura de Umbuzeiro, ou de seus moradores. Ao que nos indicam as fontes, a iniciativa em fazer o monumento partiu da própria família que morava naquelas terras. Assim, o busto era uma forma de elaborar e legitimar a memória do homenageado e por extensão, a de sua genealogia naquela cidade.

¹³⁵ Sobre as construções simbólicas feitas acerca da imagem de João Pessoa após o seu assassinato, veja-se: *Sacrifício, heroísmo e imortalidade* (RIBEIRO, 2009).

Oficializando a inauguração, foram convidados para desatar os laços das bandeiras que o envolviam, o prefeito do município e Epitácio Pessoa Sobrinho. Nesta ocasião, os estudantes e os presentes mais uma vez cantaram o Hino Nacional e o Hino a João Pessoa, acompanhados da banda de música. Seguiram-se ainda outros discursos e a declamação de uma poesia. Por volta das 17:00 da tarde, mesma hora em que João Pessoa fora assassinado, os presentes executaram um ritual simbólico onde prostraram-se de joelhos e fizeram um minuto de silêncio. Encerrando o ato, colocaram flores no pedestal do busto.

Imagem 31 – Registro do monumento recém-inaugurado



Fonte: *A União* (9 ago. 1931)

Quanto à presença do responsável pela idealização daquela homenagem, não encontramos nenhuma referência ao seu nome nas notícias sobre a inauguração. Sabemos que Antônio Pessoa Filho estava na Paraíba e certamente estava em Umbuzeiro visitando a família. Embora não apareça em nenhuma das fotografias a que tivemos acesso, sem dúvidas ele participou da inauguração em Umbuzeiro. Afinal, foi ele o idealizador de tudo, o encarregado de encomendar o busto herma a Cozzo.

Todo esse rito, formado pelos discursos, hinos, reverências, minuto de silêncio e oferecimento de flores, são imbuídos de uma atmosfera sentimentalista que contribui para a ressignificação da imagem do ex-presidente morto, fazendo com que os umbuzeirenses se sintam ligados a ele, e conseqüentemente, criando um sentimento de identidade entre os mesmos. Estas solenidades desembocam nos anseios e ideais políticos da Paraíba naquele momento, pois têm um propósito claro: colocar o Estado na história nacional e, localmente, reforçar a identidade aos “Pessoa”.

Como bem observa Oliveira (1989, p. 174), “datas, heróis, monumentos, músicas e folclore se conjugam na montagem da memória nacional e, se essa tem consistência, produz-se um importante reforço à coesão social”. Sendo este portanto, o implícito interesse dos partícipes de todo esse evento. O que é evidenciado no monumento, pois em sua coluna está gravado o nome de João Pessoa com as datas de seu nascimento e falecimento, e a seguinte frase: “O povo de Umbuseiro, reconhecido, ao seu Grande e Generoso Conterrâneo. Symbolo de Justiça, de Intrepidez e de Civismo”.

Imagem 32 – Inscrição na base do busto



Fonte: Acervo da autora

Nessas palavras há a pretensão de mostrar que a elaboração do monumento não se tratava de uma obra impregnada de interesses particulares e políticos, mas sim, de algo feito pelos umbuzeirenses. Incutindo-se também a ideia de que se tratava de um preito de reconhecimento e gratidão. Aqui também ficaram sacralizadas algumas virtudes de João Pessoa: homem generoso, justo, intrépido e cívico. Era assim que ele iria perpassar os tempos e chegar às novas gerações. Era com essas qualidades que seria eternizado em bronze, voltando a habitar para sempre a cidade onde nasceu. O artista responsável pela produção do monumento foi Humberto Cozzo, artista responsável pela maioria dos monumentos a João Pessoa. Em Umbuzeiro, Cozzo fez ainda um outro busto em memória a Antônio Pessoa, tio do homenageado.

Imagem 33 – Busto de João Pessoa em Umbuzeiro



Fonte: Acervo da autora

O monumento é composto por uma base de granito, um mármore rosado que devido as intempéries e a falta de limpeza adequada, está amarronzado e cheio de pátina e lodo. Ao redor de sua base há degraus e sobre ela, há um plinto, por onde sobe uma coluna no topo da qual está encravado o busto em bronze. Estruturalmente, mantém a proposta dos monumentos esculpidos por Cozzo naquele período, com traços e linhas em estilo *art déco*. Constam gravados em bronze, na parte da frente, abaixo do bolso do paletó, a assinatura do escultor: H

COZZO - 931 - RIO. No outro lado, na base da peça em bronze, o nome da Fundição Schmidt & Scuotto Cia, Rio. Local onde a obra foi fundida, também no Rio de Janeiro.

Imagem 34 – Detalhe da assinatura do escultor e fundição



Fonte: Acervo da autora

O local escolhido na Praça e a posição que o monumento foi assentado, merecem nossa atenção. É uma particularidade que faz toda a diferença e dá sentido à sua disposição. A face do busto não está em posição frontal e sim, ligeiramente voltada para seu lado direito, com os olhos fixos em direção ao seu berço natalício. E isso ocorre porque o objetivo era fazer com que ficasse exatamente direcionado para a casa em que João Pessoa nasceu, cuja distância em linha reta é de aproximadamente 300 metros.

Imagem 35 – Detalhe da posição do busto (frente e costas)



Fonte: Acervo da autora

Este dado é praticamente imperceptível e não foi encontrado no acervo pesquisado. Porém, é extremamente importante nessa análise, pois indica que o local para a instalação do monumento foi cuidadosamente selecionado. Revela a ligação simbólica entre o espaço onde a cidade surgiu e se desenvolveu, o busto e a casa onde o homenageado nasceu. Na medida em que a face de João Pessoa está voltada para o lugar que lhe serviu de berço, é estabelecido um elo de pertença, daquele homem que nasceu ali e que faz parte daquele lugar. Ele está contemplando-a como alguém que a vigia e cuida. É, portanto, uma forma de reforçar os laços entre Umbuzeiro e seu filho, pois apresenta e evidencia tais aspectos. Vejamos a fotografia aérea que segue:

Imagem 36 – Vista aérea da localização do busto, direcionado para a casa onde João Pessoa nasceu.



Fonte: Acervo da autora

Nesse sentido, a casa não é apenas uma referência espacial e geográfica. Tendo em vista seu tombamento e toda a carga simbólica diante dessa ligação com o busto, consideramos que ela congrega a esfera afetiva e memorialística, podendo inclusive atuar como um elemento capaz de despertar emoção. Essa prospectiva urbana almeja tentar manter um tempo passado que remete à existência de João Pessoa naquele lugar. Parece que “neste lugar próprio flutua como que um perfume secreto, que fala do tempo perdido, do tempo que jamais voltará, que fala também de um outro tempo que ainda virá, um dia, quem sabe” (CERTEAU, 2013b, p. 204).

Quando o monumento foi assentado, o elo entre a casa e o busto era bastante nítido. Porém, devido ao crescimento urbano e ao aumento do número de construções no entorno da praça, a visibilidade desse arranjo tornou-se prejudicada. Embora o monumento esteja em um

nível do terreno mais alto que as casas à sua frente, atualmente só é possível perceber este ângulo mediante um olhar mais apurado, ou com uso de imagens aéreas.

Observando atentamente a face do busto e comparando-a com as dos monumentos de Campina Grande e de João Pessoa, igualmente esculpidos por Humberto Cozzo, constatamos um dado valioso que particulariza o monumento de Umbuzeiro. Inicialmente, acreditávamos que as três obras tinham a face igual. Mas, para nossa surpresa, o rosto do busto de Umbuzeiro é diferente dos demais. Ele não possui os traços de um homem de seus 52 anos, como foi reproduzido nas outras cidades. João Pessoa foi retratado jovem, com uma expressão facial suave e estrutura óssea do rosto alongada, ao invés de expressão séria e rosto largo. Isso revela que o escultor e o idealizador da obra, Antônio Pessoa Filho, decidiram trazer para Umbuzeiro a versão juvenil de João Pessoa, retratando o jovem que retornou à sua terra natal e ali ficou eternizado no bronze. Tal aspecto pode ser constatado na fotografia que segue:

Imagem 37 – Detalhe da face de João Pessoa



Fonte: Acervo da autora.

Retomando a discussão sobre as solenidades daquele 26 de julho de 1931, essa teve seu último preito no Paço Municipal às 20h. Ali, o padre José Vital realizou uma conferência sobre a vida do ex-presidente, que “em palavras arrebatadoras, descreveu ao povo a obra patriótica de João Pessoa” (A UNIÃO, 30 jul. 1931, p. 3). O investimento celebrativo utilizou também a via religiosa para se apropriar da imagem do homenageado e ressignificá-la para a cidade. Isso foi nítido durante as missas de *réquiem*. Após a entoação do Hino a João Pessoa e de novos discursos, aquele dia terminou com mais agradecimentos aos presentes, que finalmente puderam retornar às suas casas, cientes de que haviam cumprido um dever e em cujo pensamento ressoavam as palavras de triunfo e saudosismo.

Em nosso trabalho dissertativo, explicitamos o quanto essa comemoração/inauguração contribuiu para sedimentar em Umbuzeiro uma identidade pautada na imagem dos filhos ilustres. Historicamente o busto engloba um conjunto de ideias, valores e simbolismos dos quais a cidade se reapropria para elaborar também sua história. Uma cidade sentida, construída e imaginada pelos seus cidadãos, pensada através do presente, “seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado”. Uma cidade que, “inventa seu passado, construindo um mito das origens, [...] elegendo seus heróis fundadores” e portanto, “atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos”. (PESAVENTO, 2007a, p. 16)

Mais do que a inauguração de um busto em Umbuzeiro, essas celebrações em memória a João Pessoa, eram parte de um processo mais amplo, o de sua monumentalização espacial nas cidades paraibanas. Algo que tomaria uma dimensão memorialística relevante, na medida em que a imagem brônzea do celebrado marcava os espaços públicos, não só como objeto de arte, mas principalmente, como um objeto de memória. De uma memória política específica, designada a ser assimilada e perpetuada para as futuras gerações.

4.3.1 - As (res)significações da memória a João Pessoa em sua terra natal

Um monumento intencional é erguido com a finalidade de homenagear seus benfeitores e proporcionar o reconhecimento dos seus heróis. Embora toda obra seja passível de interpretação, havendo a mudança do seu sentido e das concepções de tempo e história, depreendemos que, quando se trata de um vulto nascido na localidade e ligado à história local,

essas referências de identidade se mantêm por mais tempo, especialmente quando existem sujeitos interessados em manter a celebração dessa memória. Nesse sentido, o culto cívico a João Pessoa em sua cidade natal parece não ter se dissipado totalmente.

Toda obra erguida nos espaços públicos representa algo ou alguém e sofre a ação do tempo, logo, é significada e ressignificada simultaneamente e muitas vezes os valores do passado que ela simbolizava não serve à sociedade atual. Quando João Pessoa foi eternizado em bronze, pretendeu-se igualmente perenizar o seu significado.

Entretanto, não existe memória espontânea, e por isso, há a necessidade dos homens em “criar arquivos”, “organizar celebrações”, construir e manter “lugares de memória”, onde possam ancorar uma dada memória e traduzir uma identidade. Tais referentes identitários não são estáticos e nem imutáveis, pois “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado em si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p. 27).

Em Umbuzeiro ainda se investe na consagração da memória de alguns filhos da terra e as vigilantes comemorações que sempre buscam “nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro” (SILVA, 2002, p. 436). E, portanto, tentam inculcar a ideia de que tal personagem ainda exerce uma função simbólica e se mantêm vivo na memória dos cidadãos.

É nesse contexto que a data do assassinato de João Pessoa, 26 de julho ainda é lembrada na cidade até os dias de hoje, através do remanescente de sua família. Num gesto de consternação em memória daquele que foi consagrado como um “herói” em sua cidade natal e na Paraíba, algum de seus descendentes deixam-lhe uma grinalda de flores todo ano.

Imagem 38 - Busto de João Pessoa com grinalda de flores



Fonte: Foto 1 - Fanpage “Umbuzeiro Depressão”¹³⁶ (2013)
 Foto 2 - Acervo da autora (2014)
 Foto 3 - Acervo da autora (2016)

Essa prática ocorre desde seu falecimento e foi organizada por vários sujeitos. Nos primeiros anos, os trabalhadores da Estação Experimental “João Pessoa” visitavam o busto ofertando-lhe flores, pronunciando discursos e cantando o Hino a João Pessoa. Certamente sob a orientação do chefe da instituição, tendo em vista que pelo menos quatro deles eram membros da família Pessoa¹³⁷. Sendo assim, não é mera coincidência a organização das homenagens realizadas pelos funcionários da instituição.

Havia ainda os tributos por parte das instituições escolares, onde também se ensinava e cantava diariamente o Hino à João Pessoa. Na data de 26 de julho, as professoras levavam seus alunos para homenagear o filho ilustre da terra, cantar seu hino e colocar flores ao pé do monumento em sua memória. Isso foi vivenciado e presenciado por muitos anos em Umbuzeiro. Ainda hoje não é difícil ouvir relatos sobre esses momentos das pessoas que participaram dessas celebrações quando eram estudantes.

¹³⁶ Conferir a página na internet disponível em: <https://www.facebook.com/UmbuzeiroDepressaoOficial/photos/a.158302417625499.32350.158292087626532/377442025711536/?type=3&theater> Acesso 25 fev. 2014.

¹³⁷ A “Estação de Monta de Umbuzeiro” foi criada por Eptácio Pessoa quando ocupou a presidência do Brasil. Ele a passou para sua família administrar. A obra fazia parte do programa das chamadas “obras contra a seca”. Para dirigir o estabelecimento, foi nomeado seu sobrinho, o engenheiro agrônomo Eptácio Pessoa Sobrinho (filho do cel. Antônio Pessoa e primo de João Pessoa). Em 1931 a Estação foi rebatizada e recebeu o nome de “Estação Experimental João Pessoa”. Com o fim da gestão de Eptácio Sobrinho, seu lugar foi assumido por seu irmão Roberto Pessoa. Outros filhos do coronel também fizeram parte da trajetória dessa instituição, ao todo quatro.

Com o passar dos anos essas solenidades, realizadas pelas escolas ou pelos funcionários da Estação, deixaram de existir na cidade. A data do 26 de julho ainda se mantém no calendário dos feriados municipais, ao contrário do que ocorreu em âmbito estadual. Entretanto, a grinalda depositada no busto, desacompanhada de uma celebração específica, por si só, elucida um marco simbólico para a história da cidade que não pretende ser esquecido, a saber, a memória daquele filho renomado. E isso é um indício do desejo de manter sua memória viva naquele “lugar de memória” e no imaginário dos umbuzeirenses (SILVA, 2015).

Organizar comemorações corrobora com a ideia dos que advogam para si o dever de guardiões do passado e da memória local. Entendemos que esse tipo de investimento celebrativo configura-se como forma de buscar uma integração consistente da identidade cidadina. Neste caso, um apreço individual acaba sendo pulverizado como sendo o desejo de todos. Esse interesse pessoal de atuar contra a passagem do tempo tem um fundo intencional e que visa interesses específicos.

Tal circunstância nos leva a pensar até que ponto a memória desse personagem é suporte identitário para Umbuzeiro, cidade monumentalizada por seus filhos ilustres (BARRETO, 2020). Lembrando ainda que outros bustos homenageiam membros da família Pessoa nas praças da cidade¹³⁸. Não são meros objetos de arte. São, acima de tudo, instrumentos de poder, monumentos criados intencionalmente para servir de símbolo mnemônico e legitimar determinada família de tradição política na cidade.

Quanto a este aspecto, Carvalho (1990, p. 55) assegura que a necessidade que a sociedade tem, em determinados momentos, de criar e sacralizar heróis e as suas utilizações políticas se constituem como “fulcros de identificação coletiva” e “instrumentos de legitimação de regimes políticos”. Dessa forma, a fabricação de heróis “tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”.

Quanto à figura do herói, Girardet (1987) elucida que ele é constantemente associado a símbolos e espaços que se coadunam para dar-lhe legitimidade e concretizar o processo de consagração. O ideal é que a imagem de tal personagem ganhe dimensões e se prolongue no maior espaço cronológico possível. Feito isso, o herói estende-se ao devir e se conserva atuante

¹³⁸ A espacialidade urbana de Umbuzeiro é marcada pelo sobrenome “Pessoa”, nomeando ruas, avenidas, logradouros públicos, prédios públicos e instituições escolares. Na cidade existem três monumentos (bustos) homenageando membros dessa família: João Pessoa, Antônio Pessoa e Carlos Pessoa Filho.

na memória. Contudo, para este autor, o grande desafio é “saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção pelo imaginário” (GIRARDET, 1987, p. 71). Além disso, outro ponto “delicado” para ele é a parcela de “manipulação voluntária” passível de ser detectada nesse tipo de construção mítica.

As comemorações ainda ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas. Todavia, elas não constituem somente um simples meio de produzir *consenso*, ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos (FERREIRA, 1997, p. 157). Sendo assim, o sentimento de identidade em relação ao monumento do ex-presidente em sua cidade natal, não é coeso, e nem poderia ser, pois cada habitante tem sua própria leitura da obra. Por motivos diversos, uns se identificam com o personagem, outros não. Alguns extraem dele um orgulho especial, pela conterraneidade ou pelos valores políticos comungados, outros lhes são indiferentes.

Para Michael Pollak (1989, p. 9) a atitude de indiferença frente a uma memória instituída como global, não é encarada como uma forma de esquecer o passado. O silêncio e a maneira como este espaço de memória é ignorado por alguns indivíduos é, portanto, um recurso de resistência aos discursos oficiais. Isso ocorre porque “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”.

Ao contrário do que se possa imaginar e do que demonstra o contexto visual da urbe, repleta de seus filhos ilustres pela toponímia, longe de ser uma memória uniforme, seus benfeitores, e entre eles João Pessoa, não conseguiram se manter coesos na memória local, ou não poderiam. Evidenciamos que a identificação com tal memória se encontra encoberta sob o véu político. Em contrapartida, percebemos a negação aos bustos com a consequente rejeição àqueles “lugares de memória” pelos cidadãos de concepção política divergente.

Em nossa pesquisa de campo dialogando com os cidadãos, descobrimos que às vezes um homem, morador da cidade, passa em frente ao busto e faz o sinal da cruz, talvez acreditando tratar-se de um santo. Diante disso, constatamos que, para uns, os monumentos parecem não fazer diferença, são apenas um objeto na praça e nada mais. Para outros, parecem mesmo deter alguma relação de proximidade e de identidade com o personagem.

Afinal, em vez da perspectiva da homogeneidade dessas memórias e das tentativas de permanência temporal, é necessário adentrar na seara das disputas, dos conflitos de memórias, dos esquecimentos e silêncios. É imperioso perceber tanto o processo de sacralização, quanto

o de dessacralização desses benfeitores e os interesses a que se prestam. Bem como entender as investidas na elaboração de uma história local com a fabricação desses personagens, concebidos como “heróis”, tão caros ao imaginário político de determinadas épocas (CARVALHO, 1990).



CAPÍTULO V
Campina Grande:
“a primeira
estátua, na
República, ao
gigante que a
salvou com o seu
sangue”

5 CAMPINA GRANDE: “a primeira estátua, na República, ao gigante que a salvou com o seu sangue”

*Cêdo se movimenta a minha cidade. Solidarizam-se logo os seus elementos. Agita-se, coheso, o seu nobre povo. **Confraterniza, aliançada para o mesmo fim, que nos dignifica a todos nós, a sua illustre gente. E dentro na commoção revolucionaria, ainda rescendendo o aroma da esplendida marcha redemptora [...]** ás pressas vae erigir a primeira estatua, na Republica, ao gigante que a salvou com o seu sangue de precursor, possibilitando á energia brasileira a formidável jornada outubrina.*

*Campina, que tanto tem madrugado, nunca tão bem madrugou como desta vez. Cosida de sêde e de crise, com os mais sérios problemas [...] a si própria se supera: e dá, agora á nação, um exemplo grandiloquo de reconhecimento á verdade de seus propositos, **perpetuando ereamente, na praça publica, o porte e as feições da personalidade mais notavel de nossa historia no liberalismo do século.***

*Vale a pena registrar-lhe o feito. Porque, na verdade, **todo preito ao “santo civil da Revolução”, em nossa terra, fica ainda muito aquém dos seus meritos de exemplar conductor de homens e summo pontífice da democracia [...].** E Campina o compreendeu com a synergia de sua homenagem [...].*

*Do apice da serra, **João Pêsoa indicará, animando o bronze, ás gerações futuras que o Brasil redempto jamais se há de subordinar á prepotencia de qualquer feitor.***

Generino Maciel (A UNIÃO, 16 jan. 1931, grifo nosso)

A fala do campinense e Deputado Estadual Generino Maciel, político interessado na perpetuação da memória do ex-presidente assassinado, lograda por meio de projetos apresentados na Assembleia Legislativa da Paraíba e aprovação de leis¹³⁹, é bastante oportuna. Seu discurso é claro quanto a tais propósitos e nele é possível perceber o quanto a memória está permeada por um processo seletivo que envolve disputas políticas dos grupos sociais

¹³⁹ Como já explanado em capítulos anteriores desse trabalho, reforçamos que este político paraibano contribuiu significativamente para oficializar a memória de João Pessoa através da Assembleia legislativa, por meio dos projetos que instituiu o feriado de 26 de julho na Paraíba, a nova bandeira, o que obrigou o Estado da Paraíba a pagar as despesas com o funeral e construir um monumento fúnebre no cemitério São João Batista e o projeto que manda construir um monumento a João Pessoa na capital.

interessados em decidir o que lembrar e/ou esquecer. Nesse caso específico os aliancistas, como bem invocou: “Confraterniza, aliançada para o mesmo fim, que nos dignifica a todos nós, a sua illustre gente”. Destarte, um monumento reflete a perspectiva ideológica que triunfou, ao mesmo tempo que resulta dos esquecimentos induzidos.

A construção de monumentos em memória a João Pessoa, nas cidades paraibanas, é uma prática memorialística, discursiva e imagética que carrega consigo elementos de poder. Nessa perspectiva, existem diferentes formas de exercício do poder estatal, que a ele são articulados e se mostram indispensáveis no tocante à sua manutenção e atuação (FOUCAULT, 1979). Nesse sentido, analisaremos as estratégias de afirmar a unidade e a centralização do poder político do Estado Nacional, em consonância com a construção de uma memória para os paraibanos, pautada na criação de um herói.

5.1- Campanhas para ereção do monumento

Para honrar a memória daquele que “salvou a República com o próprio sangue” e receber o título de primeira cidade a lhe erguer um monumento, alguns partidários políticos campinenses rapidamente iniciaram uma campanha para angariar recursos. Com grande agilidade, após três dias de seu sepultamento, “os liberaes de Campina Grande”, abriram uma subscrição para a construção de um monumento e já no primeiro dia arrecadaram a quantia de “11:520\$000” (A BATALHA, 10 ago. 1930, p. 1). Na semana seguinte, a subscrição atingiu a soma de quinze contos de réis, um pouco mais da metade do valor a ser pago pela estátua, e já havia contagiado outras cidades paraibanas que tiveram iniciativa idêntica (A BATALHA, 22 ago. 1930), circunstância já problematizada no primeiro capítulo deste trabalho.

Segundo o jornal *A União* (31 dez. 1930), periódico designado para divulgar a campanha, a comissão responsável pela subscrição foi composta “pelas pessoas mais representativas de Campina Grande”. Eram eles: Lafayette Cavalcanti (então prefeito da cidade), Demosthenes Barbosa - tesoureiro da subscrição (grande comerciante de algodão e político), dr. Elpídio de Almeida (médico e político), Severino Cabral (político e industrial), João Leoncio (comerciante), dr. Severino Cruz (médico) e João Vasconcellos (comerciante e

político). Deveras, ocupavam uma posição social bastante privilegiada na época, e anos mais tarde, teriam seus nomes igualmente gravados na toponímia da cidade¹⁴⁰.

Com certa frequência, *A União* divulgou notas listando nomes e a quantia doada. Informava sobre o andamento da subscrição, deixando transparecer a ideia de que a população campinense aderiu espontaneamente à campanha para construir um “lugar de memória” para o ex-presidente. Quando na realidade, esse grupo era bastante singular, como o próprio jornal declarou, formado por membros da Aliança Liberal, partidários e simpatizantes. Os quais, estrategicamente no calor do momento, cuidaram em mobilizar a população, já sedimentando as bases para gerar um sentimento de identidade e compromisso com a preservação da memória do finado. Ao mesmo tempo, convocavam a ação dos indivíduos para a causa política paraibana, unindo forças para a Revolução que iria estourar em outubro.

A mobilização surtiu efeito e a campanha seguiu intensamente. No intuito de obter apoio dos campinenses e atingir o valor necessário para a construção da obra, foram colocados em pontos específicos da cidade, três barris para arrecadação dos donativos, nomeados com seus respectivos responsáveis: barril de Christino Pimentel, de Ottoni & Cia e de Cantuaria (destacados no quadro). Ao final da subscrição, que durou aproximadamente quatro meses, foi divulgada uma última lista com os nomes de todos os doadores, o valor da contribuição individual e a quantia arrecadada na campanha¹⁴¹. Vejamos:

Quadro 3 – Lista dos donativos para a construção do monumento em Campina Grande

Colaborador	Valor da doação em mil réis	Colaborador	Valor da doação em mil réis
Prefeitura Municipal	1:000\$000	Francisco Salvino	10\$000
Demósthene Barbosa	2:000\$000	Braulio Gusmão	10\$000
Lafayette Cavalcanti	1:000\$000	Anasio Borges	20\$000
Oliveira Ferreira & Cia	500\$000	J. Tavares & Cia	50\$000
Araújo Rique & Cia	1:300\$000	Barril de Christino Pimentel	53\$200
Marques de Almeida & Cia	1:000\$000	Barril de Ottoni & Cia	70\$800

¹⁴⁰ Estes homens também seriam futuramente homenageados em Campina Grande. Lafayette Cavalcanti batizou uma escola estadual no bairro Malvinas e uma rua. Demosthenes Barbosa, tem seu nome numa rua do centro comercial da cidade. Dr. Elpídio de Almeida nomeia uma avenida, uma maternidade e escola campinense. Severino Cabral é o nome do teatro da cidade, de uma avenida e uma escola. João Leoncio batiza uma rua no centro comercial de Campina. Dr. Severino Cruz é nome de uma escola municipal e de uma rua. E João Vasconcellos, que foi homenageado com um busto localizado na Estação Velha e tem seu nome numa rua da cidade.

¹⁴¹ Entre os meses de agosto a novembro de 1930, observamos nas páginas de *A União*, várias notas sobre o andamento da subscrição. Embora a campanha já tivesse sido encerrada, a listagem final só foi divulgada em janeiro de 1931, quando era anunciada a futura inauguração.

Tertuliano Marques de Almeida	1:000\$000	Barril de Cantuaria	32\$300
M. Barros & Cia	500\$000	Manuel Feliciano	10\$000
José C. de Arruda	250\$000	Pães dos Pobres	282\$800
Dr. Elpídio de Almeida	200\$000	Um alemão	600\$00
João Leôncio	250\$000	Temothéo Pereira	10\$000
Ermírio Leite	200\$000	Luis Agatangelo de Britto	100\$000
Vieira Filho & Cia	250\$000	Dinarte Mariz	100\$000
Vieira da Rocha Filho & Cia	100\$000	Jacob Pires Galvão	20\$000
Francisco Maria	200\$000	Manuel E. da Cunha	50\$000
Eugenio Vasconcellos	150\$000	Jose Moraes da Silva	10\$000
Santino Carvalho	50\$000	Clementino Procópio	20\$000
Madame Victor Hugo	100\$000	Júlio & Nóbrega	40\$000
Madame Arnaldo Maranhão	100\$000	Antonio Medeiros	20\$000
S.A Wharton Pedrosa	500\$000	José Barrêto	50\$000
Cia Parahybana de B.e P. de Algodão	1.000\$000	Funcionários da Prefeitura	100\$000
Hygino de Farias	100\$000	Bartholomeu Barbosa	50\$000
Arnaldo Maranhão	500\$000	Dr. Severino Cruz	50\$000
Severino Cabral	500\$000	A. C. de Britto Lyra	20\$000
Otoni & Cia	100\$000	José Faustino Cavalcanti	50\$000
José Pedro da Silva	50\$000	João de Mattos	5\$000
Antonio Villarim	50\$000	João Moraes	10\$000
J. Clemente Levy & Cia	100\$000	José Ulysses de Lucena	10\$000
Madame Manuel Feliciano	50\$000	José de Oliveira Pinto	50\$000
Tenente Alfredo Dantas	50\$000	Dr. Archimendes Souto Maior	20\$000
Antonio Juvino	50\$000	Dr. Arlindo Correia	50\$000
Madame Alcides Remígio	50\$000	Dr. Abelardo Lobo	50\$000
Um irmão	50\$000	José Ramos	20\$000
J. Motta & irmão	70\$000	Raymundo Vianna	100\$000
Sabino Pinto	400\$000	Hugo Santa Cruz	50\$000
José de Britto	500\$000	Boaventura Braz	300\$000
Eduardo Lobo	120\$000	José Themóteo	20\$000
Francisco Rosa de Farias	100\$000	Argemiro Figueirêdo	100\$000
José Aranha	300\$000	Enéas Almeida	100\$000
Cícero Diniz	20\$000	Miguel Timothéo	20\$000
J. Oliveira & Cia	50\$000	Ignácio Lins	20\$000
Tertuliano Venâncio	20\$000	Aluízio Silva	20\$000
José Ferreira Junior	50\$000	Josias Carvalho	10\$000
Severino B. Araújo	20\$000	José Bitú	20\$000
Banco Auxiliar do Povo	200\$000	Francisco Cândido Falcão	20\$000
Antonio Barbosa	10\$000	Lino Fernandes de Azevêdo	100\$000
José de Vasconcellos & Cia	500\$000	Dr. Ildefonso Ayres	10\$000
Nereu Pereira dos Santos	10\$000	Antonio Pacheco	10\$000
Christino Pimentel	10\$000	Octávio Amorim	20\$000
Francisco Silverio da Costa	5\$000	Alexandre Carvalho	10\$000
Dr. Antonio Pereira de Almeida	100\$000	José do Ó Primo	20\$000
Sebastião Vieira	20\$000	Didimo Barbosa Vieira	10\$000
Jose Henriques	10\$000	J. Britto & Cia	1:000\$000
Um anonymo	5\$000	Thomaz Soares	30\$000

Sebastião Alves	20\$000	Funcionários da Mesa de Rendas	100\$000
Dr. Agripino Barros	10\$000	Florencio Luciano	100\$000
Martiniano Lins	20\$000	Laurentino Bezerra	100\$000
Antonio do Ó	10\$000	Bruno Ferreira	100\$000
Cícero Gonçalves	20\$000	TOTAL	20:404\$100
Zacharias do Ó	20\$000		
Dr. Diógenes Miranda	50\$000		

Fonte: *A União*, 8 jan.1931, p. 8. Quadro elaborado pela autora.

Uma leitura atenta desse quadro nos permite identificar alguns dos patrocinadores e entender melhor quem eram os indivíduos que objetivavam monumentalizar João Pessoa, deixando-o para posteridade. Tratava-se de um grupo seletivo, formado basicamente por políticos e comerciantes. A exemplo do campinense Argemiro de Figueiredo, Deputado Estadual na época, responsável por apresentar dois projetos na Assembleia Legislativa da Paraíba, destinados a perpetuar a memória de João Pessoa¹⁴².

Consta na lista dos colaboradores, os sobrenomes das famílias mais abastadas da Rainha da Borborema e de muitos políticos. Interessante notar que alguns nomeiam atualmente praças, ruas, avenidas e escolas da cidade¹⁴³. Somam-se noventa e cinco doações individuais, três delas não quiseram ser apontados, ou não puderam ser identificados. São eles intitulados: um irmão, um alemão e um anônimo. Acreditamos que a opção pelo anonimato tenha um bom motivo. Do contrário, seria uma honra o nome no rol daqueles que se empenharam em eternizar a memória do vulto paraibano. Ou talvez, esses patrocinadores anônimos fossem adversários políticos, mas que reconheciam o valor do homenageado.

Há um importante número de firmas comerciais. Identificamos dezenove. A maioria ligada ao comércio de algodão, o chamado “ouro branco” que tanto contribuiu para o crescimento econômico de Campina Grande. Destacamos a firma responsável pela maior quantia doada, a Demóstenes Barbosa e Cia, grande empresa que chegou inclusive a exportar algodão. O proprietário, o Sr. Demóstenes Barbosa também foi vereador, presidente da Câmara Municipal e assumiu interinamente a Prefeitura de Campina Grande¹⁴⁴.

¹⁴² O projeto que instituiu o feriado estadual do dia 26 de julho e o que mudou o nome da capital, de Paraíba para João Pessoa.

¹⁴³ Citamos como exemplo a Praça Clementino Procópio, o Teatro Severino Cabral, o Colégio Alfredo Dantas, Avenida prefeito Severino Bezerra Cabral, Av. Dr. Elpídio de Almeida e Av. Sen. Argemiro de Figueiredo.

¹⁴⁴ Conferir a página na internet, “Retalhos Históricos de Campina Grande”, onde constam informações sobre a Demóstenes Barbosa e Cia. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2011/01/relembrando-firma-demosthenes-barbosa.html#.YUOXvLhKjIU> Acesso: 16 set. 2021.

A significativa quantidade de doações oriundas dessas firmas comerciais nos faz indagar sobre as possíveis razões para tanto. A política tributária empreendida durante o governo de João Pessoa certamente prejudicou o comércio campinense e portanto, imaginamos que esse grupo não teria interesse em lhe fazer nenhum tipo de homenagem. Por outro lado, se tomarmos como exemplo o Sr. Demóstenes Barbosa que também era ligado à política, e observarmos os nomes dos demais contribuintes, notamos que uma boa parte desses comerciantes eram igualmente políticos aliancistas, ou ligados a grupos políticos. E nesse caso, o apoio para edificação do monumento representava o interesse em futuras alianças e/ou tratativas políticas que beneficiassem a categoria junto ao novo Governo da Paraíba ou à gestão municipal. Circunstância que vem a calhar com a aposição do retrato do ex-presidente na Associação Comercial de Campina Grande¹⁴⁵.

Importante notar ainda, as contribuições oriundas de alguns órgãos e do funcionalismo público. O prefeito Lafayette Cavalcanti despendeu um conto de réis e a Prefeitura Municipal, mais um conto. Em seu compêndio temporal sobre Campina Grande, Epaminondas Câmara (1988, p. 116) afirmou que o monumento havia sido adquirido “com o auxílio da municipalidade”. Um dado importante, já que o gestor municipal era correligionário do homenageado.

Houve ainda a contribuição dos funcionários da própria prefeitura e da Mesa de Rendas. Se cotizaram ofertando cem mil réis, cada repartição. Tendo em consideração a origem dos donativos, logo evidenciamos que a subscrição não era “genuinamente popular”, como afirmavam os jornais. Ao que nos conta *A União*, a participação dos funcionários públicos era sempre efetiva nas homenagens ao ex-presidente. Tal como se nota nas homenagens da “Grande comemoração” em 26 de julho de 1931, já abordada em tópico anterior desse trabalho.

Na mesma velocidade em que a comissão campinense se organizou para fazer a subscrição, decidiram também sobre quem seria o responsável para conduzir os trabalhos referentes à estátua. A saber, fazer a escolha do escultor e tratar dos aspectos memorialísticos. Assim, por meio de uma carta datada de 7 de agosto de 1930, a comissão convidou Antônio Pessoa Filho, alegando que ninguém melhor que ele exerceria essa função com tanto entusiasmo e dedicação (*A UNIÃO*, 31 dez. 1930). Tal fato é indicativo do quanto a ligação entre os primos

¹⁴⁵ A aposição do retrato de João Pessoa em diversos estabelecimentos, repartições, órgãos públicos foi bastante usada durante as homenagens de um ano após seu assassinato. Tal fato foi abordado no terceiro capítulo desta tese.

era nítida e notória. Uma vez que, imediatamente após o assassinato, Pessoa Filho foi designado para a missão de monumentalizar João Pessoa. Sua satisfação em poder estar à frente dessa obra foi externalizada na missiva em resposta a comissão:

Illmo. Amigo dr. Elpidio de Almeida – meus atenciosos cumprimentos.

[...] **Venho agindo com o mais vivo interesse e carinho para della [da incumbência] me desobrigar a contento de todos:** pela prova de confiança que me deram, pelo muito de significação e delicadeza que encontrei no seu gesto, mas também **pelo que essa homenagem valia para o meu coração de amigo verdadeiro do Grande Presidente sacrificado.** [...]

A presteza com que o povo dessa cidade tomou a dianteira de homenagear na praça publica a personalidade do Grande Parahybano; a somma que a comissão conseguiu recolher em poucos dias, com a promessa que ainda me fizeram de poderem obter mais alguns recursos para que a sua homenagem ficasse a altura do merecimento do maior presidente; a importância, a projecção de Campina Grande em todo o Estado, no Nordeste mesmo, levaram-me a querer para ella que é também, ao lado do meu Umbuseiro, a terra parahybana de minha especial sympathia e estima, a gloria de ter sido no Brasil **a primeira a levantar uma estatua a João Pessoa.** Pode, pois, o meu illustre amigo **anunciar aos campinenses que o Grande Presidente vae ter,** dentro de muito pouco tempo, **uma estatua** (não um busto, uma herma) **ornamentando uma das praças da sua linda cidade.** [...] (A UNIÃO, 31 dez. 1930, p. 1, grifo do autor)

Pessoa Filho tece elogios à comissão pela iniciativa que colocou Campina Grande na dianteira das homenagens ao ex-presidente, eternizando-o no bronze. Outro detalhe é que, a ideia inicial era fazer um busto herma, mas o êxito da campanha permitiu que fosse feito uma estátua, fato que alegrou ainda mais os contribuintes. Nessa carta, datada de 29 de setembro de 1930, já constam praticamente todas as informações sobre a obra. Ou seja, em apenas dois meses após a morte de João Pessoa, seu primo conseguiu cumprir as tratativas para sua monumentalização. Salientando ainda que ele estava simultaneamente envolvido na construção do mausoléu no Rio de Janeiro e nos projetos de edificação da estátua de Campina Grande e da capital.

Nos conta Antônio Pessoa que havia feito uma espécie de concorrência particular para decidir sobre quem faria o monumento. Consultou alguns escultores, discutiu sugestões a respeito dos elementos previamente estabelecidos com a comissão. Ao final, havia decidido por Humberto Cozzo, prontamente aprovado pela comissão e por todos os amigos que havia consultado. Desse modo, em dezembro daquele ano já havia definido tudo. Em correspondência para comissão, expôs os detalhes da execução da obra e as credenciais do artista:

É o escultor Humberto Cozzo quem o vae fazer; terá quatro metros de altura, sendo dois no pedestal, que é de granito rosa, polido, e dois na estatua, em bronze, de tamanho natural. **Custará tudo a somma pequena de vinte contos de réis (20:000\$000),** inclusive o transporte até Cabedelo. **É uma obra vistosa, mas de linhas simples, sóbrias, como o caracter do homenageado.** Humberto Cozzo é um jovem patricio, grande premio de escultura da Escola de Bellas Artes e já um nome feito nos domínios da arte por trabalhos de grande importância que tem executado. [...] (A UNIÃO, 31 dez. 1930, p. 1, grifo nosso)

A pedido de Pessoa Filho, Cozzo foi encarregado de erigir mais uma obra monumentalizando João Pessoa. A esse tempo o artista estava confeccionando o mausoléu no Rio de Janeiro, havia elaborado o projeto e a maquete do monumento na capital paraibana e certamente, esboçado o busto de Umbuzeiro. Ademais, motivos não faltavam para que ele fosse o preferido. Na referida correspondência, consta um bom resumo do currículo do escultor, os prêmios que havia ganhado, as obras de relevância que tinha executado. Inclusive, viria para Recife tratar da construção do mausoléu de Rosa e Silva, encomendado pelo Estado de Pernambuco e na ocasião, iria para Campina Grande decidir pessoalmente sobre o embasamento e assentamento do pedestal.

No tocante às características da obra, Antônio Pessoa Filho a definiu como vistosa, de linhas simples e sóbrias, assim como era o caráter do homenageado. Teria ao todo, quatro metros de altura, sendo dois metros no pedestal, de granito rosa, polido, e dois na estátua em bronze, de tamanho natural. Contudo, tais medidas foram adaptadas, conforme consta numa correspondência enviada para Antenor Navarro, em dezembro de 1930, informando que a estátua “terá 4,20 de altura” (PESSOA FILHO, 1930)¹⁴⁶. O escultor também usou o mesmo granito rosa polido, no pedestal onde encimou o busto instalado em Umbuzeiro. Na verdade, trabalhou ao mesmo tempo na confecção do mausoléu para o Cemitério, do busto para Umbuzeiro e da estátua para Campina Grande.

Quanto ao valor cobrado pela escultura, vinte contos de réis¹⁴⁷, o jornal campinense, *Brasil Novo* afirmou que ela

¹⁴⁶ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 19 dez. 1930. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹⁴⁷ Identificamos uma divergência no valor pago pelo monumento. Em uma de suas crônicas, Cristino Pimentel alegou que, “o monumento custou ao povo 60 contos de reis” (SOUSA, 2005, p. 172). Julgamos ser um equívoco do cronista, pois em todos os documentos que tivemos acesso, consta o valor de vinte contos de réis.

[...] custaria aos campinenses aproximadamente, uns cem contos, senão fora a abnegação do prof. Humberto Cozzo, escultor de nomeada, que exigiu somente o suficiente para a compra do material de confecção e o gesto sympathico do prof. Angelo Bruhns, oferecendo gratuitamente a planta encomendada para a localização da praça. (BRASIL NOVO, 10 jan. 1931, p. 1)

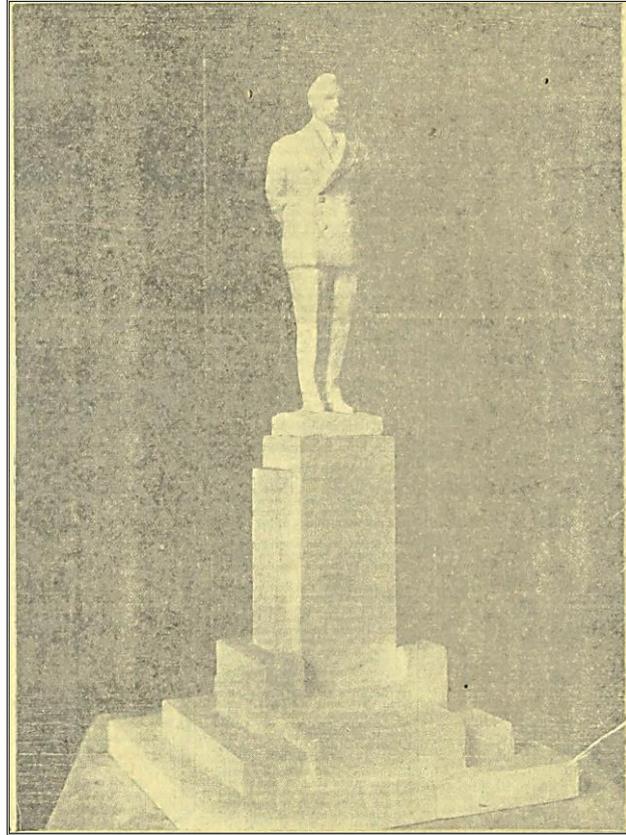
Por estar envolvido na construção de duas outras obras que seriam pagas pela Paraíba (mausoléu e monumento da capital) e pela amizade e parceria com Pessoa Filho, Cozzo deu um certo desconto e só cobrou o material a ser usado. Sua mão de obra e trabalho artístico foi uma espécie de presente. Atitude idêntica foi a do arquiteto Angelo Bruhns, ofertando a planta para a devida instalação da obra, assunto a ser detalhado adiante. Portanto, com certa rapidez, a comissão do monumento conseguiu levantar o montante necessário para custear a obra. Conforme consta na lista do quadro 3, arrecadaram um pouco mais de vinte contos (20:000\$000). Ou seja, vinte contos, quatrocentos e quatro mil e cem réis (20:404\$100)¹⁴⁸.

Na carta publicada pelo jornal *A União*, Pessoa Filho comunicou à comissão que no final do mês de novembro já estaria tudo pronto para a obra ser inaugurada no aniversário natalício do homenageado, em 24 de janeiro de 1931. Informou que mandaria uma maquete do monumento e uma planta detalhada, por seu irmão Gilvandro, que partiria do Rio de Janeiro em 5 de outubro, com destino a Paraíba.

Na composição arquitetônica do monumento, predominam em sua base linhas retas e austeras. A obra é verticalizada, apresenta volume geométrico e simetria própria da concepção artística em *art déco*, bastante utilizada por Cozzo em seus trabalhos. Os traços do pedestal remetem à composição do mausoléu no Rio de Janeiro. Como também, do pedestal do busto em Umbuzeiro. Tal fato ressoa como característica própria de obras produzidas simultaneamente, pelo mesmo artista.

¹⁴⁸ Numa conversão aproximada, o monumento custaria nos dias de hoje, cerca de quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00). Esse valor foi obtido com base na ferramenta de conversão de valores do site do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores,581,0.htm>. Acesso em 20 out. 2019.

Imagem 39 – Maquete do monumento a ser encimado em Campina Grande



Fonte: *A União*, 28 jul de 1931

Em dezembro de 1930 a estátua pedestre já estava pronta e ganhava fama, sendo exposta no salão do jornal *A Gazeta* (15 dez. de 1930, p. 4), em São Paulo. Enquanto não era enviada para seu destino, a escultura fazia a alegria dos paulistas e notabilizava o trabalho de Cozzo. O periódico os convidava a ir conhecer a obra “considerada pelos que já a viram como uma das mais felizes do notável artista a quem São Paulo deve não poupar criações admiráveis”. Conclamava o povo para conhecer, “a figura bronzeada do másculo ‘tocheiro’ da Revolução redemptora, do symbolo rubro da energia, da força e da vontade da gente que traçou a maior epopeia revolucionária da America”, e poder admirar “o perfil de batalhador e de martyr, rendendo-lhe mais uma vez o preto de sua admiração sincera, devotada e constante” (*A GAZETA*, 17 dez. de 1930, p.3).

Imagem 40 – Exposição da estátua de João Pessoa



Fonte: *A Gazeta* (17 dez. 1930)

A forma como foi materializado em bronze e seu conteúdo simbólico é bastante peculiar. É uma posição já conhecida, marca do ex-presidente em seu cotidiano, quando às vezes numa conversa ficava parado, um pouco reflexivo. Uma imagem conhecida nos jornais. Essa postura foi igualmente eternizada em seus retratos oficiais: de pé, coluna ereta, peito estufado para frente e face inclinada, segurando as mãos atrás das costas.

Imagem 41 – Aspectos da estátua de João Pessoa em Campina Grande e fotografia oficial divulgada nos jornais.



Fonte: Acervo da autora e Jornal *A União* (26 jul. 1931)

Esta também é a mesma pose do monumento na capital, da estátua erguida na cidade paraibana de Monteiro e no Rio de Janeiro. Numa leitura corporal, tal postura geralmente demonstra confiança e controle. Ao mesmo tempo, indica respeito e reverência ante seus superiores, como ensinado no exército. Traja paletó e gravata, e tem um lenço no bolso do paletó. Do alto do seu pedestal, numa postura varonil, parecia continuar orientando os rumos da Paraíba. Vejamos a estátua em três ângulos diferentes.

A estátua foi fundida em São Paulo, junto com a escultura do timoneiro que compõe o mausoléu no Rio de Janeiro. Ambos foram esculpido simultaneamente. Na base da peça em bronze, na parte da frente, consta a assinatura do artista, local e data: “H. COZZO, Rio 1930”. Na lateral, está gravado o nome da Fundação Artística de Amadeu Zani, onde a estatuária foi

fundida, com destaque da inicial “C. Zani”, indicando o nome de Curzio Zani, que trabalhava com o pai¹⁴⁹.

Em sua estrutura, a obra apresenta elementos com traços e linhas próprias do estilo *art déco*, usado por Cozzo nos demais monumentos erguidos na Paraíba. O pedestal foi feito em granito rosa polido, e nele está gravada a seguinte epígrafe: “A João Pessoa, o povo de Campina Grande”. Deixando transparecer a ideia de gratidão, de reconhecimento pelo sacrifício do “mártir da democracia”. E portanto, o monumento era a forma com que o povo de Campina Grande homenageava o vulto paraibano.

Imagem 42 – Aspecto da posição atual do monumento a João Pessoa em Campina Grande



Fonte: Acervo da autora

¹⁴⁹ Amadeu Zani iniciou a fundição de grandes esculturas nos fundos do seu ateliê, em São Paulo, nos idos de 1920. Na década de 1930 mudou-se para Niterói com a família, onde, junto com seus filhos, Curzio e Zeno, ampliou a Fundição Zani. Na cidade fluminense permaneceu até seu falecimento em 1944.

A inscrição talhada no granito indicava que a obra era resultado do desejo de todos os campinenses e não apenas de um grupo político específico, os membros da Aliança Liberal. Informar para a posteridade que aquela era a vontade de um povo, fazia parte da luta simbólica espacial, travada pelos correligionários de João Pessoa. Onde os diversos atores, conforme seus interesses políticos, se empenharam em registrar espacialmente uma dada concepção ideológica, marcando no espaço público uma memória e uma visão do passado previamente estabelecidas.

Ao redor do plinto há degraus de tamanhos e espessuras diferentes, e sobre ele ergue-se uma estrutura volumosa e no seu topo, está encimada a estátua eril. A composição artística desse pedestal é muito parecida com o de Umbuzeiro, possuem modelo igual e foram feitos do mesmo material, o granito rosa polido.

Para além da campanha para a ereção do monumento, havia todo o trabalho de divulgação. Não bastava afirmar que seria a primeira cidade a levantar um monumento ao “mártir paraibano”, era preciso propalar essa informação. Assim, a notícia de que Campina Grande havia encomendado uma estátua ao escultor Humberto Cozzo, ganhou as páginas de jornais e revistas, meses antes de sua inauguração¹⁵⁰. A divulgação não se limitou à Paraíba e ocorreu especialmente nos periódicos do Rio de Janeiro, fator importante para que a informação tomasse uma proporção nacional e relevante para o trabalho do próprio escultor, já bastante conhecido.

Desde o início da campanha para sua confecção, havia um intenso trabalho de propaganda e investimento na relação entre o imaginário da época e os monumentos erguidos nas cidades paraibanas. Como expõe Le Goff (1994, p. 432), os “arquivos de pedra” são dotados de um poder de durabilidade e perpetuidade no tempo, que despertou nos grupos políticos o princípio da continuidade dos ideais ali depositados. E portanto, esse grupo é sempre o maior interessado em criar monumentos que possam perenizar personagens e ideais políticos. Mantendo-os presentes na espacialidade urbana, marcando os espaços com esses objetos de memória, como forma de registrar suas respectivas passagens e poder político.

¹⁵⁰ Além do jornal *A União*, encontramos notícias da subscrição e divulgação da estátua nos seguintes periódicos: *A Batalha* (RJ), *A Esquerda* (RJ), *A Noite* (RJ), *A Gazeta* (SP), *Correio da Manhã* (RJ), *Diário de Notícias* (RJ) e nas revistas, *Vida Doméstica* (RJ) e *A Casa* (RJ).

A publicação de notícias relacionadas ao monumento, veiculadas em periódicos de projeção nacional, tinha sua função pedagógica e ideológica. Contribuía para aumentar as expectativas quanto à obra e mostrar a necessidade de expressar gratidão àquele que teoricamente tinha sido assassinado por defender seu Estado. Por outro lado, servia para elevar ainda mais a fama do escultor, já bastante conhecido na época.

O investimento na propagação de notícias sobre o monumento foi bastante amplo. Perdurou de agosto de 1930 até julho de 1931. Etapas da obra e do montante da subscrição eram veiculadas nos jornais, especialmente n'A *União*. Ser a primeira cidade a fazer aquele tipo de homenagem era algo que certamente envaidecia os liberais campinenses. E foi assim que a cidade ficou conhecida nas matérias dos jornais e revistas, a primeira a erguer uma estátua no país, como tributo a João Pessoa.

5.1.1- A escolha do local e a adequação arquitetônica para instalar a obra

No espaço urbano a escolha da área para erguer a obra nunca é aleatória. Pois “o local e o monumento concretizam uma ritualização da história, marcam os poderes simbólicos dos diversos grupos e interesses que integram a sociedade” (CATROGA, 1998, p.222). A cidade que proclamava ser vanguarda de uma memória política que se pretendia nacional, escolheu o local mais expressivo da cidade para abrigar o monumento. No coração comercial, situado na antiga Praça do Algodão, que conseqüentemente passou a ser denominada de Praça João Pessoa. Na confluência entre as Ruas Marquês de Herval, Dr. João Leite e Travessa 7 de Setembro. Um local bastante movimentado, área de comércio do chamado “ouro branco” (algodão), responsável por uma parcela significativa da opulência econômica campinense, já anunciada naqueles anos.

Instalar o monumento naquele logradouro de superfície e contorno irregular não seria algo tão simples. A convite de Pessoa Filho, o arquiteto Angelo Bruhns encarregou-se gratuitamente de fazer um projeto de locação do monumento, com uma estrutura adequada para abrigar a estátua. Ele já havia passado alguns dias na capital paraibana, a pedido do ex-presidente, sugerindo ideias visando a melhoria urbanística da cidade (A CASA, 1931)¹⁵¹. E

¹⁵¹ No tocante a amizade entre o arquiteto e João Pessoa, cabe salientar um episódio curioso. Nos idos de 1928 João Pessoa o convidou para vim a Paraíba. Durante sua estadia fez o projeto de reforma do Lyceu Paraibano e

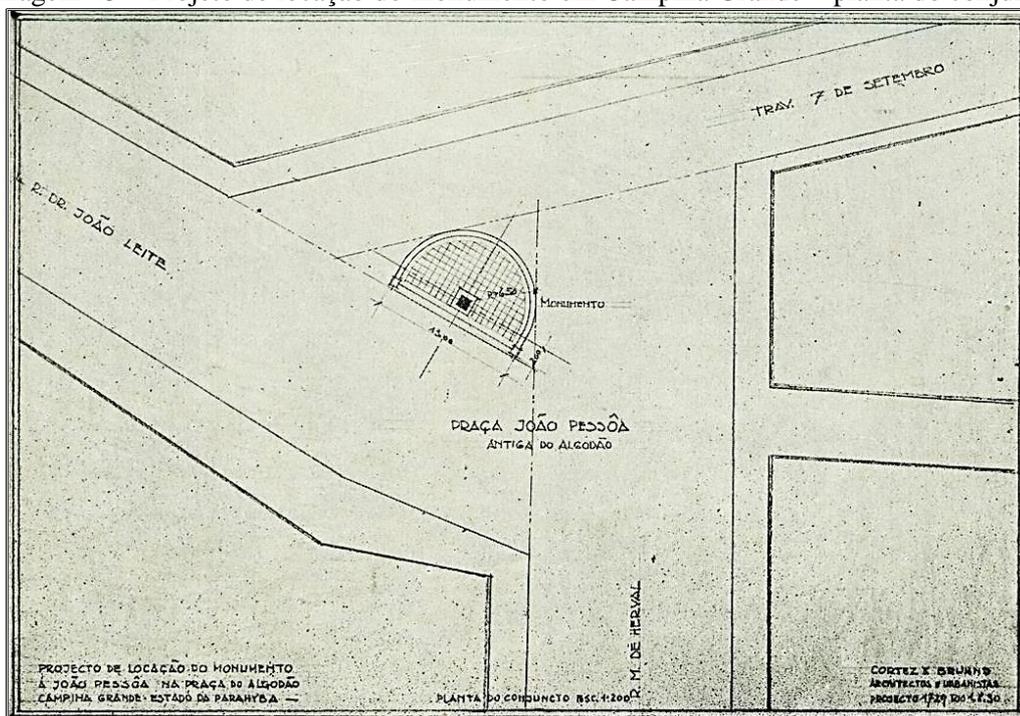
agora, queria participar das homenagens ofertando o projeto arquitetônico. Acerca das plantas e detalhes da obra, Antônio Pessoa comentou na missiva o seguinte:

Vieram completos esses dados e por elles se verifica bem como é irregular e defeituosa a praça escolhida. Mas como é a de maior vida da cidade e como não se pode cogitar de uma outra que melhor pudesse receber o monumento dando-lhe mais imponência e perspectiva, consegui com o architecto-urbanista dr. Angelo Bruhns um estudo para o preparo do local onde vae assentar a estatua. Si fosse ella sem esse preparo erigida no ponto indicado pela planta que o senhor mandou, ficaria muito sacrificada na sua perspectiva: quem subisse pela rua Marquez de Herval, ao descortinar o centro da praça, veria somente a cabeça da estatua, e só com a sua approximação desta iria descobrindo o resto do monumento; quem viesse da dos lados da Travessa Sete de setembro enxergaria a estatua batida na rampa do terreno e na sapata das casas que lhe ficassem por traz. Attendendo a isto, projectou o architecto Bruhns uma exédra, uma meia lua (de uns 14 metros de largura por uns 10 de raio, mais ou menos encimada por uma balaustrada) no centro da qual deverá ser collocado o monumento. Ficará este, assim, com a sua base em nível com o ponto mais alto da praça, o que lhe dará muita vida e destaque. (A UNIÃO, 31 dez. 1930, p.1 e 3)

Para melhor alojar a estátua, o arquiteto sugeriu construir uma plataforma semicircular, voltada para rua principal (Rua Dr. João Leite, que passou ser Rua Presidente João Pessoa) e assim deixar a obra em perfeita sincronia com o ambiente ao seu redor. Na opinião de Antônio Pessoa, o arquiteto havia feito um magnífico projeto, onde aproveitou a situação da praça e das ruas para adaptar o monumento, conservando a mesma largura que as ruas tinham, até chegar na praça, como revela a planta a seguir.

suas respectivas plantas. Seguiu viagem para Recife e não quis receber nada do presidente da Paraíba. Ainda assim, este solicitou que Antônio Pessoa Filho tratasse do pagamento do arquiteto. A priori, Angelo Bruhns não quis receber nada, mas pela insistência de Pessoa Filho acabou enviando uma nota de serviço, cujo valor estava acima do que Antônio estava autorizado a pagar. Mas ao final, acabou quitando tudo. Após a morte do ex-presidente, o arquiteto enviou ao Governo da Paraíba a cobrança dos serviços. O Interventor da Paraíba apurou os fatos e Pessoa Filho confirmou que havia pagado tudo, embora o arquiteto tivesse recusado inicialmente. Tal fato parece ter causado certo constrangimento ao arquiteto que quis receber duas vezes pelo mesmo serviço, uma vez que Pessoa Filho apresentou ao Interventor o recebido do pagamento.

Imagem 43 – Projeto de locação do monumento em Campina Grande – planta do conjunto



Fonte: A Casa -RJ (outubro de 1931, p. 22)

Imagem 44 – Perspectiva atual de onde o monumento estava localizado



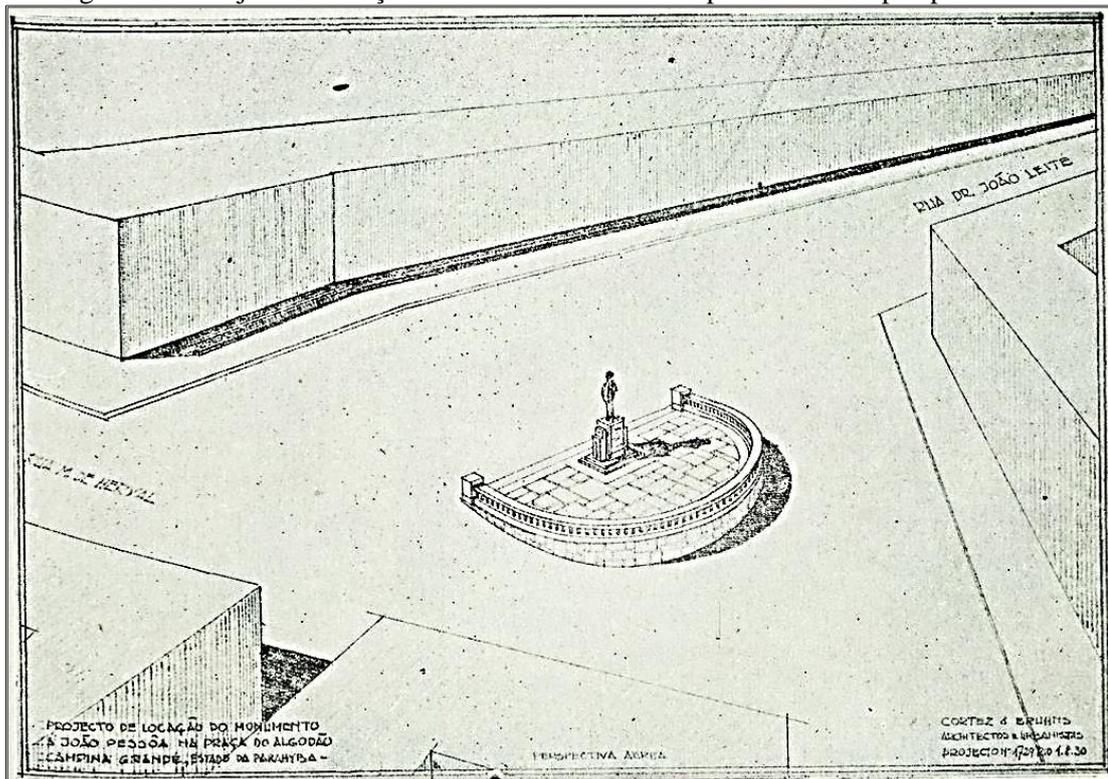
Fonte: Google maps – imagem via satélite.

A planta feita em escala de 1:200, numa projeção onde uma parte no desenho corresponde a 200 partes na realidade. Ou seja, 1cm corresponde a 2 metros na realidade. Numa

linguagem arquitetônica, é um tipo de escala que serve para evidenciar elementos compositivos do projeto, suas formas e volume. Consta no desenho a identificação das três ruas que atravessam o logradouro: Rua Dr. João Leite, Marques de Herval e Travessa 7 de Setembro. Bem como, a identificação da firma “Cortez & Bruhns - architectos e urbanistas” e o do “Projecto nº 1729”, datado de 01/08/1930.

Na outra planta que compõe a proposta, Bruhns fez um desenho numa perspectiva aérea, mostrando inclusive a sombra do sol no monumento. Incluiu as devidas identificações que constavam na planta em escala, e um belo esboço do resultado do projeto, já com a estátua instalada. Dava uma ideia de como o monumento ficaria após sua finalização. Segundo Antônio Pessoa, era uma obra de grande efeito e imponente.

Imagem 45 – Projeto de locação do monumento em Campina Grande – perspectiva aérea



Fonte: *A Casa* -RJ (outubro de 1931, p. 23)

Essa estrutura em meia lua, é uma êxedra. Em arquitetura, refere-se a um amplo átrio ou pórtico semicircular com assentos cobertos ou expostos ao ar livre, que serviam de local para reunião dos antigos cientistas, filósofos, oradores e literatos. A balaustrada seria feita em pedra lavrada, no formato de cubo, ou seja, com paralelepípedos compridos de faces polidas. O

piso da êxedra não podia ser de cimento, nem de ladrilhos cerâmicos. Tratava-se de uma indicação do arquiteto e constava no projeto que seria feita de lajes grandes de pedra, em tamanhos diferentes, conforme a ilustração na planta.

Na correspondência enviada por Antônio Pessoa ele enfatizou que não constava no desenho o projeto de iluminação, olvidado pelo arquiteto. E informou que a obra teria dois combustores para iluminação, localizados nos pilares das duas extremidades da êxedra. Orientou que fossem preparado os pilares e deixasse os furos do encanamento, necessários para colocar os refletores.

A forma como ele descreveu os detalhes das plantas e suas especificações, demonstra o quanto estava habituado com aquela linguagem e afeito aos aspectos essenciais da construção de um monumento. Em suas cartas, carregadas de orientações e sugestões, percebe-se que ele entendia do assunto, embora tivesse formação noutra área (direito). Sabia lidar com todas as etapas do seu processo de construção. E de forma especial, no caso dos monumentos em homenagem a João Pessoa, cuidou pessoalmente de tudo nos mínimos detalhes.

Noutra correspondência enviada para Elpídio de Almeida, em 9 de outubro de 1930, Pessoa Filho orientou a comissão para que providenciasse o embasamento do local onde seria colocada a estátua, a fim de que não atrasasse os trabalhos. Uma determinação relevante foi direcionada ao prefeito Lafayette, também membro da comissão. Propôs que este deveria preparar um bom calçamento e realizar a arborização das calçadas com a espécie de árvore oiti, visando embelezar e realçar a praça. E que cuidasse em providenciar tudo em tempo hábil e com perfeição, para não atrapalhar o andamento da obra e poder inaugurá-la na data prevista.

Comunicou que nos próximos dias seriam enviadas as pedras do pedestal. E quando fossem despachadas para o Porto de Cabedelo, avisaria por telegrama o nome do vapor e o dia provável de chegada. Fez ainda as seguintes recomendações acerca do transporte:

O sr. então providenciará para que tudo seja recebido em Cabedello e despachado para Campina. Será bom que vá alguém até o porto, a fim de assistir ao desembarque das pedras, para evitar qualquer descuido que possa quebrar alguma peça. Talvez melhor seja transportar em um vagão da estrada de ferro os volumes; de caminhão poderá succeder qualquer imprevisto. Enfim, o sr. verá isto melhor que eu. Esses volumes deverão pesar uns três mil kilos, mais ou menos. (A UNIÃO, 31 dez. 1930, p.3)

A preocupação e o cuidado de Pessoa Filho com todas as etapas da construção do monumento são incontestáveis. Exerceu com grande esmero a função de guardião da memória

dos Pessoas. Quanto aos volumes do monumento, por algum imprevisto não foram enviados em outubro, o que atrasou o andamento das obras. Só chegaram a Paraíba em janeiro de 1931, transportados pelo vapor “Portugal”.

De acordo com *A União* (17 de jan. 1931, p.3), eram dezoito volumes, que compõem o pedestal e a estátua, com peso total de sete mil quilos. No mesmo dia em que chegaram, foram embarcados pela “Great Western”, por conta do Estado, com destino a Campina Grande. No dia seguinte *A União* (18 de jan. 1931, p.8) publicou uma nota, afirmando que a inauguração prevista para o dia 24 de janeiro teve que ser adiada. Sem maiores esclarecimentos, oportunamente informaria sobre a data definitiva.

5.2 - A inauguração: “perpetuando ericamente, na praça pública, o porte e as feições da personalidade mais notável de nossa história”¹⁵²

As peças do pedestal e a estátua só chegaram a Paraíba poucos dias antes da data marcada para a inauguração e portanto, não houve tempo hábil para fazer toda a instalação da obra. Ante a impossibilidade de inaugurá-la em janeiro, as expectativas e atenções se mantiveram por mais seis meses, até julho de 1931. Ainda assim, o jornal carioca *A Esquerda* (23 jan. 1931, p.2) informou de maneira equivocada que no dia seguinte, aniversário natalício de João Pessoa, seria inaugurada uma estátua em Campina Grande. Apresentou alguns aspectos da obra e afirmou que aquela homenagem foi promovida pelos comerciantes locais. O mesmo engano quanto a inauguração, foi repetido pelo jornal paulista *A Gazeta* (23 jan. 1931, p.12) e pelo carioca, *A Noite* (23 jan. 1931, p.3).

Com as peças do monumento devidamente transportadas para Campina Grande, iniciou-se sua instalação, seguindo as diretrizes já estabelecidas pelo escultor Humberto Cozzo, pelo arquiteto Angelo Bruhns e por Antônio Pessoa. As notícias sobre a estátua em Campina Grande foram incorporadas aos tributos do primeiro aniversário de morte do ex-presidente, que aconteceriam em toda a Paraíba. Evento conhecido como “A grande comemoração”, já discutido no segundo capítulo deste trabalho. Até chegar o grande dia, corriam nos jornais locais as notícias sobre a futura solenidade.

¹⁵² Frase do Deputado Generino Maciel (*A UNIÃO*, 16 jan. 1931).

Para dar cobertura total à inauguração, o jornal campinense *Brasil Novo*, produziu um caderno especial, com dezoito páginas dedicadas ao primeiro aniversário de morte de João Pessoa na cidade. Muitos telegramas enviados de todos os recantos da Paraíba e de alguns estados brasileiros. Uma coletânea de mensagens exaltando o tributado. Relatos de autoridades – políticos parabenizando Campina pelo tributo, confirmando a presença ou se fazendo representar na solenidade.

Entre as muitas mensagens laudatórias e pequenas biografias que enalteciam o extinto, publicadas no jornal, algumas merecem nossa atenção. A exemplo da mensagem enviada pelo Presidente Getúlio Vargas, um pedido muito especial, feito pelo *Brasil Novo*, para ser divulgado na sua edição especial do dia 26 de julho.

26 de julho de 1931 marca o desfecho de um episódio épico e o início de uma glorificação merecida. João Pessôa, na luta pela elevação do Brasil, sintetiza melhor do que ninguém a bravura impetuosa e a tenacidade invulgar dos filhos do norte. A sua acção, resistindo heroicamente com o valoroso povo parahybano a vontade prepotente e a força dos poderosos do momento, empolgou a Nação que se fortaleceu para a luta com o seu exemplo destemeroso. No primeiro aniversário de seu sacrifício **é dever render-lhe um culto devido aos grandes homens e exaltar-lhe a memória fazendo da sua nobre atitude um authentico symbolo cívico digno da veneração do Brasil renascente.** GETULIO VARGAS. (BRASIL NOVO, 26 jul. 1931)

O presidente reforça a ideia de que a morte de João Pessoa foi um episódio exclusivamente político, onde teria triunfado se não tivesse sido assassinado covardemente. Contudo, tal perspectiva do fato o transformou no “mártir da revolução”, no herói que a Paraíba legou para o Brasil. Nada mais justo que reconhecer seu sacrifício. E portanto, era dever do povo paraibano e brasileiro, render-lhe culto, exaltar-lhe a memória. Pois ele era um “authentico symbolo cívico do Brasil”.

Outra mensagem digna de atenção é a de Argemiro de Figueiredo, especialmente dirigida à juventude brasileira.

O que todos sentem é que Elle não é mais da Parahyba; não é mais nosso, porque a Patria o arrebatou para si. Todo o Brasil o reclama e o quer – É a expressão da coragem moral e da resistência cívica. Mas, se me fora dado dizer **a quem cabe a virtude de possuir esse Symbolo sagrado, eu deslocaria do relicário das consagrações, para deita-lo nos braços dessa Força, que ainda tem as mãos limpas, o coração puro e a**

consciência sã, e que é Mocidade brasileira. Só tu Mocidade, podes ter a guarda desse Symbolo! (BRASIL NOVO, 26 jul. 1931)

Em tom de apelo aos jovens, Figueiredo os convoca para a conhecer, conservar “a alma e os ensinamentos de João Pessoa”, os quais “foram rastros de luz abertos para conduzir os destinos da nacionalidade!”. Implora para mocidade propagar a história de vida e a sua doutrina, comparando sua vida aos ensinamentos de Jesus Cristo: “Toma para as tuas mãos essa Bíblia sagrada. Prega-a e ensina-a com fervor christão dos virtuosos mensageiros de Deus”. E que não o abandone, pois este é o “**Evangelho do Civismo, da Verdade social e política e assim só elle pode ser lido no altar da Patria!**” (BRASIL NOVO, 26 jul. 1931, grifo nosso).

A edição contou ainda com uma capa exclusiva, bastante sugestiva e nos dá alguns indícios do tipo de celebração que aconteceria.

Imagem 46 – Capa da edição especial de *Brasil Novo*



Fonte: *Brasil Novo* -CG (julho de 1931)

Assinada por Prisco Navarro, a composição gráfica possui elementos simbólicos que reforçam a ideia de que aquela seria uma homenagem ao “mártir paraibano”. Ao centro da capa do jornal, consta a imagem do pranteado, numa versão e ângulo iguais ao do seu último retrato. Uma estrela cadente junto à sua face, cruza o céu encoberto de nuvens. Ele próprio foi igualado a uma estrela que ilumina e guia os rumos da Paraíba. E talvez, continuaria a orientar mesmo depois de morto, pelo ideal político que legou. Uma bandeira do “Nego”, símbolo de resistência paraibana, surge de um terreno pedregoso, coberto de vegetação ressequida e com um canhão de guerra. Representando a luta travada por João Pessoa em negar apoio político ao governo central e os dissabores da chamada Revolta de Princesa. Completando a composição artística, há a figura do monumento a ser inaugurado. O qual, atravessaria o tempo, seria legado à posteridade e confirmaria a sua imortalidade no bronze.

Brasil Novo (26 jul. 1931) publicizou todos os detalhes do evento, divulgando inclusive uma programação numa versão mais detalhada que a publicada noutros jornais¹⁵³. E já no título do programa, enfatizou o que era motivo de orgulho para a cidade, senão para os idealizadores da obra: “Campina Grande, por seus elementos mais idôneos, querendo demonstrar o culto cívico que consagra a memória do Presidente João Pessôa, apressou-se em ser a primeira cidade do Paiz a erigir-lhe uma estatua”. O roteiro “de suas manifestações de saudade e fé cívica” era simples, mas “altamente demonstrativo do grande amor com que o povo campinense cultua a memória do maior filho do seu Estado, tornado o symbolo das aspirações nacionaes”. Vejamos o programa:

Dia 26

A'S 7 HORAS – hasteamento das Bandeiras do “Négo” e do Brasil na fachada do Grupo “Solon de Lucena”, pelos estabelecimentos de ensino, com a assistência do povo em geral, e continência de estylo, da companhia policial acantonada nesta cidade e do Tiro de Guerra 243, sendo entoados os hymnos a João Pessôa e Nacional pela creançada e banda de musica local.

A'S 8 ½ HORAS – Desfile escolar para a Praça João Pessôa.

A'S 9 HORAS – Inauguração da praça *Presidente João Pessôa*. Nesse acto falará o dr. José Pinto, apreciando a individualidade do grande brasileiro e a razão de ser da homenagem. A seguir-se o prefeito Lafayette Cavalcanti entregará a praça aos carinhos dos campinenses. Será cantado o hymno João

¹⁵³ Os jornais *A Imprensa* e *A União* divulgaram uma programação geral e mais concisa. A exemplo da programação publicada pela *A Imprensa* (22 jul. 1931. p. 1).

Pessôa e, finalizando, o Hymno Nacional, pelo “Orpheon João Pessôa” do Instituto Pedagógico.

A’S 10 ½ HORAS – Apposição do retrato do presidente João Pessôa, na sede da Associação dos Empregados no Commercio.

A’S 13 HORAS – Sessão cívica no Grupo Escolar onde se fará a enthronisação da effigie do malogrado Presidente, devendo proferir discursos allusivos aos actos, o Dr. Chateaubriand B. de Mello e prof. Francisco Salles de Albuquerque.

A’S 15 HORAS – Inauguração da estatua. Pronunciara o discurso official o dr. Elpidio de Almeida. A seguir-se o prefeito Lafayette Cavalcanti convidara o Interventor Federal, ou seu representante, para declarar inaugurada a estatua. Pela Escola Normal João Pessôa e escolas anexas falara a senhorita Carmen Eloy. Será, então, cantado o hymno João Pessôa pelos alumnos de todas as escolas.

A Companhia da Força Publica do Estado e o Tiro de Guerra 243 prestarão as honras militares.

A’S 20 HORAS – Sessão cívica no Theatro ‘Apollo’. O prof. M. de Almeida Barrêto fará uma conferencia sobre a personalidade do Presidente João Pessôa.

Dia 27

A’S 8 HORAS – missa de réquiem, solene. A oração fúnebre será feita pelo notável orador sacro de Recife padre Nestor Passos.

A’S 19 HORAS – Romaria Cívica da Associação Beneficente dos Artistas, a Estatua do Presidente João Pessôa.

A Comissão Central pede a observância rigorosa deste programma, não sendo permitido o uso da palavra senão aos oradores nelle determinados.

Apotheose

A TROUPE CANTUARIA, ora em recita nesta cidade, num gesto expontaneo e louvável, prestará também uma homenagem ao presidente João Pessôa, a qual constará de uma deslumbrante aoptheose que será levado a effeito no Cine-Theatro ‘Apollo’, logo após a sessão cívica. (BRASIL NOVO, 26 jul. 1931)

A programação seria executada em dois dias consecutivos e a inauguração do monumento, organizada em dois momentos. No dia 26 de julho, um ano do vil assassinato do líder paraibano, pela manhã foi batizada a praça situada no centro comercial da cidade. A então Praça do Algodão, possuía o nome do símbolo da opulência econômica campinense, o algodão, conhecido como o “ouro branco”. Naquele dia foi rebatizada com o nome de um outro símbolo, não mais econômico e sim, político. João Pessoa enquanto emblema político representativo de

um grupo específico, os Liberais. Que tomavam a dianteira varrendo os perrepidistas e opositores, e instituindo uma nova ordem política, demarcando os espaços públicos com monumentos, impondo uma dada memória que pretendia ser de todos.

Em frente ao Grupo Escolar Solon de Lucena, houve a concentração da população em geral, de todas as escolas da cidade, do Tiro de Guerra 243, do Instituto Pedagógico, da Companhia Policial e da Escola Normal João Pessoa. Ao som do Hino Nacional foram hasteadas as bandeiras nacional e estadual. Em seguida formou-se o préstito cívico dos estudantes que juntamente com as demais pessoas, seguiram em desfile até o novo logradouro público.

Já na praça, seguiram os discursos. O professor Maurilio de Almeida Barreto, fez um escorço da “atuação da vida heroica”, assinalando “sua bravura, o seu modo de agir ao lado do direito e da justiça para pôr em realce a sua Parahyba”. O orador comparou o caso da Paraíba com o da cidade de Moscou, quando da invasão de Napoleão Bonaparte. A coragem daquele povo se assemelha com o heroísmo da Paraíba “personificada no bronze do espírito de João Pessoa quando em idênticas condições elle e seu Estado envolviam-se nos relâmpagos que avermelhavam os quatro pontos cardeais do Estado e do Brasil”. Ao final da exposição, em nome do prefeito, entregou a praça ao carinho e desvelo dos habitantes da cidade. Ali, independente de classe social, todos podiam “contemplar e render uma homenagem aquelle que na mesma praça, se representa no bronze de uma estatua na sua posição vertical como viveu e como morreu”. Em seguida, ao som do coro orfeônico normalista, o prefeito Lafayette Cavalcanti desvendou a placa da praça (BRASIL NOVO, 1 ago. 1931).

A Praça João Pessoa foi inaugurada “com a assistência dos representantes do Interventor Federal, auxiliares do governo e altas autoridades do país, prefeitos do interior, representações da imprensa, delegados das diversas associações, etc”. Os atos solenes de veneração e as falas versavam “sobre a personalidade do grande morto”. E como de costume nesse tipo de solenidade, houve a presença de estudantes, “cerca de mil e duzentas creanças entoaram os hymnos Nacional e João Pessoa”. Aproximadamente “mil pessoas prestaram inequívocas provas de veneração a memória do grande extinto” (A UNIÃO, 28 jul. 1931, p.3).

Na sequência, o Inspetor de Ensino convidou as autoridades para junto com os estudantes, seguir em desfile pelas ruas da cidade, para solenidade de aposição do retrato de

João Pessoa em cada uma das escolas estaduais da cidade, conforme previa o Decreto n.1 de 07 de outubro de 1930¹⁵⁴.

O segundo momento da solenidade foi reservado exclusivamente para a inauguração do monumento. Certamente o ato mais esperado daquele dia. Assim, às 15h em ponto, na praça inaugurada pela manhã, com a presença dos representantes do Interventor Federal e demais autoridades, imprensa e municípios, reuniu-se “grande massa popular calculada em cinco mil pessoas, em cujo seio emprestavam realce duas mil crianças das escolas e institutos da cidade” (BRASIL NOVO, 1 ago. 1931). A participação dos escolares foi bastante expressiva. Num total de 5 mil pessoas presentes, quase metade era de crianças.

O Dr. Elpídio de Almeida foi o orador oficial, proferiu discurso em nome da comissão encarregada da ereção do monumento, “representando a vontade uníssona de todos os municípes” (BRASIL NOVO, 1 ago. 1931). Entretanto, nenhum outro discurso ou pronunciamento seria permitido durante o evento, conforme determinado pela comissão organizadora e informado na programação. Naquele momento importante que certamente faria parte da história da cidade, apenas as falas oficiais, já definidas e sistematizadas poderiam ser proferidas. A comissão não queria nenhum inconveniente e portanto, já deixou claro no roteiro que ninguém mais usaria da palavra. Quanto à exposição de Elpídio de Almeida, vejamos alguns pontos importantes:

João Pessôa acendeu na Parahyba a fogueira crepitante do civismo, cujas chamas, espalhando-se por todos os recantos do paiz, levantaram os brios nacionaes para a arrancada redemptora de 3 de outubro.

Mal refeitos da immensa dôr que nos desolava, tristes por não mais vê-lo na direcção do Estado, **todo o nosso pensamento se volveu para a perpetuação de sua memoria, exigindo-lhe um monumento que pudesse ser contemplado por esta e pelas gerações vindouras.**

Assentada a ideia, facil foi torna-la realidade, tal o aneio com que **o povo campinense desejava demonstrar, numa lembrança eterna, o seu grande amor a memoria do maior filho da Parahyba.**

Quizemo-lo assim de pé, em attitudo varonil e firme, de pé como elle nos governou, nessa postura erecta e inflexível com que dignificou o nosso Estado e por elle tombou na defesa de sua autonomia.

[...]

Deixou-se imolar com a serenidade dos justos e a presciência de que o seu sacrificio havia de dar um andamento rápido a realização das ideas que se ensaiavam no paiz.

¹⁵⁴ Esse decreto foi assinado pelo então Presidente do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida, obrigando a colocação do retrato oficial de João Pessoa em todas as escolas e repartições públicas da Paraíba.

Vindo para a administração do Estado com o proposito de fazer-lhe o maior bem possível, aqui encontrou um campo apropriado a sua fé civica. [...]

Conseguiu realizar obras, no curto período de sua administração, que os poderes centraes nunca se animaram a iniciar e deixou adeantadas outras que exigirão a operosidade de vários governos para serem concluidas.

Se não sobreviesse em meio a essa gigantesca contrucção a ominosa luta politica que o prostou, a Parahyba em pouco seria conceituada como a legitima Republica de Platão [...]

João Pessoa, deixa que te invoquemos hoje, dia de luto e de dôr, primeiro anniversario da tua morte.

Necessitamos ainda da tua assistencia espiritual para a consolidação da grande obra que iniciaste, e fortalecimento moral dos responsáveis pelos nossos destinos políticos.

A tua memoria passara a posteridade como uma creatura superior que se confundira entre o heroes e os martyres.

A Parahyba, que sente um grande orgulho em ter embalado com amor o teu primeiro somno e velado o ultimo com devoção, **levanta-se hoje para prestarte estas homenagens**, participando das mesmas gloriosas, dos mesmos app'ausos, dos mesmos triumphos que te encheram a vida.

[...]

As almas puras já invocam o teu patrocínio. Eu me sinto orgulhoso de formar ao lado desses **crentes, cujo numero já forma uma legião.**

Magnifico e edificante é o espectaculo que agora aqui se contempla. **Uma immensa população descobre-se reverente ao pé deste augusto monumento. É Campina Grande que homenageia o maior vulto do movimento reformador do paiz;** ella se sente ufana em exalçar a gloria daquelle que, rompendo com o commodismo politico, apontou ao Brasil o caminho unico que lhe cumpria trilhar.

Em nome da Parahyba pela qual te sacrificaste, e ante esta multidão cheia de fé e capaz de todos os heroísmos, eu te peço, João Pessoa, que nunca nos desampares, mas, velando pela nossa grandeza moral e material, continues a inspirar os nossos governantes, encorajando-os na defesa do Direito, da Verdade e da Justiça, únicas formulas compatíveis com a moral pura e sã que nos ensinaste.

Felizes os que como tu são sacrificados em vida e copiosamente abençoados depois da morte.

Mesmo morto pareces ainda maior do que vivo. (BRASIL NOVO, 1 ago. 1931)

A conferência do membro da comissão encarregada de angariar recursos para erguer a estátua, foi bastante enfática e merece nossa atenção. O médico e político destacou a luta travada pelo homenageado em favor do civismo e o seu sacrifício pela Paraíba e pelo país. Exaltou suas qualidades pessoais e políticas. O invocou, para que continuasse a guiar os rumos do Estado. Lembrou sua gestão operosa e próspera, conseguindo realizar obras importantes num curto lapso temporal. E por tudo isso, por reconhecer a importância do seu sacrifício, Campina Grande havia se apressado para demonstrar seu preito de fé cívica, eternizando sua lembrança no bronze. Manifestando sua gratidão e permitindo que as gerações vindouras pudessem

também acessar a memória do mártir paraibano. Quiseram retratá-lo para a posteridade numa postura ereta e inflexível, de pé como havia dirigido o Estado. Naquele momento reunia-se uma legião de crentes orgulhosos por homenagear o maior vulto do país.

Após a comovente arguição do Dr. Elpídio de Almeida, o prefeito convidou o representante do Interventor Federal a desvendar a estátua, envolta nos pavilhões nacional e do Nego. A inauguração da figura eril do homenageado ocorreu durante a tarde, com a finalidade de lembrar a hora exata em que ele foi assassinado, ou seja, às 17:23h. No mesmo instante em que a estátua era descoberta, o coro orfeônico das Normalistas entoou o Hino João Pessoa. Seguindo-se o discurso da senhorita Carmen Eloy, representando a Escola Normal e as continências da Força Pública e do Tiro de Guerra (A UNIÃO, 28 jul. 1931).

Três crianças vestidas de anjo ladeavam a estátua. Ao ser desvendada, jogaram flores ao pé do monumento num gesto de veneração ao “líder morto”. O ato foi seguido pelas outras crianças e por fim, os demais presentes, numa romaria que durou até a madrugada. Sendo depositada grande quantidade de flores naturais (A UNIÃO, 28 jul. 1931). Ao redor do monumento de mais de quatro metros de altura, se aglomerou um significativo número de pessoas. Ali, reunidos ao som de Hinos a João Pessoa, discursos e homenagens enalteciam a figura do “herói” morto.

Imagem 47 – Inauguração do monumento em Campina Grande



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande (CABRAL FILHO, 2008, p.52)

Naquela tarde, alguns guarda-chuvas abertos parecem indicar um forte sol. A numerosa participação de estudantes nesse tipo de evento era fundamental e tinha uma finalidade. Durante o evento, as crianças assumem funções cívicas importantes. Nas escolas se ensinava o culto ao “herói-mártir” paraibano, sua biografia era estudada, cantava-se diariamente o Hino a João Pessoa e seu retrato estava nas paredes em todas as escolas da Paraíba¹⁵⁵. O público presente era formado em sua grande maioria por estudantes que, antes mesmo de chegar à praça, haviam feito hasteamento das bandeiras do Brasil e do Négo. E seguiram pelas ruas em préstito cívico até o local da inauguração.

As escolas desempenhavam um importante papel nesse tipo de evento. De forma pedagógica, as festas cívicas visavam atingir toda a sociedade por meio das instituições de ensino, inculcando nos estudantes valores e sentidos a serem festejados. Durante as festividades póstumas no dia 26 de julho as escolas públicas e privadas da Paraíba, também foram convocadas a desempenhar esse papel na socialização da memória mitificada de João Pessoa, sobretudo durante a década de 1930, por meio das solenidades em sua memória (RIBEIRO, 2017).

Inserir o alunado paraibano naquele tipo de solenidade, servia para socializar e propagar o mito João Pessoa e conseqüentemente, ativar a memória coletiva. Nesse sentido, é pertinente perceber o quanto essas celebrações marcavam a infância e ficavam guardadas na mente. Anos depois, um daqueles escolares recordaria aspectos da solenidade. É o exemplo de Francisco Maria que escreveu em suas memórias o seguinte: “O Grupo Escolar seguia para a estátua do “Presidente”, e eu pensava que João Pessoa era um dos artistas da série que o cartaz do Cine Apolo estava anunciando” (MARIA FILHO, 1978. p. 55)

Embora naquele dia, enquanto criança, não compreendesse bem o sentido da homenagem, algumas circunstâncias do que experienciou ficaram gravadas na lembrança. E já adulto, com maior entendimento e discernimento sobre os fatos, podia tirar suas próprias conclusões. Outro depoimento referente à inauguração da escultura é o do senhor Nicomedes Henriques. Já contava 83 anos e ao ver uma fotografia da inauguração (imagem nº 47) contou o seguinte:

¹⁵⁵ Essa temática foi esmiuçada no terceiro capítulo deste trabalho.

Foi a primeira vez que formei na minha vida. Eu tinha oito anos de idade. Meu pai havia comprado a farda caqui, verde oliva como no Exército, um par de botinas. As botinas eram pretas, tinham dez botões cada uma e para abotoar esses botões era necessário uma sovela que vinha junto com as botinas que compramos. Eu não dormi direito naquela noite: vez por outra eu despertava e ia olhar a farda e as botinas, com medo que alguém mexesse nelas. Num certo momento a minha mãe me viu olhando para minha farda e disse para eu ir dormir porque nem a farda nem as botinas iriam correr dali... (CABRAL FILHO, 2008, p.53)¹⁵⁶

Toda a agitação na cidade, as notícias sobre o evento, as roupas e o par de botas novos, era algo incomum. O fato de formar pela primeira vez, deixaram a criança tão ansiosa ao ponto de não conseguir dormir. Segundo Cabral Filho (2008, p. 53-54):

Depoimentos dessa natureza ampliam os nossos horizontes acerca de muito dos hábitos e sentimentos de um povo. Ajudam-nos a compreender, inclusive, as ações de um Estado para a elaboração de uma determinada memória, aqui expressa num programa de mitificação de uma personalidade importante e que teve destaque na política nacional nas primeiras décadas do século XX, como é o caso de João Pessoa; e as estratégias de construção desse mito político se iluminam quando são mentalmente absorvidas por uma criança de oito anos, a ponto de deixá-lo num estado de ansiedade como o que foi narrado.

Era uma certeza inconteste. Durante o primeiro ano do vil assassinato, houve a manipulação e adaptação de uma memória heroica, construída politicamente para que os jovens pudessem acessar e propagar.

Entre os incontáveis espectadores do vulto brônzeo na Praça João Pessoa, um deles era especial. O responsável pela constituição do monumento. Sempre reservado, parecia não gostar muito de holofotes. Esta é a primeira vez que encontramos nos jornais a indicação de sua presença na inauguração de um dos monumentos que ficou sob seus cuidados. Antônio Pessoa Filho e o irmão tenente Renato Pessoa, compareceram ao evento representando a família (BRASIL NOVO, 1 ago. 1931). Momento que certamente lhe proporcionou grande felicidade, em ver que seu amado primo jamais seria esquecido, uma vez que foi eternizado no bronze.

¹⁵⁶ O escriturário Nicomedes Henriques de Oliveira falou de sua experiência na cidade de Campina Grande no ano de 1931. Para Cabral Filho (2008, p. 53 - 54): “Depoimentos dessa natureza ampliam os nossos horizontes acerca de muito dos hábitos e sentimentos de um povo. Ajudam-nos a compreender, inclusive, as ações de um Estado para a elaboração de uma determinada memória, aqui expressa num programa de mitificação de uma personalidade importante e que teve destaque na política nacional nas primeiras décadas do século XX, como é o caso de João Pessoa; e as estratégias de construção desse mito político se iluminam quando são mentalmente absorvidas por uma criança de oito anos, a ponto de deixá-lo num estado de ansiedade como o que foi narrado”.

A *União* (28 jul. 1931, p.3) divulgou uma nota informando sua chegada na capital paraibana e a recepção pelo Tenente Manuel Marques, representando o Interventor Federal. Certamente esteve em Umbuzeiro visitando a família e participou dos preparativos para inauguração do busto herma, inaugurado no mesmo dia. Devido a distância entre as duas cidades e o fato de ambas as inaugurações terem ocorrido no turno da tarde, optou por participar da solenidade em Campina Grande.

Imagem 48 – Monumento recém-instalado



Fonte: *Brasil Novo* - CG (julho de 1931)

O encerramento daquele dia de lembranças, ocorreu às 20h, no Teatro Appolo. Inicialmente foi realizada uma sessão cívica sobre a personalidade do ex-presidente. Em seguida, a homenagem ficou por conta da Companhia Teatral Cantuária, encarregada de fazer uma apresentação artística exclusiva em tributo a João Pessoa. A trupe era bastante conhecida e viajava realizando apresentações na região Norte e Nordeste. No palco do Cine Appolo, um cenário e vários atores representaram papéis, encenaram uma peça, apresentando para o público uma dada visão política. Realizaram uma apoteose, conforme constava na programação. Apresentação cujo objetivo era elevar João Pessoa ao estatuto de divindade. Deificá-lo devido ao seu sacrifício em prol da democracia do país.

No dia 27 seguiram-se as homenagens póstumas. *Brasil Novo* (1 ago. 1931) informou que às 9 da manhã, foi realizada uma missa de réquiem, em sufrágio da alma do falecido. Na matriz campinense, Antônio Pessoa Filho e o irmão Renato Pessoa, representavam a família Pessoa. À noite, perto das 19h, a Associação Beneficente de Artistas e de Classes Escolares fez uma romaria até a estátua, conduziu “seus trezentos e muitos alumnos com flores e bandeirolas dos ‘Nego’, a fim de tributar o seu pretoito de gratidão a sagrada memoria do eminente sacrificado”. Discursou em nome dos operários e das classes escolares, o professor M. de Almeida Barreto. Ele fez um necrológio, relatou “factos da vida do presidente, as lições mais authenticas de seu altruísmo pela causa dos humildes operários e da infância desvalida”. Ao final da exposição ao pé do monumento, as crianças jogaram flores e cantaram os hinos Nacional, da Paraíba e João Pessoa. Um momento cordial, carregado de afeto e gratidão. Era uma homenagem sem grande pompa, nas palavras do *Brasil Novo* (1 ago. 1931) “a manifestação dos operários teve o relevo da simplicidade e o carinho expontaneo de uma feição que só os humildes sabem sentir”.

Por volta das 19h foi realizada uma Sessão Cívica na Loja Maçônica “Regeneração Campinense”. O Venerável da Loja, com apoio do Grão Mestre presidiu a solenidade onde o orador oficial “pronunciou uma conferência sobre as virtudes cívicas do magno presidente”. E após a cerimônia, seguiram todos os presentes em romaria até a estátua e ali “se conservaram em silencio por alguns minutos, em homenagem ao maçom ilustre” (BRASIL NOVO, 1 ago. 1931).

A Rainha da Borborema havia testemunhado de maneira especial o seu “culto de veneração a memória do Heroe – Martyr João Pessôa”. De forma expressiva e sincera, todas as classes sociais renderam seu tributo. O que já era esperado, “dadas as condições de destaque em que, com direito, occupa a nossa cidade dentre todas as *urbs* parahybanas” (BRASIL NOVO, 1 ago. 1931). Afixou no coração da cidade a figura brônzea de João Pessoa. Imponente no alto do pedestal, ele parecia continuar a administrar a Paraíba. Contudo, o monumento não representava apenas o desejo daqueles que haviam se cotizado para pagar pela sua confecção, como deixa transparecer os jornais da época. Mas sim, simbolizava o resultado da política simbólica dos Liberais.

5.2.1 – Sociabilidades em torno do monumento

O monumento imponente do extinto líder paraibano era tido como motivo de orgulho para os campinenses. Ao menos, para aqueles que haviam se cotizado para sua construção. A figura do ex-presidente parecia harmonizar com o ambiente ao seu redor e certamente era reconhecida pelos transeuntes. Num registro fotográfico, foi capturado o momento em que um pedestre se volta para observar a estátua com certa admiração. Embora a construção de monumentos tenha se tornado uma prática recorrente dos grupos políticos, naqueles anos 30 ainda era algo incomum nas cidades do interior e certamente, a imagem eril de João Pessoa chamava a atenção dos que por ali passavam.

Imagem 49 – Praça João Pessoa em Campina Grande



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande (1932)

Alguns carros estacionados ao longo da então Avenida Presidente João Pessoa. No canto direito da imagem, na lateral do monumento, algumas pessoas negociam, junto as

barracas na calçada. A vida seguia seu fluxo, as sociabilidades do centro comercial da cidade iam se desenvolvendo ao redor do ex-presidente brônzeo.

Uma outra fotografia que certamente também não foi posada, capturou uma cena cotidiana do núcleo mercantil de Campina. Nela não há presença feminina, vê-se apenas homens transitando pela rua, alguns vestem paletó e usam chapéu. No canto direito da imagem aparece uma criança com sua caixa de engraxar sapatos. Na mesma direção, vê-se um burro de carga, certamente amarrado na balaustrada do monumento. É possível que outros animais também estivessem amarrados ao redor da êxedra, o que revela os novos usos do monumento, já integrado a vida comercial da cidade.

Imagem 50 – Aspecto da Praça e estátua de João Pessoa em Campina Grande



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande (1932)

No lado esquerdo da fotografia, vários automóveis estacionados, do tipo carro de praça, e um em trânsito. No centro da imagem, há um poste alto com a placa de indicação da praça. As ruas estão calçadas, comprovando que o prefeito Lafayette cumpriu o pedido de Antônio Pessoa. Entretanto, não consta as árvores oitis que deveriam ter sido plantadas nas calçadas. Decerto não foram semeadas, ou não cresceram o suficiente para serem captadas nesse ângulo da fotografia.

A soberana estátua pedestre imprimia um certo “ar de modernidade”, àquele ambiente agitado do centro comercial da cidade. Era igualmente símbolo de poder, objeto de memória, de como políticos e letrados robusteceram seu “domínio” da memória coletiva. Todavia, em consequência da modernidade almejada para a Rainha da Borborema, esse ícone do moderno teve que ser transferido para uma outra morada.

5.3 – João Pessoa muda de praça: disputas na imprensa contra a transposição da estátua

Durante a primeira gestão do prefeito Vergniaud Wanderley¹⁵⁷, Campina Grande experimentou algumas transformações em sua fisionomia urbana, decorrentes do moderno, em voga naquela década. Em prol das melhorias contemporâneas, o gestor iniciou algumas obras de reestruturação e saneamento da cidade exatamente no centro urbano. E portanto, o monumento a João Pessoa teria que ser transferido para outro local. Ao anunciar as novas propostas de remodelação da cidade, iniciou-se uma verdadeira desavença com Cristino Pimentel, um dos colaboradores na campanha para erguer a estátua.

Cronista dedicado à vida campinense, Pimentel¹⁵⁸ publicava seus escritos na coluna “Cousas da cidade”, veiculada no jornal local, *O Rebate*, e noutros periódicos da capital. “A cidade ganhou na imprensa um aliado que se tornou ‘o olho e a voz das ruas’”. Era mais “um olho arguto, mordaz e esquadrinhador que jamais deixou passar em brancas nuvens qualquer falta, obra, ideia ou projeto de prefeitos e governadores para a cidade”. Como se fosse especialista, discutiu com “prefeitos, técnicos e curiosos sobre a localização e as formas arquitetônicas de diversas obras” (SOUSA, 2001, p.266).

¹⁵⁷ Foi prefeito de Campina Grande em dois mandatos (1935 - 1938 e 1940 - 1945). Ficou conhecido como o Pereira Passos campinense, devido ao seu empenho em obras de reestruturação urbana, responsáveis pela mudança na fisionomia da cidade, especialmente na sua segunda gestão.

¹⁵⁸ Ao se debruçar nos estudos sobre as múltiplas formas de se viver na cidade de Campina Grande, entre 1920 a 1945, Fábio Gutemberg R. B. de Sousa buscou recuperar como os diversos atores da cidade (jornaleiros, operários, artistas, comerciantes, prostitutas, industriais, etc) experimentavam e como usavam os espaços dessa urbe em transformação. Para tanto, fez um estudo acerca das crônicas de Cristino Pimentel, veiculadas em diferentes jornais da capital, entre 1934 e 1950. Esses textos abordavam especialmente as reformas urbanas realizadas, o aformoseamento, saneamento e higienização da área central da cidade e suas adjacências. Dentre essas transformações, a transferência do monumento a João Pessoa. Pimentel era um comerciante de origem humilde, havia passado por diversas profissões até chegar no campo das letras. No tocante a esse tema, conferir sua tese de doutorado: **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande 1920-1945**. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

O motivo central de suas investidas jornalísticas era para intervir nos rumos e destinos da cidade. Suas crônicas chamavam atenção por sua densidade e dimensão polêmica. Sempre atento ao que acontecia em Campina Grande, se envolveu em contendas com prefeitos, governadores, jornalistas, populares, e religiosos. Tudo isso em prol da civilização e progresso da cidade. Era um cidadão que defendia um certo ideal de progresso e civilidade, baseado nas concepções estéticas e higiênico/sanitárias. Modelos inspirados nos países europeus, como França e Inglaterra (SOUSA, 2005).

Sua principal arma era a palavra escrita. Possuía uma coluna denominada “Cousas da Cidade”. Através dela protestou, denunciou e brigou por uma cidade que pudesse ser de todos¹⁵⁹. Era um verdadeiro fiscal do dinheiro e das obras públicas. Acompanhava o desenvolvimento da urbe, atento às questões de saneamento urbano e social, água, luz e embelezamento dos logradouros públicos. Se manteve vigilante quanto às possíveis irregularidades. Elogiava e censurava a administração municipal sempre que julgava necessário. Criticava o prefeito “quando considerava que suas ações ameaçavam o que havia traçado como projeto para a cidade e destoavam dos ideais de 1930 com a mesma veemência que saía a elogiá-lo quando via nas suas decisões e obras a continuidade e garantia do futuro progressista da cidade” (SOUSA, 2005, p.165).

A contenda entre Pimentel e o prefeito se iniciou no dia 7 de outubro de 1936, quando Vergniaud Wanderley comunicou as mudanças na malha urbana. No dia seguinte Cristino Pimentel saiu em defesa do monumento. Reuniu alguns amigos e foi para o meio da rua distribuir panfletos. Conclamou os cidadãos para se unirem contra aquilo que considerava um verdadeiro absurdo. Em tom de denúncia, distribuiu a seguinte mensagem:

CAMPINENSES!

Mais uma demolição está sendo assentada para movimentar as picaretas destruidoras da Prefeitura de nossa terra. Dessa vez será (imaginai o quê oh! Campinenses!) o monumento que erguemos, às nossas custas, à memória do heroico Presidente João Pessoa. Ontem o prefeito Verniou Vanderlei (sic), ordenou a retirada da estátua do inolvidável vulto desaparecido, o que infelizmente não foi feita graças a intervenção de amigos.

Devemos nos opor a essa destruição porque o monumento é um Alcazar, não poderá ser destruído sem o prejuízo das suas pedras, e mais porque João

¹⁵⁹ Algumas das crônicas que utilizamos neste tópico foram retiradas dos jornais de Campina Grande e João Pessoa. Outras, citadas no trabalho de Fábio Gutemberg R. B. de Sousa, intitulado, “*Cristino Pimentel: cidades e civilização em crônicas*”. E nesse caso, as referências foram feitas a partir do texto de Sousa.

Pessoa foi o homem que arrancou do descrédito à Paraíba em 1929, e nos legou uma escola sadia de trabalho, honestidade e bravura.

Deu a bandeira paraibana, que hoje enobrece a Pátria com sua arrancada de 1930, o que Washington deu aos Estados Unidos, Bolívar às repúblicas da América do Sul, e o que esta dando hoje Hitler à Alemanha, Mussolini à Itália e Salazar a Portugal: independência econômica e bravura ao seu povo.

Estejamos alertas oh! Campinenses, e não consintamos, pondo o nosso protesto, que se realize esse crime estudado e assentado no Birou do Poder Municipal.

Viva a Memória de João Pessoa! (SOUSA, 2005, p. 166 - 167)

Lendo o teor deste boletim é possível postular o que aconteceu naquele dia, fazer conjecturas sobre a atitude de Cristino Pimentel ao saber da decisão do prefeito. Decerto partiu em ação, recrutou amigos, correligionários, literatos e foram até a prefeitura pedir pela estátua, argumentando a mancha que seria para cidade se o monumento fosse transferido para um local afastado do centro urbano (SOUSA, 2005). Campina Grande se ufanava por ter sido a primeira cidade a erguer uma estátua em memória a João Pessoa, não podia macular sua reputação cinco anos depois.

Não satisfeito com a reivindicação perante Vergniaud Wanderley, pegou papel e caneta e começou a usar sua principal arma, a palavra escrita. Rabiscou o conteúdo do boletim e correu até a tipografia de *O Rebate*, onde, ofegante e tenso, explicou aos seus companheiros de trabalho e profissão a urgência e que o boletim teria que circular no dia seguinte logo cedo, justificando-se e praguejando contra mais aquela tentativa de golpe à memória de João Pessoa. No dia seguinte, assumiu o controle da distribuição do boletim, certamente em frente à escultura. Entre a entrega de um folheto e outro, deve ter feito diversos discursos, o que não lhe era estranho por ser rotineiro participar de rodas e jornadas literárias. Quanto ao público que recebia aquela mensagem, os transeuntes e moradores da cidade, Sousa (2005, p.168) arrisca uma elucubração:

Muitos receberam o boletim, mas poucos se sensibilizaram com tal apelo. Para alguns, João Pessoa devia significar outras coisas e a estátua era uma estátua, nada mais. Muitos não deviam entender nada daquilo; outros achavam que não passava de um segundo turno ou revanche das eleições, era disputa política entre litigantes antigos, coisa de ‘bons moços’. Mas nem de perto o protesto mobilizou a cidade nos moldes da eleição.

Acessar a reação dos cidadãos no instante em que receberam o panfleto seria impossível. Contudo, Sousa (2005) conjectura que a empreitada surtiu pouco efeito, não conseguiu mobilizar a cidade como acontecia durante as eleições municipais. Nem todos estavam

dispostos a “comprar a briga” com o prefeito. Quanto ao teor do boletim, Pimentel foi enfático na denúncia, convidou os campinenses para reagir contra a conduta do prefeito. Lembrou que o monumento tinha sido comprado com dinheiro do povo, estava ali porque eles quiseram e não podia ser transferido sem prejuízo da sua estrutura arquitetônica. Alegou que era uma afronta fazer tal coisa com a estátua do homem que enobreceu a Paraíba e o Brasil. Que havia dado independência econômica e bravura ao seu povo igual alguns estadistas na Europa e América¹⁶⁰.

Após o protesto na praça e a repercussão do caso, o cronista percebeu que havia “jogado uma bomba” na cidade. E publicou mais uma crônica, com um discurso mais suave, explicando o verdadeiro motivo de sua oposição em relação à transferência do monumento. Porém, já no primeiro parágrafo, não contém sua irritabilidade e “acusa Vergniaud Wanderley de estar fazendo a mudança intencionalmente”. Mas na sequência, “deixa de lado os argumentos e promete apreciar ‘o caso com espírito sereno’, procurando resgatar o significado histórico que a estátua e o lugar onde se situavam tinham para o povo de Campina”. Reitera que seu intuito não era apenas “o gosto ou o sistematismo de criar casos para o poder público”. Lembra que não havia nenhum outro monumento na cidade, e o único que tinha, “as picaretas profanas do dr. Vergniaud Wanderley, querem destruir”. E na qualidade de prefeito, ele tinha poder para isso. Então, lhe restava apelar para que não continuasse com aquele propósito e “faz significativos movimentos que aprofundam o seu trabalho de lapidação da imagem-memória de João Pessoa” (SOUSA, 2005, p.169-170):

O valor estimativo do monumento do Dr. João Pessoa, não está somente na brônzea figura que se ergue na praça do mesmo nome rodeada de caminhões velhos e salpicados, o seu pedestal, de cuspos de trabalhadores ali estacionados, está também naquelas pedras que simbolizam o querer do povo, no momento em que aclamou o local por ser o mais visto da cidade, e cobriu em uma hora e meia a subscrição da estátua. É, portanto, uma folha da história campinense.

Isto não se quer enxergar, não se escuta. O dr. Vergniaud Wanderley quer e pode retirar a estátua e destruir o monumento. E tudo. Oh! Voz popular, como é um mito! (SOUSA, 2005, p.170)

¹⁶⁰ Quanto a comparação que Cristino Pimentel fez de João Pessoa com Washington, Bolívar, Hitler, Mussolini e Salazar, Sousa (2005, p. 168-169) enquanto estudioso do cronista, menciona que Pimentel “seguia uma certa tradição” onde os “intelectuais e letrados brasileiros, que pensam em um projeto de modernização para o país desde a segunda metade do XIX, quase sempre o fizeram com um olhar autoritário”. Então era “legítimo herdeiro de um pensamento, utópico sim, que nos trópicos alçou voos junto com o arbítrio”.

Evidentemente que essa contenda tinha o outro lado, o qual reagiu imediatamente e com veemência. No dia seguinte, após a distribuição dos panfletos, *A União* estampou em sua capa uma entrevista com Vergniaud Wanderley, cujo título era: “O illustre chefe da edilidade campinense fala à *A União* sobre injusta exploração em torno de um dos seus actos administrativos”. Na entrevista concedida ao jornal, o prefeito respondeu aos ataques que vinha sofrendo e justificou sua atitude.

Só de um adversário pequenino, cégo pelo despeito e a má fé, poderia partir invencionice tão desprezível quanto infundada.

Não é, aliás a primeira vez que elle forja dessas picuinhas, felizmente sem éco na opinião sensata de nossa terra.

O próprio presidente João Pessôa não escapou ao veneno das suas intrigas que denunciam um permanente estado mórbido.

Ao contrario da aleivosa accusação, o meu gesto determinando a remoção do monumento do Grande Presidente para um local mais próprio, implica numa homenagem mais condigna ao inolvidável chefe de Estado.

E se me resolvi a esse acto, foi attendendo a um apelo de famílias de destaque social de Campina Grande, que desejam ver o referido monumento no bairro residencial de mais distincção da ‘urbs’, nas immediações do novo palecete do ‘Campinense Club’. (A UNIÃO, 9 out. 1936, p.1,5)

O prefeito deixou claro que estava sofrendo uma injusta perseguição política e esta não era a primeira vez que Cristino Pimentel tentava intervir na administração municipal. Até mesmo o finado presidente havia sido vítima de intrigas vindas do cronista. Para encerrar a questão, afirmou que atendeu aos inúmeros pedidos das famílias “da mais alta representação da cidade”. Preocupadas com o local onde o monumento estava, considerado inadequado devido ao grande movimento comercial. Talvez os novos usos dados à obra, cuja balaustrada estava servindo para amarrar os animais de carga, tenha desagradado à elite campinense. E por isso, queriam que o monumento fosse transferido para a “linda praça, ora em construção, que fica defronte do ‘Campinense Club’, isto é, no ponto mais elegante da cidade” (A UNIÃO, 9 out. 1936, p. 1). Do mesmo modo, o *Diário de Pernambuco* (10 out. 1936, p. 6) noticiou que “O prefeito de Campina Grande se defende duma campanha, em entrevista à imprensa”. Repetindo basicamente o que havia sido publicado n’*A União*.

Esse local considerado mais apropriado para instalar o monumento, ainda estava em fase de terraplanagem. Situado ao sul do centro, na principal via que dava acesso a Estação de Trem, era conhecido como “Praça do Cata-vento”, pois era local de abastecimento hídrico. O

local foi reformado e batizado como Praça Cel. Antônio Pessoa¹⁶¹ e agora estava em reforma novamente para receber o monumento. Comparado ao centro urbano, de fato, este era um lugar totalmente desprivilegiado. Conforme podemos observar através do registro fotográfico de 1928, a área ainda estava em expansão urbana. Na imagem é possível ver parte do Açude Velho, à esquerda.

Imagem 51 – Praça do Catavento



Fonte: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

O plano do prefeito para essa área da cidade buscava atender às necessidades modernistas e higienistas de seu programa de governo, bem como, os anseios de uma elite campinense que começava a se instalar nos arredores. A arquitetura do prédio do Campinense Clube, tradicional clube das elites¹⁶², já indicava uma certa especulação imobiliária e que ali seria uma área nobre da cidade com a expansão urbana. Portanto, investiu numa reforma para embelezar a praça e com ela atrair novos moradores para a área por onde a urbe crescia. Nesse

¹⁶¹ Antônio Pessoa era tio de João Pessoa. Foi Governador da Paraíba entre 1915 e 1916, quando deixou o cargo após um ataque cardíaco.

¹⁶² O Campinense Clube foi fundado em 1915, nasceu como uma agremiação social. Promovia bailes de carnaval, festas juninas e quermesses, sendo o ponto de encontro cultural da elite campinense. Era “também conhecido como “o mais aristocrático” ou ainda “o mais elegante”, era o mais “selecionado” e seletivo dos clubes. Tradicional clube das elites, vinha conduzindo e empolgando a vida social das mesmas desde os anos 20” (SOUZA, 2002, p. 220).

sentido, não é de se estranhar o interesse das famílias abastadas da cidade em querer a mudança do monumento, visto que a obra agregaria importância ao novo logradouro público por onde iam circular nos dias de festa no Campinense Clube.

Na visão de Pimentel, o monumento deveria continuar onde estava. Mesmo que fosse no centro comercial, rodeado de caminhões velhos e que seu pedestal estivesse sendo usado para amarrar animais, ou até mesmo de escarradeira. Reputava que João Pessoa era um “herói paraibano”. Por sua história de vida, seu legado e sacrifício pelo povo, sua estátua deveria permanecer onde estava, no coração da cidade, lugar escolhido pelo povo e em meio a este mesmo povo.

O conflito entre o prefeito e o cronista tinha apenas começado. No dia 11 de outubro, aniversário da cidade, Cristino Pimentel respondeu a entrevista de Vergniaud Wanderley por meio de um novo boletim, intitulado “Povo Campinense!”. Refutou as críticas que havia recebido, negou as acusações e elencou uma série de problemas a serem resolvidos na cidade e a administração municipal não resolvia. Insistiu que “a demolição desse monumento, S.S. deve compreender, vale por um golpe de força na história de Campina Grande e da Paraíba, porque aquelas pedras vivas ali representam o estoicismo de um homem e o sentimento do povo”, que deve ter sua vontade respeitada. Retoma a entrevista do prefeito e apresenta mais um motivo para a não retirada do monumento (SOUSA, 2005):

O seu protesto sutil, para evitar a cólera pública, que felizmente ainda é o “papão” dos homens que respondem pelos destinos das massas, foi por nós compreendido. A mudança da estátua para outra praça traz fatalmente a demolição do monumento, o que concorre para a desvirtuação da culturalidade desse vulto, que “vivo não o venceriam” e “morto não o vencerão”. (SOUSA, 2005, p.172)

Ao final da mensagem, faz um apelo ao governador Argemiro de Figueiredo para que interviesse no caso e apelando, em nome do povo, ao próprio Vergniaud Wanderley: “S. excia. Faça justiça. O povo pede, o povo espera”. Pelos aborrecimentos sofridos, encerra afirmando ser esta a última vez que atuava no caso e entregava-o ao povo. Entretanto, adverte que se fosse atacado, voltaria a se defender pois, “‘culto’ ou ‘curto de entendimento’ tenho a hombridade precisa para assumir a responsabilidade de meus atos” (SOUSA, 2005, p.172).

Aparentemente, havia dado uma trégua, ou mesmo encerrado o caso. Mas a situação estava ganhando repercussão. Havia enviado um telegrama pedindo ajuda ao amigo deputado,

Delfino Costa, que na sessão do dia 13 de outubro, discursou “sobre o caso da remoção da estatua do Presidente João Pessôa para outra praça” (A UNIÃO, 14 out. 1936, p.6). Ao ler o telegrama, imediatamente outros membros da assembleia se posicionaram, os deputados Rodrigues de Aquino, Celso Mattos e Severino Lucena. O debate ganhou fôlego e foi colocado no “expediente” da sessão do dia seguinte. Cristino Pimentel havia ganhado um aliado e o caso se transformado num fato político de âmbito estadual. As discussões seguem na Assembleia e o deputado também recebeu duras críticas do prefeito de Campina Grande.

No intuito de mostrar a importância da situação e que esta já havia ultrapassado as fronteiras da Paraíba, o deputado leu a breve matéria publicada no *Diário de Pernambuco* (9 out. 1936, p.5). Afirmou que a ordem do prefeito para transferir a “estatua de João Pessôa, da praça de mesmo nome, para o logradouro em construção, na frente do Campinense Club”, estava “causando a maior indignação” na cidade. Evidenciou que os campinenses estavam se movimentando contra o ato administrativo e que, “foram fartamente distribuídos boletins concitando o povo de Campina a protestar contra aquelle attentado a memoria do illustre presidente”.

A notícia num dos jornais mais conceituados da época, deu fôlego para a discussão. Em seu discurso, Delfino Costa reforçou a importância do caso, pois “quem fala não é Christino Pimentel, mas o Diário de Pernambuco – jornal que, sem dúvida, deve merecer mais que um simples deputado ou um pequeno negociante de Campina Grande”. Ao final do seu discurso apresentou um requerimento à Assembleia “sugerindo que se comunique diretamente com o prefeito Vergniaud Wanderley ‘solicitando informações’ sobre o caso”. Outros deputados se manifestaram, tanto a favor do prefeito, quanto em defesa do cronista. “Mas parece que todos no intuito de pôr panos mornos na discussão” (SOUSA, 2005, p.175). Por fim, o requerimento foi posto em votação e aprovado por unanimidade.

O litígio entre Vergniaud Wanderley e Cristino Pimentel, não foi encerrado na Assembleia Legislativa. O episódio da realocação do monumento havia impactado outras pessoas que também resolveram opinar sobre a questão. A exemplo de um artigo não identificado, publicado no jornal *A Imprensa*. O autor fez uma espécie de avaliação do caso, analisou ambos os lados, e ao final do texto, tentou apaziguar a situação. Vejamos alguns pontos relevantes:

CAMPINA, 10 [Do correspondente] – **O prefeito Vergniaud entre os seus pecados, não tem o descurar da modernização de sua terra do ponto de vista urbano.**

Q. si tem, é por excessiva preocupação disto.

A estatua do maior estadista da Paraíba que a população de Campina Grande erigiu como primeira imperecível homenagem, numa de suas praças, teve, ao ver de muitos, de mim também, uma situação pouco feliz.

Demora num crusamento de ruas cheias de auto-caminhões e aos sábados e quartas tem a guarnição pouco elogiável de burros e cavalos e quasi sempre de caminhões ali estacionados.

O prefeito Vergniaud ou alguém por ele lembrou-se de que **a praça Antônio Pessoa, cuidava convenientemente, localizada como está no centro que vai congregando a vida elegante da cidade, muito melhor se prestaria para ostentar ao visitante a gratidão e a fidelidade de Campina ao seu inolvidável amigo.**

Quando o meu amigo dr. Lourival Andrade, Diretor das Obras Publicas Municipais, me falou naquela transferência, eu me admirei de que não a tivessem feito ainda, de tal maneira **me parecem inconveniente o primeiro local e apropriado o segundo.** (A IMPRENSA, 14 out. 1936, p.2-3, grifo nosso)

Na opinião do autor, a estátua não teve um final feliz naquele ambiente tumultuado e de certa forma, sórdido, do centro comercial da cidade. Os novos usos dados ao monumento, servindo por exemplo, para amarrar animais, conforme evidenciamos na imagem nº50, situação conhecida por Pimentel, era algo inaceitável para alguns campinenses. A estátua do “herói e mártir” paraibano, esculpida por um artista renomado, não podia continuar onde estava. Do ponto de vista do cronista não havia nenhum problema, pois a obra havia sido construída pela vontade e com o dinheiro do povo e portanto, devia continuar no meio dele. Já na concepção de algumas famílias abastadas da cidade, o lugar não era adequado e por isso resolveram pedir sua transferência, conforme o prefeito relatou em sua entrevista.

Cristino Pimentel participou ativamente da campanha para erguer a obra e sempre alegou em seus textos que ela foi erguida pelo povo campinense. Essa era uma versão também divulgada na imprensa. Entretanto, com base na análise dos nomes dos patrocinadores constatamos anteriormente que a obra não foi puramente resultado da vontade do povo, mas sim, do empenho dos partidários políticos do homenageado.

O autor desconhecido ainda cogitou encontrar algum motivo para explicar a atitude do prefeito. Arriscou comentar sobre sua opção partidária, que não era adepto político do vulto brônzeo. E admite que mesmo sendo opositor, era astuto o suficiente para não arrumar briga com a memória construída do finado, seria algo em vão e não se beneficiaria com a vingança.

Estou pensando que o “pivot” de tudo está em que o **dr. Vergniaud combateu João Pessoa e a gente tem sempre o direito de desconfiar que a humilhação do vencido espera sempre oportunidade para uma vingança.** O prefeito no último dia 26 de julho reforçou esta desconfiança, fugindo de assistir pessoalmente as manifestações a que entretanto esteve presente pelo seu secretário.

Vamos porém, dizer sem rodeios que **tal juízo é insensato. Não há mais força humana que desloque João Pessoa do pedestal a que o guindou o amor e a admiração do povo.** Ele é **hoje parte integrante do patrimônio moral da Paraíba** e seu valor entre as gemas de preço no engaste dessa coleção preciosa, é dos mais altos.

Sabem-no todos os antigos adversários e, pelo amor de Deus, ninguém pense que o dr. Vergniaud é o menos inteligente deles. (A IMPRENSA, 14 out. 1936, p.3, grifo nosso)

Em seguida faz um levantamento da dimensão que o caso havia assumido após a distribuição do boletim de Cristino Pimentel. Foi além das fronteiras de Campina Grande. A questão agitou a capital, a Assembleia Legislativa, foi assunto de vários jornais importantes da Paraíba e até mesmo em Pernambuco. E indaga sobre o que foi dito a respeito do cronista, cidadão que buscava o melhor para sua cidade e que ele considerava lúcido e sincero. Embora não concordasse com ele naquele momento, quanto ao destino da estátua. Ao encerrar a redação, sugere como ele e o prefeito deveriam proceder e dá uma solução para acabar com aquela divergência.

Aí está toda a **questão que agita agora a cidade que leu um vibrante boletim de protesto contra o ato do prefeito, agita a Assembleia que leu um telegrama enérgico e está agitando a imprensa do Estado.**

Os confrades de Liberdade [jornal da capital] chamaram a isto um fruto do espírito apaixonado de Cristino Pimentel. Ou eles não conhecem Cristino ou sou eu que não o conheço.

Porque **no meu juízo Cristino é um espírito sincero de atitudes claras e decididas.** Pode errar como todos nós. Clama as cousas pelos nomes, mas é **incapaz e perder este amor pela verdade, a única de suas paixões.**

Eu não concordo com ele, no caso em apreço e podemos divergir em muitos outros, mas eu espero nunca ter de emendar o conceito que faço de sua sinceridade.

No seu caso, **eu daria mão forte ao projeto do Prefeito e promoveria para remate dessa solenidade uma gigantesca manifestação que concorre para aumentar a glorificação de João Pessoa,** esquecendo-se Campina de suas passadas dissensões sua família ao pé do vulto impoluto do maior paraibano sempre vivo na memória de seu povo.

E si fosse o prefeito, faria a transferência da estatua para, homenageando João Pessoa, provar que ama muito mais as verdadeiras tradições da Paraíba do que os estreitos pontos de vista de paixões partidárias. (A IMPRENSA, 14 out. 1936, p. 3, grifo nosso)

A querela entre Cristino e Vergniaud não parou por aí. Outras pessoas se envolveram na disputa e o assunto parecia não ter fim. Sousa (2005, p.179) comenta que ainda naquele mês de outubro, alguém de um jornal possivelmente da capital, escreveu um artigo defendendo a atitude de Vergniaud Wanderley. Alegou que João Pessoa, o “inolvidável amigo de Campina”, ficaria melhor “no centro que vai congregando a vida elegante da cidade [a praça Antônio Pessoa]”, do que no atual local, no “cruzamento de ruas cheias de auto-caminhões e aos sábados e quartas tem a guarnição pouco elogiável de burros e cavalos e quase sempre de caminhões ali estacionados”.

Passaram-se cerca de cinco meses e certamente o caso já tinha caído no esquecimento de muitos, mas não de Cristino. Em abril de 1937, quando os trabalhos para remoção do monumento haviam começado, ele que havia dito que só voltaria a falar no assunto se fosse “atacado”, entra em cena novamente com todo fôlego. Primeiro publica um artigo lançando improperios contra aquele que queria “profanar o monumento que Campina Grande ergueu a memória do maior governo que a Paraíba já teve”. Faz algumas insinuações sobre os motivos que haviam levado o prefeito a tomar tal atitude e encerra o texto apelando: “Caminhemos. O tempo gasto na jornada revelará tudo. Crimes dessa natureza a história não perdoa” (SOUSA, 2005, p.179). E no dia seguinte, a última incursão, denunciando a destruição do monumento.

ESTÁ SENDO DESTRUÍDO O MONUMENTO DE JOÃO PESSÔA EM CAMPINA GRANDE

CAMPINA GRANDE, 16 – Em data de ontem, **começou a destruição do monumento de João Pessoa**, pretexto mudar estatua para outra praça. Sentimento povo ferido protesta salvaguardar julgamento futuro, prefeito Verniou seguiu Rio de Janeiro talvez fim não assistir justas recriminações povo.

Cristino Pimentel

(A IMPRENSA, 17 abr. 1937. p.8, grifo nosso)

Pimentel usou seu poder de persuasão através de crônicas, notas nos jornais e a distribuição de panfletos. Fez diversas reivindicações tentando evitar a relocação da estátua para um local que considerava ser de menor visibilidade urbana. Durante vários meses o debate se manteve nas páginas dos jornais de Campina Grande e da capital. Porém, não conseguiu evitar que o prefeito removesse a estátua pedestre. Epaminondas Câmara (1988, p.127), nos conta que em, 26 de maio de 1937, “O prefeito Vergniaud trasladou a estátua do presidente

João Pessoa, da praça deste nome, para o jardim da praça Antônio Pessoa, cujo aformoseamento a municipalidade acabava de completar”.

Assunto encerrado? Ainda não. Pimentel retornaria para colocar o “ponto final” nessa conversa, dias após a inauguração. Iniciou o texto se defendendo e mostrando que havia comentários negativos sobre a gestão municipal. Respondeu as provocações do prefeito, o acusando de “falso campinense” em seu discurso de inauguração. E até admitiu que a estátua havia ficado imponente na sua nova morada. Explicou que seu posicionamento não tinha nada a ver com política. O gestor era uma pessoa “sociável”, nada contra sua pessoa, mas sim, discordava da forma de administrar os rumos da cidade, pois divergia da ideologia legada da Revolução de 30.

COISAS DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

Aqui em Campina Grande não raro se assiste comentários que não são louvosos para o ilustre bacharel que dirige a comuna, sr. Vergniaud Vanderlei [...]. Não que seja o dr. Vergniaud um espirito impurrão e sem riso nos lábios, pelo contrario, tratável, social [...] em torno de sua pessoa se reúne o que Campina Grande tem de intelectual e politico. Mas pela orientação que vem dando a cidade, orientação esta não consoante e equitativa com a ideologia legada ao brasileiro administrante pela revolução de 30, ou antes desta, pelo espirito reformador e zeloso do governo paraibano no ano de 1929, Dr. João Pessoa.

Sem aquelas normas regeneradoras e estimuladoras do bem público nenhum dirigente coletivo terá aplausos.

Poderá alguém pensar que este meu jeito de cronicar criticando ou eleogiando as coisas da atual administração de minha terra provenha de eu ter sido contra a candidatura do dr. Vergniaud Vanderlei [...] ou de me ter ele, indiretamente, considerado um “falso campinense” no seu discurso quando inaugurava a praça que construiu, e lá colocou, com imponência é verdade, a estatua de João Pessoa [...].

Não alimento nenhum pensamento que não seja fiel ao bem que almejo ao detentor do poder executivo dessa cidade. O desejo de ser útil a sua coletividade torna-me um zeloso de suas coisas. (A IMPRENSA, 9 jun. 1937. p. 7)

Para encerrar o assunto, apresentou “alguns cochilos de sua administração para desfazer os juízos duvidosos que por acaso surjam com a leitura deste artigo”. E elenca uma série de questões que a gestão municipal estava deixando a desejar: iluminação e saúde pública, mercado sem limpeza, os currais onde os bois eram abatidos estavam precários. Ausência de transparência quanto aos gastos do dinheiro público e falta de fiscalização da feira livre. Apontava tudo isso com o único objetivo: “ser útil a cidade e despertar a alma do ilustrado

cidadão que a dirige”. E dessa vez, finalmente encerra a discussão em relação ao monumento, concluindo da seguinte forma: “Outro objetivo não tenho. Quero bem a minha doce terra e desejo ve-la otimamente norteada, contente e formosa”. (A IMPRENSA, 9 jun. 1937. p. 7)

Embora tenha se esforçado, Cristino Pimentel não evitou a transferência da escultura. Nem tudo foi de balde, sua atuação na construção de imagem para Campina Grande prevaleceu. Era “uma personagem múltipla e diferente naquele mundo, marcado por projetos utópicos e vicissitudes diversas” (SOUSA, 2005, p.182). Sua atuação, toda a discussão em torno do monumento, o desenrolar dos debates na imprensa, na Assembleia Legislativa da Paraíba e sobretudo, a opinião dos campinenses, foram importantes para entendermos até que ponto aquele monumento tinha alguma importância para os cidadãos, bem como, os interesses e argumentos divergentes quanto ao lugar que deveria ficar.

5.3.1 – A reinauguração: “do apice da serra, João Pessoa indicará, animando o bronze, às gerações futuras que o Brasil redempto jamais se ha de subordinar á prepotencia de qualquer feitor”¹⁶³

*Esta cidade recebeu com vibrantes manifestações de entusiasmo a
indicação do dr. José Américo de Almeida para a futura presidência da
República. [...]
Hoje haverá grandes festas públicas, devendo falar vários oradores.
Associando-se ao jubilo da população campinense o prefeito Vergniaud
Wanderley inaugurará a nova praça João Pessoa, para onde foi removida a
estatua desse inolvidável parahybano.
(A UNIÃO, 27 mai. 1937, p. 2)*

A Paraíba estava entusiasmada com a indicação de José Américo para suceder a Getúlio Vargas e a possibilidade de mais um paraibano se tornar Presidente da República. Em meio a tanta euforia, num momento bastante oportuno, Vergniaud Wanderley reinaugurou o monumento no dia 26 de maio de 1937¹⁶⁴. Num evento de muita pompa, inaugurou a Praça Cel.

¹⁶³ Frase do Deputado Generino Maciel (A UNIÃO, 16 jan. 1931).

¹⁶⁴ Na placa fixada no pedestal do monumento consta o seguinte: Construída na administração do Prefeito Vergniaud Wanderley – 25.05.1937 –. A data informada difere da que foi anunciada nos jornais e da registrada no livro *Datas campinenses*, de Epaminondas Câmara (1988, p. 127) onde encontramos 26 de maio de 1937. Não temos a certeza de que a placa que se encontra ali atualmente é a que foi encomendada para a inauguração em 1937. Se for, cogitamos que tenha ocorrido algum imprevisto

Antônio Pessoa, situada no final da Rua Irineu Joffily, em direção à Rua Miguel Couto. Homenageou tio e sobrinho no mesmo espaço. Algo incomum, pois, quando vemos uma estátua numa praça qualquer, imaginamos que ela representa o personagem que dá nome a ela. Mas em Campina Grande foi diferente. A praça recebeu o nome do tio, mas a estátua é do seu sobrinho, estava tudo em família. Era tudo “Pessoa”, o prefeito deve ter pensado que com esse gesto, eliminaria o resquício que porventura existia, de sua oposição política.

Nos idos dos anos 1930/1940, estava em voga a concepção de “cidade jardim”. Com a reforma urbanista empreendida por Vergniaud Wanderley, o novo logradouro foi ampliado, ganhou iluminação adequada, bancos e ajardinado com canteiros e árvores podadas. Foi transformado num espaço público de lazer amplo, aprazível e bonito, o oposto de outrora. Tudo isso para se adequar ao gosto de uma elite que frequentava o Campinense Clube e que vinha se instalando naquele bairro. O monumento saiu do coração da cidade, do meio do povo e foi ter sua última morada entre a elite, num espaço menos tumultuado.

Como o próprio Cristino Pimentel admitiu em seu último texto, o monumento ficou imponente na praça. Foi feita uma base de degraus que deixou a peça numa altura quase triplicada, em comparação ao tamanho anterior. A nova composição arquitetônica aumentou em cerca de dois metros, ficando com um total aproximado de seis metros de altura. Seria proposital? Uma tática para não desagradar a população pela transferência, deixando o monumento ainda mais alto e suntuoso.

Encerrando de uma vez o assunto e mostrando que sua atitude foi louvável, Vergniaud Wanderley convidou o filho do próprio João Pessoa, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque¹⁶⁵, para participar da reinauguração do monumento. Sua atitude de transferir a estátua já lhe havia rendido muitas críticas. Certamente quis a aprovação do filho do homenageado e dessa forma encerrar as opiniões contrárias, validando seu ato entre os munícipes.

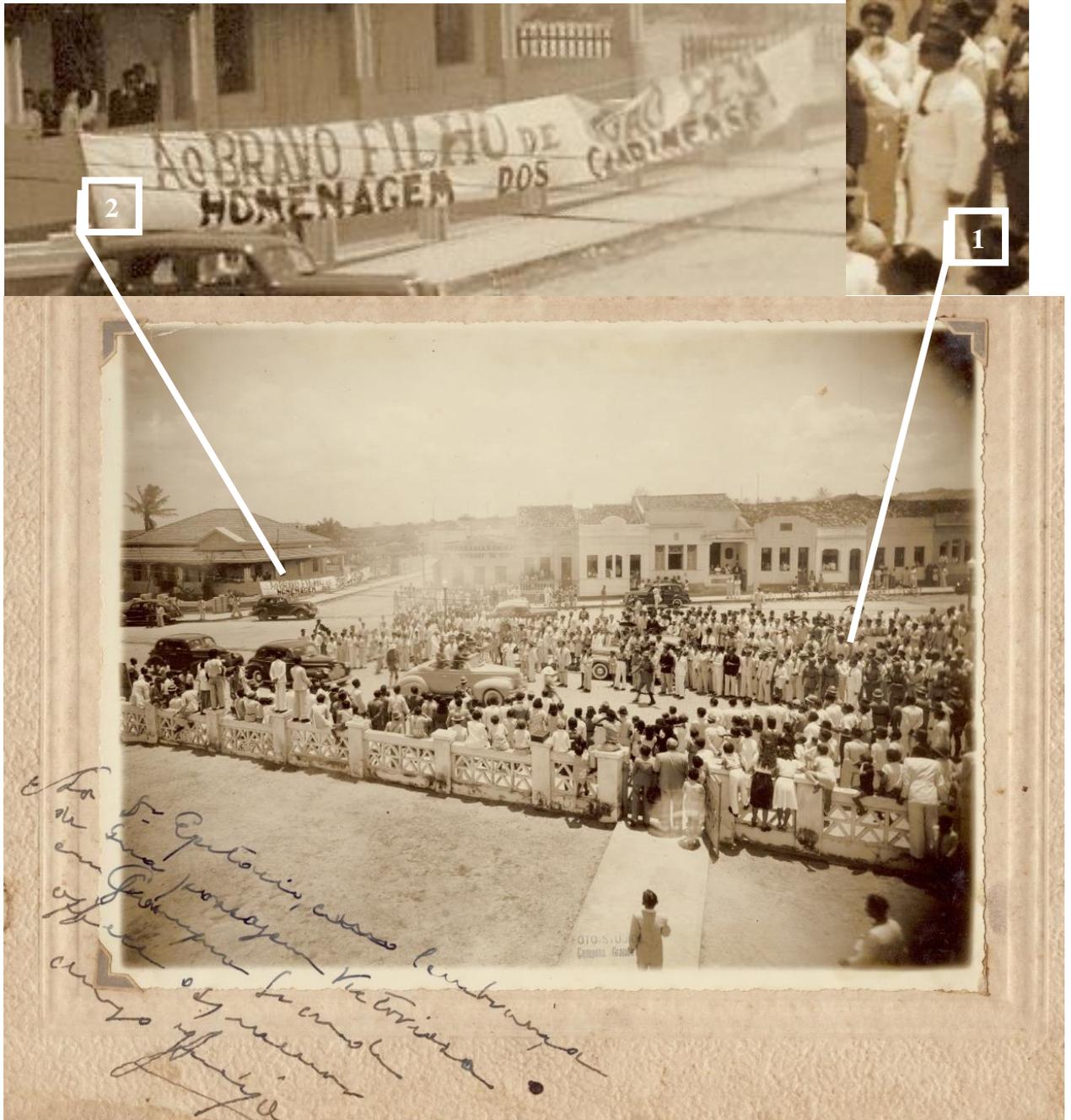
Alguns momentos do evento foram registrados pelo “Foto-Studio Campina Grande” e merecem nossa atenção. São fotografias emolduradas em cartão e com o carimbo do *studio*.

atrasando o evento por um dia, e já pronta, a placa acabou ficando por ali mesmo. Por outro lado, se não for a placa original, certamente a data foi trocada na ocasião de alguma reforma anos mais tarde.

¹⁶⁵ Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque era filho de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Maria Luísa Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Nasceu no Rio de Janeiro em 22/06/1911. Formado em Direito, foi Senador Federal em 1951, ano em que faleceu.

Algumas possuem dedicatória para Epitácio Pessoa: “uma lembrança de sua passagem victoriosa por Campina Grande”. Encontram-se em seu arquivo, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. As imagens foram capturadas da sacada do Campinense Clube, onde o fotógrafo buscou uma posição favorável, num ângulo mais elevado, com distância suficiente para ter um amplo campo de visão, e conseqüentemente, fotografar mais partes daquele cenário.

Imagem 52 – Reinauguração do monumento em Campina Grande - Registro da chegada de Epitácio Pessoa Cavalcanti



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas

Nota-se o momento da chegada da comitiva, em carro aberto e alguns policiais fazendo a sinalização para a passagem dos carros. Entres eles, Vergniaud Wanderley (indicado na imagem pela seta 1) usando chapéu e óculos, a postos para recepcionar o convidado ilustre. O público presente na rua e nas sacadas das casas, posiciona-se em direção a comitiva, a fim de

ver o filho de João Pessoa, Epitacinho, como era conhecido. Destacamos a faixa que atravessa a rua, amarrada em postes de iluminação pública (indicado na imagem pela seta 2). Nela consta um gesto de recepção, agraciando e tecendo elogios a Epitácio Pessoa, com as seguintes palavras: “Ao bravo filho de João Pessoa, homenagem dos campinenses”. Uma postura adotada provavelmente pelos partidários políticos Liberais, em consonância com o prefeito.

Na imagem seguinte com registro da perspectiva da praça, nota-se a suntuosidade da estátua, no alto do seu pedestal, podendo ser vista ao longe (seta 1). Vergniaud Wanderley colocou a figura brônzea de João Pessoa no mais alto pódio que conseguiu. Soube tirar proveito da situação e virar o jogo contra aqueles que o acusavam de querer esconder a estátua e se vingar do finado colocando sua escultura distante do povo. Certamente planejou todo o evento nos mínimos detalhes, aproveitou a euforia na cidade com a indicação de José Américo para presidência da República, trouxe para Campina Grande o filho do homenageado e fez daquela celebração uma forma de ganhar adeptos para sua administração e correligionários para sua carreira política.

Imagem 53 – Reinauguração do monumento em Campina Grande – Perspectiva da praça



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas

No ângulo capturado pela imagem, abrangendo toda a área da praça, nota-se que o público presente não era tão numeroso quanto o da instalação do monumento, em 1931. Seis anos haviam se passado, João Pessoa já estava caindo no esquecimento do povo? Possivelmente sim. Entretanto, não resta dúvidas de que aquela homenagem era uma forma de celebrar e serviu para fortalecer sua memória.

Observando atentamente a forma como os participantes da inauguração estão vestidos, constatamos que se programaram para aquele evento. Usam trajes domingueiros, inclusive algumas crianças vestem terno e gravata. Além do uso do chapéu, um acessório bastante usual naqueles anos de 1930. Há também um significativo número de carros estacionados. Dito isso, nos parece que o povo que convivia diariamente com o João Pessoa eril no centro comercial, não estava presente em massa. O público aparenta ser seleta, certamente formado pelas famílias distintas da cidade, as mesmas que supostamente teriam solicitado a transferência da escultura.

Na sequência de imagens a seguir, foi registrado o momento dos discursos. Autoridades, políticos e oradores subiram no pedestal feito em degraus e ficaram no alto, mais próximos da estátua. Na imagem 1, do lado esquerdo com um papel nas mãos, está o orador oficial que cumprimenta e dá as boas-vindas ao eminente convidado, às autoridades e ao público presente. O homem no centro da fotografia, de terno e braços cruzados é Epitecino. Ladeado por Vergniaud Wanderley, de óculos e chapéu nas mãos. Ao lado do prefeito, o terceiro homem de óculos, está o então Interventor da Paraíba, Argemiro de Figueiredo.

A postura de Epitecino Pessoa na imagem 1 é interessante. Parece estar compenetrado, pensativo, com um olhar fixo e os braços cruzados. Apresenta uma linguagem corporal séria, e de modo geral, entendida como defensiva. Talvez algo o inquietasse naquele momento. Seria a presença de Argemiro de Figueiredo? Cogitamos que sim. Embora quando deputado tivesse contribuído na construção de uma memória política e ideológica para seu pai, com a instalação do Estado Novo, Epitecino se tornou contrário à forma como Figueiredo administrava a Paraíba¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Epitecino bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito em 1937, ano em que Getúlio Vargas implantou o Estado Novo. Apesar de grande amigo do presidente e defensor do regime, Epitecino Pessoa de Albuquerque manteve-se na oposição ao Governo da Paraíba entre 1935 e 1940 — período em que Argemiro Figueiredo exerceu a chefia do Executivo paraibano —, denunciando a Vargas o que considerava desmandos da administração estadual. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albuquerque-epitacio-pessoa-cavalcanti-de> Acesso: 19 nov. 2020.

Imagem 54 – Discursos ao pé do monumento



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas

Na imagem 2, além da presença de militares, nota-se também algumas crianças. Os presentes sobem, ainda mais, os degraus do pedestal e acessam a estátua para ver o filho do homenageado e acompanhar de perto todos os lances daquele momento. Interessante notar que a postura de Epitacinho assemelha-se a que foi esculpida na estátua, com peito projetado para frente e as mãos cruzadas para trás, nas costas. Certamente pronunciava um discurso eufórico e enaltecedor de seu genitor. E ao posicionar-se da forma como o pai foi eternizado em bronze, é como se, na condição de filho, se revelasse o legítimo sucessor de seu legado político. Um indício de que João Pessoa seria lembrado na figura do seu rebenito que começava a se interessar pela política¹⁶⁷.

Ao observar essas imagens podemos fazer algumas conjecturas. Especialmente quanto ao teor dos discursos proferidos naquele momento. Epitacinho, lisonjeado pela homenagem e

¹⁶⁷ Em 1945, com o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em cuja legenda elegeu-se, em 1947, suplente de senador pela Paraíba, com o apoio da União Democrática Nacional (UDN). Assumiu o mandato pela primeira vez entre 10 de novembro de 1950 e 12 de fevereiro de 1951, retornando definitivamente ao Senado no mês seguinte em virtude da renúncia do titular da cadeira, Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro, nomeado procurador da Prefeitura do Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro em pleno exercício do mandato, no dia 24 de agosto de 1951. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albuquerque-epitacio-pessoa-cavalcanti-de> Acesso: 19 nov. 2020.

oportunidade de manter viva a memória do genitor. Mas também, deve ter aproveitado a oportunidade para fazer alguma crítica “indireta ou direta” ao Governo da Paraíba. Já Vergniaud Wanderley, imagino que estava satisfeito com a obra. Mostrou à população que fez o melhor para todos. E com um semblante feliz com a revanche, proferiu seu discurso lembrando as críticas que sofreu e acusou Cristino Pimentel de “falso campinense”. Inclusive, não perdeu a oportunidade para virar o jogo e ser aclamado por seus munícipes.

Como num dia de festa, a inauguração foi encerrada com um banquete oferecido para os distintos convidados, nas dependências do Campinense Clube. Um momento de confraternização com comida e bebida farta. Um momento que também foi registrado e enviado para Epitacinho, como lembrança de sua visita a Campina Grande.

Imagem 55 – Banquete no Campinense Clube



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas

Na imagem que segue, fotografada no ângulo da lateral da praça, no sentido da Rua Miguel Couto, nota-se a imponência da estátua, no topo do pedestal. Ali João Pessoa permanece

herto, materializado no bronze, parece continuar seu trabalho apontando o caminho, guiando a Paraíba. Quando estava instalada no centro comercial, seu pedestal servia para os cidadãos amarrarem os animais de carga. No novo endereço isso seria impossível pois havia um guarda ao pé do monumento, evitando qualquer tipo de profanação da imagem de João Pessoa.

Imagem 56 – Monumento de João Pessoa na Praça Cel. Antônio Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹⁶⁸

Nota-se o piso todo trabalhado, na parte central em xadrez, na lateral, contornando a praça, desenhado em arabescos. Os bancos convidam para um descanso e contemplação da praça, ou mesmo do vulto eril ali instalado. Nos canteiros ajardinados, verifica-se os arbustos ainda em crescimento. A deslumbrante arquitetura da construção à frente da escultura é a sede do Campinense Clube. Ao seu redor, na área ainda em franco desenvolvimento urbano, algumas casas amplas iam surgindo.

A construção da Praça Coronel Antônio Pessoa e a relocação do monumento, integrava o projeto de reforma urbana implantado por Vergniaud Wanderley, cingindo memórias nos espaços públicos. Sua gestão municipal foi marcada pelo “bota abaixo”, com reformas e

¹⁶⁸ Estátua de João Pessoa, Campinense Clube, Campina Grande-PB. Cartão Postal. Sem data. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=442862&view=detalhes> Acesso: 19 nov. 2018.

construções que visavam inserir a cidade do ouro branco, no rol das urbes modernas e nos moldes higienistas e sanitários.

A estátua parece ter chegado a sua última morada. Resultado de um projeto político bastante específico, esse tipo de monumento possui sentido pedagógico, pois ensina aos espectadores ideais, valores e transmite concepções políticas. Contudo, nem sempre essa função se mantém ativa com o passar dos anos. Assim como as sociabilidades ao seu redor.

Imagem 57 – Praça Cel. Antônio Pessoa e monumento a João Pessoa



Fonte: Acervo da autora (2020)

Na década de 1990, a exemplo do que ocorreu com os demais espaços públicos, essa praça “foi perdendo seus frequentadores”, pois, “parte significativa das residências foram cedendo espaço para o comércio”. Com isso, surgiram visitantes indesejados, “marginais e drogados” que deram má fama ao local que, conseqüentemente, se tornou perigoso. Em 2005, uma faculdade particular se instalou no prédio da antiga sede do Campinense Clube e trouxe uma nova dinâmica espacial para o local, atraindo atividades formais e informais. Modificando o uso e a frequência dessa praça que passou a ser mais movimentada (COSTA, 2010, p. 90-91). Entretanto, os atos de vandalismo e pichação do monumento continuam acontecendo, como evidenciado nesta fotografia. Outrora, havia um guarda municipal para protegê-lo.

CAPÍTULO VI

A capital paraibana e seu altar da pátria



6 A CAPITAL PARAIBANA E SEU ALTAR DA PÁTRIA

6.1- A praça como palco monumental: de Jardim Público a “lugar de memória”

No lugar onde está situado o monumento a João Pessoa, existiram dois interessantes coretos, um de cada vez, é claro. Nesses coretos é que ficavam as bandas de música, do Exército e da Polícia militar.

Os seus melodiosos sons animavam as retretas do passado, num tempo em que a Praia de Tambaú não passava de grande mata de cajueiros. [...]

*Após a vitória da Revolução de Outubro de 1930, construiu-se no centro da Praça um monumento denominado **Altar da Pátria**.*

Era ali que se realizavam manifestações cívicas que exaltavam a bravura do presidente João Pessoa. Comandavam essas manifestações as alunas da Escola Normal e os estudantes do Liceu Paraibano.

O povo da nossa terra participava, cheio de entusiasmo, de tais atos públicos que cultuavam a memória do paraibano idealista, que perdeu a vida lutando contra o coronelismo feudal e em defesa da autonomia do Estado.

*No mesmo local do **Altar da Pátria**, vemos desde 1933, a imagem, de corpo inteiro, do presidente João Pessoa, eternizada em bronze. Ele está de pé, ereto, como sempre viveu. Assim a posteridades o tem contemplado no seu pedestal de merecida glória.*

Wellington Aguiar

O local onde está instalado o monumento a João Pessoa, denominado de Altar da Pátria, possui uma historicidade temporal de, pelo menos, quatro séculos. O uso desse espaço público remonta ao século XVI, nos primórdios da fundação da cidade, onde o terreiro em frente à Igreja e o Colégio dos Jesuítas era utilizado para fins religiosos. Por volta do século XVIII a área foi denominada de Largo do Colégio. Tendo sido conhecida também como Largo do Palácio. Por volta da segunda metade do século XIX, o logradouro foi denominado Praça Comendador Felizardo e nele foi construído o primeiro jardim público da capital.

Transformando-o na mais importante praça da cidade. E em 1930, foi rebatizado com o nome de Praça João Pessoa¹⁶⁹.

Historicamente e simbolicamente essa praça tem uma importância para a cidade. E isso nos faz entender os motivos de tão grande preocupação para nela erguer um monumento em memória a João Pessoa. Com efeito, o local escolhido para erguer obras desse tipo nunca é algo aleatório pois, "o espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território [...] e disputas de poder da sociedade" (KNAUSS, 1999, p. 7-8).

Disso resultou a necessidade e a rapidez para denominá-la de “Praça João Pessoa”, enquanto o corpo deste ainda estava sendo velado na Paraíba. Um episódio curioso que merece nossa atenção:

Foi lembrado hontem, enquanto o corpo do presidente João Pessôa ainda se encontrava nesta cidade, dedicar uma praça publica, em seu nome. A idéa partiu de uma senhorita da alta sociedade parahybana e rapidamente ficou resolvido adopta-la. Foi feita uma placa provisoria que se applicou na praça Commendador Felizardo que, de hontem em diante passou a se denominar “Praça João Pessoa”.

Esse movimento popular foi tão expontaneo que não esperou decisões do Conselho Municipal ou de qualquer outra autoridade.

Dois populares collocaram a placa, enquanto a multidão que comparecera á inauguração, chorava emocionada, lembrando que, nestes ultimos tempos, aquelle logradouro publico tinha sido objecto de constantes atencões do presidente [...] (DIARIO DE NOTÍCIAS, 02 ago. 1930, p. 1)

Descrito intencionalmente de forma emotiva nas páginas do periódico, o ato isolado teria partido da iniciativa de uma senhorita da alta sociedade, foi incorporado pelos populares e descrito pelo jornal como a vontade do povo. Circunstância que foi reforçada no ato de substituição do nome do logradouro. De acordo com o periódico, “perante uma enorme multidão que resolveu colocar o nome do seu presidente assassinado na antiga praça Comendador Felizardo, o prefeito Avila Lins falou brevemente, homologando, em nome da Prefeitura, a decisão popular”. Além do prefeito, compareceu o cel. José Pessoa, irmão do homenageado e Álvaro de Carvalho que havia assumido o Governo do Estado. Iniciava-se a

¹⁶⁹ Por estar situada entre as sedes dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, a praça é popularmente conhecida como Praça dos três poderes. Nela encontram-se respectivamente, o Palácio do Governo do Estado da Paraíba (Palácio da Redenção), a Assembleia Legislativa da Paraíba e o Tribunal de Justiça da Paraíba.

transfiguração da praça, que de jardim público, seria transformada em “lugar de memória” (NORA, 1993).

Localizada no coração da capital paraibana, ao longo do tempo a avoenga e tradicional praça foi palco dos principais acontecimentos urbanos. Enquanto espaço de sociabilidades e de tantas histórias que nela foram vivenciadas, foi cenário das festas de cunho religioso, laico e dos movimentos de ordem política. Em seu jardim público, ocorriam as tradicionais execuções musicais, típicas da sociedade brasileira do século XIX e início do XX.

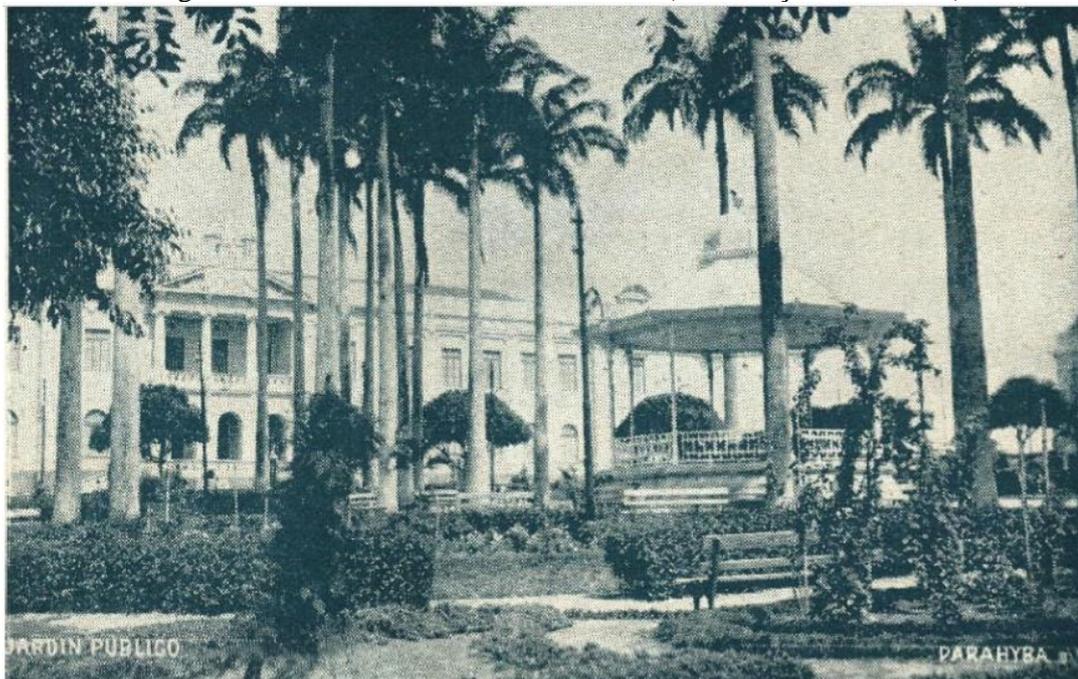
As transformações na morfologia urbana e os novos padrões da construção civil moderna, lhe impuseram mudanças em sua estrutura inicial. Ao longo dos séculos, esse logradouro público passou por reformas e foi aformoseado conforme os padrões arquitetônicos vigentes. Num estudo sobre os jardins públicos das principais capitais brasileiras, durante os séculos XIX – XX, Aline de Figueirôa Silva (2016)¹⁷⁰, aponta que a antiga Praça Comendador Felizardo teve uma função primordial na dinâmica social urbana da época. Pois, foi transformada “numa das principais áreas de lazer da cidade, como indicam as costumeiras retretas semanais e festividades relatadas nos anos 1920” (2016, p. 69).

Ao longo de suas reformas, o espaço foi sendo embelezado, adequando-se aos novos moldes modernos, com ajardinamento, iluminação e a instalação subsequente de dois belos coretos em seu centro. Tais reestruturações geralmente eram assinadas por importantes arquitetos e urbanistas, a exemplo de Nestor Egydio de Figueiredo, responsável pelo ajardinamento da praça¹⁷¹. No registro da revista *Era Nova*, consta o segundo coreto, em ferro, com cúpula arredondada, importado da Europa e instalado em 1913, após uma ampla reforma na praça. Ao seu redor estão os bancos e as palmeiras imperiais, existentes até hoje. Na imagem vê-se ao fundo a então Escola Normal, onde atualmente é a sede do Tribunal de Justiça da Paraíba.

¹⁷⁰ Para um maior aprofundamento do tema, conferir: SILVA, Aline de Figueirôa. **Entre a implantação e a aclimatação**: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

¹⁷¹ Nestor Egydio viajou pelo Nordeste na década de 1930 e elaborou projetos de reformas e embelezamento para algumas cidades. Foi convidado pelo Interventor Antenor Navarro para fazer um plano de urbanização e desenvolvimento para cidade de João Pessoa e para então Vila de Cabedelo (A UNIÃO, 9 e 10 de março de 1932). Para maior conhecimento de seu trabalho na Paraíba e sua contribuição para a cultura urbanística em formação no Brasil, conferir: TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Nestor de Figueiredo e o urbanismo das cidades do Norte. **Urbana**. São Paulo, v. 5, p. 96-116, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635089> Acesso: 17 dez. 2020.

Imagem 58 – Jardim Público de João Pessoa (atual Praça João Pessoa)



Fonte: *Era Nova* (n.6, 1921)

Enquanto a praça era palco dos principais momentos de lazer da cidade, local de conversas, passeios ao ar livre e não concorria com os shoppings, muitas foram as festas ali realizadas, em especial, as famosas retretas. Executadas geralmente nos finais de semana, aos domingos. Esses eventos atraíam um grande público e tinham inclusive a programação divulgada nos jornais. *A União* nos conta o seguinte:

A retrêta da Praça João Pessôa constituiu-se em uma das tradições mais queridas desta cidade.

Durante cerca de meio século esse logradouro foi o ponto de convergência, aos domingos, de toda a população, sem exclusão de classes ou condições, atraída pela magia da musica, pelo encanto dos sorrisos que enfloravam os lábios das mulheres, ou pela polychromia dos trajes que envolviam corpos flexíveis, estuantes de vida ou projetando graça e espiritualidade.

“Rendez-vous” de tudo quanto era elegante e distinto, por isso mesmo tinham ellas feição e côr local inconfundíveis.

(A UNIÃO, 25 mai. 1933, p. 5)

A importância das retretas na principal praça da cidade era inquestionável. Com a proximidade do início das obras de construção do monumento a João Pessoa e o desmonte do coreto, as festas seriam encerradas e os cidadãos aguardavam ansiosos para participar da última

retreta. Registramos o domingo de 21 de maio de 1933, como marco do fim daquelas festividades no ponto predileto de reunião da sociedade pessoense da época. Ao som da Banda da Força Policial, também denominada Banda da Força Pública, a última retreta teve a seguinte programação musical:

A banda da Força Pública executará na praça Presidente João Pessoa, hoje, o programma seguinte:

1.ª parte

Dobrado - Conego Quinderé – Musica de José Rolim .
 Fox-trot - Olhos de Calcida - Musica de Juca Siqueira.
 Valsa - Maria Alonso - Musica de Henrique Lustra.
 Marcha - Agora mesmo – Musica de A. Mattos.

2.ª parte

Dobrado - Augusto Eduardo - Musica de N. N.
 Fantasia - Tosca - Musica de G. Puccini.
 Valsa - Rosa do Brasil – Musica de C. Ribeiro.
 Dobrado - Sargento José Ferreira - Musica de José da Justa.
 (A UNIÃO, 21 mai. 1933, p. 5)

Após a apresentação com os estilos musicais mais apreciados da época, lembrou-se a memória de João Pessoa e a retreta foi definitivamente encerrada com a execução do hino a João Pessoa (A UNIÃO, 21 mai. 1933, p. 1). Embora as retretas fizessem parte da aura simbólica daquele espaço, após a morte de João Pessoa, essa atmosfera se modificou. A mudança do nome da praça, com sua denominação de Praça João Pessoa e a instalação de um Altar da Pátria provisório, fez daquele lugar um ambiente de culto à memória do ilustre paraibano assassinado. Ou seja, a praça, que era espaço de festividades, se tornou um “lugar de memória”. Considerando ainda que o monumento não é um objeto inerte e passivo. Ele integra o espaço onde foi erguido e é um agente interativo na vida sociocultural urbana.

A criação deliberada, intencional de um monumento a João Pessoa, cominada com as cerimônias e os atos cívicos, investiu aquele ambiente público de uma aura simbólica, com forte apelo memorialístico. Transformando o Jardim Público em “lugar de memória”, cuja função era lembrar João Pessoa e construir uma coesão social em torno dessa memória. E toda essa transformação ocorreu porque “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” e portanto, “é preciso criar arquivos”, “manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 10). Disso resulta toda a criação de celebrações após a morte de João Pessoa,

no dia 26 de julho, com as cerimônias denominadas de “a grande comemoração”, já mencionadas em capítulo anterior desta tese. E tal como se fazem anualmente, até os dias atuais.

A continuidade das retretas foi assegurada pela prefeitura Municipal que as transferiu para a Praça Venâncio Neiva. Espaço muito próximo à Praça João Pessoa, numa quadra ao lado, em sentido transversal. Portanto, os momentos de lazer seriam mantidos. Atesta *A União*, que “o êxito dessas encantadoras reuniões ao ar livre, está de antemão assegurado, naquelle local, uma vez que alli não faltam as condições necessárias para o seu esplendor” (25 mai. 1933, p. 5).

O deslocamento dessa festividade parece não ter afetado tão profundamente as sociabilidades urbanas da época, já que, o novo espaço era igualmente amplo, estruturado arquitetonicamente e dotado de um pavilhão. Porém, não possuía a mesma simbologia e a tradição do local anterior. Nos domingos subsequentes à mudança do local, o jornal *A União* continuou divulgando a programação da retreta na nova praça¹⁷². Encerradas as retretas na Praça João Pessoa, no dia seguinte a prefeitura cuidou em desmontar o coreto e iniciar as obras para receber o monumento que já estava a caminho da Paraíba, embarcado no paquete “Araçatuba”.

6.2- Legislando e monumentalizando João Pessoa

Após a substituição do nome da praça, iniciou-se imediatamente a criação de “lugares de memória” em favor de João Pessoa e de sua materialização em bronze, criando-lhe uma “memória lapidar e marmórea” (LE GOFF, 1992). Foi aberta uma subscrição no jornal *A União*, enquanto ele sequer havia sido sepultado no Rio de Janeiro. No dia 3 de agosto de 1930, foi divulgado o anúncio: “A erecção de uma estátua do grande presidente João Pessoa. Uma iniciativa genuinamente popular”. De acordo com o jornal, era um ato onde o povo paraibano queria, de “maneira mais positiva, render o seu culto de gratidão ao bravo presidente João Pessoa, vilmente assassinado pelo sicarismo político” (A UNIÃO, 3 ago. 1930, p. 2).

¹⁷² Tais programações geralmente incluíam apresentações de bandas de música de instituições locais, a exemplo da Banda de Música do 22º Batalhão de Caçadores e a Banda da Força Pública. Constando ainda o horário (no final da tarde) e a sequência musical a ser executada, em primeira e segunda parte. Conferir algumas programações em: *A União* 24 de maio, p. 8, 31 de maio p. 6 e 4 de junho, p. 8 de 1933.

A comissão pediu que a subscrição fosse feita pelo jornal *A União*, periódico oficial do governo. Contudo, a campanha não ficou restrita à imprensa paraibana, foi divulgada em vários jornais, a exemplo do *Diário de Pernambuco*. Era o prelúdio de um longo período de campanhas nos jornais, investindo-se no imaginário popular, encorajando os paraibanos a fazerem doações e deixando transparecer a ideia de que a criação desses monumentos era algo “genuinamente popular”. Ou seja, era o desejo do povo render seu culto de gratidão e não dos grupos políticos que estrategicamente, direcionavam tal monumentalização. Concebendo e patrocinando obras que visam evocar lembranças selecionadas, tendo por propósito construir uma identidade e divulgar os fundamentos ideológicos de um grupo social representante do poder (CHOAY, 2001).

Logo após o assassinato de João Pessoa, a Assembleia Legislativa da Paraíba trabalhou excessivamente, iniciando todo um processo legislativo para lhe render homenagens, em consagração a sua memória. Vários tipos de propostas foram elaborados, analisados e votados com uma celeridade surpreendente. A exemplo do projeto que estabeleceu o feriado estadual do dia 26 de julho, a pensão para os filhos e viúva, a mudança do nome da capital, a confecção da nova bandeira da Paraíba, a criação de um monumento na capital e do hino oficial da Paraíba.

No tocante aos trâmites legais para a ereção de uma estátua na metrópole paraibana, toda a sucessão de atos foi realizada entre os dias 17 e 26 de setembro de 1930. Tudo iniciou no dia 17 de setembro, na trigésima sexta sessão ordinária, quando o Deputado Generino Maciel, parlamentar epitacista ligado ao grupo político dos Pessoa, apresentou a consideração da Casa o Projeto nº 10, mais um de sua autoria para reverenciar João Pessoa. Vejamos seu teor:

Projecto n. 10 - A Assembléia Legislativa da Parahyba decreta:

Art.1º - Erigir-se-á nesta capital, em ponto que a prefeitura designar, uma estátua, de tamanho natural, ao extinto presidente João Pessôa.

Art. 2º - Para a realização do alludido monumento, decretará o governo o necessário concurso na comunidade legal, e designará uma comissão de quatro thecnicos para dizer sobre as propostas dos concurrentes e fiscalizar os serviços de construcção.

§ Único - Dessa comissão será membro nato, extra numerário e presidente com o voto de qualidade, o director das obras públicas.

Art. 3º - Para a erecção da estátua, cuja inauguração o governo procurará levar a effeito dentro de 12 mezes, e se fôr possível no primeiro anniversário da morte do homenageado, abrir-se-á o crédito indispensável até a quantia de 500:000\$000 (quientos contos de réis).

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
S.S. em 17 de setembro de 1930. (a) Generino Maciel.
(A UNIÃO, 2 out. 1930, p. 2)

A proposta apresentada era bastante clara: mandava erigir uma estátua em tamanho natural, a ser criada por meio de um concurso entre artistas, fiscalizada por uma comissão e financiada com dinheiro dos cofres públicos estaduais. Em tese, tratava-se de um projeto com poucos artigos e direto quanto a sua finalidade. No dia seguinte, 18 de setembro, o projeto teve sua primeira discussão¹⁷³.

De pronto, no dia 19 o projeto foi novamente discutido e votado¹⁷⁴. Após o final de semana, já na segunda feira, dia 22 de setembro, ocorreu nova discussão e aprovação do projeto¹⁷⁵. No dia seguinte, 23 de setembro a proposta foi novamente ratificada em segundo turno e entrou na ordem do dia para sua terceira discussão¹⁷⁶.

E por fim, no dia 26 de setembro, com uma celeridade processual de cinco dias úteis, após as devidas discussões, votações e aprovações, o deputado José Mariz apresentou a redação final do projeto¹⁷⁷. A qual, não mudou absolutamente nada da redação inicial. Não houve nenhum tipo de objeção quanto à construção da obra nos debates entre os parlamentares. A construção do monumento justificava uma espécie de dívida de gratidão que os paraibanos tinham com a figura de João Pessoa. A notícia da sanção do projeto, pelo Presidente do Estado, foi comemorada.

A homenagem prestada ao inolvidável parahyano **é daquelas que permanecerão pelos annos afóra** mão grado a mão do tempo ou a maleabilidade dos homens”. A Parahyba, que espelha a acção do bravo conterrâneo, na physionomia da cidade que ia se renovando sob os influxos do seu dynamismo, ou traz no espirito do seu povo os traços de uma mentalidade nova, completará o culto à memória de João Pessoa com esse

¹⁷³ Conforme a ata da trigésima sétima sessão ordinária, da décima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 18 de setembro de 1930, compareceram dezesseis deputados. Nesse dia o projeto n. 10 (estátua a João Pessoa) e o projeto n. 11 (hino oficial), tiveram sua primeira discussão (A UNIÃO, 02 out. 1930, p. 8).

¹⁷⁴ Conforme a ata da trigésima oitava sessão ordinária, em 19 de setembro de 1930, compareceu quinze deputados (A UNIÃO, 05 out. 1930, p. 2 e 5).

¹⁷⁵ Conforme a ata da quadragésima sessão ordinária, em 22 de setembro de 1930, compareceram dezenove deputados (A UNIÃO, 06 e 07 out. 1930, p. 5).

¹⁷⁶ Conforme a ata da quadragésima primeira sessão ordinária, em 23 de setembro de 1930, compareceram dezenove deputados (A UNIÃO, 07 out. 1930, p. 5).

¹⁷⁷ Conforme a ata da quadragésima quarta sessão ordinária, em 26 de setembro de 1930, compareceu vinte deputados (A UNIÃO, 08 out. 1930, p. 5).

monumento que falará as gerações de amanhã como o exemplo de destemor e desambição pessoal.

A sua figura de lutador, esculpida em bronze, encarnará na praça publica a effigie daquele que se sacrificou pela autonomia do Estado, animado por uma concepção ideológica que não medrara na esterilidade do meio.

E essa estatua erguer-se-á sempre contra os cofres públicos, contra os conspiradores do regimen, contra a vesania da desordem e os assaltos da prepotencia aos direitos dos humildes.

Centúrias de annos passarão sobre a hora que vivemos e centúrias de almas se genuflexarão diante desse vulto de heróe e de martyr e a justiça então se fará com maior força de animo e maior serenidade. (A UNIÃO, 2 out. 1930, p. 8, grifo nosso)

Importante notar no texto acima, o quanto aquele grupo político tinha consciência da repercussão de seus atos. Sabiam da importância de se criar um monumento na capital. Tratava-se de um objeto de memória em praça pública, disponível e acessível a todos e que perpassaria as gerações, transmitindo valores e um ideário político por anos e anos. A pedra e o mármore servem de suporte a uma determinada memória. No caso, a memória dos ideais políticos legados de João Pessoa. Deixar a marca daquele governo esculpida em bronze e pedra, significava passar para posteridade. Pois, “Os “arquivos de pedra” acrescentavam à função de arquivos propriamente dito um caráter de publicidade insistente, apostando na “ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea” (LE GOFF, 1992, p. 432).

Destarte, após o devido processo legal, o projeto nº 10 foi sancionado como Lei nº 708 e publicado no dia 1 de outubro de 1930. Vejamos seu teor:

Lei nº 708, de 30 de setembro de 1930

Manda erigir nesta capital uma estatua ao mallogrado presidente João Pessôa.

O presidente do Estado da Parahyba:

A Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Erigir-se-á nesta capital em ponto que a Prefeitura designar, uma estátua de tamanho natural, ao extinto presidente João Pessôa.

Art. 2º - Para a realização de alludido monumento, decretará o governo o necessário concurso, na conformidade legal, e designará uma comissão de quatro (4) thecnicos para dizer sobre as propostas dos concurrentes e fiscalizar os serviços de construcção.

§ Único - Dessa comissão será membro nato, extra numerário, o presidente com voto de qualidade, o director das Obras Públicas.

Art. 3º - Para a erecção da estátua, cuja inauguração o governo procurará levar a effeito dentro de doze (12) mezes, e se for possível no primeiro anniversário

da morte do homenageado, abrir-se-á um crédito indispensável, até a quantia de quinhentos contos de réis (500:000\$000).

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Parahyba, em 1º de outubro de 1930, 41º da Proclamação da Republica.

Alvaro Pereira de Carvalho
Adhemar Victor de Menezes Vidal
Flodoardo Lima da Silveira
(A UNIÃO, 02 out. 1930, p. 2)

Além da urgência na sanção dessa lei, cabe considerar que, do total dos vinte e nove Deputados Estaduais, cerca de 66% estiveram presente nas votações. Número suficiente para aprovar a proposta. Dentre os parlamentares que integravam o grupo, estava o deputado Joaquim Pessoa, irmão do tributado. Quanto aos ausentes nas sessões, tratava-se de opositores políticos que preferiram se omitir, a ter que votar contra tais projetos em favor da memória do ex-presidente¹⁷⁸.

Com a aprovação da lei, tinha-se o instrumento legal que validava a feitura do monumento. E através deste, os paraibanos teriam a personificação do seu rebento em praça pública, por toda a posteridade. Para executar a tarefa, entrou em cena Antônio Pessoa Filho, patrono da memória do primo. Responsável por sua monumentalização na Paraíba, a saber, nas cidades de Umbuzeiro, Campina Grande e João Pessoa. A partir de então, iniciou as tratativas para a obra da capital, conciliando com as das demais cidades que estavam sob sua responsabilidade.

Cabe salientar que em nosso segundo capítulo, nos debruçamos sobre o investimento pedagógico para a promoção dos monumentos, as subscrições, os discursos jornalísticos e os eventos que celebraram a memória de João Pessoa. Responsáveis por criar expectativas em torno desses objetos de memória. Revelamos o quanto o monumento a ser erguido na capital, por sua importância, suscitou divergências de interesses e discordâncias entre artistas da época.

Embora existisse uma lei específica para orientar a construção do monumento, Antônio Pessoa a desconsiderou e teve plena liberdade para coordenar os trabalhos. Juntamente com o Interventor da Paraíba, Antenor Navarro, decidiu pela não realização do concurso, em favor da

¹⁷⁸ De acordo com Aires (2006) os deputados ausentes no mês de setembro, durante a votação dos projetos em favor da memória mitificada de João Pessoa, eram epítacistas dissidentes que certamente temiam algum tipo de revolta da população, caso votassem contra tais projetos. Eram eles: José Pereira, Inácio Evaristo, José Queiroga, Isidro Gomes, Pedro Firmino, João de Almeida, Padre Manuel Octaviano e Juvenal Espínola.

escolha pessoal do escultor Humberto Cozzo para executar a obra. Portanto, desprezaram o artigo 2º da Lei nº 708 onde previa o seguinte: “Para a realização de alludido monumento, decretará o governo o necessário concurso, na conformidade legal”.

Quanto à forma de contratar o escultor, os responsáveis pela obra, Pessoa Filho e Navarro, desconsideraram o dispositivo legal e agiram conforme a conveniência e o interesse pessoal. Em carta para o Interventor¹⁷⁹, Pessoa Filho sugere que não se faça a concorrência pública e justifica seu ponto de vista administrativamente.

Pelo que toca a maneira de contratar o serviço, não deve, a meu ver preocupar o Sr. A dispensa da concorrência pública. Em tese, é de fato, o sistema da concorrência pública o mais recomendado; mas na prática administrativa tem ele dado os mais desastrosos e lamentáveis resultados, pelo menos entre nós que sabemos como ela de ordinário se processa. E pelo que toca, então, aos contratos de trabalho como o que nos interessa, é que muito maior deve ser o cuidado de quem os tenha de promover. (PESSOA FILHO, 1931)

Além dessa recomendação, Pessoa aponta a questão da vaidade pessoal entre os próprios artistas. Em seu ponto de vista, ao invés de oferecer integridade e ser justo com os artistas, a concorrência pública poderia provocar uma grande querela e discussão em demorado, que só iria prejudicar o Governo da Paraíba, e expôs o seguinte:

Não há classe em que as rivalidades, as competições e a ciúmada sejam maiores e mais profundas do que as dos artistas, pintores, escultores, musicistas, etc. Cada um deles se julga o maior que a terra produziu até aquele momento, e deixam longe nesse sentir estreito as mulheres... Formam-se em rodinhas, em grupinhos cujo assunto predileto, quase único, é detrair dos colegas. Ora, abrir uma concorrência pública entre eles é o mesmo que assanhar uma casa de marimbondos, cada um se julgará mais merecedor da preferência, os medíocres gritando mais que os outros; e os que não forem bem-sucedidos o menos que dirão depois é que houve maroteira do administrador na escolha que fizer. E o júri para fazer a adoção do projeto? Se tem que ser composto com elementos tirados dentre os artistas, que garantias de isenção poderão oferecer para assegurar que será feita a melhor escolha? (PESSOA FILHO, 1931, grifo do autor)¹⁸⁰

O ataque à vaidade artística dessa classe cultural foi bastante incisivo. Não sabemos se tal atitude foi para ter argumentos contra a concorrência pública, ou se para encerrar de uma

¹⁷⁹ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 1 mai. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹⁸⁰ Op. Cit.

vez o assunto e fechar a contratação direta com um artista em especial. Até então, outros artistas apresentaram projetos, fotografias e enviaram cartas ao Interventor, no intuito que este autorizasse o concurso. Contudo, a essa altura Cozzo já havia sido encarregado por Antenor Navarro de fazer uma maquete. Cujas fotografias foram divulgadas pelo jornal *A União* em 05 de abril de 1931, encerrando-se os debates entre os artistas interessados em executar o monumento.

6.3 – Concepções, negociações e fiscalização da obra

No acervo pessoal de Pessoa Filho¹⁸¹, encontra-se uma série de recortes de jornais e fotografias sobre o monumento denominado “Altar da Pátria”. Dentre eles, um recorte com a imagem da maquete. O acervo revela que para além do dever de prestar contas ao governo paraibano, evidencia-se seu cuidado em guardar o material concernente à trajetória da obra, um trabalho de arquivista. Essa postura demonstra a sua dedicação na tarefa de guardião da memória do primo. Memória essa que ele tanto se empenhava em lapidar cautelosamente.

A pedido do Interventor Antenor Navarro, Cozzo produziu a maquete do monumento. A qual foi divulgada enquanto ainda havia disputa nos jornais entre os artistas interessados em esculpir o monumento. O Governo da Paraíba se omitiu quanto à realização de algum tipo de concurso, acabando de uma vez com a esperança desses artistas.

¹⁸¹ O acervo pessoal de Antônio Pessoa Filho encontra-se no IHGP.

Imagem 59 – Maquete do Altar da Pátria



Fonte: Acervo de Antônio Pessoa Filho (Diário Nacional – SP, 17 dez. 1931)

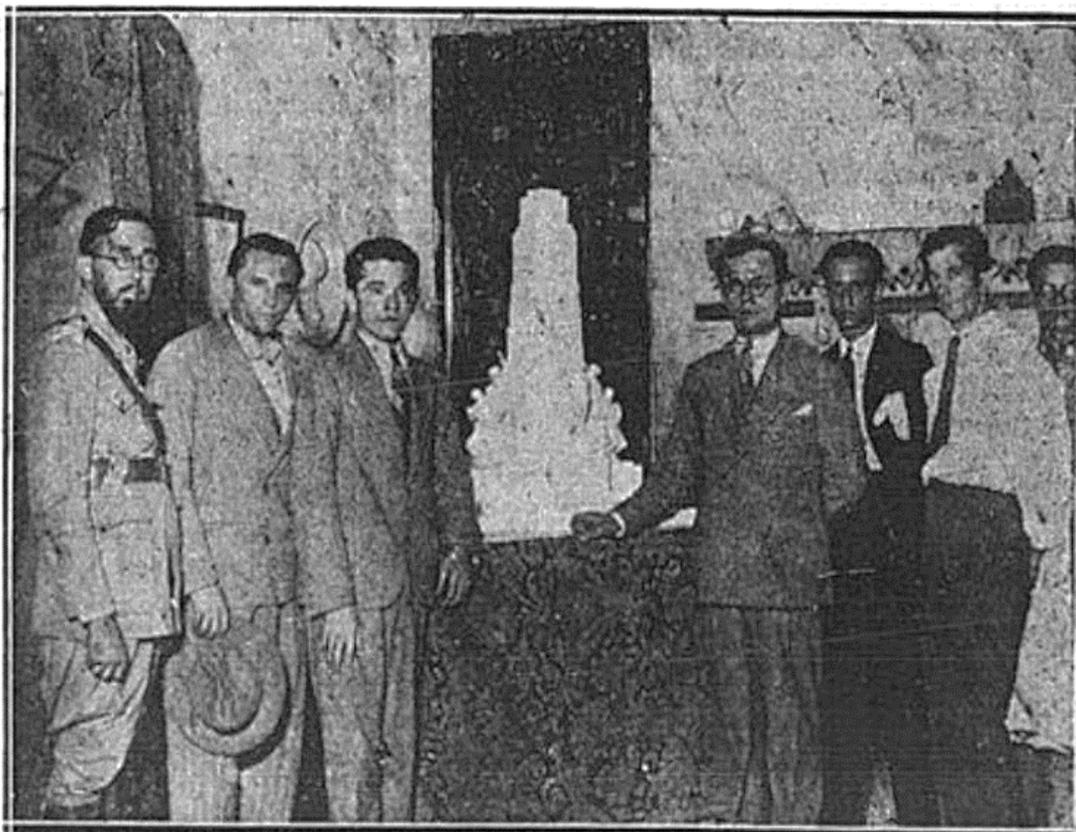
A maquete já era amplamente divulgada nos jornais da capital da República, antes mesmo do jornal *A União* publicar que Humberto Cozzo seria o escultor do projeto. A miniatura ficou em exposição no ateliê do artista e recebeu várias visitas ilustres. Uma delas foi registrada pelo *Correio da Manhã* (RJ):

O sr. José Américo, Ministro da Viação, esteve hontem, no atelier do escultor Humberto Cozzo, apreciando a “maquete” do monumento que, por iniciativa do governo do Estado da Parahyba, ao tempo em que ali esteve com o interventor dr. Anthenor Navarro, deliberou-se erigir em homenagem a João Pessoa. [...] O sr. José Américo, que foi acompanhado dos seus officiaes de gabinete [...], permaneceu por algum tempo no atelier trocando ideas com o escultor Cozzo, sobre a grande obra de arte. (CORREIO DA MANHÃ (RJ), 09 abr. 1931, p. 3)

A passagem de José Américo pelo ateliê do artista foi apontada em vários jornais que inclusive, já confirmavam ser Cozzo o escultor selecionado para executar a obra. Uma informação que não era difundida na Paraíba. Na sessão de telegramas, o *Jornal Pequeno* de

Recife (9 abr. 1931, p. 3), afirmou que o ministro visitou a maquete do monumento “encomendado pelo governo da Parahyba”.

Imagem 60 – Ministro da Viação visita a maquete do monumento a João Pessoa



O ministro da Viação no atelier do escultor Cozzo

Fonte: *Correio da Manhã* -RJ (09 abr. 1931)

Na imagem acima identificamos José Américo de óculos, com o braço apoiado na maquete. Do seu lado, o terceiro homem que não traja terno e usa gravata, trata-se de Humberto Cozzo. Suas impressões acerca da miniatura foram descritas num telegrama enviado a Antenor Navarro.

Rio, 10 – Interventor Anthenor Navarro. João Pessoa – visitei hontem conforme seu pedido “maquete” João Pessôa tendo obtido bôa impressão. Saudações (a) José Américo de Almeida, Ministro da Viação. (AMÉRICO DE ALMEIDA)¹⁸²

¹⁸² AMÉRICO DE ALMEIDA, José. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro [S. l.]. Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP.

O jornal *A Batalha* (RJ) (9 abr. 1931, p. 5), informou que Cozzo, autor do monumento a José de Alencar em Fortaleza e de outras criações importantes, “foi encarregado de confeccionar o monumento que, na Parahyba, perpetuará a gloriosa memória do grande herói brasileiro que foi o bravo João Pessôa”. Salientou ainda que, José Américo “apreciou a ‘maquete’ do referido monumento, já aprovada pela comissão incumbida de levar a efeito essa justa homenagem”.

A aludida comissão era uma previsão disposta no artigo 2º, da Lei nº 708, em que o governo designaria uma comissão de quatro técnicos para dizer sobre as propostas dos concorrentes e fiscalizar os serviços de construção. Como não houve concurso, Pessoa Filho convidou parentes, amigos mais íntimos e que tinham conhecimento técnico para opinarem acerca do projeto apresentado por Cozzo, seus elementos escultóricos e fiscalizar os serviços.

Em carta enviada a Domingos Cunha, um dos colaboradores, Pessoa Filho comenta sobre essa primeira fase da concepção da obra.

Depois de entre eles [colaboradores e Cozzo] discutido vários alvites e modificações nos estudos iniciais, ficou assentado um plano definitivo, tendo o Sr. Cozzo apresentado a maquette e as plantas respectivas, e estas, em face das opiniões que sobre elas deram vários artistas, pessoas entendidas, parentes e amigos do Grande Homenageado, foram aceitas pelo Governo. (PESSOA FILHO)¹⁸³

No tocante à concepção artística do monumento, Cozzo teve total liberdade. Inclusive Domingos Cunha sugeriu a Pessoa Filho que deixassem o escultor livre para conceber a obra. Ele tinha capacidade e conhecimento técnico/artístico suficiente e era reconhecido entre seus pares. Afinal, seria um castigo ter sua obra “condenada pelo consenso geral”¹⁸⁴. Quanto à parte simbólica, ao que o monumento deveria representar para a Paraíba, algumas sugestões foram acatadas pelo escultor, em especial a observação feita por Epitácio Pessoa. Cujas impressões acerca da maquete foram registradas num telegrama enviado a Antenor Navarro, após sua visita ao ateliê de Cozzo:

Rio, 25- Interventor Federal – João Pessôa. Tive bôa impressão monumento aspecto majestoso concepção feliz symbolismo expressivo digno mesmo

¹⁸³ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Domingos Cunha. Rio de Janeiro, 19 set. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹⁸⁴ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Domingos Cunha. Rio de Janeiro, 7 dez. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

tempo Parahyba João Pessoa. **Pareceu-me apenas ser acertado suprimir capa reveste estátua visto monumento destinado lembrar personalidade João Pessoa não como magistrado mas como governo Patriota da Parahyba.** Artista está de acordo. Saudações cordiais. (a) Epitácio Pessoa. (Arquivo Privado de João Pessoa, IHGP, grifo nosso)

Numa perspectiva geral, Eptácio Pessoa definiu a obra como majestosa e de um simbolismo expressivo. Sendo esta sua maior preocupação. Afinal, o que o monumento deveria transmitir, qual imagem e simbolismo perpassaria os anos? Qual a versão de João Pessoa deveria ser eternizada? Ante essa reflexão, Pessoa considerou que seria melhor suprimir a toga que revestia a estátua. Pois este era emblema da época em que João Pessoa foi juiz, quando ocupou o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar. Nos anos 1920, atuou como juiz nos processos movidos contra os envolvidos nos levantes tenentistas, destacando-se pelo rigor e autoritarismo contra os acusados.

Ao suprimir a capa, essa versão de João Pessoa seria ofuscada, em favor de outra, moldada de acordo com os interesses daquele momento. Pretendia-se enfatizar a versão do “herói-mártir”, o que deu seu sangue pela pátria, ao invés do juiz autoritário e rigoroso. Por isso, sugeriu que fosse suprimida, na verdade a toga ainda permaneceu, não vestindo-o por inteiro como antes, mas apenas sobreposta no ombro.

Quanto à expressão fisionômica, aspecto extremamente importante da estátua e certamente a parte mais delicada, também recebeu sugestões de Eptácio Pessoa. Embora tenha atuado e acompanhado de perto todas as fases da elaboração da obra, Antônio Pessoa recebeu importantes sugestões de familiares¹⁸⁵. Os traços da escultura da capital são bem particulares, não são iguais aos demais aqui estudados. Tem a feição séria, própria de um homem de meia idade e ao mesmo tempo, um rosto plácido e *tranquilo*.

¹⁸⁵ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 30 set. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

Imagem 61 – Perfil da estátua a João Pessoa



Fonte: Jornal da Paraíba (2018)¹⁸⁶

Além das visitas ilustres de José Américo e Epitácio Pessoa, também apreciaram e aprovaram a maquete celebridades importantes do meio artístico, tal como: Fernando Magalhães (Pres. da Academia Brasileira de Letras), Lúcio Costa (Dir. da Escola Nacional de Belas Artes), Nestor Figueiredo (Pres. do Instituto de Arquitetos e da Associação do Artistas Brasileiros), Morales de Los Rios (Prof. da Escola Nacional de Belas Artes, ex-presidente do Instituto de Arquitetos e secretário do Comitê Pan Americano de Arquitetos), Marques Junior (pintor premiado com prêmio de viagem e medalha de ouro do Salão de Belas Artes e Pres. da Sociedade Brasileira de Belas Artes), Pedro Bruno (pintor laureado, grande medalha de ouro do Salão de Belas Artes), Paschoal Carlos Magno e Olegario Mariano que, segundo Cozzo, dispensavam comentários.

Estas personalidades foram convidadas pelo escultor, com a anuência de Antônio Pessoa, para emitirem individualmente um parecer sobre a maquete. Uma preocupação relatada por ele na carta transcrita pelo jornal *A União* (15 abr. 1931, p. 1), onde afirma que, tendo em vista “o vulto da obra”, “a parte comercial” e para dar “maior segurança sobre o valor da mesma”, desejava “evitar críticas posteriores”. Diante dos pareceres apresentados e divulgados neste jornal, Cozzo concluiu: “Felizmente, posso me considerar satisfeito com o êxito de meus

¹⁸⁶ Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/2018/07/26/joao-pessoa-ou-parahyba-movimento-que-defende-mudanca-nome-da-capital-completa-10-anos> Acesso em 10 out. 2019.

esforços [...]”. Ou seja, ele se cercou de todos os cuidados, buscou a aprovação da crítica artística para validar seu trabalho e poder fazer uma composição artística irreprochável. Por isso, recebeu muitos elogios, os quais obviamente constaram na matéria.

Pessoa Filho acompanhou de perto todo o processo da construção do monumento, “com o carinho que me merece tudo o que se relaciona com a personalidade do Grande Parahybano”. Quanto às suas impressões pessoais, afirmou numa correspondência enviada a Antenor Navarro que havia gostado muito do trabalho. Considerou o resultado “muito expressivo, de linhas severas e elegantes, imponentes mesmo”. E esta não era apenas a sua opinião pessoal. Pois, “de vários artistas e pessoas entendidas tem o Cozzo recebido impressões e pareceres, todos accordes em dizer-lhe que o projecto está inspirado com muita felicidade e satisfaz bem ao que a Parahyba deseja”¹⁸⁷. Dias depois, noutra correspondência para Antenor Navarro, Pessoa Filho reforçaria o esmero do trabalho de Humberto Cozzo.

Não podia ser melhor para mim essa impressão, sem outra têm sido experimentada por todos quantos o têm visto. Sem falar nos artistas e technicos que deram por escripto o seu parecer, muito grande tem sido a romaria de entendidos, amigos, admiradores e curiosos ao atelier do illustre escultor patricio. É geral, unanime, o entusiasmo que a todos tem despertado a “maquette”. Foi mesmo muito feliz o artista na sua concepção e essas felicitações que tem recebido valem por um justo premio para os seus estudos e pelo grande trabalho que teve. (PESSOA FILHO, 1931)¹⁸⁸

Diante de tão grande aprovação da miniatura da obra, Pessoa Filho sugere ao Interventor que reconheça o trabalho do artista, por sua dedicação e estudo, pelo tempo e trabalho despendido para atender ao seu pedido de fazer o projeto. Aconselha Navarro a acatar a proposta e já resolver os trâmites para a assinatura do contrato para a execução do projeto. Ademais, tal atitude deveria ser publicizada e seria “um testemunho eloquentissimo do seu apreço e veneração pela memoria do Grande Presidente; responderia com um gesto de altíssima significação e delicadeza, a essas picuinhas e intrigas que parentes incontentáveis do Insigne Parahybano vivem a tecer contra a sua pessoa e a sua administração”. Como também,

¹⁸⁷ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 14 mar. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹⁸⁸ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 1 mai. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

“forneceria aos homens de senso e de critério elemento valioso para confundir seu nome a uma iniciativa que é tão grata ao coração dos parahybanos”¹⁸⁹.

As intrigas e picuinhas a que Pessoa se refere, certamente decorriam de questões políticas, da forma de atuação do Interventor no governo estadual. Navarro havia participado efetivamente da trajetória do movimento de 1930, era aliado de José Américo e foi por ele indicado para assumir a interventoria da Paraíba. Se proclamava continuador do governo de João Pessoa. Contudo, tomou algumas medidas que trouxeram embaraços para a formação da base do americanismo¹⁹⁰ no Estado paraibano e certamente também desagradou alguns membros da família “Pessoa”.

Após a anuência de Navarro e de Pessoa Filho, foi divulgado o memorial descritivo da obra. Tratava-se de uma construção imponente e com forte narrativa cívica. O monumento teria uma base de quatorze metros e dez metros de altura, possuindo quatro lados:

No primeiro plano destaca-se em tamanho natural, de pé, a figura do filho do heroico Estado. Á direita e á esquerda dois grupos também em tamanho natural, representando a Acção e o Civismo.

Duas figuras masculinas simbolizam primeiro o grupo, tentando quebrar dois blocos de granito que têm nas mãos. O segundo grupo é representando por dois gladiadores que defendem o Civismo.

Ao fundo ve-se uma grande figura de homem empunhando a bandeira da victoriosa Parahyba. (CORREIO DA MANHÃ (RJ), 9 abr. 1931, p. 3)

A descrição estética da obra foi divulgada em vários periódicos, sem nenhuma modificação expressiva no seu detalhamento¹⁹¹. Apresentamos aqui a versão extraída da carta que o escultor enviou ao Interventor Antenor Navarro, publicada no jornal *A União*, em 15 de abril de 1931. Cabe salientar que essa descrição é idêntica à que consta no contrato de execução da obra. Vejamos:

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ Após a morte de João Pessoa, José Américo de Almeida assumiu a liderança política na Paraíba e o americanismo passou a ser o grupo político que emanava o poder. Para um maior conhecimento sobre a formação do poder político de José Américo de Almeida, conhecido como americanismo (1928 a 1935), vide: SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. 157f. E para entender melhor acerca da interventoria de Navarro, vide: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Antenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007. 160f.

¹⁹¹ São exemplos: *A União* (JP), *Correio da Manhã* (RJ), *Diário da Manhã* (SP) e *Diário Nacional* (SP).

Satisfeito com os primeiros ensaios, executei a 'Maquette' definitiva na escala de 1-10 [...]. Ao iniciar o meu projecto, foi meu escôpo unir um conjunto de linhas architectonicas, sobrias, modernas e harmoniosas entrecortadas entre si e que, embora conservando o seu caracter monumental, não o tornasse pezado aos olhos do espectador; assim, iniciando-se por uma ampla base de 14 metros por 10, fazendo como que parte integrante da praça, eleva-se o monumento por uma harmonia de blocos sobrepostos á altura de 10 metros.

Nas partes lateraes do monumento dois grupos grandiosos e symetricos como requer o conjunto, symbolizarão em synthese, os dois traços culminantes da vida gloriosa do grande vulto que se vae homenagear: Acção e Civismo.

O primeiro representado por duas figuras masculas que sustêm em seus braços vigorosos uma bigorna, symbolo do trabalho e actividade, guiados pela figura alada do Genio.

O outro, duas figuras destemidas de combatentes, dispostos á lueta em defeza de seus ideaes, symbolizarão o "Civismo". (A UNIÃO, 15 abr. 1931, p. 1)

Imagem 62 – Esculturas Acção e Civismo



Fonte: Acervo da autora.

As esculturas másculas que representam a “ação” e o “civismo”, simbolizam os traços característicos da vida do ex-presidente. Ambas são guiadas por uma figura alada, descrita por Cozzo como sendo um gênio. Entretanto, trata-se de uma figura alada feminina, o que é constatado pelo volume dos seios. A qual, oferece uma suavidade à composição artística, formada por figuras másculas.

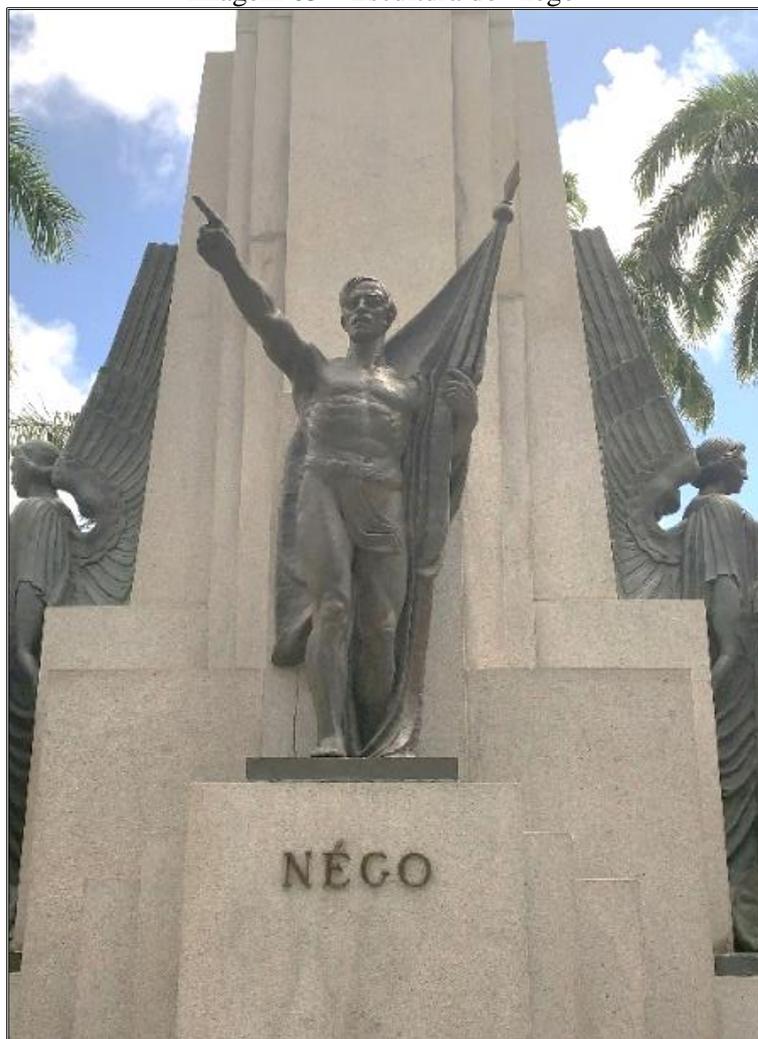
Ao pé de ambas as esculturas há uma placa com inscrições gravadas em prol da memória de João Pessoa. A primeira delas foi oferecida pelos Universitários de Minas Gerais, estado que fazia parte da Aliança Liberal. A placa que adorna o grupo escultórico “Civismo”, foi trazida à Paraíba por uma comissão de quinze universitários mineiros que vieram pessoalmente entregar ao Governo do Estado uma placa em bronze, por ocasião do primeiro aniversário de morte de João Pessoa e que deveria ser colocada no monumento a ser erguido na capital paraibana (JORNAL PEQUENO, 1 jul. 1931). Nela, consta a seguinte inscrição: “À memória do grande João Pessoa o culto eterno dos Universitários de Minas Gerais-26-VII-MCMXXXI”.

Já a placa cravada na base do grupo escultórico “Ação”, foi doada por São Paulo, anos após a inauguração do monumento. Eis o conteúdo da referida inscrição: “Ao vulto imortal de João Pessoa, símbolo dos nobres princípios de brasilidade. A embaixada paulista rende o culto da juventude solícita ao ofertar o sangue em holocausto a felicidade da pátria. S. Paulo 25 – 1 – 1939”. Tal ocorrência revela que o culto em memória a João Pessoa havia ganhado uma dimensão nacional.

Continuando a descrição estética, na escultura denominada de Négo, Cozzo assim expôs:

Na parte posterior do monumento uma figura energética empunhando a bandeira da Parahyba e o braço direito distendido em sinal de protesto, simbolizará a célebre frase: Négo. (A UNIÃO, 15 abr. 1931, p. 1)

Imagem 63 – Escultura do “négo”



Fonte: Acervo da autora.

Por sua vez, a estátua foi assim definida pelo artista:

Na parte anterior, em attitude serena e natural, a estátua ao grande brasileiro, tendo em seus ombros, como complemento decorativo, a toga de magistrado. Nas extremidades lateraes da base, dois bancos que serão executados em granito, completam o monumento. (A UNIÃO, 15 abr. 1931, p. 1)

Imagem 64 – Escultura de João Pessoa – Altar da Pátria



Fonte: Acervo da autora.

Os bancos laterais (sinalizados com círculo) convidam o espectador a sentar e admirar a obra de arte. Uma peça proposital, criando um ambiente favorável para que se possa aprender sobre o personagem, entender sobre a narrativa do monumento. A estátua possui o pé direito um pouco à frente, dando a impressão de movimento. A mão direita dentro do bolso do paletó e a esquerda, apoiada nas costas, numa outra variante da maioria das estátuas de João Pessoa em que ele foi esculpido com as duas mãos apoiadas nas costas¹⁹². Na base, no canto esquerdo há a indicação do artista: “H. COZZO – Esculptor”.

¹⁹² Citamos como exemplo as estátuas das cidades de Monteiro – PB, Campina Grande – PB, Rio de Janeiro – RJ.

Imagem 65 – Perfil da estátua a João Pessoa



Fonte: Acervo da autora.

Após toda a euforia em torno da maquete e seu memorial descritivo, com a divulgação nos jornais, as visitas ao ateliê de Cozzo e os elogios feitos pelos pareceristas, Antônio Pessoa cuidou em agilizar a parte burocrática. Em 2 de julho daquele ano, recebeu do artista o orçamento da obra. Nesse documento, encontramos detalhes exclusivos quanto às especificidades estruturais do monumento:

ORÇAMENTO PARA A EXECUÇÃO DE UM MONUMENTO AO DR. JOÃO PESSOA PARA O ESTADO DA PARAHYBA, DE ACORDO COM A “MAQUETE” APRESENTADA E APROVADA

O monumento terá a altura de 10,00 mts. por uma base rectangular de 14,00 mts. de largura por 10,00 mts. de fundo.

A parte architectonica sera executada em granito baranco (picota fina) de primeira qualidade e a parte esculptorica em legitimo bronze.

A parte esculptorica compõe-se de dois grupos lateraes de trez figuras cada um, symbolizando: A ACCÇÃO e CIVISMO; uma estatua que será collocada na parte posterior do monumento, symbolizando a phrase: NÉGO e uma estatua do illustre homenageado para a parte anterior.

Todas as figuras exceptuando-se esta ultima (que terá 2,20 mts. de altura) terão a proporção de 2,50 mts. para maior grandiosidade da obra.

Ao alto do monumento serão colocados cinco reflectores sendo um para cada face, com instalação electrica interna.

O orçamento para a execução dos modelos em gesso, granito, bronze, embalagem, transportes, alicerces, assentamento, instalação eléctrica reflectores, etc. é de 350:000\$000 (trezentos e cinquenta contos de réis) ficando ao cargo do Governo da Prahya as despesas de transporte e frete do porto de embarque ao local onde será erijido o monumento e o fornecimento do madeirame necessário aos andaimes.

As condições de pagamento serão estipuladas na assinatura do contracto.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1931¹⁹³.

Pelas proporções aqui delineadas, evidencia-se a imponência da obra. Conforme deixou claro numa correspondência para Navarro, Pessoa Filho estava muito satisfeito com a repercussão do monumento e os elogios atribuídos a ele. Em suas impressões pessoais, o qualificou como “suntuoso e muito expressivo”. Seria um dos mais importantes monumentos do país, afirmou que, “a não ser o monumento do Ipiranga, em S. Paulo (obra que custou 3 mil contos) nada haverá no Brasil que se lhe possa comparar” (PESSOA FILHO, 1931)¹⁹⁴. Na sua concepção, seu primo merecia uma homenagem análoga à feita para D. Pedro I.

Para custear a majestosa homenagem, o Governo da Paraíba gastou a quantia de trezentos e cinquenta contos de réis (350:000\$000)¹⁹⁵. Um valor oneroso para os cofres públicos de um Estado que não estava bem economicamente. Ainda assim, cabe lembrar que o artigo 3º da Lei nº 708, autorizou o governo a gastar até a quantia de quinhentos contos de réis (500:000\$000). Portanto, o valor pago a Humberto Cozzo estava dentro do orçamento previsto. O que demonstra que a Paraíba não mediu esforços para concretizar a homenagem ao seu ilustre filho.

Conforme o orçamento, já estava incluso, os modelos em gesso, granito, bronze. A embalagem, transporte, alicerce, assentamento, instalação eléctrica e reflectores. Ficando a cargo do governo as despesas referentes ao transporte e frete do porto de embarque da obra (Rio de Janeiro), até o local onde será erigida (Paraíba) e o fornecimento do madeirame necessário aos andaimes.

¹⁹³ COZZO, Humberto. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa. Rio de Janeiro, 2 jul. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹⁹⁴ PESSOA FILHO, Antônio. [Correspondência]. Destinatário: Antenor Navarro. Rio de Janeiro, 1 mai. 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹⁹⁵ Fazendo-se uma conversão, o valor pago pelo conjunto escultórico corresponde atualmente, a aproximadamente R\$ 8.750,000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta reais). A conversão dos valores em contos de réis, foi feita com a ferramenta do site do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores,581,0.htm>. Acesso em 20 out. 2019. Uma outra comparação pode ser feita levando em consideração o Decreto da receita e despesa do Município de Umbuzeiro para o ano de 1933, que orçou o gasto para aquele ano no valor de noventa e quatro contos de réis (A UNIÃO, 25 mai. 1933, p.10). Nessa perspectiva, o valor pago pela obra daria para manter os gastos de Umbuzeiro por quase quatro anos.

Após a apresentação do orçamento, Pessoa Filho, juntamente com a comissão responsável pela fiscalização da obra, cuidou em esboçar a minuta do contrato. Até chegar em sua versão final, o texto foi revisado várias vezes. Acrescentou-se algumas sugestões e foram redigidas outras cláusulas. Todas as modificações foram acatadas por Humberto que não fez nenhuma objeção¹⁹⁶. A negociação foi feita sem nenhum problema, não havendo nenhum tipo de embaraço, conforme indicam as correspondências entre Pessoa Filho e Cozzo.

Pouco mais de um ano após ser decretada a Lei nº 708, no dia 9 de dezembro de 1931, Antônio Pessoa assinou o contrato com Cozzo¹⁹⁷. Do início das discussões para a construção do monumento no Legislativo Estadual, até sua inauguração em 8 de setembro de 1933, irá transcorrerem três anos. Nesse período, assumiram o Governo da Paraíba: Álvaro Pereira, José Américo, Antenor Navarro e Gratuliano Brito. A todos, Pessoa Filho prestou contas e se manteve firme na tarefa de monumentalização de João Pessoa.

O contrato em si era bastante minucioso. Foi revisado pela comissão de técnicos designada por Pessoa Filho e formada por Domingos Cunha, Lima Mindello e Leonardos. Estes foram encarregados de dar sugestões, emitir parecer e orientar a negociação. Em sua ementa, na primeira página, constava uma breve síntese do objeto do contrato e das partes:

CONTRACTO PARA A CONSTRUÇÃO E LEVANTAMENTO DE UM MONUMENTO EM HOMENAGEM A MEMORIA DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA NA CAPITAL DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE QUE, DE ACCORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CLAUSULAS ABAIXO, ENTRE SI FAZEM O GOVERNO D'AQUELLE ESTADO REPRESENTADO PELO DR. ANTONIO PESSOA FILHO E O SR. BARTHOLOMEU COZZO, ESCULPTOR, QUE TAMBÉM SE ASSIGNA HUMBERTO COZZO, BRASILEIRO, CASADO DOMICILIADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

O documento continha uma capa específica do 3º Ofício de Registros de Títulos e Documentos. Seu conteúdo estava disposto em seis páginas, todas rubricadas pelos contratantes e dividido em duas partes principais: a descritiva e as cláusulas contratuais. Na primeira, constava o memorial descritivo da obra, conforme havia sido divulgado na imprensa. As cláusulas contratuais estavam divididas em onze artigos, minuciosamente detalhados.

¹⁹⁶ COZZO, Humberto. [Correspondência]. Destinatário: Antônio Pessoa Filho. Rio de Janeiro, 29 set 1931. Dossiê Monumento a João Pessoa, Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho, IHGP.

¹⁹⁷ Antenor Navarro autorizou a assinatura do contrato, conforme telegrama enviado à Pessoa Filho, recebido em 6 de dezembro de 1931.

A parte arquitetônica seria executada em granito claro picotado, a ser escolhido pela comissão fiscalizadora. Seus blocos deveriam ser os maiores possíveis, para evitar junções. Quando possível, os blocos dos pedestais deveriam ser inteiros constituindo uma só peça. As esculturas deveriam ser fundidas em bronze legítimo, após aprovação do modelo em gesso. Podendo ainda o fiscal acompanhar pessoalmente o processo de fundição propriamente dito. E cada peça, em bronze ou granito, só seria despachada para Paraíba após aprovação por escrito, em duas vias.

O escultor contratado deveria ir até a Paraíba para acompanhar a execução da obra desde seu embasamento, orientando o serviço de cantaria, instalação elétrica, deixando tudo em perfeito estado, até o fim do seu assentamento, responsabilizando-se pela entrega do monumento pronto e acabado para sua inauguração.

A cláusula do art 7º previa, “se possível”, a instalação de um poço no interior da obra, permitindo o acesso de pessoas aos refletores e contendo as aberturas necessárias para ventilação. Previsão esta que não foi levada a efeito, visto que o monumento não possui nenhum tipo de acesso ao seu interior.

O contrato versava ainda sobre material, mão de obra, transporte e o prazo de execução estipulado em dezoito meses.

O pagamento seria dividido em sete parcelas trimestrais, sendo a primeira e a última as mais altas, estipuladas no valor de cem contos de réis. Sendo estas pagas conforme andamento dos trabalhos e sua respectiva avaliação. Havia inclusive previsão de multas em caso de atraso.

Assinado em 9 de dezembro de 1931, e registrado no dia seguinte, no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos, do Rio de Janeiro. Na última página constavam as assinaturas dos contratantes e suas firmas devidamente reconhecidas, bem como a assinatura das testemunhas. Foram feitas três vias do contrato, assinados e selados com estampilhas. Sendo duas vias destinadas ao Governo do Estado da Paraíba e uma via para o Escultor.

Contrato assinado, foi dada a largada para o início da obra, prevista para ser entregue em dezoito meses, ou seja, em junho de 1933. Todo o andamento da construção do Altar da Pátria foi devotamente acompanhado por Pessoa Filho, que a todos os atos informava e deliberava com o Interventor Federal, por meio de carta ou telegrama. Só tomava alguma medida quando recebia sua anuência e ao que nos indicam as missivas, tudo transcorreu bem.

A Paraíba pagou trezentos e cinquenta contos de réis pelo monumento, conforme pactuado no contrato e previsto no orçamento da Lei nº 708. Todos os recibos referentes aos

pagamentos foram enviados ao Governo da Paraíba. Durante esse período de execução da obra de arte, houve atrasos nos pagamentos por parte deste e para não atrapalhar o andamento do serviço, que estava sob sua responsabilidade, Pessoa Filho chegou a pagar algumas parcelas de seu bolso, recebendo do governo em seguida, possibilitando que o monumento ficasse pronto para inauguração no prazo estipulado contratualmente.

Ao que nos indicam as fontes (recibos de Cozzo, prestações de contas de Antônio Pessoa) e a documentação que compõe o “Dossiê do Monumento”, o Altar da Pátria foi pago pelo Governo da Paraíba. E portanto, não houve contribuição de nenhum valor arrecadado nas subscrições feitas após a morte de João Pessoa e divulgadas nos jornais. Tão ávidas no início, parecem ter acabado um ano depois. Não identificamos na pesquisa o destino dos valores arrecadados nessas campanhas. Contudo, elas adentraram o imaginário e serviam para criar sentimentos de identidade entre os indivíduos e o homenageado, conforme já discutido em capítulo anterior dessa pesquisa.

6.3.1 – A chegada do monumento e a cerimônia de colocação da pedra fundamental

No decorrer desta semana deverá chegar a esta capital o monumento que a Parahyba vai erigir à memória do presidente João Pessoa, executado pelo escultor Humberto Cozzo, por encomenda do governo. As providências preliminares para o início da montagem da monumental obra de arte já estão sendo tomadas pelo Sr. Borja Peregrino, prefeito da capital. O pavilhão existente no centro da praça que tem o nome do grande cidadão está prestes a desaparecer, desmontado, para dar lugar ao assentamento da base da nova construção.
(A UNIÃO, 25 mai. 1933, p. 1)

A *União* já anunciava a chegada do tão esperado monumento. A última retreta tinha sido realizada e os trabalhos para a instalação da obra foram iniciados. Todo o trajeto e depósito das peças foram minuciosamente estudado pelo escultor e por Pessoa Filho. Conforme consta no dossiê do monumento, há uma planta do porto com a indicação dos armazéns, tendo o Ministro da Viação autorizado o inspetor de Portos a disponibilizar para Humberto Cozzo os lotes de número 33, 84 e 85, do quarteirão número 9 do cais do porto no Rio de Janeiro, para neles serem depositados todo material do monumento a ser transportado para Paraíba.

Assim, estando toda a obra pronta, Cozzo embarcou as peças pelo vapor Araçatuba, no dia 16 de maio de 1933. Eram noventa e seis volumes, pesando cento e trinta toneladas, o que foi comunicado pelo artista via telegrama, ao então Interventor da Paraíba, Gratuliano de Brito (A UNIÃO 18 mai. 1933, p. 1). Dias depois o escultor seguiu viagem com destino à Paraíba para estudar *in loco* os aspectos pertinentes a instalação do conjunto escultórico.

Com a chegada das peças do conjunto escultórico iniciaram-se os preparativos para a construção da “memória lapidar e marmórea” de João Pessoa. No dia 4 de junho, Humberto Cozzo se reuniu com o prefeito da capital e o Interventor Federal para tratarem dos trabalhos referentes à fundação. Foi formada uma comissão específica para deliberar sobre o assentamento do monumento, a delegação do Plano da cidade. Naquela mesma semana, outras reuniões foram realizadas. Participaram do planejamento arquitetos, engenheiros, além do Interventor, do escultor e do prefeito. Após a reunião o grupo visitou a praça onde já se encontrava uma parte do material¹⁹⁸.

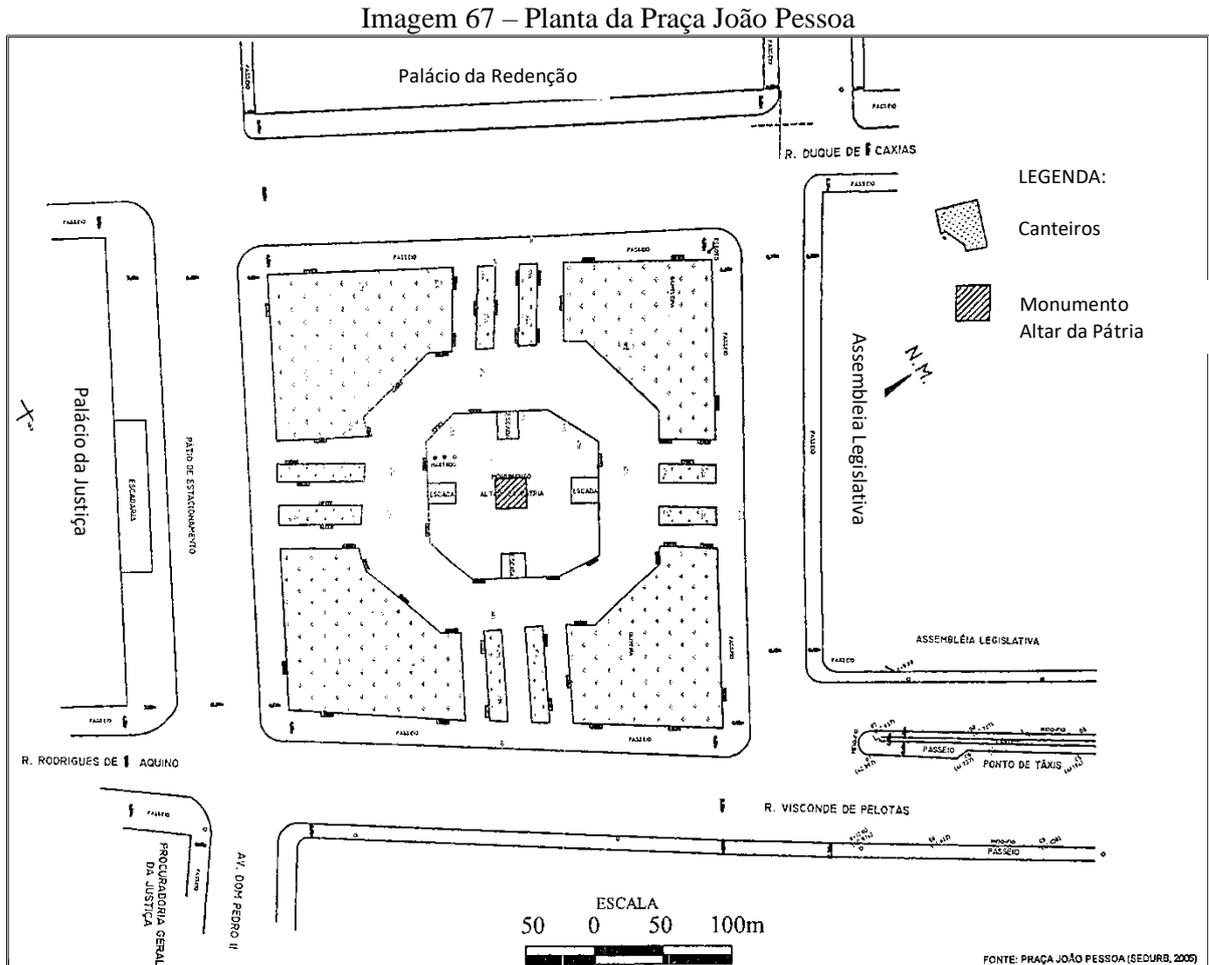
Imagem 66 – Desmonte do coreto e preparo da fundação do Altar da Pátria



Fonte: Acervo do IHGP

¹⁹⁸ As reuniões foram noticiadas no jornal *A União* nos dias 4 e 6 de junho de 1933.

O logradouro considerado o mais relevante da cidade, havia passado por reformas e foi remodelado para receber em seu centro, a obra de arte esculpida por Cozzo. Numa exposição sobre sua administração, o Interventor afirmou que a praça não poderia continuar com a “feição antiga, em linhas que destoavam, por completo, do estylo que presidiu à confecção da obra que hoje constitui o seu principal motivo”. Para receber o monumento, foi elaborado “um projecto de jardim moderno pelo urbanista Nestor de Figueirêdo”. Neste, os canteiros, antes quase todos sinuosos, ganharam linhas modernas e retilíneas, com “iluminação bastante e com aspecto inteiramente novo”¹⁹⁹. Após a reforma nos anos 1930, o logradouro ganhou novos contornos e continua com este traçado atualmente, conforme a planta a seguir.



Fonte: Ramos (2006, p. 77)

¹⁹⁹ Exposição da Administração do Interventor Gratuliano Brito 1932 a 1934. Imprensa Oficial. João Pessoa. 1935.

Feito o planejamento e os ajustes necessários, foi marcada a cerimônia para assentar a pedra fundamental do monumento, iniciando-se a construção da “memória lapidar e marmórea” (LE GOFF, 1992) de João Pessoa. A pedido do Governo do Estado, o Centro Cívico João Pessoa organizou o evento com o intuito de torná-lo eminentemente popular. Os organizadores enviaram convites ao povo, explicando a importância daquele momento cívico para os paraibanos. A viúva do homenageado, D. Maria Luiza e o Ministro da Viação Dr. José Américo foram especialmente convidados pelo Interventor. Ambos não puderam comparecer. Conforme nota n’*A União*, a viúva telegrafou ao cunhado Oswaldo Pessoa, pedindo que representasse a família. Contudo, noutra nota desse jornal, informou que Pessoa não pôde comparecer por motivo de doença e esteve representado por meio do prefeito Borja Peregrino. Quanto ao Ministro da Viação, foi representado pelo Dr. Irineu Joffily.

Entretanto, a ausência da família nesse primeiro ato memorialístico, ia além das desculpas dadas através do jornal. Após a morte de João Pessoa, sua família, especialmente seus irmãos, não o substituíram no poder, como imaginava-se. Rapidamente o governo federal tomou para si o cadáver do mártir paraibano, aproveitando-se de todo o significado de sua morte, juntamente com a ideologia da Revolução de 30. Dando continuidade aos seus ideários políticos, legitimando o governo de Getúlio Vargas.

Destarte a conjuntura política da época e as circunstâncias daquele momento também contribuíram para o distanciamento da família. A data do evento havia sido escolhida intencionalmente pois, no dia seguinte, ocorreria a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Na qual o irmão do homenageado Joaquim Pessoa, concorria ao cargo de deputado, em um pleito marcado por violências, ameaças, censura à imprensa e muita intranquilidade (SANTANA, 1999).

De acordo com Aires (2013, p. 107) na prática, “a solenidade tinha um cunho político partidário, pois legitimava os seus realizadores, os americistas. Era como se João Pessoa, já um pedaço de pedra, viesse render votos ao Partido Progressista”. E foi o que aconteceu na eleição em nível estadual, para os representantes da Paraíba na Assembleia Nacional Constituinte. Ao lado da fotografia da benção da pedra fundamental do monumento, *A União* (13 jun. 1933) anunciou o resultado das eleições na primeira página: “As eleições de ante-hontem – Fechando o cyclo dos seus triumphos, [...] o Partido Progressista da Parahyba obtém significativa victoria, na duodécima secção da Capital”.

Todas as cinco vagas destinadas à Paraíba para deputado constituinte, foram ocupadas por candidatos do Partido Progressista²⁰⁰. Na Paraíba, a propaganda, pré e pós rebelião forneceu suporte ideológico para validar a atuação dos novos detentores do aparelho do Estado, inculcando a ideia de transformação política. O chefe do Partido Progressista, José Américo, foi elevado a condição de herdeiro político de João Pessoa, alijando definitivamente a liderança epitacista²⁰¹ (GURJÃO, 2020).

A Associação Comercial enviou nota ao Jornal *A União*, convidando o comércio a fechar as portas às 15h e poder participar do lançamento da pedra fundamental. O mesmo fez o diretor da Academia de Comércio Epitácio Pessoa, convocando os corpos docente e discente para participarem da solenidade. A Diretoria da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, também convidou as associadas através do jornal estatal, para que se reunissem na sede da associação e seguissem juntas em marcha, até o local da solenidade.

Após todos os preparativos, no sábado, dia 10 de junho de 1933, às 16h foi realizada a cerimônia. De acordo com *A União*, foi um ato celebrado festivamente, pelas autoridades e o povo em geral. Destacando-se a presença do Interventor Federal Dr. Gratuliano Brito, o prefeito Borja Peregrino, o arcebispo da Paraíba, D. Aducto, os comandantes e oficiais do 22º Batalhão de Caçadores e da Força Pública, magistrados, corpo consular, auxiliares do governo estadual, federal e municipal, representantes de associações de classe, professorado público e respectivas escolas, colégios, membros do clero e da imprensa.

O ato foi iniciado com a bênção sobre a pedra fundamental pelo arcebispo. Em seguida, o Orfeão da Escola de Música “Anthenor Navarro”, cantou o Hino a João Pessoa. Igualmente executado pelas bandas de música do 22º B. C. e da Força Pública.

²⁰⁰ Sobre as eleições estaduais de 1933, conferir a “Exposição – Eleição de 1933 – o limiar da Justiça Eleitoral”. Disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral: <https://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/exposicao-eleicoes-de-1933> Acesso em 10 nov. 2021.

²⁰¹ Para saber mais a respeito da crise do epitacismo e dos demais governantes do estado, vide: RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder** (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1989, p.201-268.

Imagem 68 – Benção da pedra fundamental



Fonte: *A União* (13 jun. 1933)

Dando prosseguimento à cerimônia, o Cônego Major Mathias Freire pronunciou um extenso e eloquente discurso, do qual, extraímos os seguintes trechos:

Esta praça é um dos locais sagrados pelo civismo parahybano. Porque está circundado de fortalezas de nossa liberdade, de nosso pensamento, de nosso heroísmo, nas lutas maiores que temos ferido, até hoje, contra os erros de uma República sem republicanos. [...] **Aqui viemos, senhores, para assistir às primeiras fundações de um templo, que terá vida bem mais longa, bem mais expressiva, bem mais eloquente que nossa vida individual.** Vamos ter aqui uma escola permanente e sempre aberta às gerações futuras para o ensino e a aprendizagem de um evangelho de salvação pública, para o culto da coragem [...] **Os templos religiosos são destinados ao culto do' Deus Vivo e sacramentado e dos Santos de sua doutrina [...]. Os monumentos civicos tem uma finalidade parecida, porque são erigidos pelos povos ou pelos governos para o fim de celebrarem, perpetuamente, o culto á memoria dos grandes homens [...]** (A UNIÃO, 11 jun. 1933, p. 1 e 5, grifo nosso)

A princípio o cônego delineou o espaço onde a obra seria instalada, revelando a importância de sua escolha. Por sua atmosfera, foi definido como um local sagrado do civismo, a praça da redenção, detentora de uma cartografia simbólica, pois ao seu redor estava o Palácio

da Redenção, sede do governo paraibano²⁰². Associou a memória cívica à memória cristã, onde um monumento cívico teria a mesma finalidade que um templo religioso. E portanto, ali seria um espaço de celebração da memória lapidar e marmórea de João Pessoa, cujo monumento, por seu material, iria perpassar gerações ensinando-as sobre aquele “herói-mártir” paraibano.

O monumento, cuja primeira pedra é agora lançada, destina-se à educação das gerações parahybanas, mais amanhã do que hoje. Nós tivemos a gloria de ser contemporâneos do Grande Presidente e luctamos ao seu lado, dispostos a morrer com elle, fosse qual fosse a sorte de nossas armas, naquelles dias terríveis e belos, quando a cidade toda vibrava de estremecimento guerreiro e apetecia o momento decisivo de enfrentar os verdugos de seu redentor, que não commetera outro crime, senão o crime de amor de nos amar e se offerecer em holocausto pela autonomia de nosso Estado.

Nós vamos desaparecendo, um a um, mais dias, menos dias, golpeados pela morte [...] Mas o homem não é, nem poderia ser, simplesmente um arcabouço material [...]. Não fosse o homem possuidor de uma alma immortal, não poderia elle ser tangido á sublimidade de devorar-se por ideaes, superiores á concepções das glorias deste mundo, vendo e amando cousas que só existem muito além da esphera terrestre [...]. O homem, senhores, é um deus-filho, quase igual a Jesus Christo.

Do dia de hoje a um século, a um milênio, talvez, junto ás lápides brasileiras deste templo, falarão vozes mais altas e mais sagradas que a minha. E dirão [...] de um homem que se fez digno dos symbolos monumentais, que ficou vivendo e ensinando, [...] a filosofia da imortalidade: que amou e serviu mais aos perseguidos e aos miseráveis [...] que desdenhou das altas posições [...] para vir sacrificar-se por uma terra pequenina e pobre [...]

Logo que esta escola estiver relampejando, na amplidão dos horizontes patricios de largas fenestras abertas para o futuro da Parahyba, **procurae ouvir, senhores, a linguagem litophonica deste granito esculpurado, destes bronzes relevantes, destas alegorias artísticas [...]** Procurae ouvir a **surdina religiosa de um cantoplano, que se transforma, de momento, em agudos guerreiros** de tragedia, em lances espontâneos de heroicidade, em gestos cavalheirescos de magnanismos corações femininos, em golpes fulminantes de epopeia sertaneja e rude, em silencio majestoso e deslumbrante de victoria.

Não ouvirão aqui uma voz única, senão em côro harmônico de vários soldados e civis, que luctaram e morreram ás ordens de um general, que também nos commandou, que também nos arrastou ao aprendizado primário do combate pela posse inviolável de nosso patrimônio moral [...] Templo e escola, symbolo de luctas e de vistoria, livro imenso do passado e do futuro, visão perpetuada de um sonhador e dos idealistas que tombaram pela objectivação do mesmo sonho, - e este monumento quer

²⁰² Atualmente a praça também é conhecida como praça dos três poderes, pela existência no seu entorno, do prédio do Palácio da Redenção, do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa. Na ocasião da cerimônia, havia o Palácio da Redenção, o Liceu Paraibano, a Escola Normal e as oficinas do jornal *A União*.

ser um sinal dos tempos heroicos de nossa terra. [...] Queira o Bom Deus que a Parahyba se sinta orgulhosa de um filho tão grande e nunca mais esqueça as lições de sua sabedoria política [...] (A UNIÃO, 11 jun. 1933, p. 5, grifo nosso)

Importante notar nas palavras do religioso a consciência de que aquela obra, enquanto monumento intencional, já nascia com um fim específico. Ou seja, tem o poder de transmitir valores, ensinar uma dada versão dos fatos e é detentor de um referencial simbólico ali solidificado. Ensinaamentos que deveriam ser transmitidos aos jovens e às futuras gerações. Prevalece em sua fala a analogia do templo religioso ao monumento cívico, imortalizando no bronze a figura de um político. Tal postura, externalizada por um religioso é sem dúvidas, bastante tendenciosa. Mostra o quanto o próprio clero se esforçou e assimilou o discurso do João Pessoa “mártir”, praticamente um “santo”.

Imagem 69 – Discurso do Cônego Mathias Freire e aspecto geral da Praça João Pessoa



Fonte: *A União* (13 jun. 1933)

Cabe notar ainda sua postura no instante em que discursava. Posicionado em cima de um bloco de pedra, para poder ser visto pelo público. A imagem capturada o mostra com o braço direito levantado, demonstrando euforia. Sua mão está posicionada com o dedo indicador para cima, numa atitude de quem profere um sermão, fazendo ensinamentos igual acontece durante a celebração da missa católica. A sua esquerda encontra-se o Interventor Gratuliano Brito, ladeado do arcebispo. E na imagem lateral, capturada do alto, certamente do prédio do próprio jornal *A União*, vê-se o aspecto geral da praça, indicando um número considerável de pessoas.

Ao final do discurso do sacerdote, de forma ritualística, desceram até a parte da fundação do monumento o Dr. Gratuliano Brito, o prefeito Borja Peregrino e o dr. Irineu Joffily, onde o chefe do governo depositou uma caixa de bronze, artisticamente cinzelada, contendo alguns objetos: “uma collecção das moedas nacionaes em circulação, offerecida pelo dr. João Mauricio e prefeito Borja Peregrino, jornaes do dia, revistas do Rio de Janeiro, um exemplar do "Almanach do Estado da Parahyba" e uma copia do discurso do cónego Mathias Freire” (A UNIÃO, 11 jun. 1933, p. 5). Também foi enterrada numa urna, um pergaminho que registrava em forma de ata, a assinatura do grupo presente, assim redigida:

Ata do lançamento da pedra fundamental do Monumento á memoria do Grande Presidente, mandado erigir pelo Govêrno do Estado: Aos dez dias do mês de junho, de mil novecentos de trinta e três, presentes autoridades civis e militares fedearais e estaduais, governador da cidade, autoridades eclesiásticas, corpo consular, representações de classe, abaixo assinados, é lançada nesta praça, denominada João Pessoa, por desígnio do Povo, a pedra fundamental do Monumento mandado erigir por conta do Estado da Parahyba, a memória do Presidente Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, cognominado o Grande Presidente.

Em face da lei nº setecentos e oito, de trinta de setembro de mil novecentos e trinta, da Assembleia Legislativa, sancionada pelo Presidente do Estado de então, Dr. Alvaro Pereira de Carvalho, vice-presidente em exercício, o Governo Revolucionário de Antenor de França Navarro, contratou com o escultor brasileiro Bartolomeu Cozzo, residente no Rio de Janeiro, por ato de dezenove de dezembro de mil novecentos e trinta e um e pelo preço de trezentos e cinquenta contos de réis, a construção do monumento que aqui se vai erigir, sendo lançada pedra fundamental sob o patrocínio do Govêrno do Interventor federal dr. Gratuliano da Costa Brito, em pessoa presente a este ato.

O chefe do Estado, dando como lançada a primeira pedra, joga-lhe com uma colher dourada um pouco de argamassa de cimento. A autoridade eclesiástica dá-lhe a bençã e, a seguir, o côro de alunas do Orfeon da Escola de música “Antenos Navarro”, acompanhado pelas crianças das escolas

públicas, sob a batuta do maestro Gazzí de Sá, canta o “Hino a João Pessoa”, encerrando-se o cerimonial.

Foram especialmente convidados para a solenidade, pelo Interventor Federal, a exma. Senhora d. Maria Luiza Gonçalves Cavalcanti de Albuquerque, viúva do Glorificado, e o exmo. Sr. Ministro da Viação, dr. José Americo de Almeida, notável paraibano, antigo secretario geral do Govêrno João Pessôa.

O Govêrno do Estado delegou poderes ao Centro Civico João Pessôa para o duplo fim de torna-la eminentemente popular e proporcionar-lhe o maior realce.

A erecção deste monumento expressa a Gratidão dos Paraibanos ao seu Grande Bemfeitor e Martir, abatido por uma bala assassina, na tarde de vinte e seis de julho de mil novecentos e trinta, na cidade do Recife.

As gerações do porvir que se edifiquem no exemplo do sacrifício de sua vida pelo Bem Publico, e na Historia de sua administração modelar, para maior grandeza da Patria Brasileira – João Pessôa, dez de junho de 1933. – (Assinados): Gratuliano da Costa Brito, Interventor Federal; Aduato Aurelio de Miranda Henriques (arcebispo Metropolitano); José de Borja de Peregrino, prefeito da cidade; Irineo Joffily, Severino Procopio, Paulo Hypacio, (desembargador); Agrippino de Gouveia Barros, Waldemar Leite, [...] Humberto Cozzo (escultor); tenente Manoel Marques Filho [...] Alvaro Correia (engenheiro) [...] e José Leal, pela “A União”. (A UNIÃO, 11 jun. 1933, p. 5)²⁰³.

Registros desse tipo, conhecidos como cápsula do tempo, servem de legado e informação para os descendentes da humanidade e são passíveis de ser resgatado no futuro. Era uma prática habitual, quando da fundação de um monumento, enterrar alguns objetos que demarcavam o tempo e o espaço. Registrava-se por escrito o momento vivido e todas as informações sobre o monumento, uma espécie de certidão de nascimento. E desta forma, as informações eternizadas no papel chegariam ao futuro, ainda que o próprio monumento não chegasse.

Além de averbar as informações sobre a obra, sua origem por meio de lei, seu custo e quem a criou, o documento afirma que a ereção do monumento custeado pelo governo estadual expressava a gratidão dos paraibanos de modo geral. A vontade do governo, era portanto a vontade do povo. O pergaminho informa ainda sobre as pessoas presentes na solenidade de lançamento da pedra fundamental. São autoridades, políticos, religiosos, membros de vários segmentos sociais, representando suas respectivas categorias, mas não consta nenhum indivíduo de sobrenome “Pessoa”, nenhum membro dessa família. E os motivos para tanto já

²⁰³ O *Diário de Pernambuco* também noticiou o lançamento da pedra fundamental do monumento e reproduziu esta ata (21 jun. 1933, p. 2).

inferimos acima: a família Pessoa não herdou o comando da política estadual paraibana, perdeu espaço para o americanismo.

Imagem 70 – Colocação da pedra fundamental do monumento



Autoridades estaduais, federais e municipais assistindo à colocação da pedra fundamental.

Fonte: *A União* (13 jun. 1933)

Em seguida, “O chefe do Estado, dando como lançada a Primeira Pedra, joga-lhe com uma colher dourada um pouco de argamassa de cimento. A autoridade eclesiástica dá-lhe a bênção e, a seguir o côro de alumnas do Orphéon da Escola de Música "Anthonor Navarro", acompanhadas pelas crianças das escolas públicas, sob a batuta do maestro Gazzini de Sá canta o "Hymno João Pessoa", encerrando-se o cerimonial. (*A UNIÃO*, 13 jun. 1933, p. 5)

Uma nota n’ *A União* nos chamou atenção e nos levou a refletir sobre como a memória do ex-presidente também era usada para fins comerciais. A Chapelaria Yara, aproveita a ocasião da colocação da pedra fundamental para vender seus chapéus. Num lance estratégico de marketing, publicou o seguinte no jornal: “desejando embora indirectamente, contribuir para o brilhantismo das solenidades do assentamento da pedra do monumento ao Grande Presidente, avisa a sua selecta clientela que fará uma sincera redução de preços em seu grande stock de

chapéus, formas de palha e de feltro, fitas, flores e demais materiaes” (A UNIÃO, 6 jun. 1933, p. 3). Por outro lado, revela o quanto as solenidades que envolviam o ex-presidente eram relevantes e o tipo de indivíduo que participava delas. Ou seja, um certo segmento social privilegiado e partidário político. E o povo nem sempre estava presente em massa, mas certamente em número reduzido.

Antes da data da inauguração, ocorreu o terceiro aniversário de morte de João Pessoa. Naquele ano, devido a espera para fazer sua glorificação por meio do monumento, as homenagens oficiais do dia 26 de julho foram mais simples na capital, o que foi explicado em nota pelo jornal *A União*. Em toda a Paraíba, as celebrações seguiram extensas com programações. No Rio de Janeiro, as honrarias se deram junto ao túmulo do “herói-mártir” paraibano. Com a participação do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas²⁰⁴.

Encerrado esse primeiro ato celebrativo, da benção da pedra fundamental, as notícias sobre a obra de arte a ser fixada na Praça João Pessoa seguiram avidamente n’*A União*. Em sua grande maioria, apresentavam uma fotografia do monumento (maquete ou detalhes do conjunto escultórico), sem grandes novidades, mas sempre constantes, a fim de lembrar o leitor que o grande dia estava chegando.

6.4 – A visita de Getúlio Vargas e a inauguração do Altar da Pátria

A data da inauguração do monumento batizado de “Altar da Pátria” foi programada para acontecer durante a visita do chefe do governo provisório. A obra seria inaugurada pelas mãos de Getúlio Vargas que estava em excursão pelo Nordeste e chegaria a Paraíba em setembro de 1933²⁰⁵. A solenidade iria coroar a recepção/visita e seria símbolo dos laços políticos entre o governo federal e a Paraíba.

O Centro Cívico “João Pessoa”, encarregado da organização do evento convidou o paraibano e amigo do infelizmente, José Américo de Almeida para ser o orador oficial da solenidade. Em resposta ao convite, telegrafou nos seguintes termos: “Cumprirei mandato maior prazer” (A UNIÃO, 3 set. 1933, p.1). Desde a morte do amigo ele se envolveu na

²⁰⁴ Acerca das homenagens do 26 de julho, conferir *A União*, dias 25, 26 e 29 de julho de 1933.

²⁰⁵ Em 1 de setembro *A União* dá notícias da presença de Getúlio Vargas em Sergipe. Dia 3 o jornal fala das recepções em Alagoas e dia 6 em Recife.

organização das homenagens como foi o caso da comissão de honra encabeçada pelos líderes políticos e religioso da Paraíba, na ocasião do primeiro aniversário de morte de João Pessoa. Igualmente, o então Ministro da Viação estava envolvido na organização da recepção do presidente Getúlio Vargas.

De acordo com Bento Neto (2016, p. 187) o governo paraibano era submisso aos desígnios de José Américo, sempre interferindo nos mais diversos assuntos e fazendo indicações. Fato revelador dessa dependência ocorreu quando da visita de Vargas. Ele encaminhou uma carta a Gratuliano Brito, “contendo informações exatas sobre como deveria ser a recepção ao Presidente no Estado. Até mesmo o discurso que na ocasião proferiria o Interventor, foi objeto de orientação”. A recepção deveria exprimir a “força no estado e o apoio ao governo revolucionário” e ter a presença de políticos do interior. O discurso a ser proferido pelo Interventor deveria mencionar a assistência de Vargas à Paraíba e todos os benefícios recebidos do governo federal²⁰⁶. O Interventor, por sua vez, seguiu todas as recomendações e preparou uma recepção excepcional.

No intuito de propiciar a participação em massa, nas recepções ao Presidente da República e na inauguração do monumento, a Great Western²⁰⁷ colocou trens de excursão saindo das cidades de Campina Grande, Bananeiras e Alagoa Grande, ligando as demais estações, com destino a capital. A passagem com preço especial de 50% de desconto no bilhete e horários de partida e chegada estabelecidos, era um convite bastante atrativo. O viajante chegaria às 6h da manhã na capital e regressaria às 23h30min, possibilitando a permanência de um dia inteiro para participar das solenidades.

Obedecendo o cronograma de visitas, no dia 7 de setembro de 1933, aniversário de independência do Brasil, o Almirante Jaceguai trazendo o presidente e sua comitiva, atracou no Porto de Cabedelo. Após as boas-vindas oficiais do Interventor e as belas evoluções da Esquadilha da Aviação Naval anunciando no céu a chegada do presidente, Vargas e sua comitiva seguiu viagem de trem até a capital, desembarcando na Praça 15 de Novembro, onde uma multidão o aguardava. Nos conta *A União* (8 set. 1933, p.2) que a praça “apresentava um aspecto incomum, toda sua área estava repleta de povo, fremente de entusiasmo, aclamando

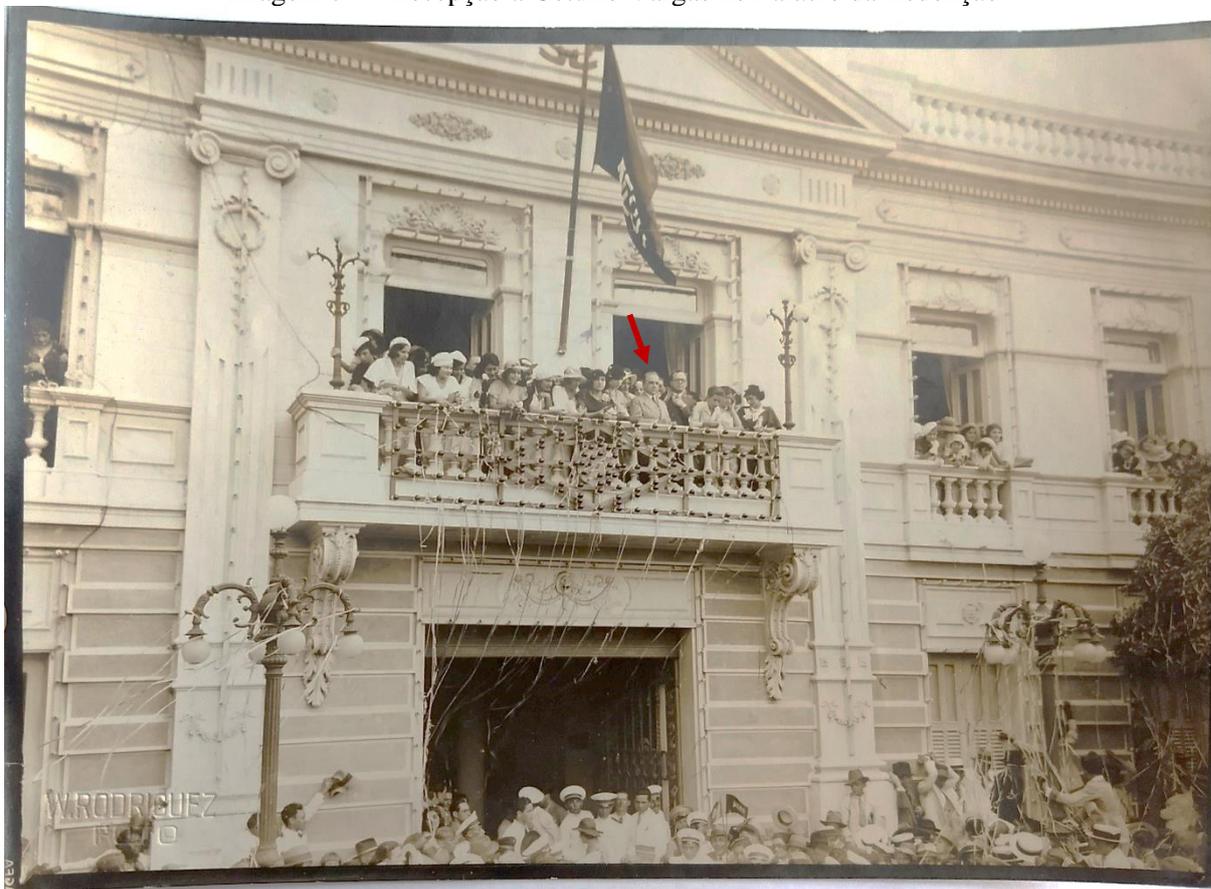
²⁰⁶ Segundo Neto (2016), Gratuliano Brito se mantinha alinhado aos interesses do governo federal, visando uma conciliação das forças políticas e por sua vez, seguia fielmente as orientações de José Américo quanto à condução do governo paraibano.

²⁰⁷ The Great Western of Brazil Railway Company Limited era uma empresa ferroviária inglesa, responsável pela construção e administração de diversas ferrovias no Nordeste do Brasil.

delirantemente o presidente Getúlio Vargas e os ministros José Américo e Juarez Távora e o general Góis Monteiro”.

De uma tribuna, discursou Argemiro Figueiredo, presidente do Diretório Central do Partido Progressista. As forças do exército, polícia e tiros de guerras estavam formadas e seguiram-se as saudações da Artilharia com salva de 21 tiros. Ao término das primeiras saudações, o presidente e sua comitiva saíram desfilando em carro aberto em direção ao Palácio da Redenção, sendo ostensivamente aclamado pelas ruas da cidade.

Imagem 71 – Recepção a Getúlio Vargas no Palácio da Redenção



Fonte: Acervo do IHGP (1933)

Na imagem capturada por Walfredo Rodrigues, um dos primeiros fotógrafos da Paraíba, na sacada do Palácio da Redenção nota-se Getúlio Vargas (indicado com uma seta), ladeado do seu Ministro, José Américo. O prédio estava cheio de pessoas que se acotovelavam para chegar mais perto do presidente. À sua frente, uma multidão o aguardava na Praça João Pessoa, onde também se encontravam formadas as escolas e os colégios.

No dia da chegada do presidente, 7 de setembro de 1933, *A União* publicou uma edição especial com quarenta páginas, dividida em cinco sessões temáticas, onde constavam propagandas acerca das realizações governo provisório e os benefícios proporcionados à Paraíba, por intermédio da administração e obras do governo estadual. A Revolução de 1930 e alguns detalhes do monumento a ser inaugurado pelo presidente, completavam a matéria.

A cidade de João Pessoa viveu ontem momentos da mais entusiástica vibração cívica, recebendo o presidente Getúlio Vargas e sua brilhante comitiva ora em excursão ao Nordeste do país.

Constituiu um espetáculo inédito a afluência popular e o calor das manifestações em que todas as classes sociais de nossa terra se uniram para demonstrar ao chefe da nação os sentimentos de gratidão e simpatia despertados pela sua presença na Paraíba.

Não foi, aliás, surpresa o regozijo público dos paraibanos nesse primeiro contacto com o ilustre compatriota, ligado aos nossos destinos desde a campanha sucessória, quando o Rio Grande do Sul, Minas e a Paraíba o elegiam, ao lado de João Pessoa, para o governo da República.

E esse entusiasmo justificado assumiu proporções mais sugestivas, com a visita que, em companhia do presidente Getúlio Vargas, nos fazem também o ministro José Américo, e Juarez Tavora e o general Góes Monteiro.

A essas preclaras figuras da Revolução, que tantos serviços estão prestando ao Brasil e ao Nordeste, o povo paraibano aclamou com as expansões que só despertam na alma reconhecida das multidões os valores legítimos de uma geração política a quem coube a responsabilidade de reintegrar a pátria na trajetória de suas verdadeiras aspirações. (A UNIÃO, 8 set. 1933, p.1)

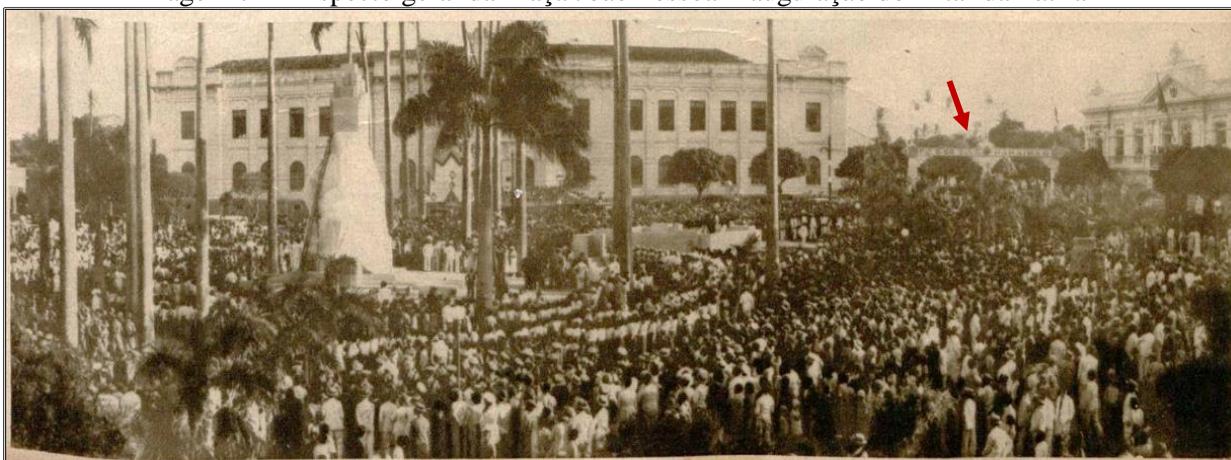
O texto carregado de apelo emocional quanto à rebelião, seus líderes e seu significado para Paraíba, sintetiza a importância daquela visita. A presença de Vargas, juntamente com importantes vultos da Revolução, era uma espécie de afago na Paraíba que se mostrava agradecida. De acordo com Aires (2012, p.238) na linha da glorificação de João Pessoa, outros membros da Aliança Liberal também foram musicalizados em hinos, a exemplo de José Américo e Juarez Távora, cantados como heróis que fizeram a Revolução.

Naquela solenidade homenageava-se o mártir da revolução e celebrava-se as glórias conquistadas com o movimento, seu ideário político e tudo o que ela simbolizava. Foi um momento em que a aura da revolução parecia pairar sobre a capital, como num campo de energia extrafísica que envolvia os indivíduos, fortalecendo ideologicamente e legitimando politicamente o governo Vargas. No dia seguinte, 8 de setembro, ocorreria o coroamento da visitação, o ápice das solenidades com a inauguração do monumento a João Pessoa marcada para as 16h.

Desse modo, por volta das 13h o povo começou a afluir na Praça João Pessoa, em busca do melhor lugar para assistir às solenidades daquele dia. Aos poucos a praça ficou tomada por uma multidão. E enquanto não chegava a hora marcada para o grande momento, o espetáculo ficou por conta da Esquadrilha da Marinha de Guerra que acompanhava o presidente e sua comitiva. Três aviões sobrevoaram o local, fazendo belas e arriscadas acrobacias, exibindo um lindo espetáculo. As inusitadas manobras aéreas arrancaram muitos aplausos da massa entusiasmada (A UNIÃO, 9 set. 1933).

A Praça João Pessoa ficou abarrotada. No registro fotográfico a seguir, nota-se os estudantes formados em semicírculo, ao redor da obra que se encontra coberta. Ao fundo, o prédio da então Escola Normal e do lado direito, o prédio menor, a sede do governo. Entre os dois prédios há uma estrutura em forma de portal (indicado com a seta), onde lê-se no alto: “Rio G. do Sul – Parahyba”. Fazendo alusão à amizade e aliança entre os dois Estados. A união entre seus representantes mais ilustres, Getúlio Vargas e João Pessoa.

Imagem 72 – Aspecto geral da Praça João Pessoa Inauguração do Altar da Pátria



Fonte: *O Cruzeiro*-RJ (23 set. 1933)

Exatamente às 16:15 minutos, Getúlio Vargas saiu do Palácio da Redenção e se dirigiu a praça, acompanhado dos ministros José Américo e Juarez Távora, general Góis Monteiro, Interventor Gratuliano Brito, arcebispo Dom Adauto e demais membros de sua comissão, além de políticos e familiares. O grupo ocupou o palanque armado em frente ao monumento e foi dado início à solenidade com o discurso oficial pronunciado por José Américo, nos seguintes termos:

Exmo. sr. Presidente Getúlio Vargas,
Exmo. sr. Arcebispo Diocesano,
Minhas senhoras - Meus senhores.

A alegria de nossa hospitalidade deveria ser uma torrente desbordante de corações solidários, uma arrancada que rompesse as reservas da alma coletiva. Mas nessa onda efusiva borbulha uma espuma amarga.

V. exc. sr. presidente, veio vêr a Paraíba com o carinho de quem já tinha no coração o seu mapa minúsculo, antes de tê-la sob as vistas. V. exc. **conhecia a Paraíba atravez dos seus lances de epopeia e transfiguração de uma raça pequenina, que era um microcosmo encantado e pela história de alguns dias, que será toda a sua história.**

Eu chego a ficar vexado como quem abre as portas de uma casa pobre a hóspedes de honra.

Mas, ao contrário, sendo pequenina, a Paraíba tornou-se grande comprimida pelos assédios mortais que transformaram a cordialidade fraterna de um povo em instrumento de hostilidades e cresceu a alturas eternas sobrepujando a geografia humana, procurando ansiosa limites no céu e comprometendo a própria vida.

Mas a Paraíba era a projeção de um homem que fundiu e caldeou na sua tempera de lutador o espirito de um povo: João Pessôa! A cidade que tomou o teu nome és tu: um santuário de devoção.

Essa cidade, srs, é elle proprio e a sua história tem a sua gloria. Hoje essa gloria púrpura é uma mancha de sangue que canta e que chora: que chora de alegria e que canta para não chorar.

A Paraíba ganhou tudo e perdeu tudo. Ganhou a sua liberdade, mas perdeu o seu libertador. Ganhou tudo para a nacionalidade, mas perdeu tudo para si. Foi uma vitória precária, uma conquista que não se amortece no crepusculo tropical e se retrata nessa tristeza e amargura que ensombram todos os nossos sentimentos.

O espirito de João Pessôa era uma permanente exaltação de vitalidade, uma vida que se irradiava para a frente.

O seu requinte de personalidade creou esta sobrevivencia maravilhosa. Ele se apossou de nosso espirito orientando a Paraíba como uma alma só.

Hoje de nós se apossou o seu espírito - viver com ele e para ele.

Tudo o que nos cerca é uma evocação miraculosa de sua vida e de sua personalidade de gigante pequenino.

O éco de suas palavras não amortece e repercute de coração em coração. Esta praça foi quase feita com suas mãos. Estas arvores frondejantes, dantes desgrenhadas, foi ele que as compôz. **Aquele palácio foi ele quem preparou, como se preparasse o proprio tumulto, o Panteon donde o seu espirito ficasse perpetuamente guiando nossos destinos.**

A Paraíba recebeu uma herança bem triste: o seu tesouro de orfandade.

João Pessôa! Essa estatua és tú. Tú és o homem de bronze. Tú és o homem de bronze, de tempera imortal que tombou em vida sem nunca ter caído.

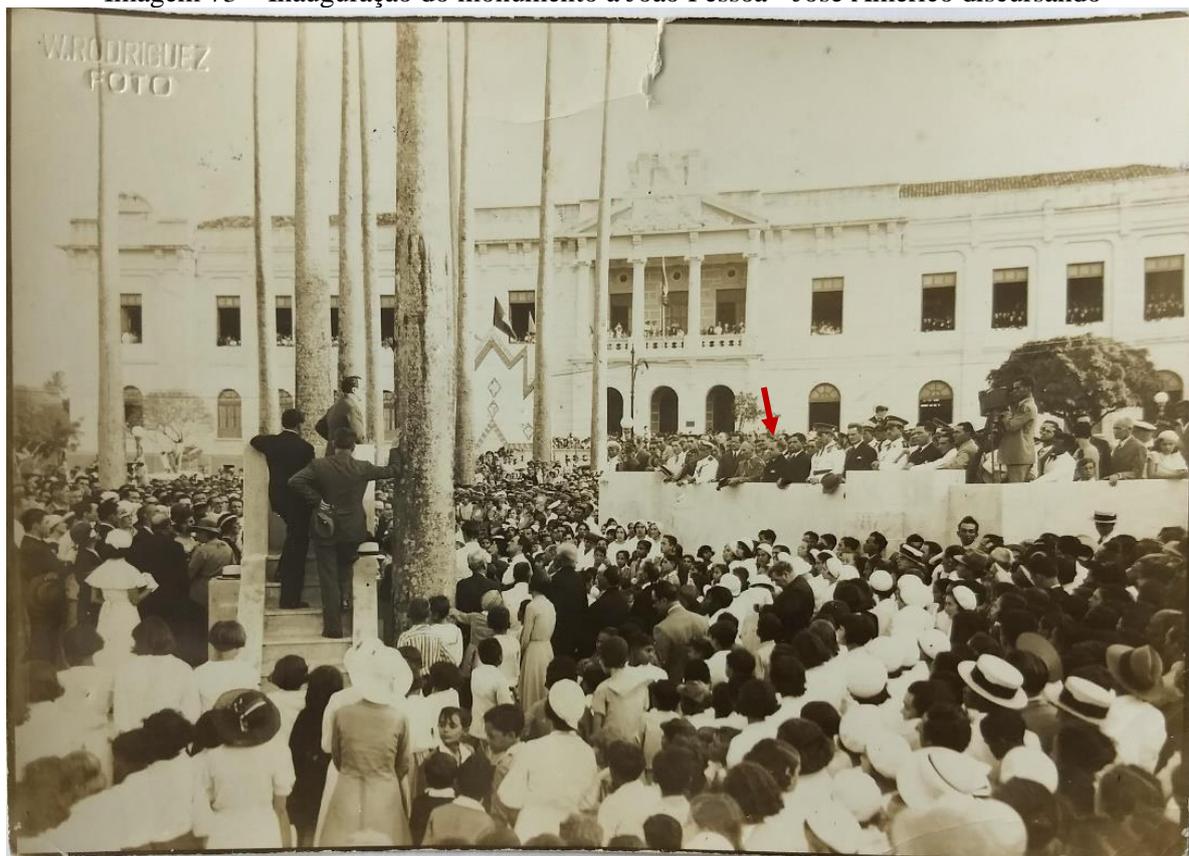
Tua efigie esteve exposta aqui, estando o teu corpo ainda insepulto e toda a Paraíba veiu chorar e rugir a teus pés. Toda a Paraíba trouxe aqui os seus apelos de desagravo, os seus clamores e as suas imprecações.

O teu desagravo está feio. Governas a Paraíba hoje como ontem: e tú não cairas desse pedestal que é eterno como o culto que te consagramos.

(A UNIÃO, 9 set. 1933, p. 8)

Inicialmente, José Américo falou da honra e felicidade dos paraibanos em poder receber a visita de Getúlio Vargas. Suas palavras enfatizaram a grandeza da Paraíba e sua gente, através do seu filho mais ilustre. A história da epopeia paraibana, do flagelo político vivenciado por João Pessoa, seria, pois, transformada na própria história daquele Estado e teria a sua glória. Onde a história de João Pessoa se confundiria com a da Paraíba. A cidade batizada com seu nome se tornou um santuário de devoção ao “herói-mártir”. Seu espírito continuaria orientando os rumos da Paraíba, como uma alma só. Em forma de bronze, foi imortalizado e não desceria daquele pedestal eterno, como o culto a ele consagrado desde sua morte.

Imagem 73 – Inauguração do monumento a João Pessoa - José Américo discursando



Fonte: Acervo do IHGP (1933)

Imagem 74 – Detalhe do momento do discurso de José Américo



Fonte: *A União* (9 set. 1933, p. 3)

No registro acima, destaca-se José Américo na tribuna especial, com a mão em punho, no instante em que pronuncia o discurso inaugural do monumento. Tem a sua frente um palanque montado, ocupado pelas autoridades e convidados especiais, destacando-se o então Presidente Getúlio Vargas (indicado com uma seta), ladeado do arcebispo e do Interventor da Paraíba. Percebe-se ainda nesta imagem que o público é bastante diversificado, desde crianças até adultos. Vê-se estudantes com boinas na cabeça, certamente alunas da Escola Normal, senhoras bem-vestidas, usando luvas e chapéus, e homens trajando terno e gravata, tendo o chapéu como adereço indispensável.

Após a exposição do ministro, falou o primogênito do tributado, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Epitacinho. O jovem que na época contava vinte e dois anos, agradeceu em nome da família as homenagens destinadas ao seu pai. Gratuliano Brito havia enviado convites especiais para os familiares de João Pessoa participarem da solenidade. Contudo, não há referência no jornal *A União* sobre a presença destes, exceto Epitacinho. Nem mesmo Pessoa Filho foi citado, certamente não participou da inauguração da obra memorialística que ficou sob sua responsabilidade durante três anos. Alguns se fizeram representar, como no caso de Epitácio Pessoa, tio do homenageado, representado através do dr. Sá e Benevides, cujo telegrama do pedido para que este o representasse foi publicado n'A

União. E o general José Pessoa Cavalcanti, irmão do homenageado, representado pelo Dr. João Santa (A UNIÃO, 7 set. 1933, p. 2 e 4).

Essa ausência dos familiares do homenageado possuía um viés político atrelado ao fato de que os irmãos de João Pessoa não o sucederam politicamente. A estrutura político-partidária do epitacismo (Epitácio Pessoa) foi sendo substituída pelo americismo (José Américo). No lançamento da pedra fundamental do monumento, foi evidente a ausência dos irmãos do tributado, Oswaldo e Joaquim Pessoa. Tal circunstância pode ser compreendida no contexto apresentado por Gurjão (2020, p. 149)

Durante os anos de 1930-40, o bloco no poder, enfrentou a oposição dos ex-correligionários de 1930 insatisfeitos quanto a distribuição de cargos e do crescente prestígio de José Américo. Destarte, os remanescentes do epitacismo disputavam agora a predominância política utilizando, ambas as facções, a herança política advinda da repercussão do assassinato de João Pessoa. O “sacrifício do Grande Presidente” era evocado pelos que estavam no poder como meio para legitimá-los como continuadores da obra de João Pessoa. Enquanto isso, os dissidentes evocavam a memória do ex-presidente para lamentar os rumos tomados pelo movimento revolucionário. Joaquim Pessoa, irmão de João Pessoa, nomeado prefeito da capital pela interventoria, logo demitiu-se do cargo, rompeu com Antenor Navarro e articulou-se com os antigos epitacistas decepcionados com o Governo Provisório e que já empreendiam uma campanha de oposição através da imprensa.

Havia uma nítida insatisfação dos irmãos de João Pessoa quanto a situação política da Paraíba e isso elucidada a não participação deles nas solenidades organizadas pelo Governo da Paraíba. Entretanto, embora com perspectivas políticas diferentes, Joaquim Pessoa não rompeu definitivamente com Vargas²⁰⁸. Do mesmo modo, ao que nos indicam as fontes, José Américo, que trabalhou no governo de João Pessoa como Secretário de Segurança Pública do Estado e era seu amigo, continuou mantendo uma relação aparentemente amigável com a viúva e seus

²⁰⁸ A não participação de Joaquim Pessoa, residente na capital paraibana, revelou a fragilidade da relação com o governo federal. Entretanto, meses antes da inauguração do monumento, em 26 de julho de 1933, ele enviou uma carta a Getúlio Vargas, expondo os motivos que o levaram a aderir à Revolução Paulista de 1932, revelando seu ideal constitucionalista. Naquela circunstância, informa que está sendo articulada, no Nordeste, uma revolução anti-constitucionalista. Tal informação deve ter apressado e oferecido grandes motivos para o chefe do governo provisório fazer uma excursão nessa região do país. Entretanto, cabe lembrar ainda que Vargas tinha convocado eleições para os deputados constituintes e Joaquim Pessoa não foi eleito dentro das cinco vagas reservadas a Paraíba. Acervo de Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/gv/textual/carta-de-joaquim-pessoa-cavalcanti-de-albuquerque-a-getulio-vargas-expondo-os-motivos-que-o-levaram-a-aderir-a-revolucao-paulista-e-informando-que> Acesso em 10 out. 2021. Sobre o resultado das eleições estaduais de 1933, na Paraíba. Conferir: <https://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/exposicao-eleicoes-de-1933> Acesso em 10 out. 2021.

filhos. Em diversas homenagens póstumas, principalmente no Rio de Janeiro, identificamos sua presença junto à família²⁰⁹.

Após a fala de Epitacinho, Getúlio Vargas se dirigiu ao monumento e juntamente com o arcebispo, desatou o laço desvelando-o. Ouviu-se prolongada salva de palmas. E a entoação do Hino de João Pessoa, pelas alunas da Escola Normal e Escola de Música “Anthenor Navarro”, dirigidas pelo professor Gazzi de Sá. Em seguida Vargas contornou a obra apreciando os mínimos detalhes e retornou ao Palácio da Redenção, de onde proferiu seu discurso oficial. O qual foi irradiado por meio de potentes alto falantes, colocados na praça para que os presentes pudessem escutar a as palavras do presidente (A UNIÃO, 9 set. 1933). Das palavras tão esperadas naquele dia, registramos a seguinte passagem:

Ao sentir-me em contacto com o povo paraibano, satisfaço velha aspiração e cumpro, ao mesmo tempo, o solene compromisso de trazer-lhe, pessoalmente, o testemunho do meu apreço e admiração.

Embora retardada, por motivos imperiosos, a visita que realizo agora, de há muito feita em espirito.

A Paraíba, terra de homens notáveis, que ilustraram o renome da Pátria, na glória das armas, das letras e da administração pública; berço de Vidal de Negreiros – herói de uma epopeia, de João Pessoa – o grande presidente sacrificado; - a Paraíba surgia, aos meus olhos de filho do Sul, em relevos de contornos nítidos. Ao longe, divisava a terra calcinada pelo sol, incendiada a luz esbraseante dos trópicos; a gente, brava e intemerata na sua fé, apesar de ferida pelo ódio e sitiada pela insidia.

O quadro por mim antevisto correspondia, no Rio Grande do Sul, a uma impressão coletiva.

Explica-se, assim, a intensa e constante vibração com que o povo gaúcho mantinha unânime repúdio às provações impostas ao povo paraibano.

Não há expressões capazes de traduzir, com verdade, o estado de alma de populações que, tão afastadas geograficamente, se conservassem unidas por uma mesma corrente de ideias e sentimentos.

Creio não exagerar afirmando: **no momento de maior tortura para a Paraíba, quando o homem – símbolo da sua resistência heroica – tombava traiçoeiramente trucidado, o Rio Grande do Sul sentiu comoção idêntica de desespero e cólera a experimentada pelo denodados paraibanos.**

Possuíamos, apesar da distancia, senso semelhante da situação. Compreendíamos que os nossos males políticos provinham, principalmente, da falta de alicerces morais, sobre os quais se desenvolvesse, com segurança, a ordem administrativa e se erigisse solidamente o edifício da nossa economia,

²⁰⁹ José Américo está presente nas fotografias das homenagens feitas no Rio de Janeiro, junto ao túmulo de João Pessoa e na inauguração de sua estátua. Aparentemente, tudo ia bem entre ele e a família Pessoa. E portanto, juntamente com Vargas, continuou usando o “sacrifício do mártir paraibano” em prol de votos, em benefício de seus anseios políticos.

e que a mutação, imposta pelos acontecimentos, devia assinalar-se por uma serie preliminar de demolições inevitáveis. [...]

A união se fez e existe, justamente, para amparar e promover o progresso de todas as unidades. Si assim não fosse, que vantagem poderíamos auferir do regime federativo? [...] **Alguns Estados se queixem de abandono e negligencia por parte da União.** [...]

Para a União, não devem existir Estados fracos ou fortes; existem, sim, necessidades e deficiências mais ao Norte, mais ao Centro, mais ao Sul, deficiências e necessidades que lhe cumpre prover e remediar sem exclusivismos ou preferencias, que só teem servido para enfraquecer os laços de coesão nacional, base e supremo escopo de sua finalidade política. [...]

Si ha Estados menos favorecidos pela natureza, com populações mais pobres, é justo não fazer pesar sobre elas os ônus de uma maquina administrativa igualmente dispendiosa. Desafogá-las de encargos fiscais exagerados significa tornar-lhes o trabalho mais prospero e remunerador. [...]

A analise direta das nossas realidades sociais e o reconhecimento da necessidade de corrigirmos os graves erros do passado impõem-nos a escolha de novas diretrizes [...]

Á luz desse critério, **um dos problemas que primeiro e de modo lógico se apresentam, com solução por demais procrastinada, é o genericamente classificado como problema do Nordeste.**

Das incertezas climatericas dessa região soffredora, a Paraíba é uma das maiores vitimas. Sentinela do extremo Nordeste da Pátria, comprimida entre o mar e o sertão periodicamente transformado, pelo flagelo da seca, em fornalha infernal, onde tudo se estiola, definha e morre, as suas populações soffrem e resistem, conquistando apenas a gloria sem conforto de lutadores desconhecidos, no conflito perpetuo com as inclemencias da natureza. [...]

Compreende-se que as secas, como fenômenos naturais, não possam ser evitadas, mas é crime não lhes neutralizar os efeitos devastadores, pela execução de uma serie de medidas preventivas. [...]

Este desejo de resolver o problema primordial do Nordeste foi um dos fatores que, prevalecendo sobre qualquer outro, me induziram a confiar a pasta da Viação, onde sua personalidade se firmou com relevo próprio, ao Dr. José Américo de Almeida, intelligência lúcida, caráter sem jaca, perfeitamente familiarizado com as necessidades ambientes e digno continuador do programa, idéias e métodos administrativos de João Pessoa.

O vosso ilustre conterrâneo tem correspondido, de forma elevada, á confiança que nele depositei. Sobreleva-se, comprovando este asserto, a sua integral dedicação á tarefa ingente de prevenir e suavizar os males do flagelo que vitima o Nordeste.

Nesse sentido, a obra realizada pelo Governo Provisório, por intermédio do Ministério da Viação, vem sendo providencial e, ao mesmo tempo, segura e metódica. A assistência aos flagelados, aproveitando-lhes a atividade em obras publicas, destinadas a melhorar o bem-estar coletivo, pela abertura de estradas e construção de açudes, além de lhes garantir o sustento individual e o de suas famílias, como justa remuneração e não como simples esmola, é também preventiva, porque prepara as zonas assoladas para resistirem aos efeitos dolorosos das estiagens. [...]

Sendo de interesse geral do país, o assunto interessa particularmente á Paraíba. Além de ligar-se ao seu progresso, constituía constante

preocupação do seu grande Presidente, que, administrador de larga visão, chegou a cogitar de enfrentá-lo com os próprios recursos do Estado. Esse é mais um aspecto marcante da personalidade de João Pessoa que o singulariza entre todos os governadores dos Estados nordestinos. Enquanto os demais, sentindo igualmente os efeitos devastadores da catástrofe periódica que assola estas regiões, só cuidavam de aumentar os recursos dos erários estaduais por meio de empréstimos, despendidos perdulariamente, ele procurava amealhar economias, para empregá-las em obras de real proveito, destinadas a melhorar as condições de vida do povo paraibano.

Até nisso a sua personalidade se integrava nas aspirações e sofrimentos da sua terra e da sua gente.

Compreendo, assim, que tenhais legítimo orgulho em reconhecer nele o homem símbolo das vossas qualidades representativas de alma e de caráter. A tenacidade na resistência; a energia paciente e inamolgável; o destemor levado ao supremo limite de desprezo pela vida; a fortaleza de animo jamais desfalecente; a inteligência lúcida e pragmática; o conceito inflexível da honestidade e da honra pessoal; o desprendimento idealista em face das ambições comuns; alto sentimento de justiça e igual nobreza de coração, tudo isso conformou a sua personalidade á vossa imagem, porque ele bem parecia, como observa Carlyle, uma força impetuosa da natureza.

Não ha cores suficientemente fortes e capazes de representar a vivo o quadro do sacrificio dessa organização invulgar de homem publico, na hora de depressão moral que atravessava a nacionalidade.

Sendo um espirito integro de juiz, servidor inflexível da lei, lançou-se na luta política como quem pratica um sacerdócio. Uma vez nela envolvido, não mediu conseqüências na defesa de uma atitude que corporificava, simultaneamente, direito impostergável e alevantado exemplo de dignidade cívica. [...]

A Paraíba perdeu o seu grande Presidente — perda irreparável, que lesou a própria Nacionalidade, diminuindo-lhe em muito o patrimônio cívico. Mas não ficou ao desamparo. Teve o conforto da solidariedade dos seus aliados e viu reproduzir-se, na atitude e na ação de outros filhos, a ascendência moral de João Pessoa. **Vitoriosa a revolução, a continuidade dessa ascendência ficou assegurada com José Américo de Almeida, a voz mais autorizada para falar em nome da Paraíba,** não só como decidido colaborador de João Pessoa nas horas de provação e sacrificio, em que foi tão intemerato quanto o mestre, senão pela natural preponderância do seu nome e valia dos serviços prestados á sua terra. [...]

O nome de João Pessôa é hoje objeto de culto cívico nacional — destino histórico compartilhado pelo povo paraibano, com ele solidário nas horas de amargura e de heroísmo — culto que encerra o reconhecimento da mais pura gloria, pois mostra que, para a vitoria de um ideal, nem sempre é preciso matar: basta, ás vezes, que se saiba morrer.

De povo e homens assim tudo se ha de esperar, em prol das alevantadas e nobres causas.

Sei, por isso, que posso contar com a fidelidade da Paraíba aos princípios da revolução, para assegurar ao movimento de Outubro todas

as suas legítimas consequências, em benefício do engrandecimento do Brasil. (VARGAS, 1933, grifo nosso)²¹⁰

O discurso oficial de Vargas, intitulado, “A Paraíba na Revolução e as obras contra as secas”, teve como mote o operoso e breve governo de João Pessoa, a perseguição política sofrida pela Paraíba, por parte do governo federal, o triunfo do movimento de outubro e o socorro oferecido por Vargas e José Américo através das obras contra as secas. O chefe do governo provisório inicia seu pronunciamento elogiando o povo paraibano, citando o nome de Vidal de Negreiros e de João Pessoa. Se solidariza com a perda irreparável da Paraíba e ante todo o contexto de sua aliança política com João Pessoa, sua morte e o movimento de 1930, mostra-se pronto para ajudar e tentar, enquanto governo, para amenizar os efeitos da seca.

Sua fala gira em torno do “sacrifício do mártir paraibano”, seu exemplo cívico o transformou em símbolo de culto nacional. O que não poderia ser diferente, afinal, foi ele o grande beneficiário. Teceu críticas aos governos precedentes, por ignorarem o problema da seca no Nordeste, negligenciando o sofrimento desse povo. Com exceção do paraibano Eptácio Pessoa que se esforçou para atenuar o problema.

Contudo, agora o Nordeste tinha um presidente disposto a acabar com aquele flagelo. Um desejo que era também de João Pessoa. Certo de que a seca não mais maltrataria aquela população, confiou a pasta da Viação a José Américo de Almeida. Conhecedor da realidade do Nordeste e sabedor de suas necessidades²¹¹. Segundo Vargas, desenvolvia seu trabalho com grande diligência, era o “continuador do programa, ideias e métodos administrativos de João Pessoa”. Ou seja, seu herdeiro político, o mais recente benfeitor da Paraíba. Era “a voz mais autorizada para falar em nome da Paraíba”.

Tal declaração veio a calhar com o verdadeiro propósito político do governo federal: usar o movimento de outubro de 1930 como base para manter e legitimar seu poderio político. Uma vez morto o “herói-mártir”, surgiam os novos patronos da Paraíba: Getúlio Vargas e José Américo, com o compromisso de prestar socorro àqueles que sofriam com a seca. Na condição

²¹⁰ Discurso pronunciado por Getúlio Vargas, na capital da Paraíba, João Pessoa, em 08 de setembro de 1933 – “A Paraíba na Revolução e as obras contra as secas”. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/04.pdf/view> Acesso em 10 out. 2021. O discurso foi igualmente reproduzido n’A *União*, 10 set. 1933, p. 2-3).

²¹¹ Além de político, José Américo também foi escritor. Sua obra “A Bagaceira” deu início à chamada “Geração Regionalista do Nordeste”. Seus escritos têm como mote o Nordeste. Em 1923, na obra *A Paraíba e Seus Problemas*, relatou uma série de medidas que deveriam ser tomadas e o combate à seca era algo crucial. Pois, segundo ele, era responsável, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica.

de Ministro, Américo continuou orientando os interventores que o sucederam na Paraíba, intervindo no governo. O cargo lhe proporcionou meios para visitar as regiões afetadas pela seca, executando diversas obras através da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Galgou prestígio e atuou no sentido de favorecer seus correligionários e preservar sua base política.

O infortúnio da seca nordestina foi largamente empregado nos variados discursos políticos. As propostas para sua solução e o assistencialismo aos flagelados renderam muitos votos²¹². A atuação de José Américo no enfrentamento à seca e o auxílio à população carente da região, favoreceu o seu crescimento político e o do governo federal. De acordo com Gurjão, (2020, p. 152),

O Governo Provisório intermediado por José Américo investia politicamente no Nordeste, através dos serviços de obras contra as secas, consolidando seu prestígio e construindo as imagens de Vargas e seu ministro como benfeitores da região. Assim, consoante à reformulação político-econômica que, então se desencadeava, reforçava-se a ideologia regionalista, canalizando-a em proveito da legitimação da ordem vigente.

No contexto da recém convocação da Assembleia Nacional Constituinte e do problema da seca, a visita oportuna de Getúlio Vargas ao Nordeste tinha uma finalidade precípua: buscar apoio e reafirmar os laços políticos firmados desde a Revolução de 1930. A inauguração do monumento foi uma solenidade emblemática para coroar a política varguista. Como ele mesmo disse: “Sei [...] que posso contar com a fidelidade da Paraíba aos princípios da revolução, para assegurar ao movimento de Outubro todas as suas legítimas consequências, em benefício do engrandecimento do Brasil”. Na mesma linha de pensamento, o pronunciamento do Interventor Gratuliano Brito, ratificou a assistência e todos os benefícios recebidos pelo governo federal.

Na praça abarrotada de gente, ouvia-se atentamente e certamente com entusiasmo, as palavras do chefe do governo provisório e sua promessa de amparar os flagelados da seca, de acabar com esse infortúnio nordestino²¹³. Na imagem que segue, vê-se aspecto geral do logradouro, sobressaindo a estátua já inaugurada.

²¹² Essa estratégia política de assistencialismo as vítimas da seca, sem resolver efetivamente o problema e oferecendo um prato de comida em troca de voto, ficou conhecido como “Indústria da seca”. Para saber mais a respeito da política de socorro público e sobre a “indústria da seca”, vide: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria das secas: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

²¹³ Essa mesma promessa foi feita no discurso pronunciado no Ceará, durante aquela visita presidencial.

Imagem 75 – Aspecto da inauguração do monumento



Fonte: *A União* (10 set. 1933)

Para o jornal *A União*, responsável pela ampla cobertura jornalística do evento, a edificação do monumento a João Pessoa, representava o pagamento de parte da imensa dívida da Paraíba, para com a memória do seu grande filho. Ou seja, a Paraíba seria eternamente grata a João Pessoa. Mesmo após tantas homenagens e sua monumentalização pelas cidades, nada pagaria o débito com aquele que pagou com a vida (A UNIÃO, 9 set. 1933).

Ao final dos discursos, foi servido um banquete de cento e sessenta talheres, oferecido pelo Governo da Paraíba. Por volta das 23h, sucedeu mais uma atração para abrilhantar e encerrar aquele dia. Enquanto ainda eram intensas as solenidades dentro do Palácio da Redenção com o banquete, foi ouvido o ruído dos motores do dirigível Graf Zeppelin²¹⁴. Em homenagem ao chefe do governo provisório e ao monumento, a aeronave evoluciona a uns cem metros sobre a praça, traçando um belo círculo. Em frente à sede do governo, a massa em êxtase, aplaudiu vigorosamente (A UNIÃO, 9 set. 1933). Encerrava-se com pompa as

²¹⁴ O Graf Zeppelin foi um dirigível fabricado na Alemanha que fez voos ligando o Brasil a Europa.

homenagens e os espetáculos daquele dia atípico que certamente ficou gravado na memória dos partícipes.

6.4.1 – Um monumento para recordar e ser salvaguardado

A arte é um importante vetor da expressão humana desde os primórdios da humanidade, conectando o homem com o mundo ao seu redor. Muitas são as suas funções e usos, seu universo é vasto e suas interpretações e análises permitem diversas possibilidades. Tendo em vista que a arte não é apenas uma cópia, ou reflexo da realidade, no atual debate filosófico sobre a arte, nos interessa a questão acerca do seu lugar no espaço público. Destarte, o monumento também possui um aspecto artístico, sendo igualmente objeto de arte e de memória.

Enquanto artefato intencional, o monumento tem uma carga valorativa de rememoração, com o desígnio de tornar uma memória perene e inesquecível. Assim, os monumentos enquanto objetos de arte, não servem apenas para adornar os espaços das praças urbanas. Eles ultrapassam essa função, evocam o passado e perpetuam a recordação de algo ou alguém, contextualizando-se o cenário cultural no qual eles são produzidos. Podem ser encarado como uma forma de homenagem que apresenta determinada visão de história e projeto político.

Outro aspecto que envolve os monumentos são as estratégias de patrimonialização desses objetos de arte/ monumentos intencionais. Ao ser transformado em patrimônio histórico-cultural, é colocado numa dimensão maior, onde a memória daquele personagem patrimonializado não diz respeito apenas a um grupo que se sente representado por ele. Por uma determinação legal, no caso o decreto de tombamento, essa memória materializada no monumento passa a ser patrimônio de todos. Foi o que ocorreu com o monumento denominado “Altar da pátria”.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estado da Paraíba (IPHAEP), responsável pela preservação, restauração e revitalização dos bens móveis e imóveis de interesse histórico, artístico e cultural do Estado da Paraíba, se encarregou de providenciar o tombamento do monumento. O Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC), órgão colegiado de deliberação e orientação superior do IPHAEP, decidiu por meio da deliberação nº 0064/2002 efetuar o tombamento da Obra de Arte - Conjunto Escultórico da

Praça João Pessoa, de propriedade do Governo do Estado da Paraíba, que foi concretizado pelo Decreto nº 23.553, de 11 de novembro, de 2002²¹⁵.

O conjunto escultórico composto por quatro obras: 1. Ação, 2. Civismo, 3. Nego e 4. Estátua do Presidente João Pessoa, foi tombado por sua importância cultural para o Estado da Paraíba. Entre as considerações que justificaram o tombamento, destaca-se a descrição do monumento como sendo uma obra de arte em estilo *art déco*. Sua classificação como bem móvel integrado que reúne elementos de valor histórico, artístico e cultural, além de retratar em bronze as alegorias representativas do Civismo, e Ação, ilustra a figura do Presidente João Pessoa e do símbolo da decisão política e histórica da Revolução de 1930, o Négo²¹⁶.

Importante enfatizar que o próprio tombamento legitima o lugar de memória do monumento, a sua narrativa e carga ideológica memorialística. O que fica evidenciado no artigo 1º, do decreto de tombamento, onde afirma-se que a obra constituída por bens móveis integrados, “eterniza o processo histórico vivenciado pelo mártir da Revolução de 1930, nacionalmente imortalizado pela expressão “NÉGO”.

Uma vez tombado, aquele monumento passou a ser protegido por imposição legal e o governo municipal, bem como todos aqueles que estão no seu entorno, tem o dever de protegê-lo, evitando qualquer dano a sua estrutura. Ou seja, salvaguardando-o em sua totalidade. Pois, ao se tornar um bem patrimonial, o monumento ganha proteção legal, conforme previsto no artigo 23 da nossa Constituição Federal de 1988. Onde tais bens patrimoniais são protegidos e recebem os cuidados da União, dos Estados e dos Municípios, em competência comum. E portanto, qualquer atentado contra eles deverá ser punido, conforme previsão em lei.

Anos mais tarde, na data de aniversário de fundação da cidade de João Pessoa, em 5 de agosto de 2009, todo o conjunto urbano do Centro Histórico foi tombado pelo Instituto do

²¹⁵ O decreto assinado pelo então Governador da Paraíba, Roberto Paulino, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 12 de novembro de 2002.

²¹⁶ Vejamos as considerações do Decreto nº 23.553 de 11 de novembro, de 2002: -CONSIDERANDO que o CONPEC – Conselho deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estado da Paraíba, ao apreciar a proposta de tombamento, aprovou que a obra de arte – Conjunto Escultórico da Praça João Pessoa em *Art Decó*, datado de 1933, da autoria do artista plástico Humberto Cozzo, de dimensões 10.00m x 8.00m x 14.00m, executado em pedra granítica com formato geométrizado, apresentando parte central delgada e verticalizada, parte superior em recortes descontínuos e parte inferior adensada por 4 suportes distribuídos em cruz, onde se fixam esculturas em bronze, insere-se no contexto histórico regional e nacional.

- CONSIDERANDO que referido bem móvel integrado reúne elementos de valor histórico, artístico e cultural, merece sua proteção na forma legislativa vigente, garantindo-se assim, sua preservação rigorosa;

- CONSIDERANDO ainda, que a obra escultórica, além de retratar em bronze as alegorias representativas do CIVISMO e AÇÃO, ilustra a figura do Presidente João Pessoa e do símbolo da decisão política e histórica da Revolução de 1930 - o NÉGO.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por consequência, o monumento “Altar da Pátria” que está localizado no centro histórico, recebeu mais uma proteção legal. Passou a integrar o rol dos bens cuja conservação é de interesse público nacional, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

Um aspecto digno da nossa atenção corresponde aos traços e linhas usados por Humberto Cozzo. Conhecido por seu estilo em *art déco*, o escultor moderno despontou no cenário artístico, ganhando diversos prêmios no Salão da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, considerada a capital do *art déco*. Venceu concursos para construção de monumentos em várias cidades pelo Brasil. Seus trabalhos são inconfundíveis, sua tendência artística é materialmente visível no traçado das estruturas dos monumentos aqui estudados.

Quanto ao Altar da Pátria, concebido pelo IPHAEP como obra de arte, evidencia-se uma grande semelhança com o traçado e composição do monumento a José de Alencar, igualmente esculpido por Cozzo e inaugurado em 1929, na cidade de Fortaleza - CE²¹⁷. A escolha do artista foi feita através de concurso e a obra foi custeada por uma subscrição pública organizada pela Associação Cearense de Imprensa²¹⁸. Vejamos a imagem de ambas as obras.

Imagem 76 – Monumento a João Pessoa – PB e monumento a José de Alencar – CE



Fonte: Acervo da autora / foto disponível na internet²¹⁹

²¹⁷ Maiores informações em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2013/01/os-monumentos-historicos-memoria-em.html> Acesso em 10 out. 2020.

²¹⁸ O monumento possui altura de seis metros e meio, e custou cem contos de réis. Mais detalhes acerca do concurso para escolha do artista: http://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/Colecao_Antonio_Sales/Antonio_Sales_e_Sua_Epoca/ACL_Antonio_Sales_Sua_Epoca_60_Monumento_a_Jose_de_Alencar.pdf Acesso em 1 nov. 2021.

²¹⁹ Fotografia do monumento a José de Alencar disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-entrega-praca-jose-de-alencar-revitalizada-a-cidade> Acesso em 10 out. 2020.

As características do estilo artístico de Cozzo e o traçado em *art déco* são nitidamente visíveis em ambas as obras que possuem a mesma composição estrutural, com uso de formas geométricas e linhas retas. Sua forma de expressão é a marca inconfundível das suas obras, o que torna fácil sua identificação. Entretanto, o monumento a João Pessoa recebeu críticas e foi caracterizado como uma obra de “inspiração nazifascista”, segundo relatou em entrevista, José Octávio de Mello²²⁰. Versão igualmente compartilhada por Aires (2013, p.112) que aponta no monumento as seguintes características da arte totalitária: “proporções monumentais, estilo hiper-realista, assimilação de movimentos, linhas retas e homogêneas (geralmente apontando para o céu) e reverência ao esforço físico, ao trabalho braçal, ao atletismo do corpo”.

Sabe-se da simpatia de Vargas pelos governos totalitários europeus. Tal posicionamento foi evidenciado num trecho do seu discurso, por ocasião da visita a Paraíba e inauguração do monumento, vejamos:

Representa fato incontroverso — e os constituintes terão de levá-lo em conta — **a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender maior soma de interesses coletivos** e de garantir estavelmente, com o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. (VARGAS, 1933, grifo nosso)²²¹

Reputamos que toda obra recebe o impacto das experiências pessoais do artista, possui sua marca que é irredutível às cartilhas ideológicas. Cozzo era um artista apreciado por Vargas e seus ministros. Entretanto, de acordo com Camargo, (2005, p.77) “não há informação sobre qualquer eventual simpatia política por parte de Cozzo, apesar da desenvoltura com que circulava nas concorrências para obras oficiais”. E quanto às possíveis características da estética totalitária em sua obra, trata-se de “uma adesão a um padrão de visualidade corrente, composto

²²⁰ Em 1995, o Governador da Paraíba retirou do piso do Palácio da Redenção, sede do governo estadual, em João Pessoa, o mosaico de suásticas da década de 30. Em entrevista concedida a Folha de São Paulo, José Octávio de Mello afirmou que muitas obras da capital tem inspiração nazifascista, a exemplo do Altar da Pátria. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/14/cotidiano/7.html> Acesso em 10 out. 2019.

²²¹ Discurso pronunciado por Getúlio Vargas na capital da Paraíba, em 08 de setembro de 1933. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/04.pdf/view> Acesso em 10 out. 2021. O discurso foi igualmente reproduzido n' *A União*, 10 set. 1933, p. 2-3).

de figuras de proporções grandiosas e com traços simplificados, como os que encontramos nos monumentos de Brecheret”.

Em suma, cabe acrescentar ainda que no memorial descritivo da obra e no acervo pesquisado, não há qualquer referência à associação da obra de Cozzo com a estética totalitária. Tampouco no inventário descritivo de tombamento feito pelo IPHAEP. A obra de Cozzo é notadamente caracterizada pelo estilo em *art déco*, seguindo a tendência da época. Por outro lado, deve-se ponderar que algumas características da *art déco* se confundem com as da arte totalitária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por definição etimológica, o monumento é algo que fixa a atenção, é feito para lembrar alguma coisa ou alguém, e conta uma dada narrativa. Ele suscita histórias e memórias que assinalam os sentidos e as experiências dos sujeitos que circulam pelos diferentes espaços públicos urbanos. É erigido como um lugar de memória, um marco significativo de referência para a rememoração e resulta de escolhas tomadas numa determinada época.

Este trabalho se propôs a problematizar o processo histórico da monumentalização da figura do personagem do presidente João Pessoa na Paraíba, durante a década de 1930, através do estudo do mausoléu no Cemitério São João Batista (Rio de Janeiro) e dos monumentos erguidos nas cidades paraibanas de Umbuzeiro, Campina Grande e João Pessoa. Essa pesquisa possibilitou deslindar a historicidade desses objetos de memória, inscritos e perpetuados na espacialidade urbana dessas cidades. Evidenciou ainda que essas obras não foram levantadas apenas com o propósito de homenagear um político paraibano. O “herói e mártir” ali presentificado, antes de tudo, servia como personificação dos ideais políticos propagados pelos aliancistas..

Ao interrogar essa memória esculpida em bronze, a criação desses “monumentos intencionais” (RIEGL, 2005) e o conseqüente surgimento desses “lugares de memória” (NORA, 1993) nas cidades, compreendemos as circunstâncias em que foram produzidos e a relação entre a memória monumentalizada desse personagem, o patrimônio histórico e as identidades cidadinas. Discutir essa questão é também refletir sobre uma temática muito cara à sociedade atual, a da criação e salvaguarda dos monumentos públicos²²². Logo, a proposta de pesquisa desta tese se justifica pela atualidade do debate em torno dos monumentos escultóricos presentes nos logradouros públicos das cidades brasileiras.

Partimos da hipótese de que a construção desses monumentos não resultou de homenagens desinteressadas, mas de que o processo de sua produção é atravessado pela atuação de vários sujeitos interessados, que articulam e negociam sua narrativa e o local de instalação. Tal conjectura foi confirmada na medida em que a pesquisa nos revelou que esses objetos de

²²² De uma forma global, nos últimos anos tem crescido o debate sobre a preservação ou não, de alguns monumentos, surgindo movimentos que pedem a retirada de algumas esculturas de personagens do passado ligados à escravidão, ou à ditadura, por exemplo.

memória buscavam (res)significar a morte de João Pessoa e utilizá-la conforme os interesses sociais e políticos vigentes na Paraíba.

Erguer e preservar monumentos sugere o interesse em eternizar um determinado passado por meio de um objeto que foi socialmente fabricado, que engloba historicamente um conjunto de ideias e simbolismos atrelados não só ao homenageado e ao seu feito, como também aos valores que ele representou e pode ainda representar. Logo, os monumentos erguidos em tributo a João Pessoa não devem ser caracterizados apenas como obras artísticas ou homenagens, mas sim entendidos enquanto objeto de memória e de poder, como um mecanismo simbólico carregado de um sentido político proposital, no caso, resultado do empreendimento memorialístico da Aliança Liberal. Porquanto, não há regime político que não se esforce em promover o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Quanto mais frágil o regime, maior o esforço de mitificação de suas figuras políticas (CARVALHO, 1990).

Nossa pesquisa confirmou que um monumento intencional, onde todos os aspectos que o compõem estão imbuídos de intenções, possui um referencial histórico e se revela enquanto forma de “representação de poder”. Ele é escolhido, pela sociedade ou por um grupo de indivíduos, para lembrar o passado que se optou por lembrar (LE GOFF, 2003). Evidentemente, não resulta de uma escolha imparcial, mas sim determinada por interesses que orientam aquilo que deve ser, ou não, lembrado, e, portanto, não reflete uma realidade histórica.

Este estudo foi desenvolvido visando detectar o processo de idealização, confecção e inauguração dessas obras, acompanhando sua trajetória basicamente a partir dos periódicos e do exame do arquivo de João Pessoa e de Antônio Pessoa Filho, principal responsável na condução e execução dos monumentos aqui estudados. Constatamos as estratégias de afirmação memorialística da imagem de João Pessoa, as disputas de memória defendidas pelos sujeitos políticos envolvidos na construção dessas obras e a produção social de uma determinada memória e identidade existentes nas cidades pesquisadas.

Concluimos que os monumentos que compõem os espaços públicos citadinos promovem diferentes olhares sobre o urbano e contribuem para a produção do conhecimento histórico. Têm capacidade de evocar sentidos, vivências, valores e o potencial de nos remeter a um outro tempo. Transmitem uma determinada memória de uma geração à outra. Entretanto, estão em constantes disputas de memórias e narrativas. Isso ocorre porque o monumento intencional não é um mero exemplar da arte, algo estático no tempo. Ele é ressignificado ao longo dos anos e mesmo tendo sido erguido no passado, é pensado e sentido a partir do presente.

Conseqüentemente, deve ser pensado em três temporalidades distintas: o tempo que o personagem homenageado viveu, o momento em que a obra foi executada e sua relação com o tempo presente, ou seja, como lidamos com esse passado e as ressignificações dessas obras no presente.

Quanto à forma como os transeuntes lidam com tais obras, em 1918, prelúdio da estatuomania no Brasil, Rui Barbosa avaliou como o cidadão comum se relacionava com as estátuas/monumentos existentes nas praças públicas de nossas cidades²²³: “Nas multidões de hoje em dia se gastou e extinguiu esse culto das virtudes e glórias de exibição, talhadas no mármore ou vazadas no bronze”. Entretanto, já notava que nem sempre os cidadãos reconheciam o personagem, pois “as turbas de agora passam descuriosas e irreverentes, sem levantar os olhos, pelas imagens dos grandes homens, alçadas nos seus pedestais de granito”. Tais obras estariam condenadas “à distração dos transeuntes” e ao “suplício da indiferença, imposto aos glorificados” (apud VIANA FILHO, s/d, p. 35).

Para Rui Barbosa, as estátuas tiveram seu apogeu na Antiguidade porque as pessoas eram supersticiosas e imaginativas. Já na atualidade, mostram-se alheias aos personagens brônzeos, desprovidos da emanção do espírito. Todavia, tal conjectura se mostra generalista pois, o monumento intencional, criado para gravar uma dada circunstância, fixar no espaço uma memória e uma versão histórica, não possui sentido uno e indivisível. A obra interage com o espaço onde foi inserida e ao longo do tempo pode receber diferentes construções de sentidos e ser ressignificada. Integra sua paisagem e dialoga com os sujeitos que por ali transitam. Pode haver diferentes níveis de interação, ou nenhuma interação, entre o monumento e aqueles que convivem no espaço urbano.

Outra questão pensada nesta tese diz respeito à natureza dessas obras, podendo ser entendidas como objetos de arte ou artefatos de memória. Como resultado do trabalho de um artista que imprimiu sua marca e estilo artístico, parece-nos correto afirmar que os monumentos esculpidos por Humberto Cozzo congregam esses dois universos, que são, na nossa perspectiva, indissociáveis. Dessa forma, consideramos que os monumentos intencionais aqui estudados são objetos de memória dotados do estatuto de arte. Como informa no título deste trabalho, são memórias esculpidas em bronze.

²²³ Esse discurso foi proferido no dia 12 de agosto de 1918, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Quanto à mensagem que essas obras passam aos seus espectadores, verificamos que a temática do civismo é predominante, na qual João Pessoa é representativo de valores morais e cívicos. É testemunho de um imaginário, foi retratado como um “herói-mártir” e recriado a partir de uma dada realidade política. No tocante ao perfil desse personagem, inicialmente acreditava-se que a feição do rosto era igual nas obras aqui estudadas (Umbuzeiro, Campina Grande e capital) devido ao fato de terem sido esculpidas pelo mesmo artista. Contudo, constatamos que o João Pessoa de Umbuzeiro é diferente dos demais, possui um rosto jovial. Certamente a finalidade era eternizá-lo jovem na cidade onde nasceu. Já a face das estátuas de Campina Grande e da capital, retratam-no como um senhor de meia-idade, com as marcas dos seus 52 anos. A postura dessas estátuas é praticamente igual, de pé, com as mãos apoiadas nas costas, a mesma de suas fotos oficiais.

Como dito anteriormente, o monumento sofre ressignificações ao longo do tempo. E é o que acontece principalmente com o Altar da Pátria, na capital paraibana. Em 1997, após 67 anos, os restos mortais de João Pessoa e os de sua esposa retornam à Paraíba. Para abrigá-los, o governo estadual construiu um mausoléu nos jardins do Palácio da Redenção, em frente ao monumento já existente²²⁴. Mais uma vez o defunto foi cultuado, nessa ocasião, por meio de suas cinzas. Como outrora, a solenidade para receber as urnas funerárias teve uma extensa programação seguindo-se o mesmo rito, com discursos saudosistas, a presença de políticos e familiares, buscando-se extrair o máximo que se podia daquilo que o homenageado ainda representava para a Paraíba, usando-se seu legado para os fins políticos do governo de então.

Na placa fixada no monumento funerário consta a seguinte inscrição: “Aqui repousam as cinzas de um homem que engrandeceu a sua terra e o seu povo com exemplo da probidade e do destemor. A Paraíba o terá sempre na memória como símbolo de uma época de transformações”. Acima da cripta encontra-se uma pira em chamas, feita em bronze, igual à que se encontra em seu túmulo original, no Rio de Janeiro. Certamente o objeto tem a mesma narrativa, simbolizando o fogo eterno dos seus ideais. Segundo seu escultor, Régis Cavalcante, representa a incessante luta de João Pessoa pelo bem-estar da Paraíba.

²²⁴ Os restos mortais de João Pessoa e os de sua esposa repousavam no mausoléu construído pelo Governo da Paraíba, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Monumento contemplado no segundo capítulo desta tese. Com a retirada desses restos mortais, o monumento certamente ficou vago. Não conseguimos desvendar nesta pesquisa se existem outros membros da família, descendentes de João Pessoa, enterrados lá. A escultura “timoneiro”, alegoria frontal da peça, não se encontra mais lá.

Dessa forma, o monumento da capital foi ressignificado e a memória de João Pessoa reforçada com a presença de seus restos mortais em frente ao seu monumento. Lembrando ainda que essa rememoração e ressignificação de sua memória ocorre anualmente com a solenidade do dia 26 de julho. Em Umbuzeiro, ocasionalmente o remanescente da sua família coloca flores no busto. Já em Campina Grande, nenhuma manifestação foi identificada junto ao monumento na referida data.

Em 2020 completaram 90 anos do assassinato de João Pessoa e da Revolução de 1930, trazendo à tona os debates sobre o tema ainda tão instigante na Paraíba. Certamente a solenidade do dia 26 de julho, ao pé do monumento, teria sido ainda mais emblemática não fosse a pandemia do coronavírus (Covid-19) em curso no Brasil e no mundo²²⁵, impossibilitando aquilo que mais se busca nesses tipos de solenidade, a aglomeração reunindo o maior número de indivíduos possível. Ainda assim, a data foi exponencialmente lembrada em âmbito virtual com palestras e eventos acadêmicos transmitidos pela internet²²⁶. Além disso, houve a publicação de um caderno especial n'A *União*, reunindo reportagens e artigos que narram a breve trajetória do político que se tornaria nome de cidade. O caderno especial com 74 páginas perpassa vários temas pertinentes ao contexto do assassinato de João Pessoa e a Revolução de 1930, fazendo um compêndio de textos escritos por historiadores, jornalistas, professores e pesquisadores de diferentes áreas, os quais abordam suas impressões em âmbito jurídico, político e histórico, acrescentando abordagens sobre literatura, cinema, jornal e rádio²²⁷. Contudo, em nenhum desses textos ou nos debates via internet, foi abordado o aspecto da monumentalização de João Pessoa, o que revela a ausência de estudos nessa temática e comprova a pertinência e necessidade desta pesquisa.

²²⁵ Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou o estado da contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). A epidemia iniciada na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, espalhou-se rapidamente pelo mundo. A alta taxa de transmissibilidade provocou o isolamento social como sendo uma das principais medidas de prevenção e, por isso, a aglomeração de pessoas foi proibida, impedimento à realização de eventos.

²²⁶ Como exemplo dos debates em âmbito acadêmico, foi realizado o evento virtual “O Nordeste e 1930: noventa anos de rupturas e continuidades”, organizado pela Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o [Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal Rural de Pernambuco](#), e a **Fundação Casa de José Américo**. O conjunto de mesas-redondas revisitou as décadas de 1920 a 1940 no Nordeste e no Brasil, estabelecendo debates sobre as reconfigurações da sociedade e do Estado neste período, tendo como foco central a chamada “Revolução de 1930”. Disponível em: <https://nordeste1930.wordpress.com/home/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

²²⁷ Segundo Alexandre Macedo, Gerente da Editora A União, a publicação especial produzida em parceria como Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), se propõe a rememorar os 90 anos da Revolução de 1930 e a estimular a reflexão sobre o ocorrido. Conferir: *90 anos da Revolução de 1930*. João Pessoa: A União, 2020.

Resta pontuar nessas linhas finais que o interesse de realizar esta pesquisa surgiu a partir do estudo dos monumentos erguidos em prol da família Pessoa na cidade de Umbuzeiro, que é seu berço natal. O desejo de conhecer mais sobre as demais obras e de entender o processo histórico da monumentalização de João Pessoa na Paraíba instigou a encerrar o desafio. O caminho já estava previamente traçado e iniciamos a exploração. Contudo, no meio do percurso veio a pandemia do coronavírus e com ela o fechamento das instituições de pesquisa, impossibilitando o acesso aos arquivos. Ante a frustração, tivemos de buscar alternativas e descartar a consulta do acervo pessoal do escultor Humberto Cozzo, no Rio de Janeiro, que julgávamos importante. Desse modo, essa perspectiva, ou seja, a visão do escultor sobre suas criações, fica em aberto como possibilidade para novos estudos.

Toda tese precisa ser encerrada. Contudo, aqui não se esgota o ensejo de futuras pesquisas acerca dos monumentos erguidos em memória a João Pessoa, pois eles continuam presentes na espacialidade urbana e sofrem as intempéries do tempo. Alguns transeuntes os ignoram e/ou depredam. Outros são cultuados e salvaguardados pelo tombamento, classificados como patrimônio material, o que não impede totalmente os atos dos transeuntes. Enfim, o futuro dessas obras é imprevisível, já se passou quase um século de suas construções e elas continuam sendo ressignificadas, dialogando com a memória coletiva, possibilitando outras leituras e novas escritas.

REFERÊNCIAS

Dissertações e Teses

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, 394f.

BEZERRA, Dinarte Varela. **1930, a Paraíba e o inconsciente político da revolução: a narrativa como ato socialmente simbólico**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009, 227f.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **A cidade em fragmentos: uma análise das metamorfoses espaciais em Campina Grande-PB no período de 1990 a 2010**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, 390f.

COSTA, Suzana Queiroga da. **Jornal A Imprensa como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no século XX (1912 a 1942)**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011, 191f.

GOMES, Iordan Queiroz. **A família Pessoa, o prestígio e a tradição: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2018, 460f.

KNAUSS, Paulo. **Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói**. 1998, 234 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

LEAL, Elisabete da Costa. **Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, 298f.

NETO, Bento Correia de Sousa. **Governo Interventorial e Relações de Poder na Paraíba Pós 1930: A administração de Gratuliano Brito (1932 – 1934)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, 241f.

PINTO, Renato. **Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana**. 2011. 254 f. Tese (doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RAMOS, Leonardo Albuquerque. **A Praça João Pessoa: Passado e Presente**. Monografia (Licenciatura em Geografia) Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

REIS, Márcio Vinicius. **O art déco na Obra Getuliana**. Moderno antes do modernismo. 2014. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A professora da nação**: as festas cívicas e as escolas na Paraíba. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, 234 f.

_____. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade**: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009, 164f.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007, 160f.

_____. **Nos domínios da política estatal**: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Aline de Figueirôa Silva. **Entre a implantação e a aclimação**: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida**: a construção do americanismo (1928-1935). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, 157f.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. **Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis (1900-1940)**: monumentos, heróis e imaginário. Tese (Doutorado em História). Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Tatiane Vieira da. **A fabricação de uma cidade monumentalizada**: memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2015, 255f.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande 1920-1945. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas -SP, 2001, 371f.

SOUSA, Neto, Bento Correia de. **Governo interventorial e relações de poder na Paraíba pós 1930**: a administração de Gratuliano Brito (1932 - 1934). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, 241f.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos**: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, 424f.

UHLE, Ana Rita. **Monumentos celebrativos**: aproximações entre arte e história (São Paulo, 1925-1963). Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, 284f.

Artigos

ABREU, José Guilherme. Um modelo fenomenológico para a escultura pública. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**. v. 2, p. 385-418, 2003. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2925.pdf> Acesso: 10 jan. 2021.

ALMADA, Mauro; CONDE, Luiz Paulo. Cenário social e cultural que emoldura o art déco na Europa, América e Brasil. In: **A Casa Art Déco Carioca**. Espaço Cultural Península. Rio de Janeiro, 2006. p. 7-15.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Monumentos e usos do passado: uma tentativa de conceituação a partir de três experiências. In: **Anais do XII Encontro da Anpuh**. Ceará - Universidade Regional do Cariri, 2010. http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st_manuelina/Cristiano%20Arrais%20trabalho%20completo%20-%20anpuhce.pdf. Acesso: 10 jan. 2020.

BORGES, Maria Elizia. Imagens da morte: monumentos funerários e análise dos historiadores da arte. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300659144_ARQUIVO_XXVIANPUH,2011paramesclagem.pdf Acesso: 10 out. 2019.

CABRAL FILHO, Severino. Da fotografia e da lembrança de Velhos: a cidade revelada. **Saeculum - Revista de História**, [S. l.], n. 18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11396>. Acesso em: 19 set. 2015.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. Esculturas públicas em Curitiba e a estética autoritária. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2005, n. 25. p. 63-82. Acesso em 25 novembro 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200007>

CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-12, out.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a01.pdf>. Acesso: 23 set. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. In: **Projeto História**. Ética e História oral, São Paulo, nº 15, abr. 1997, p.157-164. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/revph/article/viewFile/11227/8233> Acesso: 26 jan. 2014.

FILHO, Severino Cabral. Da Fotografia e da Lembrança de Velhos: A Cidade Revelada. In: **Revista Saeculum**: revista de história da UFPB, João Pessoa, n. 18, p. 47-55, 2008.

FOUCAULT, Michel. Espaço e Poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Cidades**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 139-146, 1994.

GRINBERG, Piedade Epstein. O Rio de Janeiro: ambiente cultural e artístico dos anos 20 aos 40. In: **A Casa Art Déco Carioca**. Espaço Cultural Península. Rio de Janeiro, 2006. p. 21-24.

LOWENTHAL David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**. nº 17, Nov. 1998, p. 63-28.

ORIÁ, Ricardo. A História em Praças Públicas: a leitura da cidade através de seus monumentos históricos. In: **Revista Ciências & Letras**. Porto Alegre / FAPA, no.27, jan./jun. de 2000. p. 219 – 227.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros: USP**, São Paulo, v.34, p. 9-24, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 172-189, 1989.

ORIÁ, Ricardo. Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História. **Revista História Hoje**. v. 3, nº 6, p. 43-66, 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/download/137/106> Acesso: 10 jan. 2021.

PAULINO, Maria. (2016). Intervenção no Espaço Público: O caso da Praça João Pessoa/PB. URBANA: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**. 6. 281. 10.20396/urbana.v6 i2.8635070.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007a.

_____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

_____. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.l.] 05 jan 2007b. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acesso: 07 mar. 2014.

_____. História, memória e centralidade urbana. In: **Revista Mosaico**. Goiás, v.1, n.1, p. 3-12, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/225/179> Acesso: 27 mar. 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 123-137.

ROITER, Márcio Alves. Cozzo: Um escultor Art Déco no Rio. In: **Instituto Art Déco Brasil**. Coleção de Arte, Rio de Janeiro. Sem data. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/48759608/um-escultor-art-dacco-no-rio-instituto-art-deco-brasil> Acesso: 20 out. 2019.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História** [online]. 2003, v. 23, n. 46 [Acessado 19 março 2020], pp. 61-92. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000200004> . Epub 05 Maio 2004. ISSN 1806-9347.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Nestor de Figueiredo e o urbanismo das cidades do Norte. **Urbana**. São Paulo, v. 5, p. 96-116, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635089> Acesso: 17 dez. 2020.

VIANA FILHO, Luís. **Antologia de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: EDIOURO, s/d, p. 35.

Livros e capítulos

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Paraíba nomes do século - João Pessoa**. Série Histórica nº 37. João Pessoa: A União, 2000.

_____. Praça João Pessoa. In: **Cidade de João Pessoa - a memória do tempo**. João Pessoa: Grafica e Editora Persona, 1992. p. 205 - 210.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa**: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. A necessária presença do outro, mas qual outro?: reflexões acerca das relações entre história, memória e comemoração. In: BEZERRA, Josineide da Silva; CEBALLOS, Rodrigo (Org.). In: **História, Memória, Comemorações**. 1ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2012, v. 1, p. 11-25

ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti de. **João Pessoa, o sentido de uma vida e de uma época**. João Pessoa: Acauã, 1979.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza et al (Org.). **Cultura e Cidades**. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BALANDIER, Georges. **O Poder Em Cena**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

BARRETO, Tatiane Vieira de Aguiar. **Umbuzeiro**: uma cidade monumentalizada por seus filhos ilustres. Curitiba: Editora CRV, 2020.

_____; SILVA, Luzinete Barbosa da. (Orgs) **Umbuzeiro**: estudos, histórias e memórias. Olinda: Livro Rápido, 2021.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BITTENCOURT, Circe. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, p. 51 – 68.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcus César de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 237-238.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. **História da História de Portugal**. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 221-222.

_____. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013a.

_____. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

_____. A operação historiográfica. In: **A Escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 3 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 45 – 111.

COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo**: o Monumento à República em Belém: 1891-1897. Belém: Paka -Tatu, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

_____. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed Loyola, 2010.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC Annablume, 1997.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da et al (Org.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999, p. 53-75.

_____. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JOFFILY, José. **Anayde Beiriz**: Paixão e morte na Revolução de 30. Rio de Janeiro: CBAG, 1980.

KECKEISEN, D. Beda. **Missal Quotidiano**. 23ª ed. Salvador: Editora Beneditina Ltda, 1962.

KNAUSS, Paulo (org.). **Cidade Vaidosa** - imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas-SP: Papyrus, 1986.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.
- MARIA FILHO, Francisco. **Crônicas**, Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978. p. 55.
- MELLO, Humberto. **João Pessoa, Perfil de um homem público**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1978.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- _____. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o livro do passado**. 2. ed. Campina Grande: EDUFCA, 2011.
- RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa (1895-1942)**. São Paulo: José Olympio, 1951. 1 v.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. 3a. Ed. Trad. Ana Pérez López. Madrid: La balsa de la Medusa, 2005.
- _____. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. 1a. Ed. Trad. Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTANA, Martha M. F. de Carvalho. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba (1930 -1940) João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Tatiane Vieira da; LEITE, Lucas F. V. A Tutela Jurídica e a Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e Arquitetônico em Umbuzeiro - PB. In: LEITE, Lucas F. V; AUSTREGÉSILO FILHO, Péricles Tavares. (Org.). **Dialogando com a zetética em temas contemporâneos**. Olinda: Livro Rápido, 2014, p. 131-198.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 13- 35.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B de. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: AGRA DO Ó, Alarcon et al. **A Paraíba no Império e na República** – estudos de História Social e Cultural. 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 133-184.

SOUZA, Antônio Clarindo B. de; FERNANDES, Paula Rejane (Orgs.). **Cidades e Experiências Modernas**. Campina Grande: UDUFCG, 2010.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

UHLE, Ana Rita; PRADO, Giliard da Silva. O historiador e o trabalho com os monumentos celebrativos. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; SOUZA, Antônio Clarindo B. de. (Orgs.). **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 179-197.

FONTES

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO (JOÃO PESSOA - PB)

- **A União** - Parahyba/João Pessoa. 1930: julho a dezembro; 1931: janeiro a outubro; 1933: janeiro, junho, julho, agosto, setembro).
- **Brasil Novo** - Campina Grande. 1931: janeiro, maio e julho.
- Arquivo Privado de Antônio Pessoa Filho.
- Arquivo Privado de João Pessoa.
- Dossiê Monumento a João Pessoa.

ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA PARAÍBA – ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA- PB)

- **A Imprensa** - João Pessoa. 1931 – 1937.

BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS ÁTILA DE ALMEIDA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (CAMPINA GRANDE- PB)

- **A Voz da Borborema** - Campina Grande (07/1937 - 12/1937)
- **Reação** - João Pessoa (05/1933 - 10/1933)
- **A Imprensa** - João Pessoa (08/1933 - 12/1933)
- **O Norte** - João Pessoa (01/1926 - 08/1954)
- **Diário da Borborema** - Campina Grande (Janeiro, Fevereiro e Março de 1963)

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO (JOÃO PESSOA- PB)

- **A União** - Parahyba/João Pessoa. 1930

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (RECIFE- PE)

- **A Imprensa** - João Pessoa. (07/1931, 09/1933, 10/1936, 04/1937, 06/1937)

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – BIBLIOTECA NACIONAL (RIO DE JANEIRO
- RJ)

- **A Batalha** - Rio de Janeiro. 1931: abril.
- **A Esquerda** - Rio de Janeiro. 1931: janeiro.
- **A Imprensa** - Sobral. 1931: maio.
- **A Gazeta** - São Paulo. 1930: dezembro; 1931: maio, agosto, setembro.
- **A Razão** - Fortaleza. 1931: abril.
- **Correio da Manhã** - Rio de Janeiro. 1931: janeiro, abril, julho.
- **Diário Carioca** - Rio de Janeiro. 1930: agosto; 1931: janeiro.
- **Diário da Noite** - Rio de Janeiro. 1930: agosto.
- **Diário de Notícias** - Rio de Janeiro. 1930: agosto, dezembro.
- **Diário de Pernambuco** – Recife. 1933: março, junho, setembro.
- **Jornal do Brasil** - Rio de Janeiro. 1931: janeiro.
- **Jornal Pequeno** - Recife. 1930: julho; 1931: abril.
- **Jornal do Recife** - Recife. 1933: março, setembro.
- **O Cruzeiro** - Rio de Janeiro. 1930: agosto; 1933: setembro.
- **O Jornal** - Rio de Janeiro. 1931: janeiro, abril.
- **O Radical** - Rio de Janeiro. 1933: julho.
- **Revista A Casa** - Rio de Janeiro. 1931: outubro.
- **Revista da Semana** - Rio de Janeiro. 1931: setembro.
- **Revista O Cruzeiro** - Rio de Janeiro. 1930: dezembro; 1931: março, agosto.
- **Revista Vida Doméstica** - Rio de Janeiro. 1931: novembro.

Disponível em: (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) Acesso: jan. 2016 a nov. 2021

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA
(JOÃO PESSOA - PB)

- **Processos de tombamento das cidades de Umbuzeiro, Campina Grande e João Pessoa.**

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO
BRASIL CPDOC / FGV

- **Arquivo: José Pessoa (JP)**
- **Arquivo: Eptácio Cavalcanti Albuquerque (ECA)**
- **Arquivo: Getúlio Vargas (GV)**

Disponível em: (<https://cpdoc.fgv.br/>) Acesso: jun. 2020 a set. 2021

ARCHIVE INTERNET

- **Carioquice** (out/nov/dez 2005)

Disponível em: <https://www.almanaquecarioquice.com.br/pdf/7.pdf> Acesso: 20 out. 2017.

- **A Casa Art Déco Carioca.** Instituto Art Déco Brasil (2006).

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/169429051/Art-Deco-Carioca> Acesso: 20 out. 2017.

- **Cozzo - um escultor Art Déco no Rio.** Instituto Art Déco Brasil.

Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/48759608/um-escultor-art-dacco-no-rio-instituto-art-deco-brasil> Acesso: 20 out. 2017.

JORNAL A UNIÃO

- **Arquivos da década de 1930**

Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao~>
Acesso: out. 2017 a nov. 2021